

JORGE BACELAR GOUVEIA

CURRICULUM VITAE

LISBOA

2025

PLANO

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

II – DESEMPENHO CIENTÍFICO

III – CAPACIDADE PEDAGÓGICA

IV – ATIVIDADES RELEVANTES PARA A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

INTRODUÇÃO

1. Este é o texto completo de um *curriculum vitae* que revela uma já longa trajetória de jurista – desde 1989, considerando o ano de termo da licenciatura em Direito – e de professor de Direito – desde 1999, ano em que obtive o grau de doutor.

Quase que podia ser uma “biografia”, tais as muitas lembranças que a sua elaboração me suscitou no plano pessoal, fazendo-me ver como tão entrelaçada tem sido a minha vida pessoal com esta dimensão profissional, largamente dominante no âmbito das múltiplas tarefas que exerci em mais de 38 anos de docência (considerando que comecei a lecionar como monitor no ano letivo 1987-1988, no 4.º ano da licenciatura em Direito da Faculdade de Direito a Universidade de Lisboa).

Bem posso dizer – julgo que sem atrevimento – que como professor universitário, e sobretudo como professor catedrático desde 1 de julho de 2009, fiz praticamente tudo o que era possível fazer, preenchendo, com abundância, as exigências que o ECDU estabelece para quem quer alcançar a mais alta categoria da docência universitária.

2. No que tange ao trabalho científico, ele fica muito visível nas centenas de publicações feitas durante todo este período, distribuindo-se por teses, monografias, manuais, ensaios, artigos científicos, anotações e compilações, além de alguns pareceres que foram publicados, tendo tido os principais manuais novas edições que acrescentaram sempre algo de relevante à edição anterior (não meras reimpressões), como sucedeu com o “Manual de Direito Internacional Público”, o “Manual de Direito Constitucional”

(em dois volumes), o “Direito da Segurança”, os “Direitos Fundamentais” e o “Direito da Religião”.

Essa preocupação com a atividade científica, que se consumou tanto em Portugal como no estrangeiro, distribuindo-se por diversas revistas, igualmente se plasmou no exercício de tarefas de coordenação de projetos em centros de investigação – tendo tido inclusivamente a máxima responsabilidade de diretor de um deles, classificado, à época, com “Muito Bom”, o CEDIS – e na arbitragem de revistas científicas, afora um número de intervenções (sob os diversos formatos de conferência, palestra ou afins) que ultrapassa o milhar (+1000).

3. No tocante ao ensino, lecionei todas as disciplinas – teóricas, práticas e teórico-práticas – que se compreendem no amplo arco do Direito Público, que nalguns casos as Faculdades de Direito dividem entre as disciplinas de “Ciências Jurídico-Políticas” e as de “Ciências Jurídico-Económicas”, em licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

E não só as lecionei como também propus disciplinas novas, configurando os respetivos conteúdos, ao tempo inovadores no panorama universitário do ensino do Direito em Portugal: Direito da Igualdade Social, Direito Comparado de Língua Portuguesa, Direito da Segurança e Direito da Religião, neste caso ainda contribuindo com os primeiros manuais no que tange as estas duas disciplinas.

Nesta senda, tive ocasião de fazer aprovar cursos, de que me orgulho de ter sido “fundador”, e passo a indicar:

- cursos de doutoramento: “Doutoramento em Direito da Segurança” (FDUNL); “Doutoramento em Direito em Moçambique” (FDUNL-ISCTEM); “Doutoramento em Direito em Angola” (FDUNL-FDUAN); “Doutoramento em Direito e Segurança” (ACITE);
- cursos de mestrado: “Mestrado em Direito e Segurança” (FDUNL), “Mestrado em Direito e Segurança” (ISEDEF); “Mestrado em Direito e Economia do Mar” (FDUNL); “Mestrado em Direito Fiscal” (FDUAN); “Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência” (ACITE);
- cursos de pós-graduação e de especialização (não conferentes de grau): Direito Constitucional; Direito, Religião e Sociedade; Direito Fiscal;

Direito Militar; Direito Policial; Direito da Segurança de Estado; Direito da Proteção Civil e Segurança Comunitária.

Foram muitas centenas as provas académicas e os concursos docentes em que participei como presidente, arguente, orientador e vogal:

- provas académicas: mestrado (363), doutoramento (95) e agregação (11);
- concursos docentes: para professor auxiliar, associado e catedrático.

4. Em relação às tarefas de gestão académica, pertenci a quase todos os órgãos de governo de instituições académicas: membro do Conselho de Faculdade, Membro e Presidente do Conselho Científico, membro do Conselho Diretivo e coordenador de cursos na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, tendo sido por um ano Diretor da Faculdade de Direito da Universidade da Cidade de Macau.

Igualmente me foi dada a oportunidade de lecionar, estavelmente, nos países lusófonos, experiência que tem perdurado até hoje, se bem que com estadas mais breves, ainda que exercendo cargos de coordenação de cursos existentes: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Academia de Ciências e Tecnologias de Angola, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique.

5. Ao nível da minha atividade relevante para a missão da Universidade, além dos cargos políticos desenvolvidos que muito enriqueceram a minha formação como professor, fui o único graduado, com 18 valores, como juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, no 16.º concurso público de mérito de 2020 (não eleição política, reservada à decisão dos grupos parlamentares e dos deputados à Assembleia da República), cargo para que não seria nomeado por não haver vaga no correspondente contingente dos "juristas de mérito" daquele alto tribunal.

Tenho trabalhado como advogado, eleito presidente, nos seus dois primeiros mandatos, do Conselho Fiscal da Ordem dos Advogados, e até

ao momento desempenhando funções de árbitro em diversos domínios, em arbitragens *ad hoc* e em centros institucionalizados, como o Conselho Económico e Social e o Centro de Arbitragem Administrativa.

Lisboa, 25 de abril de 2025.

JORGE CLÁUDIO DE BACELAR GOUVEIA

1.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. DADOS PESSOAIS

- Nome completo: Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia
- Data de nascimento: 1 de julho de 1966
- Naturalidade: São Jorge de Arroios – Lisboa
- Nacionalidade: Portuguesa
- Filiação: Maria da Graça Abreu Bacelar Gouveia dos Santos e Francisco Gouveia dos Santos

1.2. DADOS PROFISSIONAIS

- Profissão: professor universitário; jurisconsulto; advogado; árbitro

- Contacto:
E-mail: jorgebacelargouveia@live.com
jorgebacelargouveia@gmail.com
- Site:
www.jorgebacelargouveia.com
- Youtube:
<https://www.youtube.com/c/JorgeBacelarGouveia>
- Twitter:
<https://twitter.com/jbacelargouveia>
- LinkedIn:
<https://www.linkedin.com/in/jorge-bacelar-gouveia-5799b745/>
- Instagram:
https://www.instagram.com/jorge_bacelar_gouveia/
- Facebook:
<https://www.facebook.com/JorgeClaudiodeBacelarGouveia>

1.3. DADOS CIENTÍFICOS

- Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1377-3179>
- Ciência ID – 801F-90C2-EFD9
- Lattes – <http://lattes.cnpq.br/7484954599124647>

2.

DESEMPENHO CIENTÍFICO

2.1. FORMAÇÃO ACADÊMICA

2.1.1. Licenciatura em Direito

1. Frequentou o curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, entre 1984 e 1989, tendo em 31 de julho deste ano obtido a licenciatura com a classificação final de *Bom com Distinção* – 16 valores, na menção de Ciências Jurídico-Políticas (numa perspetiva comparativa, não tendo havido médias mais elevadas do que 16 valores nesse ano letivo).

2.1.2. Mestrado em Direito

2. Logo no ano seguinte, tendo-se candidatado ao curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi admitido em primeiro lugar e frequentou os seguintes seminários:

- **Direito Constitucional**, com o tema geral “A fiscalização da constitucionalidade das leis”, sob a regência do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa;
- **Direito Administrativo**, com o tema geral “A função pública”, sob a regência do Professor Doutor Fausto de Quadros;

- **Direito Internacional Público**, com o tema geral “Direito Internacional do Mar”, sob a regência do Professor Doutor Armando M. Marques Guedes.

3. Em cada um destes seminários, apresentou as correspondentes exposições orais, tendo no final do ano letivo entregue os relatórios escritos, sobre as seguintes matérias:

- **Direito Constitucional** – “A cláusula aberta de direitos fundamentais”, Lisboa, 1990, com 236 páginas, relativa à exposição oral feita em 20 de abril de 1990;
- **Direito Administrativo** – “A relação jurídica de emprego administrativo – aspetos gerais”, Lisboa, 1990, com 260 páginas, relativa à exposição oral feita em 15 de fevereiro de 1990;
- **Direito Internacional Público** – “O direito de passagem inofensiva no novo Direito Internacional do Mar”, Lisboa, 1990, com 337 páginas, relativa à exposição oral feita em 2 de julho de 1990.

4. O relatório de **Direito Constitucional**, que versou um tema geral de Direitos Fundamentais, distribuiu-se pelos seguintes tópicos:

- INTRODUÇÃO
- PARTE I – A CLÁUSULA ABERTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
 - Capítulo I – Conceito e modalidades
 - Capítulo II – Figuras afins
 - Capítulo III – Função
 - Capítulo IV – Natureza
- PARTE II – A CLÁUSULA ABERTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO
 - Capítulo I – A cláusula aberta de direitos fundamentais no Direito Constitucional Estrangeiro
 - Capítulo II – A cláusula aberta de direitos fundamentais na História Constitucional Portuguesa

- Capítulo III – A cláusula aberta de direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976
- CONCLUSÕES

5. O relatório de **Direito Administrativo**, atinente à primeira exposição efetuada no seminário, teve o fito particular de apresentar o quadro geral daquela matéria, tendo nele sido versados os seguintes aspetos sobre a relação jurídica de emprego administrativo:

- Introdução
- Capítulo I – Conceito
- Capítulo II – Modalidades
- Capítulo III – Figuras afins
- Capítulo IV – Vicissitudes
- Capítulo V – Natureza
- Conclusões

6. O relatório de **Direito Internacional Público**, versando um tema transversal do **Direito Internacional do Mar**, apresentou a seguinte estrutura:

- Introdução
- Capítulo I – Evolução histórica
- Capítulo II – Noções gerais
- Capítulo III – Objeto
- Capítulo IV – Conteúdo
- Capítulo V – Exercício
- Capítulo VI – Vicissitudes
- Capítulo VII – Natureza

7. A classificação final da parte escolar do mestrado foi de *Bom com Distinção – 17 valores*, com as seguintes classificações parcelares por cada disciplina:

- **Direito Constitucional** – 17 valores;

- **Direito Administrativo** – 17 valores;
- **Direito Internacional Público** – 17 valores.

8. Nos dois anos seguintes, elaborou a sua dissertação de mestrado, sob a orientação do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, com o título “Os direitos fundamentais atípicos”, Lisboa, 1993, com 662 páginas, tendo a mesma sido entregue em 1 de março de 1993.

Realizou a sua discussão em provas públicas no dia 16 de novembro de 1993, perante um júri com a seguinte composição:

- Professor Doutor Jorge Miranda – presidente e arguente;
- Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa – orientador;
- Professor Doutor José Manuel Sérvulo Correia;
- Professor Doutor José Carlos Vieira de Andrade – arguente;
- Professora Doutora Maria Fernanda Palma.

A classificação final, atribuída por unanimidade, foi de *Bom com Distinção* – 17 valores.

A dissertação de mestrado seria publicada em 1995, conjuntamente pela Editorial Aequitas e pela Editorial Notícias, com um prefácio do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

2.1.3. Doutoramento em Direito

9. Por deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi em 1994 admitido a doutoramento, na menção de *Ciências Jurídico-Políticas*, apresentando como tema de tese “O estado de exceção no Direito Constitucional”, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda, pedido de que viria a desistir, por ter sido posteriormente admitido a doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, entretanto criada.

Em 5 de janeiro de 1998, segundo deliberação da então Comissão Instaladora (Ata n.º 47), foi admitido a doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, na

especialidade de *Direito Público*, do mesmo modo sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda.

10. A tese de doutoramento, sob o título “O estado de exceção no Direito Constitucional – entre a eficiência e a normatividade das estruturas de defesa extraordinária da Constituição”, composta por dois volumes, com um total de 1853 páginas impressas, foi entregue em 31 de dezembro de 1998 (publicada pela Livraria Almedina, na sua coleção Teses), tendo sido admitida liminarmente sem qualquer reformulação prévia).

A respetiva discussão em provas públicas aconteceria em 23 de julho de 1999, perante o seguinte júri, conforme deliberação da Comissão Instaladora, de 22 de fevereiro de 1999 (nos termos da Ata n.º 79):

- Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral – presidente, por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa;
- Professor Doutor Jorge Miranda – orientador;
- Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa – arguente;
- Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho;
- Professor Doutor José Carlos Vieira de Andrade – arguente;
- Professor Doutor Manuel Afonso Vaz;
- Professor Doutor Vital Martins Moreira.

O júri atribuiu a classificação final de *Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade* (nota máxima), tendo sido o primeiro doutoramento desta jovem Faculdade na especialidade de *Direito Público*.

2.1.4. Agregação em Direito

11. Nos dias 4 e 5 de janeiro de 2007, prestou provas públicas de agregação em Direito – 1.º Grupo de Direito Público – na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, tendo sido para o efeito nomeado, através do despacho reitoral n.º 7365/2006, de 15 de março de 2006 (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66, de 3 de abril de 2006), o seguinte júri:

- Reitor da Universidade Nova de Lisboa – Presidente;
- Doutor Luís Roberto Barroso, Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- Doutor Rui Manuel Gens Moura Ramos, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Doutor Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda (arguente da Lição), professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Doutor Paulo Manuel Cunha da Costa Otero (arguente do *curriculum vitae*), professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Doutor António Manuel Botelho Hespanha, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law;
- Doutor José Manuel Lebre de Freitas, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law;
- Doutor João Pedro Barrosa Caupers (arguente do Relatório), professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law;
- Doutor Carlos Manuel Figueira Ferreira de Almeida, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law.

O candidato mereceu por parte do júri a aceitação liminar do seu *curriculum vitae*, sem qualquer pedido de reformulação.

12. As provas de agregação, as únicas a que se submeteu e nas quais o candidato foi *aprovado por unanimidade* (**nota máxima, ainda pelo antigo método da votação secreta por “bolas brancas” e “bolas pretas”**), consistiram no seguinte:

- 1.º dia: apreciação do *curriculum vitae* e de um relatório sobre o ensino do Direito Internacional Público (publicado como *Ensinar Direito Internacional Público*, Livraria Almedina, Coimbra, 2006);

- 2.º dia: apreciação da lição, subordinada ao tema “A dissolução da Assembleia da República” (publicada como *A Dissolução da Assembleia da República – uma nova perspetiva da Dogmática do Direito Constitucional*, Livraria Almedina, Coimbra, 2007)

2.2. PERCURSO ACADÉMICO

2.2.1. Um percurso de trabalho ininterrupto como docente universitário avaliado sempre com “Excelente”

É importante referir um percurso académico com a alusão à avaliação de desempenho de que o signatário beneficiou no tempo em que tal foi efetuado no âmbito das suas funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, considerando o carácter público desta instituição.

A avaliação de desempenho a considerar corresponde a um longo período – de 2004 a 2016, inclusive – e em tal tempo o candidato foi sempre avaliado – em cada um desses anos – com a nota máxima de “Excelente”, deliberação tomada pela Comissão de Avaliação de Desempenho Docente, resultados depois homologados pelo Reitor da Universidade Nova de Lisboa, os quais se basearam em parecer proferido por um professor catedrático externo, no caso, o Professor Doutor Wladimir Brito

2.2.2. Provas académicas realizadas como candidato provido

Eis os passos que foram dados ao longo da carreira universitária do signatário como professor provido em concursos públicos e internacionais:

- *como professor associado*, por deliberação tomada pelos seguintes membros do respetivo júri: Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e Professores Doutores Marcelo Rebelo de Sousa, Canuto Joaquim Fausto de Quadros, Diogo Pinto de Freitas do Amaral, Rui Manuel

Moura Ramos, José Carlos Vieira de Andrade, Vital Martins Moreira e João Pedro Barrosa Caupers;

- *como professor catedrático*, por deliberação tomada pelos seguintes membros do respetivo júri: Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e Professores Doutores Pedro Cruz Villalón, Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda, José Joaquim Gomes Canotilho, José Carlos Vieira de Andrade e João Pedro Barrosa Caupers.

2.3. ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM PUBLICAÇÕES

(designadamente anotações, artigos e monografias, em Portugal e no estrangeiro)

2.3.1. Artigos inseridos em publicações científicas periódicas nacionais

- 2.3.1.1. *Os limites circunstanciais da revisão constitucional*, in *Revista Jurídica*, Lisboa, 1989, nos 11 e 12, pp. 103-114
- 2.3.1.2. *Inconstitucionalidade por omissão – consultas diretas aos cidadãos eleitores a nível local – anotação ao Acórdão n.º 36/90 do Tribunal Constitucional*, in *O Direito*, 122.º ano, Lisboa, 1990 – II, pp. 413-424
- 2.3.1.3. *Os direitos fundamentais à proteção dos dados pessoais informatizados*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, III, Lisboa, dezembro de 1991, pp. 699-732
- 2.3.1.4. *Breves reflexões em matéria de confidencialidade fiscal* (com Pamplona Corte-Real e Joaquim Pedro Cardoso da Costa), in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 368, Lisboa, outubro-dezembro de 1992, pp. 7 e ss.
- 2.3.1.5. *A proteção de dados informatizados e o fenómeno religioso em Portugal*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, XXXIV, Lisboa, 1993, pp. 181 e ss.

- 2.3.1.6. *Os incentivos fiscais contratuais ao investimento estrangeiro no Direito Fiscal Português – regime jurídico e implicações constitucionais*, in AAVV, *A internacionalização da economia e a fiscalidade*, Lisboa, 1993, pp. 269 e ss. (também publicado na *Fiscália*, n.º 12, ano 3, Lisboa, 1995, pp. 4 e ss.)
- 2.3.1.7. *A relevância civil do casamento católico*, in *Africana*, VIII, n.º 14, Porto, 1994, pp. 155 e ss.
- 2.3.1.8. *A evasão fiscal na interpretação e integração da lei fiscal*, in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 373, Lisboa, janeiro-março de 1994, pp. 9 e ss. (também publicado na *Fiscália*, ano 4, n.º 15, Lisboa, janeiro-março de 1996, pp. 4 e ss.)
- 2.3.1.9. *A inconstitucionalidade da lei das propinas – anotação ao Acórdão n.º 148/94 do Tribunal Constitucional*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, XXXVI, Lisboa, 1995, n.º 1, pp. 257 e ss.
- 2.3.1.10. *O princípio democrático no novo Direito Constitucional Moçambicano*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, XXXVI, Lisboa, 1995, n.º 2, pp. 457 e ss.
- 2.3.1.11. *Nótula sobre o regime da atividade da televisão em Portugal*, in *O Direito*, ano 128.º, Lisboa, 1996, III-IV, julho-dezembro, pp. 295-328
- 2.3.1.12. *Considerações sobre as Constituições Fiscais na União Europeia*, in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 381, Lisboa, janeiro-março de 1996, pp. 37 e ss.
- 2.3.1.13. *O crédito bonificado à habitação e a Região Autónoma dos Açores* (com Jorge Miranda), in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, XXXVII, Lisboa, 1996, n.º 1, pp. 299 e ss.

- 2.3.1.14. *O financiamento municipal das assembleias distritais e a Constituição* (com José Manuel Sérvulo Correia), in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, XXXVIII, Lisboa, 1997, n.º 1, pp. 233 e ss.
- 2.3.1.15. *A duração da patente no acordo do TRIPS e no Código da Propriedade Industrial à luz da Constituição Portuguesa* (com Jorge Miranda), in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 57, Lisboa, I-1997, pp. 249 e ss.
- 2.3.1.16. *Princípios constitucionais do acesso à justiça, da legalidade processual e do contraditório; junção de pareceres em processo civil; interpretação conforme à Constituição do art. 525.º do Código de Processo Civil – Anotação ao Acórdão n.º 934/96 do Tribunal Constitucional* (com José Manuel Sérvulo Correia), in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 57, Lisboa, I-1997, pp. 295 e ss.
- 2.3.1.17. *A Quarta Revisão da Constituição Portuguesa*, in *Vida Judiciária*, n.º 7, Lisboa, outubro de 1997, pp. 17 e ss.
- 2.3.1.18. *A irretroatividade da norma fiscal na Constituição Portuguesa*, in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º 387, Lisboa, julho-setembro de 1997, pp. 51-96
- 2.3.1.19. *Sistema de atos legislativos – opinião acerca da revisão constitucional de 1997*, in *Legislação – Cadernos de Ciência de Legislação*, nos 19/20, Oeiras, abril-dezembro de 1997, pp. 47 e ss.
- 2.3.1.20. *Benefícios fiscais das organizações e funcionários internacionais no Direito Fiscal Português – alguns breves apontamentos*, in *Fiscália*, n.º 20, Lisboa, 1998, pp. 9 e ss.
- 2.3.1.21. *A inconstitucionalidade da discriminação remuneratória nas carreiras médicas prestadas em tempo completo*, in *O Direito*, ano 130.º, Lisboa, I-II, janeiro-junho de 1998, pp. 133-157

- 2.3.1.22. *A próxima revisão da Constituição de Moçambique de 1990 – um comentário*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XXXIX, n.º 2, Coimbra, 1998, pp. 709 e ss. (ISSN 0870-3116)
- 2.3.1.23. *A assunção de dívidas municipais pelo Governo Regional dos Açores e a Constituição Portuguesa*, in *Legislação – Cadernos de Ciência da Legislação*, n.º 25, Oeiras, abril-junho de 1999, pp. 134-153
- 2.3.1.24. *O Decreto-Lei n.º 351/93 e a Constituição Portuguesa – anotação aos Acórdãos n.º 329/99 e n.º 517/99 do Tribunal Constitucional*, in *Themis – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, ano I, Lisboa, n.º 1 de 2000, pp. 189 e ss.
- 2.3.1.25. *O acesso às matrizes prediais organizadas pela Administração Fiscal por parte dos advogados*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 60, I, Lisboa, janeiro de 2000, pp. 353 e ss.
- 2.3.1.26. *A prática de tiro aos pombos, a nova Lei de Proteção dos Animais e a Constituição Portuguesa*, in *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, n.º 13, Coimbra, junho de 2000, pp. 231 e ss.
- 2.3.1.27. *Autonomia regional, procedimento legislativo e confirmação parlamentar – contributo para a interpretação do art. 279.º, n.º 2, da Constituição Portuguesa*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XLI, Lisboa, n.º 1 de 2000, pp. 135 e ss.
- 2.3.1.28. *O regime profissional do pessoal paramédico constante do Decreto-Lei n.º 320/99 e a Constituição Portuguesa*, in *O Direito*, ano 132.º, Lisboa, julho-dezembro de 2000, III-IV, pp. 503 e ss.

- 2.3.1.29. *O direito de ingresso na Administração Pública Portuguesa segundo o Decreto-Lei n.º 89-F/98*, in *O Direito*, ano 133.º, Lisboa, 2001 – II (abril-junho), pp. 483 e ss.
- 2.3.1.30. *Acordos de colaboração entre instituições do ensino superior público e o imposto sobre o valor acrescentado*, in *THEMIS – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, ano II, n.º 4, Lisboa, 2001, pp. 235 e ss.
- 2.3.1.31. Recensão ao livro *José Manuel Pureza, O Património Comum da Humanidade: rumo a um Direito Internacional da Solidariedade?*, Porto, 1998, in *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, n.ºs 158-159, XXXVI, Verão de 2001, pp. 557 e ss.
- 2.3.1.32. *Novos rumos para a ação de despejo*, in *Revista Jurídica do Urbanismo e Ambiente*, n.º 20, dezembro de 2003, pp. 197 e ss.
- 2.3.1.33. *A autonomia creditícia das autarquias locais: critérios, procedimentos e limites*, in *Lusíada – Direito*, II Série, Lisboa, n.º 2/2004, pp. 201 e ss.
- 2.3.1.34. *O regime do contrato individual de trabalho da Administração Pública e a Constituição Portuguesa*, in *Lusíada – Direito*, II Série, Lisboa, n.º 3 de 2005, pp. 331 e ss.
- 2.3.1.35. *Arguição da tese de doutoramento do Licenciado Tiago José Pires Duarte – “A Lei por detrás do Orçamento: a Questão Constitucional da Lei do Orçamento”*, in *THEMIS – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, Ano VII, n.º 12, Lisboa, 2006, pp. 249 e ss.
- 2.3.1.36. *A Lei n.º 52-A/2005 e os direitos dos titulares dos “órgãos de governo próprio” da Região Autónoma da Madeira*, in *Lusíada – Direito*, II Série, Lisboa, n.º 4-5 de 2007, pp. 331 e ss.

- 2.3.1.37. *As inconstitucionalidades do novo Regulamento da Competição Nacional da 1.ª Divisão de Séniores de Andebol Feminino*, in *Desporto & Direito – Revista Jurídica do Desporto*, ano IV, n.º 12, Lisboa, maio-agosto de 2007, pp. 473-497 (ISSN 1645-8206)
- 2.3.1.38. *O terrorismo e o Estado de Direito Democrático – a questão dos direitos fundamentais*, in *Revista Segurança e Defesa – Revista Trimestral de Grande Informação*, n.º 5, dezembro de 2007-fevereiro de 2008, pp. 27 e ss.
- 2.3.1.39. *As alterações do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário e a Constituição Portuguesa*, in *ReDiP – Revista de Direito Público*, Ano I, n.º 1, Lisboa, janeiro-junho de 2009, pp. 281-297 (ISSN 1646-9119) <https://doi.org/10.34619/c4qo-6x6b>
- 2.3.1.40. *O enquadramento jurídico-fiscal das receitas de ingresso no Santuário do Cristo-Rei à luz do Direito da Religião*, in *ReDiP – Revista de Direito Público*, ano II, n.º 3, Lisboa, janeiro-junho de 2010, pp. 371-385 (ISSN 1646-9119) <https://doi.org/10.34619/mk70-yj7c>
- 2.3.1.41. *A suspensão de funções dos membros do Governo criminalmente acusados na Constituição da República Democrática de Timor-Leste*, in *ReDiP – Revista de Direito Público*, n.º 4, Lisboa, julho/dezembro de 2010, pp. 247-263 (ISSN 1646-9119)
- 2.3.1.42. *Macau no Direito Constitucional de Língua Portuguesa*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 71.º, IV, Lisboa, outubro/dezembro de 2011, pp. 993-1079 (ISSN 0870-8118)
- 2.3.1.43. *O Estado Constitucional Contemporâneo e o Princípio do Estado de Direito*, in *Themis – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, ano XI, Lisboa, 2011, n.ºs 20/21, pp. 7-18 (ISBN 978-972-40-4947-2)

- 2.3.1.44. *Sistema político-constitucional português: balanço e desafios*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, Ano IV, n.º 7, Lisboa, janeiro/junho de 2012, pp. 151-164 (ISSN 1646-9119)
- 2.3.1.45. *As Regiões Autónomas: balanço e desafios*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, Ano IV, n.º 8, Lisboa, julho/dezembro de 2012, pp. 217-230 (ISSN 1646-9119) (também publicado em livro, com o mesmo título, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 2021, no âmbito do organismo IDEIA – Investigação e Divulgação de Estudos e Informações sobre a Autonomia) (ISBN 978-989-95742-7-4)
- 2.3.1.46. *As fontes do Direito de Timor-Leste*, in ReDiLP – *Revista do Direito de Língua Portuguesa*, Ano I, n.º 1, Lisboa, janeiro-junho de 2013, pp. 153-187 (ISSN 2182-8695)
<https://doi.org/10.34619/myuf-r4up>
- 2.3.1.47. *Os Serviços de Informações em Portugal: Organização e Fiscalização*, in RDeS – *Revista de Direito e Segurança*, Ano I, n.º 1, Lisboa, janeiro-junho de 2013, pp. 63-85 (ISSN 2182-8687)
- 2.3.1.48. *Direito, Justiça e Desenvolvimento*, in ReDiLP – *Revista do Direito de Língua Portuguesa*, Ano I, n.º 1, Lisboa, janeiro-junho de 2013, pp. 273-290 (ISSN 2182-8695)
<https://doi.org/10.34619/0myy-aezx>
- 2.3.1.49. *O novo regime da remuneração complementar regional e a Constituição: uma perspetiva de Direito Constitucional Regional*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, Lisboa, janeiro-junho de 2013, n.º 9, pp. 77-168 (ISSN 1646-9119) (ISBN 978-096-46-9119-3)
- 2.3.1.50. *As infraestruturas de alojamento de redes de comunicações eletrónicas e a Constituição Portuguesa*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, Lisboa, janeiro-junho de 2013, n.º 9, pp. 169-203 (ISSN 1646-9119) (ISBN 978-096-46-9119-3)

- 2.3.1.51. *A Segurança Nacional na Constituição de Timor-Leste de 2002*, in RDeS – *Revista de Direito e Segurança*, Ano I, n.º 2, Lisboa, julho-dezembro de 2013, pp. 99-125 (ISSN 2182-8687)
- 2.3.1.52. *A formação e o papel do jurista numa Globalização sustentável: o contributo do Direito Constitucional*, in ReDiLP – *Revista do Direito de Língua Portuguesa*, Lisboa, Ano I, n.º 2, Lisboa, julho-dezembro de 2013, pp. 121-130 (ISSN 2182-8695) <https://doi.org/10.34619/rwxr-hdi3>
- 2.3.1.53. *O novo regime profissional dos técnicos de construção e a Constituição Portuguesa*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, Lisboa, julho-dezembro de 2013, n.º 10, pp. 135-187 (ISSN 1646-9119) (ISBN 978-106-46-9119-9)
- 2.3.1.54. *Anteprojeto de Lei Orgânica do Código dos Referendos*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, n.º 11, Lisboa, janeiro-junho de 2014, pp. 201-319 (ISSN 1646-9119) <https://doi.org/10.34619/b0ud-qdtr>
- 2.3.1.55. *A Segurança Nacional na Constituição de Angola de 2010*, in RDeS – *Revista de Direito e Segurança*, Ano II, n.º 4, Lisboa, julho-dezembro de 2014, pp. 161-181 (ISSN 2182-8687)
- 2.3.1.56. *Os limites à renovação do mandato do Presidente do IPL – Instituto Politécnico de Lisboa: uma análise jurídico-constitucional*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, n.º 12, Lisboa, julho-dezembro de 2014, pp. 223-248 (ISSN 1646-9119)
- 2.3.1.57. *A permissão devida à Caixa de Compensações da Câmara dos Solicitadores pelos Agentes de Execução: uma análise jurídico-constitucional*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, n.º 13, Lisboa, janeiro-junho de 2015, pp. 137-187

- 2.3.1.58. *Estado de Direito e Arbitragem Tributária no Direito de Língua Portuguesa*, in *Revista Arbitragem Tributária*, CAAD, n.º 3, Lisboa, junho de 2015, pp. 10-11
- 2.3.1.59. *Os conflitos nas sociedades brasileira e portuguesa do século XXI: assunção de mecanismos alternativos de solução* (com Lúcia Maria Ribas), in *ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa*, n.º 5, Lisboa, janeiro-junho de 2015, pp. 199-217 (= *Themis – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, ano XVI, n.ºs 28/29, 2015, pp. 7-21)
- 2.3.1.60. *As fontes do Direito de Moçambique*, in *ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa*, ano III, n.º 6, Lisboa, julho-dezembro de 2015, pp. 107-135 (ISSN 2182-8695)
<https://doi.org/10.34619/owwf-se4e>
- 2.3.1.61. *As Associações Privadas de Fiéis no Direito Canónico e no Direito Português da Religião: o caso da “Pia União das Escravas do Divino Coração de Jesus”*, in *ReDiP – Revista de Direito Público*, n.º 14, Lisboa, julho/dezembro de 2015, pp. 137-182 (ISSN 1646-9119)
<https://doi.org/10.34619/yc97-wwbr>
- 2.3.1.62. *Angola e a Liberdade de Religião*, in *ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa*, ano IV, n.º 7, Lisboa, janeiro-junho de 2016, pp. 131-140 (ISSN 2182-8695)
<https://doi.org/10.34619/hmqk-mbws>
- 2.3.1.63. *Os recursos para o Tribunal Constitucional*, in *ReDiP – Revista de Direito Público*, n.º 15, Lisboa, janeiro-junho de 2016, pp. 95-105 (ISSN 1646-9119)
- 2.3.1.64. *A Região Autónoma dos Açores e o espaço marítimo: fundamento e âmbito da intervenção regional no ordenamento e gestão do “Mar dos Açores” à luz do Direito Português*, in

ReDiP – *Revista de Direito Público*, n.º 15, Lisboa, janeiro-junho de 2016, pp. 179-234 (ISSN 1646-9119)
<https://doi.org/10.34619/wtsc-tjep>

- 2.3.1.65. *Os recursos para o Tribunal Constitucional*, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 141, edição especial de comemoração do 40.º aniversário da Constituição Portuguesa, Lisboa, agosto de 2016, pp. 40-44
- 2.3.1.66. *A incorporação e aplicação do Direito Internacional Público na Ordem Jurídica Portuguesa: uma perspetiva panorâmica* (com João Francisco Diogo), in *ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa*, n.º 8, Lisboa, julho-dezembro de 2016, pp. 45-77 (ISSN 2182-8695)
- 2.3.1.67. *A Constituição Global*, in *ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa*, n.º 8, Lisboa, julho-dezembro de 2016, pp. 79-95 (ISSN 2182-8695)
<https://doi.org/10.34619/lz0x-9pwy>
- 2.3.1.68. *Polícia Marítima e Constituição*, in *RDeS – Revista de Direito e Segurança*, n.º 8, Lisboa, julho-dezembro de 2016, pp. 273-284
- 2.3.1.69. *A equiparação dos Titulares de Cargos Políticos à categoria de “funcionário” para efeito de aplicação do Código Penal de Timor-Leste: uma análise jurídico-constitucional*, in *ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa*, n.º 8, Lisboa, julho-dezembro de 2016, pp. 219-264 (ISSN 2182-8695)
- 2.3.1.70. *A Proposta de Lei n.º 308/XII que aprova os Estatutos da nova Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução: uma análise jurídico-constitucional crítica*, in *ReDiP – Revista de Direito Público*, n.º 17, ano IX, Lisboa, janeiro-junho de 2017, pp. 131-181 (ISSN 1646-9119)

- 2.3.1.71. *Reforma do Estado e Poder Local*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, n.º 17, ano IX, Lisboa, janeiro-junho de 2017, pp. 185-192 (ISSN 1646-9119)
- 2.3.1.72. *A nulidade dos tratados internacionais*, in ReDiLP – *Revista do Direito de Língua Portuguesa*, n.º 10, Lisboa, julho-dezembro de 2017, pp. 145-164 (ISSN 2182-8695)
- 2.3.1.73. *Ética e Deontologia Profissional – Magistrados e Liberdade de Expressão: a Rede e o Muro*, in ReDiP – *Revista de Direito Público*, n.º 18, ano IX, Lisboa, julho-dezembro de 2017, pp. 207-217 (ISSN 1646-9119)
- 2.3.1.74. *A exoneração e a nomeação das chefias militares de Timor-Leste: invalidade por inconstitucionalidade e competência jurisdicional*, in ReDiLP – *Revista do Direito de Língua Portuguesa*, n.º 10, Lisboa, julho-dezembro de 2017, pp. 239-294 (ISSN 2182-8695)
<https://doi.org/10.34619/msdu-2sxp>
- 2.3.1.75. *O novo Direito da Justiça Militar em Portugal*, in *Scientia Iuridica – Revista de Direito Comparado Português e Brasileiro*, maio/agosto de 2018, tomo LXVII, 2018, n.º 347, pp. 141-165
- 2.3.1.76. *O estado de exceção constitucional na Constituição da República de Angola de 2010, 2020*, CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
<https://doi.org/10.34619/0760-sv46>
- 2.3.1.77. *O estado de exceção constitucional na Constituição da República de Moçambique de 2004, 2020*, CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
<https://doi.org/10.34619/rjism-f953>

- 2.3.1.78. *O estado de exceção constitucional na Constituição da República de Timor-Leste de 2002*, 2020, CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
<https://doi.org/10.34619/nxze-1952>
- 2.3.1.79. *O estado de exceção na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe* (com Jonas Gentil), 2020, CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
<https://doi.org/10.34619/z8sa-v091>
- 2.3.1.80. *Portugal e a COVID-19: balanço e perspectivas de uma Ordem Jurídica de Crise*, in *Revista do Ministério Público*, número especial COVID-19, ano 41, junho 2020, pp. 93-106 (ISSN 9-770870-610005-90001)
<https://doi.org/10.34619/g7h8-c866>
- 2.3.1.81. *A exclusividade do exercício de funções por docentes e dirigentes das universidades públicas e as suas limitadas exceções: para uma maior autonomia e transparência da docência e gestão da universidade pública em Estado de Direito Democrático*, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 9, Lisboa, setembro-dezembro de 2020, pp. 5-15
- 2.3.1.82. *Direito do Ciberespaço e Segurança Cibernética*, in *Revista Jurídica Portucalense / Portucalense Law Journal* N.º 29 | 2021, pp. 59-77
[https://doi.org/10.34625/issn.2183-2705\(29\)2021.ic-04](https://doi.org/10.34625/issn.2183-2705(29)2021.ic-04)
- 2.3.1.83. *A Defesa da Pátria*, in *Revista de Direito Comercial – Pedro Pais de Vasconcelos – liber amicorum*, Lisboa, abril de 2022, pp. 837-670
<https://www.revistadedireitocomercial.com/a-defesa-da-patria>

2.3.2. Artigos inseridos em publicações científicas periódicas internacionais

- 2.3.2.1. *Os direitos fundamentais à proteção dos dados pessoais informatizados*, in *Revista da Faculdade de Direito Milton Campos*, vol. I, n.º 2 de 1995, Belo Horizonte, pp. 169-194
- 2.3.2.2. *Le régime de la télévision au Portugal*, in *European Review of Public Law* (Spetses Conferences), 21, vol. 8, n.º 3, Atenas, outono de 1996, pp. 917 e ss.
- 2.3.2.3. *La Déclaration Universelle des Droits de l'Homme et la Constitution Portugaise*, in *Revue Européenne de Droit Public*, vol. 9, n.º 4, Atenas, inverno de 1997, pp. 1225 e ss. (também publicado, numa versão ampliada, em chinês, nas *Perspetivas do Direito – Gabinete para a Tradução Jurídica*, vol. IV, n.º 6, julho de 1999, Macau, pp. 29 e ss., e na *Revista de Informação Legislativa*, ano 35, n.º 139, Brasília, julho/setembro de 1998, pp. 261 e ss.)
- 2.3.2.4. *A zona económica exclusiva*, in *Revista da Faculdade de Direito de Milton Campos*, vol. 5, Belo Horizonte, 1998, pp. 247 e ss.
- 2.3.2.5. *As Coletividades Territoriais Infraestaduais em Portugal*, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 213, Rio de Janeiro, julho/setembro de 1998, pp. 103-119
- 2.3.2.6. *A irretroatividade da norma fiscal na Constituição Portuguesa*, in *AJURIS – Revista da Associação de Juizes do Rio Grande do Sul*, n.º 74, ano XXV, 1998, novembro de 1998, Porto Alegre, pp. 299 e ss. [também publicado em *Direito e Cidadania*, ano I, n.º 3, Praia, março-junho de 1998, pp. 9 e ss.]
- 2.3.2.7. *The 4th Revision of the Portuguese Constitution*, in *Revue Européenne de Droit Public*, vol. 11, n.º 1, n.º 31, Atenas,

- Primavera de 1999, pp. 203 e ss. (também publicado como *A 4.ª Revisão da Constituição Portuguesa*, in *Direito e Cidadania*, ano II, n.º 5, Praia, novembro de 1998-fevereiro de 1999, pp. 235-247)
- 2.3.2.8. *Legislação eleitoral em Moçambique*, in *Direito e Cidadania*, ano III, n.º 7, Praia, julho-outubro de 1999, pp. 261 e ss.
- 2.3.2.9. *The Treaty of Amsterdam: some progresses, many disappointments* (com Margarida Telles Romão), in *Currents – International Trade Law Journal* (South Texas College of Law), Houston, Summer-1999, pp. 63 e ss.
- 2.3.2.10. *A próxima revisão da Constituição de Moçambique de 1990 – um comentário*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane*, IV, dezembro de 2000, pp. 27 e ss.
- 2.3.2.11. *The system of legislation under the 4th Revision of the Portuguese Constitution: a «multidimensional enhancement» of the principle of democracy*, na *Revue Européenne de Droit Public*, vol. 13, n.º 4, winter/hiver 2001, Athens, pp. 1331 e ss. (também publicado como *O sistema de atos legislativos na 4.ª revisão da Constituição Portuguesa: um “aprofundamento multidimensional” do princípio democrático*, in *Revista de Informação Legislativa*, ano 38, n.º 149, Brasília, janeiro-março de 2001, pp. 71 e ss.)
- 2.3.2.12. *A importância dos direitos fundamentais no Estado Constitucional Contemporâneo*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, n.º 2, Luanda, 2002, pp. 7 e ss. [também publicado em chinês, nas *Perspetivas do Direito*, n.º 12, janeiro de 2003, pp. 31 e ss.]
- 2.3.2.13. *O Tribunal Penal Internacional: uma perspetiva de Direito Internacional e de Direito Constitucional*, in *Juris Poiesis* –

Revista do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá, ano 7, n.º 6, 2004, Rio de Janeiro (Brasil), pp. 273 e ss. (ISSN 1516-6635)

- 2.3.2.14. *O Direito Internacional dos Espaços*, in *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil*, n.º 4, janeiro/dezembro de 2004, Curitiba, Paraná, Brasil, pp. 131-183
- 2.3.2.15. *O referendo sobre os poderes presidenciais e a Constituição de São Tomé e Príncipe*, in *Direito e Cidadania*, ano VII, n.º 23, Praia, 2005, pp. 95-106
- 2.3.2.16. *A fiscalização da constitucionalidade na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 1990*, in *Direito e Cidadania*, Praia (Cabo Verde), ano VIII, n.º 25/26, 2006/2007, pp. 101-160
- 2.3.2.17. *Les systèmes politico-constitutionnels des États Africains de Langue Portugaise*, in *Revue Française de Droit Constitutionnel*, n.º 73, Janvier 2008/1, pp. 185-197 (ISSN 1151-2385)
- 2.3.2.18. *A proteção dos bens religiosos em Portugal*, in *Derecho y Religión*, vol. 5, Delta Publicaciones, Madrid, 2010, pp. 273-287 (ISSN 1987-3243)
- 2.3.2.19. *A abolição da enfiteuse relativa a prédios rústicos à luz da Constituição da República Portuguesa de 1976*, in *História: Debates e Tendências*, vol. 11, n.º 1, jan./jun. 2011, pp. 22-46 (ISSN 1517-2856)
- 2.3.2.20. *A Democracia na Teoria do Direito Constitucional*, in *Sistemas – Revista de Ciências Jurídicas e Económicas*, v. 3, n.º 2, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil 2011, pp. 111-140 (ISSN 2175-4853)

- 2.3.2.21. *O Direito Constitucional de Língua Portuguesa*, in *European Review of Public Law*, vol. 24, 4/2012, Winter, pp. 1345-1385 (ISSN 1105-1590)
- 2.3.2.22. *O uso da força no Direito Internacional Público*, in RBEP – *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 107, Belo Horizonte, julho-dezembro de 2013, pp. 149-200 (ISSN – 0034-7191)
- 2.3.2.23. *O Desenvolvimento do Direito Internacional Penal*, in *Direito e Democracia*, vol. 15, n.º 2, Canoas (Brasil), julho/dezembro de 2014
- 2.3.2.24. *O Poder Judicial na Constituição de Angola de 2010*, in *História: Debates e Tendências*, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, pp. 56-67
- 2.3.2.25. *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, in *Revista DIREITO – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, edição especial, jan./jun. 2015, pp. 35-85 (ISSN 2447-2336)
- 2.3.2.26. *Procedimento Expropriatório e Administração Pública Dialógica: estudo comparativo da expropriação no Brasil e Portugal (com Luciano Ferraz)*, in RBEP – *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 113, Belo Horizonte, julho-dezembro de 2016, pp. 477-532
- 2.3.2.27. *A nulidade dos tratados internacionais*, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência de Macau*, Macau, 2016, n.º 1, pp. 1-22 (ISSN 2410-1109), e 2017, n.º 2 (em chinês)
- 2.3.2.28. *O Constitucionalismo de Angola e a sua Constituição de 2010*, in *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, vol. 9 (3), setembro-dezembro 2017, pp. 221-239 (ISSN 2175-2168)

- 2.3.2.29. *Timor-Leste no Constitucionalismo de Língua Portuguesa*, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Timor-Lorosa*, ano I, n.º 1, 2018, pp. 121-176 (ISSN 2617-8281)
- 2.3.2.30. *O Constitucionalismo de Moçambique e a sua Constituição de 2004*, in *Boletim Mexicano de Comparado de Direito*, ano XLX, n.º 152, mayo-junio de 2018, pp. 449-475 (ISSN 2175-2168)
- 2.3.2.31. *Transnational crime and money laundering: The relevance of International cooperation treaties*, in *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, v. 22, n.º 44, 2019, pp. 1-22 (com GRACE LADEIRA GARBACCIO e CARLA MARIOTINI LARANJEIRA BARBOSA)
- 2.3.2.32. *Nanotecnologias: a necessária comunicação internacional para além do Estado* (com Juliane Altmann Berwig e Wilson Engelmann), in *Revista Brasileira de Direito*, Passo Fundo, vol. 17, n. 2, e3588, maio-agosto, 2021 (ISSN 2238-0604) <https://doi.org/10.18256/2238-0604.2021.v17i2.3588>
- 2.3.2.33. *Macau e os direitos fundamentais digitais*, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau*, Macau, ano XXVIII, n.º 55, 2024, pp. 39-49

2.3.3. Textos inseridos em obras coletivas nacionais como autor ou coautor

- 2.3.3.1. *Objecção de consciência (direito fundamental à)*, in *Dicionário Jurídico de Administração Pública*, VI, Lisboa, 1994, pp. 165 e ss.
- 2.3.3.2. *A zona económica exclusiva*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, VII, Lisboa, 1996, pp. 611 e ss.

- 2.3.3.3. *O segredo de Estado*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, VII, Lisboa, 1996, pp. 365 e ss.
- 2.3.3.4. *Sistemas eleitorais e método de Hondt*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 1.º suplemento, Lisboa, 1998, pp. 459 e ss.
- 2.3.3.5. *A irretroatividade da norma fiscal na Constituição Portuguesa*, in AAVV, *Perspetivas Constitucionais – Nos 20 Anos da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Miranda), III, Coimbra Editora, Coimbra, 1998, pp. 445 e ss.
- 2.3.3.6. *A Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Constituição Portuguesa*, in AAVV, *Ab uno ad omnes – 75 Anos da Coimbra Editora*, Coimbra, 1998, pp. 925 e ss.
- 2.3.3.7. *Pela dignidade do ser humano não nascido*, in AAVV, *Vida e Direito – reflexões sobre um referendo* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Henrique Mota), Principia, Lisboa, 1998, pp. 73 e ss.
- 2.3.3.8. *As autarquias locais e a respetiva legislação – um enquadramento geral*, in AAVV, *Autarquias Locais em Moçambique – antecedentes e regime jurídico*, Lisboa/Maputo, 1998, pp. 81 e ss.
- 2.3.3.9. *O estatuto dos governantes municipais*, in AAVV, *Autarquias Locais em Moçambique – antecedentes e regime jurídico*, Lisboa/Maputo, 1998, pp. 119 e ss.
- 2.3.3.10. *A inconstitucionalidade do Decreto-Lei n.º 351/93, de 7 de outubro – parecer* (com José Manuel Sérvulo Correia), in AAVV, *Direito do Ordenamento do Território e Constituição* (org. da Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários), Coimbra Editora, Coimbra, 1998, pp. 61 e ss.

- 2.3.3.11. *Partidos políticos* (com Ana Rita Cabrita), in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 1.º suplemento, Lisboa, 1998, pp. 345 e ss.
- 2.3.3.12. *Governadores civis* (com José Manuel Sérvulo Correia), in *Dicionário da História de Portugal* (org. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), VIII, suplemento, Porto, 1999, pp. 118 e ss.
- 2.3.3.13. *Hondt (método de)* (com José Manuel Sérvulo Correia), in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, XIV, Lisboa/São Paulo, 1999, pp. 1369 e 1370
- 2.3.3.14. *A proibição da retroatividade da norma fiscal na Constituição Portuguesa*, in AAVV, *Problemas Fundamentais do Direito Tributário* (org. de Diogo Leite de Campos), VisLis Editores, Lisboa, 1999, pp. 35 e ss.
- 2.3.3.15. *Os direitos de participação dos representantes dos trabalhadores na elaboração da legislação laboral*, in AAVV, *Estudos do Instituto de Direito do Trabalho*, I volume, Almedina, Coimbra, 2001, pp. 109 e ss.
- 2.3.3.16. *Reflexões sobre a 5.ª Revisão da Constituição Portuguesa*, in AAVV, *Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1976 – Evolução Constitucional e Perspetivas Futuras*, AAFDL, Lisboa, 2001, pp. 631 e ss.
- 2.3.3.17. *Estado de guerra*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 2.º suplemento, Lisboa, 2001, pp. 301 e ss.
- 2.3.3.18. *Regulação e limites dos direitos fundamentais*, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 2.º suplemento, Lisboa, 2001, pp. 450 e ss.

- 2.3.3.19. *A crise da Justiça – a evidência de uma crise cultural?*, in AAVV, *O Debate da Justiça* (org. de António Pedro Barbas Homem e Jorge Bacelar Gouveia), VisLis Editores, Lisboa, 2001, pp. 183 e ss.
- 2.3.3.20. *A importância da Lei n.º 134/99 no novo Direito Português da Igualdade Social*, in AAVV, *Atas do Seminário Técnico sobre a aplicação da Lei Anti-Discriminação* (org. pelo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas), Lisboa, 2002, pp. 10 e ss. (também publicado na *THEMIS – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, ano III, n.º 5, 2002, pp. 19-42) (ISBN 972-40-1825-3)
- 2.3.3.21. *Segredo de Estado e Lei Constitucional em Angola*, in AAVV, *A produção de informações de segurança no Estado Democrático de Direito – o caso angolano* (org. de Carlos Feijó), Principia, Cascais, 2003, pp. 23-75 (ISBN 972-8818-03-3)
- 2.3.3.22. *A afirmação dos direitos fundamentais no Estado Constitucional Contemporâneo*, in AAVV, *Direitos Humanos – Teorias e Práticas* (org. de Paulo Ferreira da Cunha), Almedina, Coimbra, 2003, pp. 53 e ss.
- 2.3.3.23. *O regionalismo político-legislativo português: em busca da perfeição*, in AAVV, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes*, Coimbra Editora, Lisboa, 2004, pp. 59 e ss.
- 2.3.3.24. *O Tribunal Penal Internacional: uma perspetiva de Direito Internacional e de Direito Constitucional*, in AAVV, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha*, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pp. 417 e ss.

- 2.3.3.25. *A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau – contributo para uma compreensão de Direito Constitucional*, in AAVV, *Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira*, Coimbra Editora, Lisboa, 2006, pp. 261 e ss.
- 2.3.3.26. *Religião e Estado de Direito – uma visão panorâmica*, in AAVV, *Estudos Jurídicos e Económicos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco*, Coimbra, 2006, pp. 429-445
- 2.3.3.27. *Sistemas constitucionais africanos de língua portuguesa: a caminho de um paradigma?*, in AAVV, *30 Anos da Constituição Portuguesa 1976-2006* (organização de Jorge Bacelar Gouveia et alii), Almedina, edição especial da *THEMIS – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, Lisboa, 2006, pp. 119-141
- 2.3.3.28. *Os Serviços de Informações de Portugal: Organização e Fiscalização*, in AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Carlos Pereira), Almedina, Coimbra, 2007, pp. 171-192 (ISBN 978-972-40-3053-1)
- 2.3.3.29. *Constitutional Law*, in AAVV, *Portuguese Law – an overview* (edição de Carlos Ferreira de Almeida, Assunção Cristas e Nuno Piçarra), Almedina, Coimbra, 2007, pp. 75-87 (ISBN 978-972-4032306)
- 2.3.3.30. *Fundamental Rights*, in AAVV, *Portuguese Law – an overview* (edição de Carlos Ferreira de Almeida, Assunção Cristas e Nuno Piçarra), Almedina, Coimbra, 2007, pp. 89-97 (ISBN 978-972-4032306)
- 2.3.3.31. *Direito Internacional Público*, in AAVV, *III Suplemento ao Dicionário Jurídico da Administração Pública* (direção de

Jorge Bacelar Gouveia), Lisboa, 2007, pp. 314-338 (ISBN 978-972-32-1500-7)

- 2.3.3.32. *Direitos do Homem*, in AAVV, *III Suplemento ao Dicionário Jurídico da Administração Pública* (direção de Jorge Bacelar Gouveia), Lisboa, 2007, pp. 391-411 (ISBN 978-972-32-1500-7)
- 2.3.3.33. *Pessoas coletivas de utilidade pública*, in AAVV, *III Suplemento ao Dicionário Jurídico da Administração Pública* (direção de Jorge Bacelar Gouveia), Lisboa, 2007, pp. 560-586 (ISBN 978-972-32-1500-7)
- 2.3.3.34. *Procedimento legislativo*, in AAVV, *III Suplemento ao Dicionário Jurídico da Administração Pública* (direção de Jorge Bacelar Gouveia), Lisboa, 2007, pp. 595-618 (ISBN 978-972-32-1500-7)
- 2.3.3.35. *Tratado internacional*, in AAVV, *III Suplemento ao Dicionário Jurídico da Administração Pública* (direção de Jorge Bacelar Gouveia), Lisboa, 2007, pp. 684-781 (ISBN 978-972-32-1500-7)
- 2.3.3.36. *Os direitos fundamentais em Macau*, in AAVV, *Estudos Comemorativos dos 10 Anos da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, I, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 311-338 (ISBN 978-972-32-1500-7)
- 2.3.3.37. *Constituição*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), Quid Juris?, Lisboa, 2013, pp. 84-85 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.3.38. *Direitos Económicos, Sociais e Culturais*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar

Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), *Quid Juris?*, Lisboa, 2013, pp. 126-127 (ISBN 978-972-724-642-7)

- 2.3.3.39. *Direitos Fundamentais*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), *Quid Juris?*, Lisboa, 2013, pp. 127-130 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.3.40. *Estados de Sítio e de Emergência*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), *Quid Juris?*, Lisboa, 2013, pp. 144-146 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.3.41. *Método de Hondt*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), *Quid Juris?*, Lisboa, 2013, pp. 243-245 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.3.42. *Partidos Políticos*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), *Quid Juris?*, Lisboa, 2013, pp. 272-276 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.3.43. *Preâmbulo*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), *Quid Juris?*, Lisboa, 2013, pp. 287-288 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.3.44. *República*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), *Quid Juris?*, Lisboa, 2013, pp. 335-337 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.3.45. *Separação de Poderes*, in AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira

- Coutinho), *Quid Juris?*, Lisboa, 2013, pp. 360-362 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.3.46. *A Democracia na Teoria do Direito Constitucional*, in AAVV, *Liber Amicorum em Homenagem ao Prof. Doutor João Mota de Campos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 467-501 (ISBN 978-972-32-2116-9)
- 2.3.3.47. *Da “Constituição da Crise” à “crise da Constituição”?*, in AAVV, *A Crise e o Direito* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Nuno Piçarra), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 179-199 (ISBN 978-972-40-5201-4)
- 2.3.3.48. *A abolição da enfiteuse de prédios rústicos à luz da Constituição Portuguesa de 1976*, in AAVV, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas, I*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 327-376 (ISBN 978-972-3221190)
- 2.3.3.49. *Portugal, Brasil e o Direito Internacional*, in AAVV, *I Congresso Luso-Brasileiro de Direito* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Heraldo de Oliveira Silva), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 23-32 (ISBN 978-972-40-5503-9)
- 2.3.3.50. *Direito Internacional Público*, in AAVV, *Enciclopédia das Relações Internacionais* (org. de Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho), D. Quixote, Lisboa, 2014, pp. 158-163 (ISBN 978-972-20-5505-5)
- 2.3.3.51. *Magistrados e Liberdade de Expressão: a Rede e o Muro*, in AAVV, *Ética e Redes Sociais*, Centro de Estudos Judiciários – caderno especial, Lisboa, 2015, pp. 89-98 (ISBN 978-972-9122-98-2)
- 2.3.3.52. *Constituição*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 75-77 (ISBN 978-972-40-5994-5)

- 2.3.3.53. *Democracia*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 108-112 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.54. *Dignidade da pessoa humana*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 112-115 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.55. *Direito Constitucional*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 119-131 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.56. *Direito Constitucional da Segurança*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 131-136 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.57. *Direito Internacional Humanitário*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 144-147 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.58. *Direito Internacional da Segurança*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 147-150 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.59. *Direitos Fundamentais*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 161-165 (ISBN 978-972-40-5994-5)

- 2.3.3.60. *Estado*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 168-185 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.61. *Estado de Direito*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 185-188 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.62. *Estados de sítio e de emergência*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 193-196 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.63. *Operações de paz*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 283-287 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.64. *Princípio da proporcionalidade*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 333-335 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.65. *Proibição do uso da força no Direito Internacional Público*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 342-346 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.66. *Resolução das controvérsias internacionais*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 365-369 (ISBN 978-972-40-5994-5)

- 2.3.3.67. *Segurança humana*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 418-422 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.68. *Tribunal Penal Internacional*, in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015, pp. 465-472 (ISBN 978-972-40-5994-5)
- 2.3.3.69. *A Constituição Global*, in AAVV, *Os novos horizontes do Constitucionalismo Global* (direção de Irene Maria Portela), edição do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, 2017, pp. 43-57 (ISBN 978-989-99861-1-4)
- 2.3.3.70. *Reforma do Estado e Poder Local*, in AAVV, *40 Anos – Poder Local Democrático – Sonho – Participação – Trabalho (Conferência Nacional)*, Loures, 2017, pp. 251-260
- 2.3.3.71. *A Ordem Jurídica Portuguesa e o Direito Internacional Público* (com João Francisco Diogo), in AAVV, *O Direito Internacional Público nos Direitos de Língua Portuguesa* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), Lisboa, 2018, pp. 265-295 (ISBN 978-972-99399-2-1)
- 2.3.3.72. *O novo Direito da Segurança na Enciclopédia Jurídica e na Ciência do Direito*, in AAVV, *Contextos de Segurança – Análises e Perspetivas* (coordenação de António Rebelo de Sousa), II, OSCOT, Lisboa, 2018, pp. 103-116 (ISBN 978-989-99884-3-9)
- 2.3.3.73. *As fontes do Direito entre o Código Civil e a Constituição*, in AAVV, *50 Anos do Código Civil de 1966* (coordenação de José João Abrantes), Almedina, Coimbra, 2018, pp. 35-42 (ISBN 978-972-40-7540-2)

- 2.3.3.74. *O estado de exceção constitucional em Portugal*, in AAVV, *O estado de emergência – COVID-19 – implicações na Justiça* (org. de Edgar Taborda Lopes), Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 2020, pp. 25-44 (ISBN 978-972-9122-98-9) (DOI 10.34619/djth-n075)
- 2.3.3.75. *Segurança Sanitária*, in AAVV, *Contextos de Segurança* (coordenação de António Rebelo de Sousa), III, Diário de Bordo, Lisboa, 2023, pp. 33-53 (ISBN 978-989-53974-5-7)
- 2.3.3.76. *A Defesa da Pátria*, in AAVV, *Liber Amicorum Pedro Pais de Vasconcelos* (org. de Pedro Leitão Pais de Vasconcelos), III, Almedina, Coimbra, 2023, pp. 609-629 (ISBN 978-989-40-1158-3)
- 2.3.3.77. *Identidade e Coerência da Constituição Portuguesa de 1976*, in AAVV, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Fernando Alves Correia* (org. de Fernanda Paula Oliveira, Ana Raquel Gonçalves Moniz, Jorge Alves Correia e Pedro Costa Gonçalves), I, Almedina, Coimbra, 2023, pp. 199-227 (ISBN 978-989-40-1277-1)

2.3.4. Textos inseridos em obras coletivas internacionais como autor ou coautor

- 2.3.4.1. *European Data Protection and Churches in Portugal*, in AAVV, *Europäisches Datenschutzrecht und die Kirchen* (org. de Gerhard Robbers), Berlin, 1994, pp. 127 e ss.
- 2.3.4.2. *Des collectivités locales en attente de région*, in AAVV, *Les collectivités décentralisées de l'Union Européenne* (organização de Alain Delcamp), Paris, 1994, pp. 303 e ss.

- 2.3.4.3. *La citoyenneté au Portugal – commentaires et réflexions*, in AAVV, *Citoyennetés nationales et citoyenneté européenne* (coordenação de Françoise Parisot), Paris, 1998, pp. 206 e ss. [também publicado em português como *A Cidadania em Portugal – comentários e reflexões*, in AAVV, *Cidadanias nacionais e cidadania europeia* (coordenação de Françoise Parisot), Didáctica Editora, Lisboa, 2001, pp. 216 e ss.]
- 2.3.4.4. *A aplicação do Acordo ADPIC na Ordem Jurídica Portuguesa – o caso especial da duração das patentes*, in AAVV, *I Forum Ibero-Americano sobre Innovación, Propiedad Industrial e Intelectual y Desarrollo – Actas*, Madrid, 2000, pp. 433 e ss.
- 2.3.4.5. *As associações públicas profissionais no Direito Português*, in AAVV, *Direito em Questão – aspetos principiológicos da Justiça*, (coordenadora Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas), Editora UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2001, pp. 257-305 (ISBN 85-86919-42-X)
- 2.3.4.6. *A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau*, in AAVV, *2.º Seminário Internacional sobre a Lei Básica – Comemorativo do 20.º Aniversário da Universidade de Macau*, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau*, ano VI, Macau, 2002, n.º 13, pp. 173 e ss.
- 2.3.4.7. *Des collectivités locales en attente de région* (com António Rebordão Montalvo), in AAVV, *La décentralisation dans les États de l’Union européenne* [direção de Alain Delcamp e John Loughlin], Paris, 2002, pp. 265 e ss.)
- 2.3.4.8. *A evasão fiscal na interpretação e integração da lei fiscal*, in AAVV, *Planejamento Tributário* [coordenação de Marcelo Magalhães Peixoto], São Paulo, 2004, pp. 231 e ss.

- 2.3.4.9. *A feitura das convenções internacionais em Portugal*, in AAVV, *O Direito Constitucional Internacional após a Emenda 45/2004 e os direitos fundamentais* (coordenação de Eduardo Biancchi Gomes e Tarcísio Hardman Reis), Lex Editora, S. A., São Paulo, 2007, pp. 91 e ss.
- 2.3.4.10. *Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, in AAVV, *Temas de Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais* (organização de Dirley da Cunha Júnior e Rodolfo Pamplona Filho), Editora Podium, Salvador (Brasil), 2007, pp. 139 e ss. (ISBN 857761026-8)
- 2.3.4.11. *Oversight of the Security Intelligence Activity in Portugal*, in AAVV, *Stockholm International Symposium on National Security and European Convention on Human Rights* (edição da Comissão on Security and Integrity Protection), Stockholm, 2008, pp. 83-108
- 2.3.4.12. *O Direito Internacional Público no Direito de Portugal e dos Estados de Língua Portuguesa*, in AAVV, *Constituição e Democracia: fundamentos* (coordenação de Marcelo Campos Galuppo), Belo Horizonte, 2009, pp. 143-183 (ISBN 978-5-7700-268-9)
- 2.3.4.13. *Religious Liberty and Rule of Law in Constitutional State: the Portuguese Experience*, in AAVV, *Religion and Public Authority in European Union Countries – conference proceedings*, Prague, 2009, pp. 167 e ss. (ISBN 978-80-86310-86-2)
- 2.3.4.14. *Rule of Law in Constitutional State: main features and the experience of Portugal*, ed. Korea Legislation Research Institute, Seoul, 2009, pp. 65-98
- 2.3.4.15. *The Fundamental Rights in Macao*, in AAVV, *One Country, Two Systems, Three Legal Orders – Perspectives of Evolution*

- (edição de Jorge Oliveira e Paulo Cardinal), Springer, Heidelberg, 2009, pp. 695 e ss. (ISBN 978-3-540-68571-5)
- 2.3.4.16. *Portugal*, in *Dictionnaire du Droit des Religions* (direção de Francis Messner), CNRS Editions, Paris, 2010, pp. 554-560 (ISBN 978-2-271-07112-5)
- 2.3.4.17. *O princípio da dignidade da pessoa humana*, in AAVV, *Direitos humanos: entre a Utopia e a Contemporaneidade* (coordenação de Márcia Rodrigues Bertoldi e Karina Batista Sposato), Editora Fórum, Belo Horizonte, 2011, pp. 155-162 (ISBN 978-85-7700-516-1)
- 2.3.4.18. *Fontes de Direito e Direitos fundamentais em Macau*, in AAVV, *2.ªs Jornadas de Direito e Cidadania da Assembleia Legislativa da RAEM – Direitos Fundamentais – Consolidação e Perspetivas de Evolução* (coordenadores: Leonel Alves e Paulo Cardinal), Macau, 2011, pp. 757 e ss.
- 2.3.4.19. *Religious education in Portugal*, in AAVV, *The Routledge International Handbook of Religious Education* (edição Derek H. Davis e Elena Miroshnikova), New York, 2012, pp. 272-279 (ISBN 978-0-415-53630-1)
- 2.3.4.20. *Religious Education in Portugal*, in AAVV, *Religious Education in the World Today*, Ljubljana, 4-6. December 2012, pp. 32-36
- 2.3.4.21. *O uso da força no Direito Internacional Público*, in AAVV, *Estudos em Comemoração do X Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais*, I volume (organização de Mário Pereira da Silva, Leão de Pina e Paulo Monteiro Júnior), Praia, 2012, pp. 155-191
- 2.3.4.22. *Macau no Direito Constitucional de Língua Portuguesa*, in AAVV, *3.ªs Jornadas de Direito e Cidadania da Assembleia*

Legislativa da RAEM – Sentido e importância do Direito Comparado no âmbito do princípio «Um País, Dois Sistemas» (coordenadores: Leonel Alves, Tong Lo Cheng e Paulo Cardinal), Macau, 2012, pp. 11 e ss.

- 2.3.4.23. *A Constituição e o Direito Justo*, in AAVV, *Estudos em Comemoração do XX Aniversário da Constituição da República de Cabo Verde* (organização de José Pina Delgado e Mário Ramos Pereira Silva), Edições ISCJS, Praia, 2013, pp. 9-29
- 2.3.4.24. *O conceito legal de ‘Magistrado Judicial’ como requisito para Presidente da Comissão Nacional Eleitoral: uma interpretação correta e conforme à Constituição da República de Angola*, in AAVV, *Revista Comemorativa do XL Aniversário da Fundação da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e do XXXV Aniversário da 1.ª Licenciatura em Direito* (direção, coordenação e organização de Elisa Rangel Nunes), II, Luanda, 2019, pp. 679-706 (ISBN978-989-98740-6-0)
- 2.3.4.25. *O Constitucionalismo de Angola e a sua Constituição de 2010*, in AAVV, *Sistema do Direito, Novas Tecnologias, Globalização e o Constitucionalismo Contemporâneo: desafios e perspectivas* (org. de Wilson Engelmann), São Leopoldo, 2020, pp. 37-79 (ISBN 978-65-89503-00-2) (DOI: <https://doi.org/10.29327/529171.1-4>)
- 2.3.4.26. *“Constitucionalismo Digital”: os grandes desafios na proteção dos direitos fundamentais*, in *Novas tecnologias e o princípio da centralidade da pessoa humana*, AAVV, *Anais do XIII Congresso Iberoamericano de Investigadores y Docentes de Derecho e Informática* (org. de Cristino Colombo e Wilson Engelmann), São Leopoldo, Casa Leiria, 2023 (ISBN 978-85-9509-097-2), pp. 457-474 (DOI 10.29327/5321162.1-21)

2.3.5. Livros, monografias e manuais nacionais

- 2.3.5.1. *O valor positivo do ato inconstitucional*, AAFDL, Lisboa, 1992 (reimpressão em 2000)
- 2.3.5.2. *O direito de passagem inofensiva no novo Direito Internacional do Mar*, Lex – Edições Jurídicas, Lisboa, 1993 (com o prefácio de Armando M. Marques Guedes) (ISBN 972-9495-09-2)
- 2.3.5.3. *Os direitos fundamentais atípicos*, Editorial Notícias e Editorial Aequitas, Lisboa, 1995 (dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) (com prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa) (ISBN 972-46-0701-1) (ISBN 972-9485-25-9)
- 2.3.5.4. *O estado de exceção no Direito Constitucional – entre a eficiência e a normatividade das estruturas de defesa extraordinária da Constituição*, 1.º e 2 volumes, Almedina, Coimbra, 1998 (tese de doutoramento em Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law) (versão impressa ISBN 978-972-40-1241-7) (versão ebook em 1.ª edição em julho de 2020 – ISBN 978-972-40-8596-8)
- 2.3.5.5. *Autonomias regionais – que futuro político-constitucional?*, ed. da Assembleia Legislativa Regional, Funchal, 1999 <https://doi.org/10.34619/wmle-o76a>
- 2.3.5.6. *Estudos de Direito Público, I, Principia – Publicações Universitárias e Científicas*, Cascais, 2000 (ISBN 972-8500-21-1)
- 2.3.5.7. *As relações externas de Portugal – aspetos jurídico-políticos* (com Fausto de Quadros), edição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2001

- 2.3.5.8. *Novos Estudos de Direito Público*, II, Âncora Editora, Lisboa, 2002 (ISBN 972-780-108-0)
- 2.3.5.9. *Manual de Direito Internacional Público*, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 2003 (ISBN 978-972-40-2019-8)
- 2.3.5.10. *Ensinar Direito Constitucional*, Almedina, Coimbra, 2003 (ISBN 978-972-40-2054-9)
- 2.3.5.11. *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2004 (ISBN 978-972-40-2326-7)
- 2.3.5.12. *O Código do Trabalho e a Constituição Portuguesa*, O Espírito das Leis, Lisboa, 2003 (ISBN 972-9020-06-X) (também publicado como *O Anteprojeto de Código do Trabalho e a Constituição Portuguesa* em AAVV, *Código do Trabalho – Pareceres*, III, edição do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, Lisboa, 2004, pp. 97-225)
- 2.3.5.13. *Estudos de Direito Público de Língua Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2004 (ISBN 978-972-40-2307-6)
- 2.3.5.14. *Portugal e o Direito do Mar* (com Fausto de Quadros e Paulo Otero), edição do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2004 (ISBN 972-98906-2-5)
- 2.3.5.15. *Arrendamento Urbano, Constituição e Justiça – Perspetivas de Direito Constitucional e de Direito Processual*, O Espírito das Leis, Lisboa, 2004 (ISBN 972-9020-07-8)
<https://doi.org/10.34619/oqlo-sdjb>
- 2.3.5.16. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 2005, (1.º vol. ISBN 978-972-40-2620-6; 2.º vol. ISBN 978-972-40-2621-3)

- 2.3.5.17. *Novíssimos Estudos de Direito Público*, III, Almedina, Coimbra, 2006 (ISBN 978-972-40-2922-1)
- 2.3.5.18. *Ensinar Direito Internacional Público*, Almedina, Coimbra, 2006 (ISBN 978-972-40-2841-5)
- 2.3.5.19. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2007 (1.º vol. ISBN 978-972-40-3294-8; 2.º vol. ISBN 978-972-40-3295-5)
- 2.3.5.20. *A Dissolução da Assembleia da República – uma nova perspectiva da Dogmática do Direito Constitucional*, Almedina, Coimbra, 2007 (ISBN 978-972-40-3167-5)
- 2.3.5.21. *Direito Internacional Penal – uma perspectiva dogmático-crítica*, Almedina, 1.^a ed., Coimbra, 2008 (ISBN 978-972-40-3593-2 (reimpressão em 2015)
- 2.3.5.22. *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2008 (ISBN 978-972-40-3435-5) (com uma reimpressão)
- 2.3.5.23. *Vida humana pré-natal, aborto e Constituição*, EDIUAL, Lisboa, 2009 (ISBN 978-989-8191-11-3)
- 2.3.5.24. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2009 (1.º vol. ISBN 978-972-40-3953-4; 2.º vol. ISBN 978-972-40-3954-1) (com uma reimpressão)
- 2.3.5.25. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2011 (1.º vol. ISBN 978-972-40-4680-8; 2.º vol. ISBN 978-972-40-4681-5)
- 2.3.5.26. *A Autonomia Legislativa das Regiões Autónomas Portuguesas – um contributo de Direito Constitucional Regional*, EDIUAL, Lisboa, 2012 (ISBN 978-989-8191-34-2)

- 2.3.5.27. *Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional*, IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa/IDiP – Instituto de Direito Público, Lisboa, 2012 (ISBN 978-989-98081-1-9)
- 2.3.5.28. *Manual de Direito Internacional Público*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2013 (ISBN 978-972-40-5371-4)
- 2.3.5.29. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2013 (1.^o vol. ISBN 978-972-40-5393-6; 2.^o vol. ISBN 978-972-40-5394-3)
- 2.3.5.30. *Direito Constitucional de Língua Portuguesa – caminhos de um Constitucionalismo Singular*, Almedina, Coimbra, 2013 (ISBN 978-972-40-4886-4)
- 2.3.5.31. *Direito Internacional da Segurança*, Almedina, 1.^a ed., Coimbra, 2013 (ISBN 978-972-40-5372-1) (Ebook ISBN 978-972-40-5397-4)
- 2.3.5.32. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 6.^a ed., Almedina, Coimbra, 2016: (1.^o vol. ISBN 978-972-40-6795-7, com 3 reimpressões; 4.^a reimpressão setembro de 2020); (2.^o vol. ISBN 978-972-40-6796-4, com 2 reimpressões, e uma reimpressão em novembro de 2020)
- 2.3.5.33. *Manual de Direito Internacional Público*, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2017 (ISBN 978-972-40-6974-6, com 1.^a reimpressão em 2019, 2.^a reimpressão em setembro de 2020) (Ebook ISBN 978-972-40-9172-3)
- 2.3.5.34. *Direito da Segurança*, Almedina, 1.^a ed., Coimbra, 2018 (ISBN 978-972-40-7492-4)
- 2.3.5.35. *Estado de Exceção no Direito Constitucional – uma Perspetiva do Constitucionalismo Democrático* (Teoria Geral e Direito

Português), Almedina, Coimbra, 2020 (ISBN 978-972-40-8493-0) (ebook ISBN 978-972-40-8495-4)

- 2.3.5.36. *Direito da Segurança*, Almedina, 2.^a ed., Coimbra, 2020 (ISBN 978-972-40-8685-9; Ebook 978-972-40-9465-6)
- 2.3.5.37. *O Primeiro Parlamento Digital Português – o Funcionamento da Assembleia Legislativa dos Açores por via telemática: para uma solução jurídico-política possível e adequada em circunstâncias de crise*, AAFDL Editora, Lisboa, 2020 (ISBN 978-972-629-567-9)
- 2.3.5.38. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 7.^a ed., Almedina, Coimbra, 2021 (1.^o vol. ISBN 978-972-40-9849-4, Ebook 978-972-40-9883-8; 2.^o vol. ISBN 978-972-40-9850-0, Ebook 978-972-40-9884-5; 1.^a reimpressão do 1.^o vol. em março de 2023, ISBN – 978-972-40-9849-4; 2.^a reimpressão do 1.^o vol. em fevereiro de 2024, ISBN – 978-972-40-9849-0, ISBN 978-972-40-6795-7; 1.^a reimpressão do 2.^o vol. em janeiro de 2022, ISBN – 978-972-40-9850-0; 2.^a reimpressão do 2.^o vol. em abril de 2024, ISBN 978-972-40-9850-0, ISBN 978-972-40-6796-4)
- 2.3.5.39. *Proteção Civil e Segurança Comunitária – uma perspetiva da Segurança Humana em Estado de Direito Democrático*, Almedina, Coimbra, 2022 (ISBN 978-989-40-0443-1, Ebook 978-989-40-0483-7)
- 2.3.5.40. *Manual de Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Almedina, Coimbra, 2022 (ISBN 978-989-40-0797-5, Ebook 978-989-40-0814-9; 1.^a reimpressão em julho de 2023, ISBN 978-989-40-6974-6, Ebook 978-989-40-9172-3)
- 2.3.5.41. *Defesa Nacional e Forças Armadas – uma perspetiva do Direito Militar da Segurança em Estado Constitucional*

Democrático, Almedina, Coimbra, 2022 (ISBN 978-989-40-0512-4; Ebook 978-989-40-0549-0)

- 2.3.5.42. *Direito Internacional da Segurança*, Almedina, 2.^a ed., Coimbra, 2022 (ISBN 978-989-40-0566-7) (Ebook ISBN 978-989-40-0602-2) (1.^o reimpressão ISBN 978-972-40-5372-1, Ebook ISBN 978-972-40-5397-4)
- 2.3.5.43. *Direitos Fundamentais – Teoria Geral e Dogmática da Constituição Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2023 (ISBN 978-989-40-1091-3, Ebook 978-989-40-1092-0)
- 2.3.5.44. *Direito Internacional Penal – uma perspetiva dogmático-crítica*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2023 (ISBN 978-989-40-1560-4, Ebook 978-989-40-1561-1)
- 2.3.5.45. *Direito da Religião – Laicidade, Pluralismo e Cooperação nas Relações Igreja-Estado*, Almedina, Coimbra, 2024 (ISBN 978-989-40-2032-5)
- 2.3.5.46. *Direito da Segurança – Ensinar, Investigar, Servir*, Almedina, Coimbra, 2025 (ISBN Ebook 978-989-40-2415-6)

2.3.6. Livros, monografias e manuais internacionais

- 2.3.6.1. *Breves reflexões sobre a próxima revisão da Constituição Moçambicana de 1990*, Minerva, Maputo, 1999
- 2.3.6.2. *Manual de Direito Internacional Público*, Editora Renovar Rio de Janeiro, 2005 (ISBN 85-7147-480-X)
- 2.3.6.3. *Constitutional Law in Portugal*, in *International Encyclopaedia of Laws*, 1.^a ed., Wolters Kluwer, Law & Business, The Netherlands, Suppl. 75, 2008 (ISBN 978-90-654-4944-3)

- 2.3.6.4. *Constitutional Law in Portugal*, in *International Encyclopaedia of Laws/Constitutional Law*, 2.^a ed., Wolters Kluwer, Law & Business, The Netherlands, Suppl. 88, 2010 (ISBN 987-90-654-4944-3)
- 2.3.6.5. *Direito Constitucional de Timor-Leste*, IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa/Díli, 2012 (ISBN 978-989-97857-0-0)
<https://doi.org/10.34619/mvuo-1qyj>
- 2.3.6.6. *Direito Constitucional de Macau*, IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa/Macau, 2012 (ISBN 978-989-97857-1-7)
<https://doi.org/10.34619/oljs-putn>
- 2.3.6.7. *Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional*, Arraes Editores, Belo Horizonte, 2013 (ISBN 978-85-8238-039-0)
- 2.3.6.8. *Religion and Law in Portugal*, in *International Encyclopaedia of Laws/Religion*, 1.^a ed., Wolters Kluwer – Law & Business, Suppl. 5 (September 2013) (ISBN 978-90-411-5182-7)
- 2.3.6.9. *Direito Constitucional de Angola*, IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa/Luanda, 2014 (ISBN 978-989-97857-2-4)
<https://doi.org/10.34619/ncq0-0h6i>
- 2.3.6.10. *Constitutional Law in Portugal*, 2.^a ed., Kluwer Law International, Wolters Kluwer – Law & Business, The Netherlands, 2015 (ISBN 978-90-411-5881-9)
- 2.3.6.11. *Religion and Law in Portugal*, 2.^a ed., Wolters Kluwer – Law & Business, The Netherlands, 2015 (ISBN 978-90-411-6016-4)
- 2.3.6.12. *Direito Constitucional de Moçambique*, IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa/Maputo, 2015 (ISBN 978-989-20-5979-2) <https://doi.org/10.34619/rmvp-9pq8>

- 2.3.6.13. *Constitutional Law in Portugal*, 3.^a ed., Kluwer Law International, Wolters Kluwer, The Netherlands, 2018 (ISBN 978-90-411-9616-3)
- 2.3.6.14. *Religion and Law in Portugal*, 3.^a ed., Wolters Kluwer – Law & Business, The Netherlands, 2019 (ISBN 978-94-035-0831-3)
- 2.3.6.15. *Constitutional Law in Portugal*, 4.^a ed., Kluwer Law International, Wolters Kluwer Legal and Regulatory, The Netherlands, 2022 (ISBN 978-94-035-0236-6)
- 2.3.6.16. *Religion and Law in Portugal*, 4.^a ed., Wolters Kluwer International B. V., edited by Wouter Druwé, Alphen aan den Rijn, The Netherlands, 2024 (ISBN 978-94-035-1839-8) (former part of *International Encyclopaedia of Laws/ Religion Law*)

2.3.7. Livros nacionais com textos como autor e na qualidade de organizador

- 2.3.7.1. *O espaço aéreo internacional e O espaço exterior*, respetivamente os capítulos VIII e IX da Parte IV sobre “O domínio da sociedade internacional”, insertos no livro de Joaquim da Silva Cunha, *Direito Internacional Público – a sociedade internacional*, 4.^a ed., AAFDL, Lisboa, 1993, pp. 323 e ss., e pp. 331 e ss.
- 2.3.7.2. *Dos sistemas eleitorais em geral à representação proporcional, pelo método de Hondt, do Direito Constitucional Português – Introdução*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Legislação Eleitoral* (prefácio de Jorge Miranda), Livraria Arco-Íris e Edições Cosmos, Lisboa, 1995, pp. XV-XXIV (ISBN – 972-8119-31-3 | ISBN 972-8081-83-9)

- 2.3.7.3. AAVV, *Vida e Direito – reflexões sobre um Referendo*, (org. de Jorge Bacelar Gouveia e Henrique Mota), Principia, Cascais 1998 (ISBN 972-97457-9-X)
- 2.3.7.4. *Da codificação jurídica em geral à codificação do Direito Internacional*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Estudos de Direito Público*, I, Principia, Cascais, 2000, pp. 125-135 (ISBN 978-972-8500-21-1)
- 2.3.7.5. AAVV, *A crise da Justiça – a evidência de uma crise cultural?*, in AAVV, *O Debate da Justiça* (org. de António Pedro Barbas Homem e Jorge Bacelar Gouveia), VisLis Editores, Lisboa, 2001 (ISBN 972-52-0120-5)
- 2.3.7.6. *O Decreto-Lei n.º 40/2001 e a Constituição Portuguesa*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novos Estudos de Direito Público*, Âncora Editora, Lisboa, 2002, pp. 159-205 (ISBN 972-780-108-0)
- 2.3.7.7. *A utilização ilegal do domínio público hídrico pelos particulares: o caso das construções clandestinas na lagoa de Santo André*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novos Estudos de Direito Público*, Âncora Editora, Lisboa, 2002, pp. 335-422 (ISBN 972-780-108-0)
- 2.3.7.8. *A influência da Constituição Portuguesa de 1976 nos sistemas constitucionais de língua portuguesa*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Estudos de Direito Público de Língua Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2004, pp. 9-17 (ISBN 978-972-40-2307-9)
- 2.3.7.9. *A primeira Constituição de Timor-Leste*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Estudos de Direito Público de Língua Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2004, pp. 305-319 (ISBN 978-972-40-2307-9)

- 2.3.7.10. AAVV, *Estudos de Direito Público* (coordenação de João Caupers e Jorge Bacelar Gouveia), Âncora Editora, Lisboa, 2005 (ISBN 978-972-780-166-8)
- 2.3.7.11. *A inconstitucionalidade da legitimidade processual exclusiva do Procurador-Geral da República para novo pedido de revisão de sentença penal*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novíssimos Estudos de Direito Público*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 9-16 (ISBN 978-972-40-2922-1)
- 2.3.7.12. *A Lei n.º 52-A/2005 e os direitos dos titulares dos “órgãos de governo próprio” da Região Autónoma da Madeira*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novíssimos Estudos de Direito Público*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 73-98 (ISBN 978-972-40-2922-1)
- 2.3.7.13. *A invocação “processualmente adequada” da inconstitucionalidade no âmbito da fiscalização concreta*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novíssimos Estudos de Direito Público*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 29-45 (ISBN 978-972-40-2922-1)
- 2.3.7.14. *Democracia, partidos políticos e Estado de Direito na Guiné-Bissau: reflexões sobre o sistema político-constitucional*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novíssimos Estudos de Direito Público*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 47-54 (ISBN 978-972-40-2922-1)
- 2.3.7.15. *A passagem do navio “Borndiep” pelo mar territorial português e o Direito Internacional do Mar*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novíssimos Estudos de Direito Público*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 101-122 (ISBN 978-972-40-2922-1)
- 2.3.7.16. *Os Anexos Técnicos à Convenção de Chicago de 1944 e a Ordem Jurídica Portuguesa*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novíssimos Estudos de Direito Público*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 159-195 (ISBN 978-972-40-2922-1)

- 2.3.7.17. *A Administração Pública na futura Constituição de Angola: novos horizontes*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Novíssimos Estudos de Direito Público*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 199-217 (ISBN 978-972-40-2922-1)
- 2.3.7.18. AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira), I volume, Almedina, Coimbra, 2007 (ISBN 978-972-40-3053-1) (reimpressão em 2014 – ISBN 978-972-40-5822-1)
- 2.3.7.19. AAVV, *Estudos de Direito Aéreo – I Pós-Graduação em Direito Aéreo e Direito Espacial*, Almedina, Coimbra, 2007 (ISBN 978-972-40-3178-1)
- 2.3.7.20. AAVV, *IV Conferência dos Organismos de Fiscalização Parlamentar dos Serviços de Informações dos Estados Membros da União Europeia – 4th Conference of the Parliamentary Committees for the Oversight of Intelligence and Security Services within the European Union*, Assembleia da República, Lisboa, 2009 (ISBN 978-972-556-513-1)
- 2.3.7.21. AAVV, *I Congresso do Direito de Língua Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2010 (ISBN 978-972-40-4264-0)
- 2.3.7.22. *O Direito Constitucional de Língua Portuguesa*, in *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, 3.^a ed., Livraria Almedina, Coimbra, 2012 (ISBN 978-972-40-4758-4)
- 2.3.7.23. *Fontes de Direito e Direitos fundamentais em Macau*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Macau*, IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa/Macau, 2012, pp. 77-109 (ISBN 978-989-97857-1-7)
- 2.3.7.24. *Religious Liberty and Rule of Law in Constitutional State: the portuguese experience*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Direito*,

Religião e Sociedade no Estado Constitucional, IDiP – Instituto de Direito Público/IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa, 2012, pp. 39-50 (ISBN 978-989-98081-1-9)

- 2.3.7.25. *O Acordo Religioso entre o Imamat Ismaili e o Estado Português à luz do Direito Interno e do Direito Internacional*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional*, IDiP – Instituto de Direito Público/IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa, 2012, pp. 69-108 (ISBN 978-989-98081-1-9)
- 2.3.7.26. AAVV, *Estudos de Direito e Segurança*, II volume, Almedina, Coimbra, 2012 (ISBN 978-972-40-4997-7) (reimpressão em 2014 – ISBN 978-972-40-5836-8)
- 2.3.7.27. *Os Acordos de Execução da Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé de 2004*, in Jorge Bacelar Gouveia, *Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional*, IDiP – Instituto de Direito Público/IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa, 2012, pp. 261-268 (ISBN 978-989-98081-1-9)
- 2.3.7.28. AAVV, *A Crise e o Direito* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Nuno Piçarra), Almedina, Coimbra, 2013 (ISBN 978-972-40-5201-4)
- 2.3.7.29. AAVV, *Enciclopédia da Constituição Portuguesa* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho), *Quid Juris*, Lisboa, 2013 (ISBN 978-972-724-642-7)
- 2.3.7.30. AAVV, *I Congresso Luso-Brasileiro de Direito* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Heraldo de Oliveira Silva), Almedina, Coimbra, 2014 (ISBN 978-972-40-5503-9) (Ebook ISBN 978-972-40-5619-7)

- 2.3.7.31. AAVV, *III Congresso do Direito de Língua Portuguesa* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia, Henriques José Henriques, Gildo Espada e Francisco Pereira Coutinho), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 23-32 (ISBN 978-972-40-5526-8) (Ebook ISBN 978-972-40-5620-3)
- 2.3.7.32. AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coordenação de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015 (ISBN 978-972-40-5494)

2.4. ATIVIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO

2.4.1. Direção de centros de investigação

- *Diretor do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade* (de 2012 a 2016) (avaliado com “Muito Bom” pela FCT)
- *Diretor do CIDeS – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Direito e Segurança* (2020-....)

2.4.2. Participação em centros de investigação

- *CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (membro desde a fundação em 2004; presidente do conselho diretivo de 2012 a 2016)
- *RATIO LEGIS – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa* (desde 2009)
- *OP – Observatório Político* – membro do Conselho Consultivo Nacional (desde 2012)

2.4.3. Coordenação e participação em projetos de investigação

- “Direito e Sociedade na África Lusófona” (*Law and Society in African portuguese speaking countries*) (CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (desde 2012)
- “Nova Biblioteca Académica” (CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2003-2013)
- “A aplicação do Direito Internacional Público pelos tribunais portugueses” (CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade e IDiP – Instituto de Direito Público) (2010-....)
- “Direito, Estado e Religião” (CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade e IDiP – Instituto de Direito Público) (2013-....)
- “O Direito Internacional Público nas Constituições de Língua Portuguesa” (com Francisco Pereira Coutinho (IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2013-2017)
(<http://cedis.fd.unl.pt/blog/project/o-direito-internacional-publico-nos-direitos-de-lingua-portuguesa/>)
- “O ato administrativo na Europa e na África de Língua Portuguesa – uma perspetiva comparatística” (CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2014-2015)
- “Enciclopédia da Constituição Portuguesa”, coordenação com Francisco Pereira Coutinho (IDiP – Instituto de Direito Público e CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2014-2015)
- “As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa: comentário coletivo” (CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento

sobre Direito e Sociedade e IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa) (2015-....)

- “O Direito de Angola”, coordenação (Luanda, 2014) (CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade/IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, 2014-2016)
- “O Direito de Cabo Verde”, coordenação (IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2018-....)
- “O Direito de Moçambique”, coordenação (IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2018-....)
- “A Justiça Constitucional no Direito de Língua Portuguesa”, coordenação (IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2016-....)
- Direito, Segurança e Democracia (IDeS – Instituto de Direito e Segurança e CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2016-....)
- Direito de Língua Portuguesa – (IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade) (2016-....)
- “Segurança e Constituição” – Grupo de investigação no *RatioLegis* – Universidade Autónoma de Lisboa (2022-....)
- “Direito, Segurança e Sociedade” – Grupo de investigação no *RatioLegis* – Universidade Autónoma de Lisboa (2022-....)
- “Direito, Segurança e Lusofonia” – Grupo de investigação no *RatioLegis* – Universidade Autónoma de Lisboa (2022-....)

2.4.4. Organização e coordenação de congressos, conferências, seminários, cursos e iniciativas congêneres

- *Coordenador das I Jornadas de Direito Civil*, realizadas em Maputo, em 24 e 25 de maio de 1994, promovidas conjuntamente pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e pelo Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- *Coordenador do Curso de Direito Internacional do Ambiente*, ministrado em Bissau, entre 18 e 22 de novembro de 1996
- *Coordenador da I Pós-Graduação em Direito Aéreo e Direito Espacial*, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2004/2005
- *Coordenador do Colóquio Internacional “Os 30 anos da Constituição da República Portuguesa”*, realizado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 e 28 de abril de 2006
- *Coordenador da II Pós-Graduação em Direito Aéreo*, que teve lugar no Outono de 2006 (outubro-dezembro de 2006), na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
- *Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito e Segurança*, ministrado no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, em Cabo Verde, em 2007
- *Coordenador (com o Prof. Doutor Rui Nunes) das I Jornadas sobre a Procriação Medicamente Assistida*, que tiveram lugar em Lisboa, em 13 e 14 de abril de 2007
- *Coordenador do Curso de Contencioso Administrativo*, ministrado no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em Julho de 2007

- *Coordenador da IV Conferência dos Organismos de Fiscalização dos Serviços de Informações da União Europeia*, que teve lugar em 16 e 17 de junho de 2008 na Assembleia da República de Portugal, em Lisboa
- *Coordenador do I CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa*, que teve lugar nos dias 6 e 7 de maio de 2009, em Lisboa, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IDiP – Instituto de Direito Público e pelo CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Coordenador do Colóquio Internacional “Segurança Nacional e Direitos Fundamentais”*, que teve lugar nos dias 14 e 15 de maio de 2009, em Lisboa, organizado pela Assembleia da República de Portugal, pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDiP – Instituto de Direito Público
- *Coordenador do II CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa*, que teve lugar nos dias 6 e 7 de dezembro de 2010, em Luanda, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
- *Coordenador do Colóquio sobre a VIII Revisão da Constituição Portuguesa*, na Universidade Autónoma de Lisboa, em 10 de novembro de 2010, com as presenças dos Deputados à Assembleia da República Guilherme Silva, Ricardo Rodrigues, Luís Fazenda, António Filipe e Heloísa Apolónia
- *Coordenador do colóquio “O Estado da Segurança Nacional em Portugal: balanço e perspectivas”*, que teve lugar em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de abril de 2011, com as presenças do Ministro

da Administração Interna, Professor Mestre Rui Carlos Pereira, do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Mestre Júlio Pereira, do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, Dr. Antero Luís, e do Professor Doutor Nelson Lourenço

- *Coordenador do colóquio “A Segurança Nacional em Portugal: que reformas?”*, que teve lugar em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de outubro de 2011, com as presenças dos Professores Doutores João Caupers, Luís Salgado de Matos, José Manuel Anes e Nelson Lourenço
- *Membro do Comité Científico do I Congreso Comercio, Economía internacional y Desarrollo: nuevos retos en la Agenda Global del Siglo XXI*, que teve lugar em Getafe, Universidade Carlos III de Madrid, em 26 e 27 de outubro de 2011
- *Coordenador do Colóquio “A reforma do Poder Local”*, que teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 22 de novembro de 2011, com as seguintes presenças: Eng. Paulo Júlio, Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa; Mestre António Filipe, Vice-Presidente e Deputado da Assembleia da República; Prof. Doutor Carlos Abreu Amorim, Deputado à Assembleia da República e Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho; Dr. Armando Vieira, Presidente da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias e Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha
- *Coordenador do Colóquio “Maternidade de Substituição: sim ou não? – opções políticas e jurídicas”*, numa organização conjunta da Universidade Autónoma de Lisboa e do IDiP – Instituto de Direito Público, o qual teve lugar naquela Universidade em 12 e 13 de março de 2012
- *Coordenador do Colóquio “A Crise e o Direito”*, que teve lugar em 22 de maio de 2012, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito

da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IDiP – Instituto de Direito Público e pelo CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade

- *Membro do Comité Científico do “Congreso Internacional sobre Direito Internacional, Economia e Cambio Climático”, de 9 a 11 de outubro de 2012, na Universidade Carlos III de Madrid*
- *Coordenador do colóquio “Segurança Humana e Ordem Internacional”, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de outubro de 2012*
- *Coordenador do I CONSEDE – Congresso Internacional de Segurança e Democracia, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 e 4 de dezembro de 2012*
- *Coordenador do Colóquio “Direito, Religião e Sociedade: desafios e perspectivas”, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de dezembro de 2012, Dia Internacional dos Direitos do Homem*
- *Coordenador do I CLBD – Congresso Luso-Brasileiro de Direito, 11 a 13 de fevereiro de 2013, conjuntamente organizado pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e APM*
- *Presidente do Comité Científico do III CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, 20 e 21 de março de 2013, em Maputo, conjuntamente organizado pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, ISCTEM*
- *Coordenador do Seminário “Segurança Nacional e Proteção Civil: que caminhos?”, Lisboa, 24 de abril de 2013, conjuntamente organizado pelo IDiP – Instituto de Direito Público, pelo CEDIS – Centro de*

Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade e pelo CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil

- *Presidente do Comité Científico do I Curso de Verão da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, que teve lugar nos meses de junho e julho de 2013
- *Coordenador do colóquio “A nova Lei das Associações Públicas e as Ordens Profissionais”*, que teve lugar em Lisboa, em 26 de junho de 2013, numa organização conjunta da CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, da JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiP – Instituto de Direito Público
- *Coordenador do colóquio “O projeto de revisão do Código do Procedimento Administrativo”*, que teve lugar em Lisboa, em 3 de julho de 2013, numa organização conjunta da Ordem dos Advogados, do IDiP – Instituto de Direito Público e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Presidente da Comissão Científica do II CLBD – Congresso Luso-Brasileiro de Direito*, 17 a 19 de julho de 2013, organização da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
- *Coordenador Científico do I Curso de Verão da AEFDUNL*, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, de 22 a 26 de julho de 2013
- *Coordenador do II CONSEDE – Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 e 10 de dezembro de 2013
- *Coordenador do I CEUEMPIC – Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Civil*, o qual teve lugar em Lisboa, durante

2014, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDEs – Instituto de Direito e Segurança

- *Coordenador do Curso Breve sobre Ordenamento e Gestão do Mar*, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, já por duas vezes, nos dias 19 e 20 de maio de 2014 e nos dias 13 e 14 de maio de 2015
- *Coordenador das I Jornadas de Direito Internacional sobre “As fronteiras internacionais”*, conjuntamente organizadas pelo CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade e pela SPDI – Sociedade Portuguesa de Direito Internacional, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de maio de 2014
- *Coordenador do III CLBD – Congresso Luso-Brasileiro de Direito*, o qual teve lugar em Belo Horizonte, em 11 e 12 de setembro de 2014, conjuntamente organizado pela OAB-MG, pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e pela PUC-Minas
- *Coordenador do I CEDILAP – Curso de Especialização em Direito Laboral Público*, o qual teve lugar de 24 a 28 de novembro de 2014, com a organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDiP – Instituto de Direito Público e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Coordenador do III CONSEDE – Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, o qual teve lugar na reitoria da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 1 e 2 de dezembro de 2014, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDEs

- Instituto de Direito e Segurança e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Coordenador do I CLCVD – Congresso Luso-Cabo-Verdiano de Direito*, o qual teve lugar na Praia, em 18 e 19 de novembro de 2014, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do ISCJS, da FDJ, do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Coordenador do “Curso Breve sobre o novo Código do Procedimento Administrativo”*, o qual já teve quatro edições, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDiP – Instituto de Direito Público e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (2014-2015)
- *Coordenador do I CONLMOD – Congresso Luso-Moçambicano de Direito*, o qual teve lugar em Maputo, em 23 de março de 2015, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Coordenador do II CEDILAP – Curso de Especialização sobre Direito Laboral Público*, com duas edições em 2014 e 2015
- *Coordenador do II CEUEMPIC – Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Civil*, o qual teve lugar em Lisboa, durante 2014/2015, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança
- *Membro da Comissão Científica do I Congresso sobre Compras Públicas – Para uma Contratação Pública Estratégica*, o qual teve lugar

na Praia, Cabo Verde, de 19 a 21 de novembro de 2014, conjuntamente organizado pelo NEDip – Núcleos de Estudos de Direito *Ius Publicum*, a ARAP – Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas e ELSA – UMinho

- *Coordenador dos Cursos Breves sobre a revisão do ETAF e CPTA na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, em outubro e novembro 2015
- *Presidente do Comité Científico do IV CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa*, o qual teve lugar em 20 e 21 de outubro de 2015, em São Tomé, conjuntamente organizado pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e Supremo Tribunal de Justiça
- *Membro do Conselho Científico do I CIBENJUR – Congresso Ibero-Americano sobre Nuevos Desafios Jurídicos*, Universidade de Santiago de Compostela, 29 e 30 de outubro de 2015
- *Presidente do Comité Científico do IV CONSEDE – Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, o qual teve lugar na reitoria da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 2 e 3 de maio de 2016, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDeS – Instituto de Direito e Segurança e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Coordenador do III CEUEMPIC – Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Civil*, durante 2016, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança
- *Membro do Comité Organizador do I Encontro Luso-Brasileiro de Direito da Família*, subordinado ao tema “O Direito das Famílias:

uma perspetiva contemporânea luso-brasileira”, o qual teve lugar em Lisboa, no Centro de Estudos Judiciários, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2016

- *Presidente do Comité Organizador do Congresso “40 Anos da Constituição Portuguesa”*, o qual teve lugar em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 5 de abril de 2016
- *Coordenador do IV CLBD – Congresso Luso-Brasileiro de Direito*, que teve lugar em Lisboa, em 12 de outubro de 2016, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Coordenador do II CLCVD – Congresso Luso-Cabo-Verdiano de Direito*, o qual teve lugar em Lisboa, em 30 de novembro de 2016, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do ISCJS, da FDJ – Fundação Direito e Justiça, do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Miembro del Comité Científico Internacional del II Seminario Internacional Universidad Carlos III de Madrid sobre “Criminalidad Organizada y Terrorismo”* (2017)
- *Presidente do Comité Científico do V CONSEDE – Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, o qual teve lugar na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, no dia 26 de abril de 2017, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDES – Instituto de Direito e Segurança e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade

- *Coordenador do IV CEUEMPIC – Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Civil*, durante 2017, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança
- *Coordenador do colóquio Pacto para uma Justiça Fiscal*, o qual teve lugar na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, no dia 9 de maio de 2017, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do CAAD e do IDiP – Instituto de Direito Público
- *Presidente do Comité Científico do V CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa*, o qual teve lugar em Macau, em 11 e 12 de dezembro de 2017, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau e pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
- *Presidente do Comité Científico do VI CONSEDE – Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, o qual teve lugar na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 15 e 16 de maio de 2018, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDeS – Instituto de Direito e Segurança e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
- *Coordenador do V CEUEMPIC – Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Civil*, durante 2017 e 2018, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança
- *Presidente do Comité Científico do colóquio “70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: que atualidade numa sociedade global e tecnológica?”*, o qual teve lugar em Lisboa, em 7 de dezembro de 2018, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da

Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDiP – Instituto de Direito Público, com o apoio do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, da JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e da Justiça TV

- *Presidente do Comité Científico do colóquio “70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”,* o qual teve lugar em Lisboa, em 10 de dezembro de 2018, conjuntamente organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa e pelo IDiP – Instituto de Direito Público, com o apoio do *RatioLegis* e da Justiça TV
- *Coordenador e Fundador da I Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública,* organizada pelo ISAL – Instituto Superior de Administração e Línguas em 2019
- *Presidente do Comité Científico do VI CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa,* o qual teve lugar em Lisboa, nos dias 29 e 30 de abril de 2019, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
- *Coordenador (com Artur Flamínio da Silva) do Curso de Direito Processual Administrativo,* o qual teve lugar em Lisboa, em 29 e 30 de novembro de 2019, organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law – NOVA School of Law
- *Coordenador (com Artur Flamínio da Silva) do Curso de Direito Administrativo Eletrónico,* o qual teve lugar em Lisboa, em 13 e 14 de dezembro de 2019, organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

- *Coordenador do I CEDiSE – Curso de Especialização em Direito, Segurança e Emergência*, conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança, pelo CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil e pela APC – Associação Portuguesa de Criminologia em novembro-dezembro de 2020
- *Coordenador do I CEGEPRIC – Curso de Especialização em Gestão de Emergência e Proteção Civil*, conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança e pelo CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil em 2021
- *Coordenador da II Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública*, organizada pelo ISAL – Instituto Superior de Administração e Línguas em 2021
- *Coordenador da III Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública*, organizada pelo ISAL – Instituto Superior de Administração e Línguas em 2021/2022
- *Coordenador do II CEGEPRIC – Curso de Especialização em Gestão de Emergência e Proteção Civil*, conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade em 2022
- *Coordenador da IV Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública*, organizada pelo ISAL – Instituto Superior de Administração e Línguas em 2023/2024
- *Coordenador do I e II CESPC – Curso de Especialização em Segurança Comunitária e Proteção Civil*, conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade em 2022

2.4.5. Membro de organizações científicas nacionais e estrangeiras

2.4.5.1. Nacionais

- *Associação Portuguesa de Direito Constitucional*
- *Associação Portuguesa de Direito da Educação*
- *IDiP – Instituto de Direito Público* (tendo sido seu fundador e presidente da Direção durante a sua existência) (2003-2019)
- *AFP – Associação Fiscal Portuguesa e membro do seu Conselho Científico* (desde novembro de 2011)
- *JURISNOVA – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (membro fundador; vogal da Direção e depois vice-presidente da Direção, tendo renunciado à sua posição de associado) (2004-2015)
- *OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo* (desde 2005) (www.oscot.pt): Presidente do Conselho Consultivo (2007-2009); Presidente do Conselho Diretivo (2009); Presidente do Conselho Fiscal (2014-2016); Presidente Honorário do Conselho Diretivo (desde 2017); Presidente da Mesa da Assembleia Geral (2017-2022); Presidente do Conselho Diretivo (2021-2024); Presidente da Mesa da Assembleia Geral (2024-....)
- *IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa* (fundador e presidente durante a sua existência) (2010-2019)
- *SPDI – Sociedade Portuguesa de Direito Internacional* (desde 2010)
- *CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento em Direito e Sociedade* (desde 25 de janeiro de 2012 seu diretor, reeleito em 18 de junho de 2014, tendo terminado funções a 28 de setembro de 2016) (www.cedis.fd.unl.pt)

- *CEJE – Centro de Estudos Jurídico-Económicos da Universidade dos Açores* – Conselho Científico (desde 2012)
- *IDeS – Instituto de Direito e Segurança* (fundador em 2013, presidente da Direção desde 2013) (www.ides.pt)
- *Associação Portuguesa de Arbitragem* (2020-2022)
- *InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade* (fundador e presidente; 2021-2025)
- *Associação de Juristas Católicos* (2022-2025)

2.4.5.2. Estrangeiras

- *European Group of Public Law*
- *International Law Association*
- *Constitutional Law Association*
- *International Consortium for Law and Religion Studies (ICLARS)*
- *Instituto do Direito e Cidadania (São Tomé e Príncipe)*
- *COPUOS – United Nations Committee for Peacefull Use of Outer Space – legal subcommittee* (2018-2019)
- *Associação Lusófona de Arbitragem e Mediação* (desde 2021)

2.4.6. Direção de revistas e publicações científicas

- *Diretor do Dicionário Jurídico da Administração Pública* (desde 2007)

- *Diretor da ReDiP – Revista de Direito Público* (desde 2009)
- *Diretor da ReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa* (desde 2013)
- *Diretor da RDeS – Revista de Direito e Segurança* (desde 2013)

2.4.7. Membro ou consultor de conselhos editoriais de revistas científicas

- *Membro da Comissão de Redação da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* (1993 a 1997)
- *Membro da Comissão de Redação da Revista Luso-Africana de Direito* (desde 1997)
- *Membro da Comissão de Redação da THEMIS – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (2000 a 2001)
- *Membro do Conselho Editorial da European Review of Public Law/ Révue Européenne de Droit Public*
- *Consultor Científico do Dicionário Jurídico da Administração Pública* (de 2000 a 2005)
- *Membro do Conselho Editorial de Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local* (Campo Grande – Brasil) (desde 2002)
- *Membro do Corpo Redatorial da Revista Systemas* (www.revistasystemas.com.br) (desde 2009)
- *Membro do Conselho Editorial da Arraes Editores* (desde 2010)
- *Membro do Conselho Consultivo da Revista História: Debates e Tendências* (www.upf.br/ppgh) (desde 2010)

- *Membro do Conselho Editorial e Acadêmico da Segurança e Defesa – Revista Trimestral de Grande Informação* (desde 2006)
- *Membro do Conselho Editorial da Panóptica – Revista Eletrônica de Direito* (desde 2007)
- *Membro do Conselho Científico da Revista da Faculdade Mineira de Direito*, editada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte) (desde 2007)
- *Membro do Conselho Consultivo da THEMIS – Revista da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (desde 2011)
- *Membro do Conselho Editorial da Revista Justiça do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul*, intitulada *Justiça do Direito* (ISSN: 1413-7038) (<http://www.upf.br/seer/index.php/rjd/index>) (desde 2011)
- *Membro do Conselho Editorial da PROPAGARE – Revista Científica da Faculdade Campo Real* (desde 2011) (ISSN 2178-2768)
- *Membro do Conselho Editorial da revista brasileira Diálogos Eleitorais* (desde 2013)
- *Membro do Conselho Editorial da Editora Juruá* (desde 2013)
- *Membro do Conselho Editorial da Revista da Faculdade de Direito da UFMG*
- *Universidade Federal de Minas Gerais* (desde 2013)
- *Membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica do Direito do Centro Universitário Newton Paiva* (2013-....)

- *Membro do Conselho Científico da Revista Internacional de Direitos Humanos*
(<http://www.revistadidh.com.br>) (desde 2013)
- *Membro do Conselho Científico Revista Mestrado em Direito – Direitos Humanos Fundamentais* (desde 2013)
<http://www.unifio.br/mestrado+direito/revistas/revista+mestrado+em+direito.+direitos+humanos+fundamentais.html>
- *Membro do Conselho Científico da Tear – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia* (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil) (desde 2014)
- *Membro do Conselho Editorial da Direito e Democracia – Revista de Ciências Jurídicas – ULBRA* (desde 2013)
<http://www.ulbra.br/direito/revista-direito.html>
- *Membro do Conselho Editorial da Revista “Anuário de Direito de São Tomé e Príncipe”* (2018-....)
- *Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Previdenciário* (2018)
<http://www.ibdp.org.br/pagina.php?p=117>
- *Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Brasileiro* (2021-2023)
- *Membro do Comité Editorial da Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane (RC-UEM) – Série Ciências Jurídicas* (2024-2027)

**2.5. CONFERÊNCIAS, COLABORAÇÕES E JORNADAS CIENTÍFICAS
(participação, intervenção e organização em congressos, conferências,
semi-nários, cursos e presença em eventos de natureza científica)**

1. “Direito Eleitoral”, palestra proferida em Lisboa, em 5 de maio de 1992, a convite do CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, no âmbito de um curso de formação de jornalistas dos Estados Africanos de Língua Portuguesa
2. “Os incentivos fiscais ao investimento estrangeiro – regime e implicações jurídico-constitucionais”, conferência proferida em Lisboa, no Auditório do Montepio Geral, em 27 de abril de 1993, no âmbito das comemorações do XXX Aniversário do Centro de Estudos Fiscais, subordinada ao tema geral “A internacionalização da Economia e a Fiscalidade”, com a moderação do Professor Doutor António Menezes Cordeiro
3. “European Data Protection and Churches in Portugal”, comunicação apresentada em Trier, na Universidade de Trier, em 26 de junho de 1993, no âmbito de um colóquio internacional subordinado ao tema “A proteção europeia dos dados pessoais e as Igrejas”
4. “Partidos políticos e liberdade de imprensa”, palestra feita em Maputo, em 18 de maio de 1994, aos jornalistas do jornal “Notícias”, a convite do Diretor desse periódico, Dr. Bernardo Mavanga
5. “O princípio democrático no novo Direito Constitucional Moçambicano”, conferência proferida em Maputo, no auditório do Instituto de Ciências da Saúde, em 19 de maio de 1994, sob o alto patrocínio da Embaixada e do Centro Cultural de Portugal
6. “Relevância civil do casamento católico”, comunicação apresentada em Maputo, no auditório do Centro de Conferências das Telecomunicações de Moçambique, em 24 de maio de 1994, no

âmbito das I Jornadas de Direito Civil, promovidas conjuntamente pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e pelo Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

7. “Direitos Humanos”, palestra feita em Maputo, em 25 de maio de 1994, a convite da Escola Portuguesa de Maputo
8. “A Lei do Quadro Institucional dos Distritos Municipais”, palestra proferida em Maputo, em 19 de setembro de 1994, no âmbito de um seminário de formação autárquica, promovido pelo Ministério da Administração Estatal do Governo de Moçambique
9. “Os distritos municipais e a descentralização administrativa”, palestra proferida em Maputo, em 14 de fevereiro de 1995, no âmbito do Seminário de lançamento do Projeto PROL – Projeto de Reforma dos Órgãos Locais, subordinado ao tema geral “Os distritos municipais urbanos no desenvolvimento de Moçambique”
10. “O estatuto dos governantes municipais”, palestra proferida em Maputo, em 15 de fevereiro de 1995, no âmbito do Seminário de lançamento do Projeto PROL, subordinado ao tema geral “Os distritos municipais no desenvolvimento de Moçambique”
11. “Curso de Métodos de Estudo”, ministrado em Lisboa, em 3 de abril de 1995, numa iniciativa conjunta do Centro Cultural do Campo Grande, da Residência Universitária dos Álamos e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
12. “As alterações à lei de imprensa e os direitos dos cidadãos”, palestra feita conjuntamente com o Dr. Luís Nobre Guedes, e moderada pelo Dr. António Pinto Leite, em Lisboa, em 3 de abril de 1995
13. “Des Citoyennetés des Européens à la Citoyenneté Européenne – Portugal”, comunicação feita em Saint Cloud, França, no dia

19 de abril de 1996, no âmbito de um seminário organizado pela Associação Futur Present

14. “Direito à Vida, Democracia e Cultura”, palestra proferida em Lisboa, em 11 de maio de 1995, no Centro Cultural do Campo Grande
15. “Comunicação e privacidade”, palestra proferida em Lisboa, em 25 de novembro de 1995, no Congresso UNIV’96, sob o tema geral “Comunicar: aprender a viver”
16. “Segredo profissional no século XXI – que desafios?”, palestra proferida em Lisboa, em 18 de maio de 1996, a convite do Centro Cultural da Ponte
17. “A revisão constitucional”, intervenção proferida em Lisboa, em 23 de maio de 1996, a convite da Secção B do Partido Social Democrata de Lisboa, no âmbito de um colóquio sobre a revisão constitucional de 1997
18. “Regiões Administrativas e Ecologia Urbana”, palestra proferida em Viseu, no complexo de Ensino Superior Jean Piaget, em 28 de setembro de 1996, no âmbito das III Jornadas de Ecologia, subordinadas ao tema geral “Política de Ecologia Urbana e Regionalização”, organizadas pelo Instituto Piaget
19. “Fiscalização da Constitucionalidade e Revisão da Constituição”, palestra proferida em Maputo, em 4 de novembro de 1996, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane
20. “Curso de Direito Internacional do Ambiente”, ministrado em Bissau, de 18 a 22 de novembro de 1996, a convite da União Mundial para a Natureza
21. “Direito e Sociedade Cultural”, palestra proferida no Porto, em 14 de dezembro de 1996, no âmbito do Encontro Universitário do Porto

22. “A arte de bem falar na Universidade”, palestra proferida em Lisboa, em 22 de fevereiro de 1997, a convite do Centro de Estudos Universitários de Lisboa
23. “A revisão constitucional em Portugal”, palestra proferida em Maputo, no Centro Cultural Português – Instituto Camões, a convite do Embaixador de Portugal em Moçambique, Dr. Ruy Brito e Cunha, e que teve lugar em 18 de julho de 1997
24. “A revisão constitucional em Moçambique – problemas e opções”, comunicação apresentada em Maputo, no auditório da Assembleia da República, em 17 de dezembro de 1997
25. “Questões Éticas relevantes no Direito: família e vida nascente e terminal”, palestra proferida em Sintra, no dia 15 de fevereiro de 1998, a convite do Centro Cultural de Picoas
26. “O Poder Local – consagração constitucional, formas e experiências de descentralização”, palestra proferida em São Tomé, em 19 de fevereiro de 1998, no âmbito das II Jornadas Parlamentares de São Tomé e Príncipe, organizadas pela Assembleia Nacional Popular, as quais tiveram lugar entre 18 e 20 de fevereiro de 1998, em São Tomé
27. “A revisão constitucional e os seus limites – os limites materiais em especial”, palestra proferida em Bissau, em 18 de março de 1998, nas Jornadas sobre a Revisão da Constituição da Guiné-Bissau, promovidas em Bissau pela CERCLE – Comissão Eventual para a Revisão da Constituição
28. “O Aborto – questões médico-jurídicas”, palestra proferida em Lisboa, em 12 de maio de 1998, juntamente com o Professor Doutor José Rueff, a convite do Centro de Estudos Universitários de Lisboa
29. “As autonomias regionais – que futuro político-constitucional?”, palestra proferida no Funchal, em 4 de junho de 1998, a convite

da FAMA – Fórum da Autonomia Madeirense, com a presença do Presidente da Assembleia Legislativa Regional, do Presidente do Governo Regional e do Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República

30. “Proteção jurídica da vida nascente”, palestra proferida em Aveiro, no Salão Cultural do Município, no dia 19 de junho de 1998, por iniciativa da Associação dos Médicos Católicos Portugueses
31. “Interrupção voluntária da gravidez – aspetos jurídico-constitucionais”, conferência proferida na Marinha Grande, no auditório do Hotel Cristal, no dia 20 de junho de 1998, a convite do grupo de eleitores “Aborto a pedido? Não”
32. “Aborto – uma perspetiva jurídica”, conferência proferida em Leiria, no auditório do Colégio da Cruz da Areia (Leiria), em 26 de junho de 1998, a convite do grupo de eleitores “Aborto a pedido? Não”
33. “A Constituição Fiscal: opções de uma revisão”, palestra proferida em Lisboa, em 30 de junho de 1998, a convite da Associação Fiscal Portuguesa
34. “A transição democrática em Cabo Verde”, palestra proferida na Praia, no Palácio da Assembleia Nacional de Cabo Verde, em 27 de agosto de 1998, a convite do Projeto “África Renasce”
35. “Conquistas e desafios da Declaração Universal dos Direitos do Homem”, palestra proferida em Lisboa, em 10 de dezembro de 1998, no âmbito da comemoração dos “50 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem”, numa iniciativa da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
36. “Ingerência humanitária”, palestra proferida em Lisboa, em 10 de dezembro de 1998, por ocasião da atribuição do prémio Nobel da

Paz à organização “Médicos do Mundo”, realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

37. “Direitos do Homem – Defesa da Pessoa e Ação do Estado”, conferência proferida em Lisboa, em 16 de dezembro de 1998, no âmbito da comemoração do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, sob o tema geral “Direitos da Pessoa no limiar de um novo milénio”, promovida conjuntamente pelo Colégio Planalto e pelo Colégio Militar
38. “Portugal e o Direito do Mar”, palestra proferida em Lisboa, em 15 de janeiro de 1999, no âmbito das I Jornadas de Direito Internacional, subordinada ao tema geral “Década das Nações Unidas para o Direito Internacional”, organizadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do seu Departamento de Assuntos Jurídicos
39. “Desafios da Democracia Pluralista”, palestra proferida em Lisboa, em 3 de março de 1999, a convite do Centro de Estudos Universitários de Lisboa
40. “A revisão constitucional em Moçambique”, palestra proferida em Maputo, em 17 de agosto de 1999, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane
41. “O futuro jurídico-constitucional de Timor-Leste”, palestra proferida em Lisboa, em 11 de novembro de 1999, num colóquio subordinado ao tema geral “Timor-Leste e o Direito”, no painel sobre aspetos jurídico-constitucionais, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e também com a presença dos Professores Doutores Armando M. Marques Guedes (moderador), Jorge Miranda e Vital Moreira, e do Dr. Miguel Galvão Teles
42. “2000 de Cristianismo: balanço e perspectivas”, palestra proferida em Lisboa, em 25 de novembro de 1999, no âmbito do tema geral

do Congresso UNIV'2000 "2000 anos depois: que projeto para o Homem?"

43. "Organização Constitucional", curso proferido em Angra do Heroísmo, Terceira, em 8 de janeiro de 2000, no âmbito do II Curso de Pós-Graduação em Direito Regional, organizado conjuntamente pela Universidade dos Açores e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
44. "Elaboração da legislação laboral: mitos e especificidades", palestra proferida em Lisboa, em 26 de janeiro de 2000, na Reitoria da Universidade de Lisboa, no âmbito do I Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
45. "Os grandes perigos para o Direito Constitucional Português do Século XXI", palestra proferida em Lisboa, em 28 de março de 2000, na Universidade Moderna de Lisboa, a convite da ELSA – The European Law Students Association
46. "Minorias e Excluídos à Luz do Direito", palestra proferida em Lisboa, em 29 de março de 2000, a convite do Professor Doutor Rui Ramos, no âmbito de um curso de pós-graduação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
47. "A aplicação do Acordo ADPIC na Ordem Jurídica Portuguesa – o caso especial da duração das patentes", palestra proferida em Madrid, em 31 de março de 2000, no I Fórum Ibero-Americano sobre Innovación, Propiedad Industrial e Intelectual y Desarrollo
48. "O Direito Internacional Público e a soberania dos Estados", palestra proferida em Braga, em 2 de maio de 2000, no âmbito do XVII Colóquio do Curso de Relações Internacionais, Económicas e Políticas, a convite da Associação de Estudantes da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

49. “Ética eleitoral – que perspectivas?”, palestra proferida na Praia, no auditório do Palácio da Assembleia Nacional de Cabo Verde, em 4 de maio de 2000, no âmbito de um colóquio promovido pela Revista *Direito e Cidadania*
50. “A globalização e a sociedade de informação – uma perspectiva jurídico-cultural de acesso, exercício e defesa contra o poder”, palestra proferida na Figueira da Foz, em 8 de maio de 2000, no âmbito de um seminário sobre “A Globalização e a Sociedade de Informação”, organizado pela Universidade Internacional da Figueira da Foz
51. “Dupla tributação internacional”, palestra proferida em Leiria, em 31 de maio de 2000, no âmbito de um curso de Direito Fiscal Internacional, a convite do ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração
52. “A transição democrática e o futuro político-constitucional em São Tomé e Príncipe”, palestra proferida em São Tomé, no auditório do Centro Cultural Português, em 18 de agosto de 2000, a convite do Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe, numa iniciativa do Projeto “África Renasce”
53. “Os Estados Arquipelágicos no novo Direito Internacional do Mar”, palestra proferida em São Tomé, no auditório do Centro Cultural Português, em 18 de agosto de 2000, a convite do Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe, numa iniciativa do Projeto “África Renasce”
54. “Os novos direitos do Homem”, palestra proferida no Rio de Janeiro (Brasil), em 31 de agosto de 2000, a convite da Universidade Gama Filho
55. “Curso de Direito Internacional do Ambiente”, ministrado em Corumbá – Mato Grosso do Sul (Brasil), de 3 a 6 de setembro de

2000, no âmbito do “Pantanal 2000 – Encontro Internacional de Integração Técnico-Científica para o Desenvolvimento Sustentável do Cerrado e Pantanal”, organizado pelas Universidades Católicas do Centro-Oeste Brasileiro

56. “O Direito Internacional do Ambiente”, palestra proferida em Corumbá – Mato Grosso do Sul (Brasil), em 5 de setembro de 2000, no âmbito do Congresso Internacional “Pantanal 2000”
57. “A Organização Política e Administrativa Portuguesa”, palestra proferida em Brasília, em 8 de setembro de 2000, a convite do Departamento de Administração da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Brasília
58. “O sistema de atos legislativos em Moçambique”, palestra proferida em Oeiras, em 20 de setembro de 2000, no âmbito do Seminário sobre “Aspetos Fundamentais da Feitura das Leis e do Funcionamento do Parlamento”, para parlamentares africanos de língua portuguesa, organizado pelo Instituto Nacional de Administração
59. “Análise comparada dos sistemas de atos legislativos dos Estados Africanos de Língua Portuguesa”, palestra proferida em Oeiras, em 20 de setembro de 2000, no âmbito do Seminário sobre “Aspetos Fundamentais da Feitura das Leis e do Funcionamento do Parlamento”, para parlamentares africanos de língua portuguesa, organizado pelo Instituto Nacional de Administração
60. “Procedimento Legislativo em Moçambique”, palestra proferida em Oeiras, em 25 de setembro de 2000, no âmbito do Seminário sobre “Aspetos Fundamentais da Feitura das Leis e do Funcionamento do Parlamento”, para parlamentares africanos de língua portuguesa, organizado pelo Instituto Nacional de Administração
61. “Como é que a lei protege da discriminação racial?”, palestra proferida em Lisboa, no Hotel da Lapa, em 10 de novembro de

2000, no âmbito do Seminário Técnico sobre a Aplicação da Lei Anti-Discriminação – Lei n.º 134/99, de 28 de agosto

62. “Ética, Religião e Cidadania”, conferência proferida em Lisboa, em 17 de novembro de 2000, no âmbito do Seminário organizado pela Associação Nacional dos Professores do Ensino Secundário, em colaboração com a Associação Sindical Pró-Ordem dos Professores, sob o tema geral “As novas competências do Director de Turma e das Escolas: Educação Sexual, Educação para a Cidadania e Educação para a Saúde”, realizado nos dias 16 e 17 de novembro de 2000, no auditório da Escola Superior de Comunicação Social
63. “O Direito Internacional Público – evolução e perspectivas”, palestra proferida em Lisboa, em 4 de dezembro de 2000, a convite do ISCEM – Instituto Superior de Comunicação Empresarial
64. “A tutela administrativa e económica do consumo”, palestra proferida em Lisboa, em 5 de dezembro de 2000, no âmbito do I Curso de Pós-Graduação em Direito do Consumo, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
65. “A Organização Constitucional”, curso ministrado no Funchal, em 12 e 13 de janeiro de 2001, no III Curso de Pós-Graduação em Direito Regional, organizado conjuntamente pela Universidade da Madeira, pela Universidade dos Açores e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
66. “Os sujeitos de Direito Internacional”, palestra proferida em Lisboa, em 29 de janeiro de 2001, ao Curso Superior Naval de Guerra 2000/2001, promovido pelo Instituto Superior Naval de Guerra
67. “A nova organização do ensino público básico e secundário”, palestra proferida em Lisboa, em 30 de janeiro de 2001, no âmbito do I Curso de Pós-Graduação em Direito da Educação, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

68. “O Direito Internacional Convencional”, palestra proferida em Lisboa, em 31 de janeiro de 2001, no Curso Superior Naval de Guerra 2000/2001, promovido pelo Instituto Superior Naval de Guerra
69. “O Direito Internacional na Atualidade”, palestra proferida em Lisboa, em 5 de fevereiro de 2001, no Curso Complementar Naval de Guerra 2000/2001, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
70. “Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno”, palestra proferida em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2001, no Curso Complementar Naval de Guerra 2000/2001, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
71. “Os sujeitos de Direito Internacional”, palestra proferida em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2001, no Curso Complementar Naval de Guerra 2000/2001, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
72. “O Direito Internacional Convencional”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de fevereiro de 2001, no Curso Complementar Naval de Guerra 2000/2001, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
73. “O uso da força”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de fevereiro de 2001, ao Curso Complementar Naval de Guerra 2000/2001, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
74. “O Direito da Guerra no Mar”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de fevereiro de 2001, no Curso Complementar Naval de Guerra 2000/2001, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
75. “Os fundamentos da Constituição”, palestra proferida em Bissau, em 12 de fevereiro de 2001, no âmbito de um Seminário sobre a

Revisão da Constituição, organizado pela UNOGBIS – Representação Especial das Nações Unidas na Guiné-Bissau

76. “As vicissitudes constitucionais”, palestra proferida em Bissau, em 13 de fevereiro de 2001, no âmbito de um Seminário sobre a Revisão da Constituição, organizado pela UNOGBIS – Representação Especial das Nações Unidas na Guiné-Bissau
77. “A revisão constitucional – que opções para o sistema político?”, palestra proferida em Bissau, em 13 de fevereiro de 2001, a convite da Faculdade de Direito de Bissau
78. “Ética, Religião e Cidadania”, palestra proferida no Cartaxo, no Auditório Municipal, em 16 de março de 2001, no âmbito do Seminário “Educação para a Cidadania”, organizado pela Associação Pró-Ordem dos Professores do Ensino Básico e Secundário
79. “O Tribunal Penal Internacional e o Direito Constitucional Angolano”, palestra proferida em Luanda, em 20 de março de 2001, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
80. “O Parlamento num Estado Democrático de Direito” (em 19 de março de 2001), “O sistema de atos legislativos” (em 21 de março de 2001), “O procedimento legislativo parlamentar” (em 22 de março de 2001), “A revisão constitucional” (em 23 de março de 2001), palestras proferidas em Luanda, no âmbito de um Seminário sobre “Aspetos Fundamentais da Feitura das Leis e do Funcionamento do Parlamento”, que teve lugar entre 19 e 23 de março de 2001, promovido pela Assembleia Nacional de Angola
81. “O Poder Local e a Constituição Angolana”, palestra proferida em Luanda, na Assembleia Nacional, em 23 de março de 2001, perante a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional

82. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de março de 2001, no qual a Doutoranda Andreia Sofia Pinto de Oliveira, da Escola de Direito da Universidade do Minho, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Direito de Asilo”
83. “O rosto humano num Mundo Global”, palestra proferida em Lisboa, no auditório da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, em 31 de março de 2001, na sessão de encerramento do UNIV’PORTUGAL 2001 – Encontro Português de Estudantes Universitários
84. “A proteção e a eficácia da cidadania e dos direitos fundamentais”, palestra proferida em Luanda, na Assembleia Nacional de Angola, em 3 de maio de 2001, no âmbito da Conferência Internacional subordinada ao tema geral “Angola: Direito, Democracia, Paz e Desenvolvimento”, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, que teve lugar em Luanda, nos dias 2, 3 e 4 de maio de 2001
85. “Informática, dados pessoais, trabalho e Constituição”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de maio de 2001, no II Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Instituto de Direito do Trabalho
86. “O Direito do Consumidor e a proteção dos dados pessoais informatizados”, palestra proferida em Lisboa, em 15 de maio de 2001, no I Curso de Direito do Consumo, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
87. “A derrogação do segredo bancário pela Administração Fiscal”, palestra proferida na Figueira da Foz, em 17 de maio de 2001, num colóquio subordinado ao tema geral “A reforma fiscal e a

vida empresarial portuguesa”, promovido pela Associação de Estudantes da Universidade Internacional da Figueira da Foz

88. “Os fundamentos teóricos e filosóficos das diferentes correntes multipartidárias”, palestra proferida em Bissau, em 28 de maio de 2001, no âmbito de II Seminário para o Fortalecimento do Caráter Multipartidário da Democracia Guineense, organizado pela UNOGBIS – Representação Especial das Nações Unidas na Guiné-Bissau, que teve lugar em Bissau, entre 28 de maio e 1 de junho de 2001
89. “As garantias dos particulares no Direito Administrativo”, palestra proferida em Luanda, em 28 de agosto de 2001, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola
90. “O Tribunal Penal Internacional – aspetos internacionais e constitucionais”, palestra proferida em Curitiba, Paraná (Brasil), em 4 de setembro de 2001, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná
91. “Os direitos fundamentais – evolução e novas perspectivas”, palestra proferida em Curitiba, Paraná (Brasil), em 10 de setembro de 2001, a convite da UNICENP – Centro Universitário Positivo
92. “Revisão constitucional e Estado de Direito em Moçambique”, palestra proferida em Maputo, em 17 de setembro de 2001, a convite do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
93. “O Direito Constitucional Contemporâneo: evolução e perspectivas”, palestra proferida em Maputo, em 18 de setembro de 2001, a convite do Centro de Estudos de Pós-Graduação e Pesquisa Aplicada do ISPU – Instituto Superior Politécnico e Universitário
94. “A revisão constitucional em Moçambique: quais as principais questões?”, palestra proferida em Maputo, em 20 de setembro de

2001, a convite do Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

95. “O Direito Internacional em mudança”, palestra proferida em Lisboa, em 12 de novembro de 2001, a convite do Professor Mestre Pedro Quartin Graça, na disciplina de “Organizações Internacionais e Direito Internacional Público”, lecionada no ISCEM – Instituto Superior de Comunicação Empresarial
96. “O Tribunal Penal Internacional e a Constituição Portuguesa”, palestra proferida no Porto, em 19 de novembro de 2001, no âmbito da IV Semana Cultural, organizada pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
97. “Os inquéritos pedagógicos e a sua aplicação”, palestra proferida em Lisboa, em 28 de novembro de 2001, no âmbito das jornadas pedagógicas promovidas pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, sob o tema geral “Do esboço à obra realizada: que traços se mantiveram e quais vale a pena manter?”
98. “A nova organização das escolas públicas do ensino básico e secundário”, palestra proferida em Lisboa, em 4 de dezembro de 2001, no âmbito do II Curso de Pós-Graduação em Direito da Educação, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
99. “A tutela administrativa do consumo”, palestra proferida em Lisboa, em 6 de dezembro de 2001, no II Curso de Pós-Graduação em Direito do Consumo, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
100. “São Tomé e Príncipe – que perspectivas de reforma do sistema político?”, palestra proferida em Lisboa, na sede da Associação 25 de Abril, em 2 de fevereiro de 2002, no âmbito de um jantar-tertúlia

promovido pelo “A, B, C, D – Fórum pela Cidadania, Democracia e Desenvolvimento”

101. “O Direito Internacional na atualidade”, palestra proferida em Lisboa, em 4 de fevereiro de 2002, no Curso Complementar Naval de Guerra – Módulo de Estratégia 2001/2002, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
102. “Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno”, palestra proferida em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2002, no Curso Complementar Naval de Guerra – Módulo de Estratégia 2001/2002, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
103. “Os sujeitos de Direito Internacional”, palestra proferida em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2002, no Curso Complementar Naval de Guerra – Módulo de Estratégia 2001/2002, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
104. “O Direito Internacional Convencional”, palestra proferida em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2002, no Curso Complementar Naval de Guerra – Módulo de Estratégia 2001/2002, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
105. “Pensar Portugal – novas ideias, novos rumos”, palestra proferida em Lisboa, em 7 de fevereiro de 2002, num ciclo de colóquios promovido pela Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
106. “O uso da força no Direito Internacional”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de fevereiro de 2002, no Curso Complementar Naval de Guerra – Módulo de Estratégia 2001/2002, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
107. “O Direito da Guerra no Mar”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de fevereiro de 2002, no Curso Complementar Naval de Guerra

– Módulo de Estratégia 2001/2002, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra

108. “A Lei Básica de Macau – perspectivas constitucionais e internacionais”, palestra proferida em Macau, no auditório STDN da Biblioteca Internacional da Universidade de Macau, em 18 de fevereiro de 2002, no âmbito do Seminário Comemorativo do 20.º Aniversário da Universidade de Macau, sob o tema geral “O Direito de Macau no contexto da Lei Básica: evolução recente e perspectivas de futuro”
109. “Informação e sistema políticos”, palestra proferida em Lisboa, em 11 de março de 2002, no âmbito de um colóquio organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, sob o tema geral “Informação e Democracia no Contexto Africano”
110. “Os sujeitos do Direito Internacional”, palestra proferida em Lisboa, em 18 de março de 2002, no Curso Superior Naval de Guerra 2001/2002, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
111. “O Direito Internacional Convencional”, palestra proferida em Lisboa, em 20 de março de 2002, no Curso Superior Naval de Guerra 2001/2002, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
112. “O Direito dos Estados Africanos de Língua Portuguesa”, palestra proferida em Lisboa, em 5 de abril de 2002, a convite do Professor Doutor Armando Marques Guedes, na leção da disciplina de Direitos Africanos, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
113. “Limitations on expression: security”, palestra proferida em Galway, na República da Irlanda, em 25 de abril de 2002, no âmbito da European Union – China Human Rights Network

114. “Curso de Introdução ao Direito Constitucional”, ministrado em Luanda, nos dias 29 e 30 de abril e 2 e 3 de maio de 2002, dirigido a funcionários da Assembleia Nacional de Angola
115. “O Direito do Consumidor e a proteção dos dados pessoais informatizados”, palestra proferida em Lisboa, em 7 de maio de 2002, no II Curso de Direito do Consumo, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
116. “Informática, dados pessoais, trabalho e Constituição”, palestra proferida em Lisboa, em 9 de maio de 2002, no III Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Instituto de Direito do Trabalho
117. “Normas constitucionais inconstitucionais e Direito Natural”, palestra proferida no Porto, em 17 de maio de 2002, no âmbito do I Congresso Internacional de Direito Natural, subordinado ao tema “Direito Natural – uma linguagem para o entendimento entre Religiões, Culturas e Povos?”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, e que decorreu no Porto, nos dias 17 e 18 de maio de 2002
118. “O Direito das Minorias Étnicas em Portugal”, palestra proferida em Évora, em 22 de maio de 2002, no âmbito do colóquio “Etnias: percursos para a Integração”, dentro do Painel I com o tema geral “Cidadania e Direitos Humanos das minorias étnicas em Portugal”, numa iniciativa da Cruz Vermelha Portuguesa, delegação de Évora
119. “A Garantia da Constituição”, palestra proferida em Porto Velho, Rondônia (Brasil), em 13 de junho de 2002, a convite da FARO – Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia
120. “Direitos Fundamentais: evolução e perspectivas”, curso ministrado no âmbito do Curso de Doutorado em Porto Velho, Rondônia

(Brasil), em 14 e 15 de junho de 2002, organizado conjuntamente pela Universidade Portucalense – Infante D. Henrique e pelo Instituto Intercontinental Universitário do Brasil

121. “A reforma do sistema político”, audição perante a Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político, realizada na Assembleia da República, em Lisboa, em 9 de julho de 2002
122. “Os novos desafios para o Direito Internacional”, palestra proferida em Lisboa, em 22 de outubro de 2002, no colóquio sob o tema geral “Política Internacional e Direito Internacional: os novos desafios para o século XXI”, que teve lugar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
123. “Conclusões dos IV Encontros sobre o Direito Fiscal Constitucional Europeu”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de novembro de 2002, no colóquio subordinado ao tema geral “Os limites constitucionais da informação fiscal: deveres dos contribuintes e poderes da Administração – o segredo bancário”, organizado pela Universidade Lusíada de Lisboa
124. “O vínculo da cidadania e a sua construção”, palestra proferida em Lisboa, em 19 de novembro de 2002, no âmbito das XII Jornadas de Relações Internacionais, sob o tema geral “Cidadania sem fronteiras”, organizadas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, através do NERI – Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais
125. “Espaço para a família: depois da rutura – sessão de encerramento”, palestra proferida em Alverca, em 19 de novembro de 2002, no âmbito de um seminário sobre esse tema, promovido pela CEBI – Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca
126. “Um Código de Urbanismo e de Gestão Municipal?”, palestra proferida em Lisboa, em 21 de novembro de 2002, no VII Encontro

dos Promotores-Construtores da Área Metropolitana de Lisboa, promovido pela AICE – Associação dos Industriais da Construção de Edifícios

127. “Ordem Social do Trabalho e Dignidade Humana – análise cultural do Código do Trabalho”, comentário proferido em Lisboa, em 29 de novembro de 2002, na Fundação Mário Soares, no âmbito de um Colóquio sobre o Código do Trabalho, organizado pela Associação CIVITAS e pelo FÓRUM ABEL VARZIM
128. “O novo Código do Trabalho e a Constituição”, palestra proferida em Lisboa, em 5 de dezembro de 2002, em seminário organizado pela Associação Portuguesa de Seguradores
129. “A tutela administrativa do consumo”, palestra proferida em Lisboa, em 5 de dezembro de 2002, no III Curso de Pós-Graduação em Direito do Consumo, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
130. “A revisão constitucional em curso em São Tomé e Príncipe”, palestra proferida em Lisboa, em 7 de dezembro de 2002, na sede da Associação 25 de Abril, no âmbito de um jantar-tertúlia organizado pelo “A, B, C, D – Fórum pela Cidadania, Democracia e Desenvolvimento”
131. “A necessidade da 6.ª revisão constitucional”, palestra proferida em Lisboa, em 9 de dezembro de 2002, no colóquio sob o tema “Para uma nova revisão constitucional?”, organizado pela Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
132. “Direito Fiscal – parte especial”, módulo ministrado no âmbito do Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Administrativos e Fiscais, de 24 a 26 de fevereiro de 2003, no Centro de Estudos Judiciários

133. “Os desafios da Constituição Europeia”, palestra proferida em Lisboa, em 1 de outubro de 2003, a convite do IPSD – Instituto Francisco Sá Carneiro, sob a presidência do Dr. João Bosco Mota Amaral
134. “Aspetos constitucionais do Código do Trabalho”, palestra proferida em Lisboa, em 5 de novembro de 2003, a convite da Ordem dos Advogados – Conselho Distrital de Lisboa
135. “O novo Direito Administrativo Processual Português”, palestra proferida em Lisboa, em 13 de novembro de 2003, a convite da IFE – International Faculty for Executives
136. “A nova Lei de Bases da Educação”, palestra proferida em Lisboa, em 13 de novembro de 2003, a convite da Associação Sindical Pró-Ordem dos Professores, no âmbito de um seminário subordinado ao tema geral “Os Professores e a nova Lei de Bases da Educação”.
137. “Les systèmes politiques et constitutionnelles des États Africains de langue portugaise”, palestra proferida em Paris, no Centro Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian, em 20 de novembro de 2003, no âmbito de colóquio subordinado ao tema geral “Décolonisation et sociétés post-coloniales: les problèmes de citoyenneté”
138. “Os grandes desafios do Tratado Constitucional Europeu”, palestra proferida em Lisboa, no Centro Jean Monnet, em 21 de novembro de 2003, a convite do Deputado Europeu José Ribeiro e Castro, no âmbito de um ciclo de colóquios subordinado ao tema geral “O Tratado Constitucional Europeu: um outro olhar”.
139. “O regionalismo político-legislativo português: em busca da perfeição”, palestra proferida em Sevilha, em 4 de dezembro de 2003, no âmbito do VIII Congresso Ibero-Americano de Direito Constitucional

140. “A proteção de dados pessoais informatizados: entre a eficiência e a justiça”, palestra proferida em Peniche, em 3 de março de 2004, no âmbito do 12.º ERSI – Encontro de Responsáveis de Sistemas de Informação e Informática da Administração Pública
141. “O direito à igualdade social”, palestra proferida em Lisboa, em 4 de março de 2004, no âmbito de um colóquio sobre “Cultura Judiciária e Temas Específicos”, dado ao XXII Curso Normal de Formação de Magistrados no Centro de Estudos Judiciários
142. “As relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de março de 2004, no Curso Superior para Oficiais Gerais, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
143. “A mulher e o Direito Português”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de março de 2004, no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Mulher
144. “Os sujeitos de Direito Internacional”, palestra proferida em Lisboa, em 12 de março de 2004, no Curso Superior para Oficiais Gerais, organizado pelo Instituto Superior Naval de Guerra
145. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de março de 2004, no qual o Mestre Carlos Feijó, professor da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e doutorando da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “A futura Constituição de Angola”
146. “Revolução e Constituição”, palestra proferida em Lisboa, em 2 de abril de 2004, no auditório do Edifício Novo da Assembleia da República, no âmbito das comemorações dos 30 Anos do 25 de Abril de 1974

147. “A constitucionalização do Direito do Ambiente e do Ordenamento do Território – uma interpretação da lei concordante com a Constituição”, palestra proferida em Cascais, em 3 de abril de 2004, no âmbito de um colóquio subordinado ao tema geral “Ordenamento do Território nas Áreas Metropolitanas – as respostas do Direito no equilíbrio partilhado entre o urbanismo e a conservação da natureza”, conjuntamente organizado pela União dos Advogados Europeus e pela Comissão Europeia
148. Moderação da sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de maio de 2004, no qual o Doutor Jónatas Machado, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Liberdade religiosa”
149. “O Código do Trabalho e a Constituição Portuguesa”, palestra proferida em Lisboa, em 12 de maio de 2004, no V Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob a organização do Professor Doutor Pedro Romano Martinez
150. “Reflexões sobre o terrorismo internacional”, palestra proferida em Lisboa, em 21 de maio de 2004, no âmbito de colóquio promovido pelo Núcleo de Estudantes de Ciência Política e Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
151. “Constituição Europeia e Constituição Portuguesa”, palestra proferida no Porto, em 27 de maio de 2004, no âmbito da leção da disciplina de Direito Internacional e Europeu, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a convite do respetivo regente, o Professor Doutor Paulo Pulido Adragão
152. “Segurança Social e Fiscalidade”, módulo do I Curso de Pós-Graduação em Direito Fiscal 2003/2004 ministrado em 5 de

junho de 2004 (4 horas), organizado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a convite da coordenadora, Professora Doutora Glória Teixeira

153. Participação no V Curso de Formação Diplomática da Universidade Lusíada de Lisboa, com a incumbência dos seguintes módulos, ministrados durante o mês de junho de 2004: “As fontes do Direito Internacional” (2-6-2004); “Os tratados internacionais em especial” (3-6-2004); “O Direito Internacional e o Direito Estadual” (7-6-2004); “Os sujeitos de Direito Internacional” (8-6-2004); “A resolução pacífica dos conflitos e os tribunais internacionais” (9-6-2004); “A proibição do uso da força na sociedade internacional” (14-6-2004); “A proteção internacional dos direitos humanos” (14-6-2004); “O Direito Internacional do Mar” (17-6-2004)
154. “A futura Constituição de Angola”, palestras proferidas em Luanda, Cabinda e Benguela (Angola), respetivamente nos dias 2, 3 e 4 de agosto de 2004, no âmbito de um ciclo de conferências sobre a nova Constituição Angolana, a convite do Governo da República de Angola
155. “A Administração Pública na futura Constituição de Angola: novos horizontes”, palestra proferida em Luanda, em 7 de setembro de 2004, no âmbito das V Jornadas da Função Pública, promovidas conjuntamente pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
156. “Direitos fundamentais: novas tendências”, palestra proferida no Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 2004, no âmbito do seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional, conjuntamente organizado pela Universidade Estácio de Sá e pela EMERJ – Escola dos Magistrados Estaduais do Rio de Janeiro
157. “Constituição e Direito Europeu”, palestra proferida no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2004, no âmbito do Seminário

Luso-Brasileiro de Direito Constitucional, organizado pelas Universidades Estácio de Sá e Lusíada de Lisboa

158. “A fiscalização da constitucionalidade dos atos do poder público”, palestra proferida no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 2004, no âmbito do Seminário Luso-Brasileiro de Direito Constitucional (no auditório do Garden Hall, perante mais de 900 participantes)
159. “A função jurisdicional”, palestra proferida em Lisboa, em 27 de setembro de 2004, no âmbito de um “Curso de Direito das Instituições Judiciárias”, a convite do Centro de Estudos Judiciários e integrado no XXIII Curso de Formação dos Magistrados
160. “O Direito Internacional na atualidade”, “O Direito Internacional Convencional”, “Os sujeitos de Direito Internacional”, “Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno”, “O uso da força” e “O Direito da Guerra no Mar”, conjunto de palestras proferidas no Instituto Superior Naval de Guerra, em Lisboa, no âmbito do Curso Complementar 2004/2005, respetivamente nos dias 6, 11, 14, 18 e 29 de outubro de 2004
161. “Introdução ao Direito Aéreo”, intervenções inseridas no 1.º módulo da I Pós-Graduação em Direito Aéreo e Direito Espacial, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, nos dias 15 e 21 de outubro de 2004
162. “O Semipresidencialismo nos Estados de Língua Portuguesa”, palestra proferida em Lisboa, em 28 de outubro de 2004, a convite do Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, no âmbito do seminário de doutoramento/mestrado da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, dedicado ao tema “O Direito Constitucional dos Estados de Língua Portuguesa”
163. “As organizações internacionais do Direito Aéreo”, intervenções inseridas no 2.º módulo da I Pós-Graduação em Direito Aéreo

e Direito Espacial, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no dia 4 de novembro de 2004

164. “A fiscalização da constitucionalidade nos Estados de Língua Portuguesa”, palestra proferida em Lisboa, em 8 de novembro de 2004, no âmbito de uma conferência internacional subordinada ao tema geral “Constitucionalismos e práticas constitucionais em países lusófonos”
165. “A nova Constituição de Angola”, palestra proferida em Coimbra, em 8 de novembro de 2004, a convite da Embaixada de Angola em Portugal, no âmbito de um ciclo de conferências sobre “O processo de elaboração da nova Constituição – perspetivas de eleições”
166. “Os mecanismos específicos de representação de emigrantes”, audição parlamentar que teve lugar na Assembleia da República, em 16 de novembro de 2004, a convite da Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa – Subcomissão das Comunidades Portuguesas
167. “A consagração constitucional da segurança interna”, palestra proferida em Lisboa, em 17 de novembro de 2004, a convite do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no âmbito do I Colóquio de Segurança Interna
168. “Reflexões sobre a Concordata numa perspetiva de Direito Constitucional”, palestra proferida em Lisboa, em 19 de novembro de 2004, a convite da Universidade Lusíada de Lisboa, no âmbito de um colóquio subordinado ao tema geral “A Concordata e o Direito Português”
169. “A revisão da lei eleitoral dos Açores”, palestra proferida em Angra do Heroísmo, em 2 de março de 2005, a convite da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no âmbito de um

colóquio subordinado ao tema geral da revisão da legislação eleitoral açoriana

170. “A Santa Sé e as Concordatas como tratados internacionais”, palestra proferida no Porto, em 4 de março de 2005, a convite da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, no âmbito de um colóquio subordinado ao tema geral “Novidades da Nova Concordata”
171. “Direito Internacional e Direito Interno” e “Os sujeitos de Direito Internacional”, palestras proferidas em Lisboa, no Instituto Superior Naval de Guerra, respetivamente em 11 e 14 de março de 2005, no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior
172. “Direito Internacional e Constituição Portuguesa – os 7 pecados mortais”, aula proferida na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 31 de março de 2005, aos alunos do 2.º ano da Licenciatura em Direito, a convite do Professor Doutor Jorge Miranda
173. “Os grandes desafios ao Direito Internacional do Século XXI”, palestra proferida em Braga, em 28 de abril de 2005, a convite da Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho, no âmbito IX Semana de Direito, em painel subordinado ao tema “Choque Civilizacional – o Islamismo no Mundo Ocidental”
174. “O domínio internacional – os grandes desafios”, aula proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 5 de maio de 2005, aos alunos do 2.º ano da Licenciatura, a convite do Professor Doutor Jorge Miranda
175. “Bases de Dados Genéticos – questões constitucionais”, palestra proferida em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 30 de junho de 2005, a convite da Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses

176. “Comunicação social – passado, presente e futuro”, palestra proferida no Funchal, em 12 de julho de 2005, por ocasião do lançamento do novo semanário madeirense “Notícias da Madeira”, a convite da respetiva direção
177. “Objeção religiosa à aplicação de um tratamento conforme às *leges artis*”, palestra proferida em Lisboa, em 26 de julho de 2005, a convite do Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão, no âmbito do Curso de Verão de Direito da Bioética
178. “Leis da Nacionalidade e Imigração em Portugal”, palestra proferida em Lisboa, em 20 de setembro de 2005, a convite dos Trabalhadores Sociais Democratas, no âmbito de um seminário subordinado ao tema geral “Imigração em Portugal”
179. “A revisão constitucional de 2003 e o Estado de Direito em São Tomé e Príncipe”, palestra proferida em São Tomé (São Tomé e Príncipe), em 5 de outubro de 2005, a convite da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
180. “Introdução à Justiça Constitucional”, curso ministrado em São Tomé, em 6 e 7 de outubro de 2005, aos magistrados judiciais e do Ministério Público, a convite do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
181. “Estado de Direito e Justiça Constitucional”, palestra proferida em São Tomé, em 7 de outubro de 2005, a convite do Centro Cultural Português do Instituto Camões
182. “Curso de Direito Internacional Público”, ministrado em Lisboa, no âmbito do Curso Complementar do Instituto Superior Naval de Guerra, respetivamente nos dias 11, 13, 18 e 26 de outubro de 2005, sobre os seguintes temas: “O Direito Internacional na atualidade”, “O Direito Internacional Convencional”, “Os sujeitos de Direito Internacional”, “Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno”, “O uso da força” e “O Direito da Guerra no mar”

183. “Qualidade e autonomia do ensino superior”, palestra proferida em Lisboa, em 14 de outubro de 2005, no 1.º Congresso de Direito da Educação, sob o tema geral “Direito à Educação – Responsabilidade por um ensino de qualidade”, organizado pela Associação Portuguesa de Direito da Educação
184. “Portugal e a Constituição Europeia”, palestras proferidas em 31 de outubro de 2005, em Angra do Heroísmo e em Ponta Delgada, a convite da Universidade dos Açores
185. “Democracia, partidos políticos e Estado de Direito na Guiné-Bissau: reflexões sobre o sistema político-constitucional”, palestra proferida em 21 de novembro de 2005, em Bissau (Guiné-Bissau), a convite da Universidade Amílcar Cabral, no âmbito de um ciclo de tertúlias académicas
186. “Religião e Estado de Direito – uma visão panorâmica”, comunicação proferida em Lisboa, em 25 de novembro de 2005, no I Colóquio Internacional “A Religião no Estado Democrático”, organizado pela Comissão da Liberdade Religiosa
187. “Regiões Autónomas, Autarquias Locais e Associações Públicas”, palestra proferida em Lisboa, em 28 de novembro de 2005, a convite do Professor Doutor João Caupers, no âmbito do I Mestrado em Políticas Públicas, organizado pela Universidade Nova de Lisboa
188. “A Lei de Segurança Interna: novos olhares constitucionais”, palestra proferida em Lisboa, em 7 de março de 2006, a convite do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no âmbito de um colóquio sobre a revisão da Lei de Segurança Interna
189. “Constituição Santomense – Poderes do Presidente da República”, palestra proferida em Braga, em 23 de março de 2006, a convite da Associação de Quadros Santomenses em Portugal, no âmbito do I Fórum dos Quadros Santomenses em Portugal, subordinado ao tema geral “Educação e Desenvolvimento”

190. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de março de 2006, no qual o Mestre Carlos Henrique Soares, doutorando da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Processo constitucional no Estado de Direito Democrático”
191. “Reuniões, manifestações e Estado de Direito”, palestra proferida no Porto, em 30 de março de 2006, a convite do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no âmbito de um colóquio subordinado ao tema geral “Reuniões, manifestações e atuação policial”
192. “Sistemas Constitucionais Africanos de Língua Portuguesa: a caminho de um paradigma?”, palestra proferida em Lisboa, em 4 de abril de 2006, no âmbito do colóquio comemorativo d’ “Os 30 Anos da Constituição Portuguesa”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
193. “Constituição e Direito Internacional”, palestra proferida em Brasília, em 17 de abril de 2006, a convite do escritório de advogados “José Saraiva e Associados”, por ocasião do lançamento da versão brasileira do livro *Manual de Direito Internacional Público*, publicado pela Editora Renovar
194. “Constituição e Educação”, intervenção proferida em Lisboa, em 28 de abril de 2006, a convite do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito de uma mesa-redonda sobre “Os 30 Anos da Constituição de 1976”
195. “Recrutamento e seleção dos magistrados” e “Modelo institucional e orgânico”, intervenções proferidas em Lisboa, respetivamente, em 8 e 9 de maio de 2006, a convite da Diretora do Centro de

Estudos Judiciários, em representação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, por ocasião de um seminário-debate subordinado ao tema geral “Reforma da Lei do Centro de Estudos Judiciários – cinco temas”

196. “A nova Constituição Moçambicana”, palestra proferida em Maputo, em 15 de maio de 2006, a convite do Instituto Superior Politécnico e Universitário
197. “A Constituição Moçambicana e os novos desafios”, palestra proferida em Maputo, em 16 de maio de 2006, a convite do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
198. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de maio de 2006, no qual a Doutora Teresa Negreiros, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Contrato e Constituição”
199. “Direito de reunião e manifestação e Estado de Direito”, palestra proferida em Lisboa, em 25 de maio de 2006, a convite do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no âmbito de um colóquio subordinado ao tema geral “Reuniões, manifestações e atuação policial”
200. “Direito Internacional Público e Direito Português”, palestra proferida em Lisboa, em 1 de junho de 2006, a convite do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito de um “Curso sobre Vinculação Internacional do Estado Português e Direito dos Tratados”
201. “O Direito Português de Língua Portuguesa – perspetiva histórico-constitucional”, palestra proferida em Lisboa, em 22 de junho de 2006, no âmbito da cerimónia de lançamento do livro “A Legislação

do Trabalho nos Países de Língua Portuguesa”, da autoria de Carlos Perdigão e Carlos Antunes, publicado pela Coimbra Editora

202. “Evolução do Direito da União Europeia” e “Relações do Direito da União Europeia com as Ordens Jurídicas dos Estados Membros”, palestras proferidas em Angra do Heroísmo, respetivamente em 26 e 27 de junho de 2006, no âmbito de um Curso de Atualização em Direito da União Europeia, promovido pela Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, através do Centro de Formação da Administração Pública dos Açores da Direção Regional de Organização e Administração Pública
203. “Construção Europeia e Direito Português”, palestras proferidas em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, respetivamente em 26 e 27 de junho de 2006, a convite da Universidade dos Açores e do Centro de Informação *Europe Direct* dos Açores
204. “Privacidade das comunicações eletrónicas e retenção de dados: aspetos do Direito da União Europeia e do Direito Português”, palestra proferida em Lisboa, em 19 de julho de 2006, a convite da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, no âmbito do V Curso de Verão sobre o Direito da Sociedade da Informação, que teve lugar entre 17 e 21 de julho de 2006
205. “Democracia, sistema eleitoral e justiça eleitoral”, palestra proferida em Bissau, em 24 de julho de 2006, a convite do Supremo Tribunal de Justiça da República da Guiné-Bissau, no âmbito da Cimeira Jurídico-Constitucional comemorativa do X Aniversário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
206. “Garantia da Constituição e Estado de Direito”, palestra proferida em Bissau, em 26 de julho de 2006, a convite do Supremo Tribunal de Justiça da República da Guiné-Bissau, no âmbito da Cimeira Jurídico-Constitucional comemorativa da VI Cimeira e do X Aniversário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

207. “Segurança e Constituição”, palestra proferida em Lisboa, em 18 de setembro de 2006, no âmbito dos I Estudos Avançados em Direito e Segurança, curso de pós-graduação e mestrado organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
208. “Os novos desafios do Direito Constitucional”, palestra proferida em Belo Horizonte (Brasil), em 20 de setembro de 2006, a convite da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na sua Faculdade Mineira de Direito, no *Campus* “Coração Eucarístico”, aos estudantes do Curso da Pós-Graduação em Direito
209. “As novas perspectivas do Direito Constitucional”, palestra proferida em Belo Horizonte (Brasil), em 21 de setembro de 2006, a convite da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na sua Faculdade Mineira de Direito, na Unidade Barreiro, aos estudantes da Graduação em Direito
210. “A propriedade e o Direito Internacional Público”, aula proferida em Lisboa, em 28 de setembro de 2006, no âmbito da disciplina de Prática Jurídica Interdisciplinar I, lecionada na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, a convite do Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida
211. “O Novo Regime do Arrendamento Urbano e a Constituição Portuguesa”, palestra proferida em Lisboa, em 11 de outubro de 2006, no âmbito de um colóquio subordinado ao tema “A Nova Lei do Arrendamento Urbano”, organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
212. “Introdução ao Direito Internacional Aéreo”, palestra proferida em Lisboa, em 12 de outubro de 2006, no âmbito da II Pós-Graduação em Direito Aéreo, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

213. “Portugal’s Intelligence services: organization and oversight”, palestra proferida em Bucareste (Roménia), na Sala de Direitos Humanos do Palácio do Parlamento, em 18 de outubro de 2006, no âmbito da III Conferência de Órgãos Parlamentares de Controlo dos Serviços de Informações dos Estados da União Europeia, organizada pelo Parlamento da Roménia
214. “A construção da cidadania no Direito Público”, palestra proferida em Lisboa, em 20 de outubro de 2006, no âmbito do Congresso Internacional de Estudos Clássicos “Identidade e Cidadania – da Antiguidade aos nossos dias”, organizado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e pelo Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa
215. “O casamento religioso no Direito Português da Religião”, palestra proferida em Lisboa, em 25 de outubro de 2006, a convite do Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro, no âmbito do ensino da disciplina de Direito da Família e das Sucessões, lecionada ao 4.º ano da licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
216. “O Processo de Bolonha: luzes e sombras”, palestra proferida em Lisboa, em 25 de outubro de 2006, na Residência Universitária dos Álamos
217. “Introdução à Justiça Constitucional em Angola”, palestras proferidas em Luanda, em 1 e 3 de novembro de 2006, a convite da Ordem dos Advogados de Angola, através do seu Centro de Estudos e Formação
218. “Nem sempre os fins justificam os meios: o Tribunal Penal Internacional e a Constituição Portuguesa”, palestra proferida em Curitiba (Brasil), em 12 de novembro de 2006, a qual teve lugar na Estação Embratel Convention Center, no âmbito do IX Congresso Ibero-Americano de Direito Constitucional e do VII Simpósio

Nacional de Direito Constitucional, organizados pelo Instituto Ibero-Americano de Direito Constitucional, pela Academia Brasileira de Direito Constitucional e pela Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas

219. “Os direitos fundamentais no Estado e na Comunidade Internacional”, palestra proferida em Curitiba (Brasil), em 13 de novembro de 2006, a convite da Faculdade de Direito da UniBrasil
220. “Construção Europeia: evolução e perspectivas”, palestra proferida na Horta, em 24 de novembro de 2006, a convite da Universidade dos Açores, no âmbito das atividades do Europe Direct da Comissão Europeia
221. “O Novo Regime do Arrendamento Urbano e a Constituição Portuguesa”, palestra proferida em Angra do Heroísmo, em 7 de dezembro de 2006, no âmbito de um colóquio organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, a solicitação do Conselho Distrital dos Açores da Ordem dos Advogados
222. “Direito Internacional e Justiça Penal”, palestra proferida em Lisboa, em 14 de dezembro de 2006, a convite do Núcleo de Estudos de Ciência Política e Relações Internacionais, no âmbito das Jornadas Comemorativas do 10.º Aniversário da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
223. “Estado, Constituição, Estado de Direito e Democracia”, palestras proferidas em Lisboa, em 24, 25, 29 e 30 de janeiro de 2007, no II Curso de Mestrado em Direito e Segurança, ministrado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana, co-organizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

224. “A Constituição e o Direito do Trabalho”, palestra proferida em Lisboa, em 2 de fevereiro de 2007, a convite do Professor Doutor José João Abrantes, no âmbito da II Pós-Graduação em Direito do Trabalho e da Segurança Social, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
225. “Os direitos fundamentais em Macau”, palestra proferida em Macau, em 7 de fevereiro de 2007, a convite do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional da Região Administrativa Especial de Macau, no âmbito de uma Conferência Internacional subordinada ao tema geral “One Country, Two Systems, Three Legal Orders – perspectives of evolution”
226. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais”, palestras proferidas em Lisboa, respetivamente em 12 e 19 de março de 2007, no II Curso de Mestrado em Direito e Segurança, coorganizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana
227. “Exceção constitucional e estado de guerra”, palestra proferida em Lisboa, em 22 de março de 2007, no II Curso de Mestrado em Direito e Segurança, coorganizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana
228. “Imigração no Século XXI na CPLP – Uma perspetiva lusófona”, palestra proferida no Seminário Lusófono, que teve lugar em Lisboa, no dia 26 de março de 2007, organizado pelo Serviço de Informações de Segurança de Portugal

229. “A fiscalização dos serviços de informações”, palestra proferida em Lisboa, em 10 de abril de 2007, no II Curso de Mestrado em Direito e Segurança, coorganizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana
230. “Liberdade de reunião e manifestação”, palestra proferida em Lisboa, em 12 de abril de 2007, no II Curso de Mestrado em Direito e Segurança, coorganizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrado no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana
231. “Direitos Humanos”, palestra proferida em Lisboa, em 10 de maio de 2007, a convite do Centro de Estudos do Lumiar, no âmbito de um conjunto de iniciativas promovidas pelo “Clube de Direito”
232. “As fontes do Direito entre o Código Civil e a Constituição”, palestra proferida em Lisboa, em 17 de maio de 2007, a convite da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no âmbito do colóquio internacional subordinado ao tema geral “Código Civil Português – 40 Anos de vigência”
233. “Controlo fiscal e direitos fundamentais”, palestra proferida em Lisboa, em 25 de maio de 2007, a convite da Universidade Lusíada de Lisboa, no âmbito das XI Jornadas Fiscais e das VIII Jornadas de Direito Constitucional Tributário, subordinadas ao tema geral “Controlo fiscal no quadro comunitário”, coordenadas pelo Professor Doutor Manuel Pires
234. “Direitos fundamentais”, “Direitos, Poder e Segurança” e “Defesa da Constituição e Segurança”, disciplinas ministradas na Praia, em

Cabo Verde, respetivamente nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2007, no âmbito do Módulo II, subordinado ao tema geral “Constituição e Segurança”, do Curso de Pós-Graduação em Direito e Segurança, conjuntamente organizado pela Fundação Direito e Justiça e pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

235. “Uma perspetiva geral da História Político-Constitucional Portuguesa”, palestra proferida na Praia, em Cabo Verde, em 27 de junho de 2007, a convite do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
236. “Novos Rumos para o Direito Autárquico Português”, palestra proferida nas Caldas da Rainha, em 3 de julho de 2007, a convite da Associação de Municípios do Oeste e da Associação Forense do Oeste
237. “Introdução ao Contencioso Administrativo de Moçambique”, palestra proferida em Maputo, em 5 de julho de 2007, no âmbito de um Curso de Contencioso Administrativo, promovido pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique e orientado pelos Professores Doutores Jorge Bacelar Gouveia e Mário Aroso de Almeida
238. “Lei e Costume no Direito de Moçambique”, palestra proferida em Maputo, em 11 de julho de 2007, a convite do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
239. “Que Tratado até 2009: importância das próximas presidências da União Europeia”, palestra proferida em Lisboa, em 13 de julho de 2007, na Universidade Lusíada de Lisboa, no âmbito de um colóquio subordinado ao tema geral “Um Tratado de Dimensão Social, até às eleições para o Parlamento Europeu de 2009”

240. “O Contencioso Administrativo em Angola – uma introdução”, palestra proferida na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 11 de setembro de 2007, a convite da Ordem dos Advogados de Angola, no âmbito de um Curso de Especialização em Contencioso Administrativo, promovido por esta instituição
241. “O processo legislativo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, seminário dirigido aos Deputados da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, o qual teve lugar em 1 de outubro de 2007, em São Tomé
242. “A Constituição de São Tomé e Príncipe – atualidade e perspetivas”, palestra proferida em São Tomé, em 1 de outubro de 2007, a convite do IUCAI – Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática
243. “A Feitura das Leis”, seminário dirigido aos Deputados da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, o qual teve lugar em 2 de outubro de 2007, em São Tomé
244. “Defesa da Constituição e Poder Judicial”, palestra proferida em São Tomé, em 2 de outubro de 2007, no Supremo Tribunal de Justiça, a convite da Presidente deste órgão, Dr.^a Alice Carvalho
245. “Assessoria institucional parlamentar”, palestra proferida em São Tomé, em 3 de outubro de 2007, a convite da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
246. “Tratado de Lisboa – luzes e sombras”, palestra proferida na Ericeira, em 20 de outubro de 2007, no âmbito de um ciclo de conferências “Reflexões sobre a Europa”, sob o tema geral “Um tratado, uma reforma – a caminho de que Europa?”, conjuntamente organizadas pelo ICEA – Instituto de Cultura Europeia e Atlântica e pela SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

247. “A reforma da Organização das Nações Unidas”, palestra proferida no Porto, em 24 de outubro de 2007, a convite da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
248. “Estado, Constituição, Estado de Direito e Democracia”, palestras proferidas em Lisboa, em 25 de outubro e 7 e 14 de novembro de 2007, no III Curso de Mestrado em Direito e Segurança, coorganizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrado no Curso de Promoção a Oficiais Superiores da GNR
249. “Democracia Eleitoral”, palestra proferida em Maputo, em 30 de outubro de 2007, a convite do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
250. “Democracia Eleitoral e Direito Autárquico”, palestra proferida em Maputo, em 2 de novembro de 2007, a convite da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique
251. “O terrorismo e o Estado de Direito Democrático – a questão dos direitos fundamentais”, palestra proferida em Lisboa, em 6 de novembro de 2007, num colóquio subordinado ao tema geral “Terrorismo Global e os seus desafios”, organizado pela *Revista Segurança e Defesa – Revista Trimestral de Grande Informação*
252. “Declaração Universal dos Direitos do Homem – a evolução de 1948 a 2007”, conferência proferida em Lisboa, em 10 de dezembro de 2007, no âmbito da comemoração do 59.º Aniversário da aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a convite da Universidade Lusíada de Lisboa
253. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais”, palestras proferidas nos dias 12 e 20 de dezembro de 2007, no âmbito do III Curso de Mestrado em Direito e Segurança, coorganizado pelo

Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrado no Curso de Promoção a Oficiais Superiores da GNR

254. “Segurança: uma visão global”, palestra proferida em Lisboa, em 9 de janeiro de 2008, a convite do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, no encerramento do respetivo colóquio
255. “O Art. 35.º da Constituição – luzes e sombras”, palestra proferida em Lisboa, em 31 de janeiro de 2008, em Conferência subordinada ao tema geral “Prós e Contras da aplicação do Art. 35.º da Constituição”, a convite da APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação
256. “Terrorismo e o Estado de Direito Democrático”, palestra proferida em Lisboa, em 31 de janeiro de 2008, em painel subordinado ao tema geral “As Forças Armadas e o Terrorismo”, a convite do Instituto de Estudos Superiores Militares
257. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de fevereiro de 2008, no qual o Doutor Holger Hestermeyer, Sénior Research Fellow do Max Planck Institut für Ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Human Rights and the WTO: the Case of Patents and Access to Medicines”
258. “O terrorismo e o Direito Internacional Público”, palestra proferida na Universidade Lusíada de Lisboa, em 11 de março de 2008
259. “Terrorismo: a alteração do paradigma humanista do Direito Internacional Público”, palestra proferida em Lisboa, no dia

11 de março de 2008, em colóquio subordinado ao tema geral “Terrorismo – um fenómeno atemporal”, organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa – Luís de Camões

260. “Exceção constitucional e estado de guerra”, palestras proferidas nos dias 11 e 13 de março de 2008, no âmbito do III Curso de Mestrado em Direito e Segurança, coorganizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrado no Curso de Promoção a Oficiais Superiores da GNR
261. “A fiscalização do Sistema de Informações”, palestra proferida no dia 14 de março de 2008, no âmbito do III Curso de Mestrado em Direito e Segurança, coorganizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares, pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrado no Curso de Promoção a Oficiais Superiores da GNR
262. Moderação na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de abril de 2008, no qual o Doutor Ricardo García García, Professor Titular de Derecho Eclesiástico del Estado da Universidade Autónoma de Madrid, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Descentralização da liberdade religiosa – 25 anos de regulação jurídica descentralizada do fator religioso em Espanha”
263. “Liberdade religiosa e Estado de Direito: a experiência portuguesa”, palestra proferida em Buenos Aires, em 28 de abril de 2008, em colóquio internacional subordinado ao tema geral “Liberdade religiosa, a origem de todas as liberdades”, organizado pelo CALIR – Conselho Argentino para a Liberdade Religiosa

264. Moderador do debate “Terrorismo e Investigação Criminal”, que teve lugar na Universidade Nova de Lisboa, em 8 de maio de 2008, organizado pelo OSCOT, com a participação de José Teles Pereira, José Manuel Anes e Baltazar Garzón
265. Moderação na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de maio de 2008, no qual o Doutor Fernando Horta Tavares, professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Acesso ao Direito, Duração Razoável do Processo e Tutela Jurisdicional Efetiva”
266. “Curso de Direito Eleitoral de Angola”, curso ministrado em Luanda, nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2008, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e da Comissão Nacional Eleitoral
267. “Curso de Direitos Humanos”, de 9 a 13 de junho de 2008, em Maputo, como módulo inaugural do I Programa de Doutoramento em Direito, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
268. “O ensino e a investigação do Direito e a Declaração de Bolonha”, palestra proferida em São Salvador (Bahia), em 19 de junho de 2008, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Direito, na cerimónia de abertura do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI – Conselho Nacional das Pós-Graduações em Direito
269. “As fontes do Direito no Século XXI – um novo paradigma”, “O novo Direito Internacional Público – esperanças e perplexidades” e

- “Introdução à Justiça Constitucional”, palestras proferidas em Belo Horizonte (Brasil), a convite da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, respetivamente nos dias 10, 11 e 12 de setembro de 2008
270. “As grandes transformações do Direito Público: as relações entre o Direito, o Estado e a Religião”, conferência filmada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Virtual, em Belo Horizonte, em 11 de setembro de 2008
271. “Segurança e Constituição”, aulas ministradas em Lisboa, nos 14, 15, 27 e 29 de outubro de 2008, ao V Curso de Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no âmbito do I Módulo, dedicado ao tema geral “Segurança e Direito”
272. “Fontes de Direito e Direitos Fundamentais em Macau”, palestra proferida em Macau, em 20 de outubro de 2008, no âmbito das II Jornadas de Direito e Cidadania, subordinada ao tema geral “Direitos Fundamentais – consolidação e perspetivas de evolução”, organizadas pela Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China
273. “Os grandes desafios ao Direito Público no século XXI – do Direito Constitucional ao Direito Internacional Público”, conferência proferida em Macau, em 21 de outubro de 2008, a convite da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, no âmbito dos cursos da licenciatura e do mestrado em Direito em Língua Portuguesa
274. “Curso de Direito Internacional Penal”, curso ministrado em Maputo, entre 3 e 7 de novembro de 2008, no âmbito do I Programa de Doutoramento em Direito, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique

275. “The Control of the Security Intelligence Activity in Portugal”, palestra proferida em Stockholm, em 5 de dezembro de 2008, no âmbito de um simpósio internacional subordinado ao tema geral “Segurança Nacional e Direitos Humanos”, organizado pela Commission on Security and Integrity e Protection do Reino da Suécia
276. “A Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Direito Internacional Penal”, palestra de abertura de colóquio que teve lugar em Lisboa, em 10 de dezembro de 2008, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, no âmbito da comemoração do 60.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem
277. “A coordenação da investigação criminal à luz da nova Lei da Organização da Investigação Criminal”, moderação do colóquio que teve lugar em Queluz, em 10 de dezembro de 2008, organizado pela Escola Prática da Guarda Nacional Republicana
278. “O 60.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem”, palestra proferida em Lisboa, em 10 de dezembro de 2008, no âmbito da comemoração da efeméride organizada pela Universidade Autónoma de Lisboa, com a presença de S. Ex.^a o Ministro da Administração Interna, Professor Mestre Rui Pereira
279. “Responsabilidade civil por omissão político-legislativa”, palestra realizada em Lisboa, em 16 de janeiro de 2009, no âmbito do II Encontro de Professores de Direito Público, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, nos dias 16 e 17 de janeiro de 2009
280. Intervenção na I Conferência do ICLARS – International Consortium for Law and Religion Studies, que teve lugar em Milão, nos dias 22, 23 e 24 de janeiro de 2009, subordinado ao tema geral “Law and Religion in the 21st Century: Relations between States

and Religious Communities”, e organizado pelo ICLARS e pela Universidade de Milão

281. “A União Europeia: evolução, princípios e órgãos”, palestra proferida em Lisboa, em 4 de fevereiro de 2009, a convite do Instituto de Estudos Superiores Militares, no âmbito do Curso de promoção a Oficiais Gerais
282. “As Forças Armadas e o Terrorismo”, participação em painel, que teve lugar em Lisboa, em 17 de fevereiro de 2009, a convite do Instituto de Estudos Superiores Militares, no âmbito do Curso de Promoção a Oficiais Gerais das Forças Armadas
283. Moderação na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de março de 2009, no qual o Doutor Francisco Fernández Segado, professor catedrático da Universidade Complutense de Madrid, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “O controlo das omissões legislativas: novas questões dogmático-constitucionais”
284. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais”, aulas ministradas em Lisboa, nos dias 9 e 16 de março de 2009, ao IV Curso de Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no âmbito do IV Módulo, dedicado ao tema geral “Segurança e Direito”
285. “Exceção constitucional e estado de guerra”, aula ministrada em Lisboa, no dia 13 de março de 2009, ao IV Curso de Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no âmbito do IV Módulo, dedicado ao tema geral “Segurança e Direito”
286. “A função legislativa dos Parlamentos Nacionais e o Direito Parlamentar Europeu”, palestra proferida em Lisboa, em 2

de abril de 2009, no âmbito do I Encontro Luso-Espanhol de Direito Parlamentar, promovido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

287. “Os desafios da Justiça Internacional Penal”, aula aberta, proferida em Maputo (Moçambique), no dia 13 de abril de 2009, no âmbito do início do Curso de Mestrado em Direito Empresarial (*Corporate Governance*), organizado pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique
288. “Curso de Teoria do Direito”, proferido em Maputo (Moçambique), de 13 a 17 de abril de 2009, no contexto do 1.º módulo do Curso de Mestrado em Direito Empresarial, organizado pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
289. “O Direito de Língua Portuguesa: que desafios?”, palestra proferida em Luanda, em 12 de maio de 2009, no âmbito do XIX Encontro das Universidades de Língua Portuguesa, que teve lugar naquela cidade de 12 a 15 de maio de 2009 e promovido pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)
290. “Estado de Direito e serviços de informações: velhas e novas questões”, palestra proferida em Lisboa, em 15 de maio de 2009, no colóquio internacional “Segurança Nacional e Direitos Fundamentais”, conjuntamente organizado pela Assembleia da República, pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDiP – Instituto de Direito Público
291. “A Atuação do Poder Judiciário Português”, palestra proferida em Belo Horizonte (Brasil), em 20 de maio de 2009, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica – Faculdade Mineira de Direito
292. “As relações entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional Público”, palestra proferida em Belo Horizonte, em 21 de maio de 2009, a convite do Centro Universitário Newton Paiva

293. “Constituição e Direito Processual”, palestra proferida em Ouro Preto (Brasil), em 22 de maio de 2009, no Congresso Internacional de Direito Processual, organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Minas Gerais (<https://www.youtube.com/watch?v=OfoWBPoRWpg>)
294. “Financing Churches in European Union Member Countries”, intervenção proferida em Olomouc (República Checa), em 11 de junho de 2009, no âmbito de uma conferência subordinada ao tema geral “Religion and Public Power in European Union Countries”, organizada pela Presidência Checa da União Europeia
295. “Regiões Autónomas e Poder Legislativo”, lição ministrada em Oeiras, em 26 de junho de 2009, no âmbito do XXII Curso de Feitura de Leis, anualmente organizado pelo Instituto Nacional de Administração
296. “Serviços de informações e Estado de Direito”, conferência proferida em Díli, em 3 de julho de 2009, no âmbito de um workshop organizado pela Presidência do Conselho de Ministros
297. “Rule of Law in Constitutional State: main features and the experience of Portugal”, palestra proferida em Seoul, em 16 de julho de 2009, a convite da Assembleia Nacional da República da Coreia
298. “Educação religiosa nas escolas públicas: a situação de Portugal”, palestra proferida em Montevideo, em 6 de agosto de 2009, a convite do Consortium Latino-Americano de Liberdade Religiosa, que organizou o seu IX Colóquio Anual subordinado ao tema “Religión en la Educación Pública”, nos dias 6 e 7 de agosto de 2009, em Montevideo (Uruguay)
299. Moderação do Painel da Manhã do dia 23 de outubro de 2009, incluído no I Congresso Internacional Hispano-Português sobre

Liberdade Religiosa, subordinado ao tema geral “Constituição, leis de liberdade religiosa, acordos, Direito Comum”, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de León e pelo Instituto Superior de Direito Canónico da Universidade Católica Portuguesa, o qual teve lugar em León, nos dias 22 e 23 de outubro de 2009

300. “Estado, Constituição, Estado de Direito e Democracia”, palestra proferida em Lisboa, em outubro de 2009, no âmbito do VI Curso de Mestrado em Direito e Segurança, conjuntamente organizado pela GNR-IESM e Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
301. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais”, palestra proferida em Lisboa, em outubro de 2009, no âmbito do VI Curso de Mestrado em Direito e Segurança, conjuntamente organizado pela GNR-IESM e Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
302. “O Parlamento: aspetos jurídico-políticos”, aulas da 2.º fase de doutoramento da disciplina de “Direito Público Comparado”, ministradas em Maputo, entre 13 e 15 de dezembro de 2009, no âmbito do I Programa de Doutoramento em Direito, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo ISCTEM – Instituto de Ciências e Tecnologia de Moçambique
303. “A centralidade do Parlamento na Democracia Contemporânea”, palestra proferida em Maputo, em 15 de dezembro de 2009, a convite do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
304. “O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo: referendo e problemática”, palestra proferida em Faro, em 17 de dezembro de 2009, a convite da Capelania da Universidade do Algarve

305. “Os Sete Grandes Desafios à Política de Segurança Interna”, conferência proferida na Figueira da Foz, em 4 de janeiro de 2010, a convite do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, como lição inaugural do II Curso de Negociadores, organizado pelo Centro de Doutrina e Formação daquela corporação policial
306. “O Parlamento num Estado Democrático”, palestra proferida em Lisboa, em 18 de janeiro de 2010, na Escola Almirante Gago Coutinho, no âmbito do programa “Parlamento Jovem”, organizado pela Assembleia da República
307. “A União Europeia: Evolução, Princípios e Órgãos”, conferência proferida em Lisboa, em 19 de janeiro de 2010, a convite do Instituto de Estudos Superiores Militares, no âmbito do Curso de Promoção a Oficial General
308. “O Parlamento num Estado Democrático”, palestra proferida em Vila Nova de Cacela, em 25 de janeiro de 2010, na Escola Infante D. Fernando, no âmbito do programa “Parlamento Jovem”, organizado pela Assembleia da República
309. “O Terrorismo e o seu Combate”, conferência proferida em Lisboa, em 1 de fevereiro de 2010, a convite do Instituto de Estudos Superiores Militares, no âmbito do Curso de Promoção a Oficial General
310. “Casamento entre pessoas do mesmo sexo e referendo político-legislativo”, palestra proferida em Odivelas, em 10 de fevereiro de 2010, no Pavilhão Polivalente de Odivelas, a convite da Plataforma Cidadania e Casamento
311. “Eutanásia – aspetos jurídicos”, palestra proferida em Lisboa, na Universidade Lusófona, em 18 de fevereiro de 2010, a convite da Associação de Estudantes de Direito da Universidade Lusófona

312. “O Tratado de Lisboa e os Parlamentos Nacionais”, palestra proferida em Lisboa, em 26 de fevereiro de 2010, no âmbito do Colóquio “Tratado de Lisboa – aspetos centrais”, organizado pelo Professor Doutor Nuno Piçarra e pela Dr.^a Marta Tavares de Lisboa, o qual decorreu na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
313. “A liberdade religiosa em Portugal: evolução e fontes”, palestra proferida no Porto, em 12 de abril de 2010, no âmbito do seminário da disciplina de “Direitos Fundamentais em Especial”, dedicada ao tema “Direito, Religião e Sociedade”, ministrada na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sob a regência do Prof. Doutor Paulo Adragão
314. “Segredo de Estado”, palestra proferida em Lisboa, em 19 de abril de 2010, no âmbito da IV Unidade Curricular do VI Curso de Mestrado em Direito e Segurança, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IESM-GNR
315. “O controlo dos serviços de informações”, palestra proferida em Lisboa, em 20 de abril de 2010, no âmbito da I Unidade Curricular do VI Curso de Mestrado em Direito e Segurança, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IESM-GNR
316. “25 de Abril de 1974: conquistas e desafios”, duas palestras proferidas em 30 de abril e 3 de maio de 2010, respetivamente em São Brás de Alportel e Faro, nas Escolas Secundárias desses municípios José Belchior Viegas e João de Deus
317. “Corrupção: velhos problemas, novas soluções”, palestra proferida em Viana do Castelo, em 5 de maio de 2010, a convite do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, no âmbito dos Seminários de 4 a 7 de maio de 2010, subordinado ao tema geral da

Responsabilidade Social, em comemoração do XXIV Aniversário deste estabelecimento de ensino

318. “Exceção constitucional e estado de guerra”, palestra proferida em Lisboa, em 14 de maio de 2010, no âmbito do VI Curso de Mestrado em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IESM-GNR
319. “Treaties as source of International Law”, palestra em inglês proferida em Lisboa, em 17 de maio de 2010, no âmbito de um Curso para Diplomatas Estrangeiros, organizado pelo Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
320. “A futura da revisão constitucional”, conferência proferida no Porto, em 20 de maio de 2010, a convite da ELSA – European Law Students Association, no âmbito da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
321. “Direitos Humanos: Constitucionalização e Internacionalização”, palestra proferida em Belo Horizonte, em 25 de maio de 2010, no âmbito do I Seminário Internacional de Direito Constitucional e do V Seminário Nacional de Direito Constitucional, conjuntamente organizados pela Procuradoria da República de Minas Gerais, pelo Centro Universitário Newton Paiva e pela Arraes Editores
322. “O Provedor de Justiça Europeu”, conferência proferida em Belo Horizonte, em 29 de julho de 2010, no âmbito do I Congresso Internacional de Ouvidores e Ombudsman, o XIII Congresso Brasileiro de Ouvidores e Ombudsman e o VI Seminário Nacional de Ouvidores e Ouvidorias, conjuntamente organizados pela Associação Brasileira de Ouvidores, pela Associação Brasileira de Ouvidores – Seção de Minas Gerais e pelo Instituto Pró-Cidadania
323. “Poder Judiciário, Estado de Direito e Ativismo Judicial”, conferência proferida em Belo Horizonte, em 9 de agosto de

2010, no âmbito do curso da graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

324. “O Direito em Mudança: expectativas, êxitos, frustrações, desafios”, conferência de abertura do I Congresso Jurídico Internacional organizado pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), realizada em Teófilo Otoni, em Minas Gerais (Brasil), em 10 de agosto de 2010
325. “Portugal e Brasil: divergências e convergências de uma história político-constitucional comum”, conferência de encerramento realizada em Recife, em 20 de agosto de 2010, na Faculdade Damas, no âmbito do II Congresso Internacional de História do Direito
326. “Direito Internacional do Mar – os novos desafios”, palestra ministrada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu ao Mestrado em Direito Agroambiental, em Cuiabá, em 23 de agosto de 2010, a convite do Professor Valério de Oliveira Mazzuoli, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso
327. “Perspetivas de Fortalecimento da Cooperação entre os Países de Língua Portuguesa”, conferência de encerramento realizada em Nova Lima/Belo Horizonte, em 26 de agosto de 2010, na Faculdade de Direito Milton Campos, no âmbito do II Congresso Internacional de História do Direito
328. “Tributação e Retroatividade”, conferência realizada em Lisboa, em 23 de setembro de 2010, a convite da consultora Deloitte, S.A.
329. “O Direito Internacional Público e a Globalização”, conferência realizada em Lisboa, em 27 de setembro de 2010, no Instituto de Estudos Superiores Militares, no âmbito do Curso de Estudos Africanos promovido por aquele organismo
330. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais”, aula inaugural do VIII Curso de Mestrado em Direito e Segurança, que teve lugar em Lisboa, no IESM-GNR, em 28 de setembro de 2010

331. Moderação do 3.º painel do seminário Regional sobre “Liberdade de Circulação de Trabalhadores”, com o subtema “Livre Circulação de Trabalhadores e Setor Público”, que teve lugar em Lisboa, em 8 de outubro de 2010, numa iniciativa conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e da Comissão Europeia
332. “Exceção constitucional e estado guerra”, aula no VIII Curso de Mestrado em Direito e Segurança, que teve lugar em Lisboa, no IESM-GNR, em 14 de outubro de 2010
333. “Direito e Globalização: dos interesses ao desenvolvimento”, oração de sapiência, proferida na abertura oficial do ano letivo 2010/2011, na Universidade de Santiago, Assomada, Cabo Verde, em 26 de outubro de 2010
334. “A fiscalização do Sistema de Informações de Portugal”, aula no VIII Curso de Mestrado em Direito e Segurança, que teve lugar em Lisboa, no IESM-GNR, em 4 de novembro de 2010
335. “As Regiões Administrativas”, intervenção num workshop, no Porto, em 8 de novembro de 2010, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte
336. “Fundamental Rights: States, International Community, European Union”, lição dada na National University of Odessa Law Academy, Odessa (Ucrânia), 15 de novembro de 2010
337. “Portugal and Ukraine: a constitutional comparative approach”, lição dada na National University of Odessa Law Academy, Odessa (Ucrânia), 16 de novembro de 2010
338. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais”, aula dada em Lisboa, em 25 de novembro de 2010, no âmbito do VII Curso de Mestrado em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade

de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

339. “Exceção constitucional e estado de guerra”, aula dada em Lisboa, em 25 de novembro de 2010, no âmbito do VII Curso de Mestrado em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
340. “Justiça, Democracia e Desenvolvimento”, palestra proferida em Bissau, em 30 de novembro de 2010, no âmbito da VIII Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais da CPLP
341. “A VIII revisão da Constituição Portuguesa”, palestra proferida em Luanda, em 6 de dezembro de 2010, no âmbito do II CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, que teve lugar em Luanda nos dias 6 e 7 de dezembro de 2010
342. “O Constitucionalismo de Língua Portuguesa”, conferência de encerramento do II CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, proferida em Luanda, em 7 de dezembro de 2010, no âmbito do II CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, que teve lugar em Luanda nos dias 6 e 7 de dezembro de 2010
343. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de dezembro de 2010, no qual o Doutor Valério de Oliveira Mazzuoli, professor da Universidade Federal de Mato Grosso, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “As características do Direito Internacional na Pós-Modernidade”
344. “O 62.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem – os novos desafios”, palestra proferida em Portimão, no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em 10 de dezembro de 2010

345. “Sistema político-constitucional português: balanço e desafios”, oração de sapiência, proferida na cerimónia dos 25 Anos da Universidade Autónoma de Lisboa, em 13 de dezembro de 2010
346. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de janeiro de 2011, no qual o Mestre Gildo Espada, doutorando da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “O uso e gestão partilhada de recursos hídricos transfronteiriços: o caso de Moçambique”
347. “Macau no Direito Constitucional de Língua Portuguesa”, conferência de abertura das III Jornadas de Direito e Cidadania, organizadas pela Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, subordinadas ao tema geral “Sentido e importância do Direito Comparado no âmbito do princípio «um País, dois sistemas»”, a qual teve lugar em Macau, no dia 20 de janeiro de 2011
348. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de janeiro de 2011, no qual a Doutora Janaína Rigo Santín, professora da Faculdade de Direito, do Mestrado em História e do Mestrado em Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Princípio da Participação e Poder Local: um estudo do ordenamento jurídico brasileiro”
349. “O terrorismo e as Forças Armadas”, palestra proferida em Lisboa, no Instituto de Estudos Superiores Militares, em 4 de fevereiro de 2011, no âmbito do CPOG – Curso de Promoção a Oficiais Gerais

350. “A fiscalização do Sistema de Informações de Portugal”, palestra proferida em Lisboa, em 10 de fevereiro de 2011, no VII Curso de Mestrado em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
351. “Revisão constitucional & Regionalização: Riscos, Oportunidades & Perspetivas”, conferência proferida no Porto, em 21 de fevereiro de 2011, no âmbito de um colóquio promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte, subordinado ao tema geral “Revisão Constitucional & Regionalização: que perspetivas?”
352. “Curso de Teoria do Direito”, curso ministrado no II Curso de Mestrado em Direito Empresarial, em Maputo, nos dias 28 de fevereiro e 1, 2 e 3 de março de 2011, organizado pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
353. “O Ensino e a Investigação do Direito: do Processo de Bolonha à Globalização”, conferência proferida em Maputo, no dia 4 de março de 2011, a convite do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
354. “O papel do Presidente da República em São Tomé e Príncipe”, palestra proferida em Lisboa, no ISCTE-IUL, em 8 de abril de 2011, a convite do Núcleo de Estudantes santomenses do ISCTE-IUL
355. “Curso de Direitos Humanos”, curso ministrado no I Curso de Doutoramento em Direito, em Luanda, de 15 a 17 de abril de 2011, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
356. “Crise social: da opressão à revolução”, palestra proferida no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, em 3 de maio de 2011, a convite do Núcleo de Direitos Humanos daquele instituto

357. “A Crise das Dívidas Soberanas”, intervenção no colóquio de 5 de maio de 2011, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, organizado pela Associação ESPEC – Espaço de Educação e Cidadania
358. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de maio de 2011, no qual a Doutora Cristiana Fortini, professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “A relação entre a iniciativa privada e o Estado na prestação de serviços públicos”
359. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de maio de 2011, no qual o Doutor Fernando Horta Tavares, professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Sistema de pagamento de obrigações da Administração Pública no Brasil: os precatórios e a «legalização» do incumprimento após a Emenda Constitucional n.º 62, de 9 de dezembro de 2009”
360. “As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa – caminhos de um Constitucionalismo Singular”, conferência proferida em São Tomé, em 30 de maio de 2011, a convite do Supremo Tribunal de Justiça
361. “O papel da Administração Pública no Desenvolvimento de uma Sociedade Democrática”, conferência proferida em São Tomé, em 31 de maio de 2011, a convite do Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI)
362. “O Papel do Presidente da República no Estado de Direito Democrático: o Semipresidencialismo de São Tomé e Príncipe”,

conferência proferida em São Tomé, em 2 de junho de 2011, a convite do Instituto Superior Politécnico (ISP)

363. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de junho de 2011, no qual o Doutor Lourenço Dias Silva, professor da Universidade Politécnica de Moçambique, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Responsabilidade Social Corporativa”
364. “Direito Internacional Penal”, 1.^a parte do módulo de Direito Internacional Público, ministrada em Luanda, nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2011, no âmbito do I Curso de Doutoramento em Direito em Angola, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Faculdade de Direito da universidade Agostinho Neto
365. “The Sovereign Debt Crisis and the New Boundaries of the State – National Perspectives – Portugal”, conferência proferida em Malta, Valletta, no Palácio do Parlamento, em 9 de julho de 2011, no âmbito de uma conferência internacional organizada pela EPLO – European Public Law Organization
366. “Os desafios do Direito Constitucional em Mudança”, conferência de abertura do II Congresso Jurídico Internacional, organizado pela UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos, proferida em Teófilo Otoni (Minas Gerais), em 15 de agosto de 2011
367. “O Direito e a História na Idade Contemporânea”, aula no Mestrado de História Regional da Universidade de Passo Fundo (Rio Grande do Sul), em 18 de agosto de 2011
368. “O Constitucionalismo Global”, aula magna na Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo (Rio Grande do Sul), em 19 de agosto de 2011

369. “A jurisprudência normativa – uma perspectiva teórico-constitucional”, palestra proferida em Piumhi, em 5 de setembro de 2011, na Faculdade São Francisco, daquela cidade, no âmbito do I Seminário Luso-Mineiro de Direito Constitucional e Bioética
370. “O Tribunal Penal Internacional e a Constituição”, palestra proferida em Betim, em 6 de setembro de 2011, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no campus daquela cidade
371. “As Reformas Jurídicas da Democracia Portuguesa”, palestra proferida em Belo Horizonte, em 6 de setembro de 2011, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na pós-graduação e mestrado em Direito Público, a convite da Professora Doutora Cristiane Fortini
372. “O Constitucionalismo do Século XXI”, palestra proferida em Belo Horizonte, em 9 de setembro de 2011, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, na Sala da Congregação, a convite da Diretora da Faculdade, Professora Doutora Amanda Oliveira
373. Participação na celebração do 20.º Aniversário da Restauração da Independência da República do Azerbaijão, a qual teve lugar em Baku, em 23 e 24 de setembro de 2011, promovida pela Associação para o Desenvolvimento da Sociedade Civil no Azerbaijão
374. “O Direito Internacional Público, a Cooperação e a Globalização”, palestra proferida em Lisboa, em 26 de setembro de 2011, a convite do Instituto de Estudos Superiores Militares, no âmbito do Curso de Estudos Africanos
375. “As revisões das Constituições de Moçambique e de Portugal”, palestra proferida em Maputo, em 3 de outubro de 2011, no âmbito do Colóquio Luso-Moçambicano de Direito, promovido pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências de Tecnologia

376. “A nova Constituição Angolana de 2010”, conferência proferida em Luanda, em 7 de outubro de 2011, a convite da Universidade Católica de Angola
377. “Controlo e Transparência do Poder Público: o papel dos Tribunais de Contas”, conferência proferida em Belo Horizonte, em 20 de outubro de 2011, no contexto de uma cerimónia presidida pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para a atribuição do colar de mérito José Maria de Alckmin a diversas personalidades
378. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais”, aula dada em Lisboa, em 24 de outubro de 2011, no âmbito do X Curso de Mestrado em Direito e Segurança, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo Instituto de Estudos Superiores Militares e pela Guarda Nacional Republicana
379. “Exceção constitucional e estado de guerra”, aula dada em Lisboa, em 26 de outubro de 2011, no âmbito do X Curso de Mestrado em Direito e Segurança, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo Instituto de Estudos Superiores Militares e pela Guarda Nacional Republicana
380. “Nove Questões da Autonomia Regional”, conferência proferida em Ponta Delgada, na Universidade dos Açores, em 27 de outubro de 2011, durante a sessão de lançamento de um livro contendo documentação sobre o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, organizado pelo Dr. José Noronha Rodrigues
381. “Transparência e Estado Democrático de Direito”, conferência proferida em Belo Horizonte, em 31 de outubro de 2011, no âmbito de um curso de “Controlo e Responsabilidade das Contas Públicas”, organizado pela Escola de Contas do Tribunal de Contas

do Estado de Minas Gerais, em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento Democrático e o *Ius Gentium Conimbrigae* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

382. “Tendências do Controlo das Contas Públicas no Direito Comparado”, conferência proferida em Belo Horizonte, em 1 de novembro de 2011, no âmbito de um curso de “Controlo e Responsabilidade das Contas Públicas”, organizado pela Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento Democrático e o *Ius Gentium Conimbrigae* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
383. Comentário na sessão do SPEED – Seminário sobre o Estado e o Estudo do Direito, que teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 2 de novembro de 2011, no qual o Doutor Rosângelo Rodrigues de Miranda, Professor da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, fez uma comunicação sobre o seguinte tema: “Direito e Literatura: uma análise da Obra “Ensaio sobre a Cegueira” de José Saramago”
384. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais” e “Exceção constitucional e estado de guerra”, aulas dadas em Lisboa, em 3 de novembro de 2011, no âmbito do IX Curso de Mestrado em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
385. “A centralidade do Direito Constitucional”, conferência proferida no Porto, em 4 de novembro de 2011, na Universidade Lusíada do Porto, a convite da respetiva Associação de Estudantes
386. “Human rights: freedom of expression and press”, em Chisinau (Moldova), em 11 de novembro de 2011, na Universidade Estadual de Tiraspol (Tiraspol State University), a convite do Grupo Europeu de Direito Público

387. “Portugal and Moldova: a constitutional comparative approach”, conferência feita em Chisinau, em 11 de novembro de 2011, na Universidade Estadual de Tiraspol (Tiraspol State University)
388. “A Ordem Jurídica Justa e o Diálogo Euro-Americano”, conferência de abertura proferida em Vitória (Brasil), no dia 16 de novembro de 2011, no âmbito do XX Conselho Nacional de Pesquisa em Direito (CONPEDI)
389. “A decadência do Estado-Nação no século XXI”, conferência proferida em Vitória (Brasil), no dia 18 de novembro de 2011, no âmbito do XX Conselho Nacional de Pesquisa em Direito (CONPEDI)
390. “A fiscalização do Sistema de Informações de Portugal”, aula dada em Lisboa, em 22 de novembro de 2011, no âmbito do X Curso de Mestrado em Direito e Segurança, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo Instituto de Estudos Superiores Militares e pela Guarda Nacional Republicana
391. “Orçamento e Constituição”, conferência em Lisboa, em 23 de novembro de 2011, a convite da Associação Fiscal Portuguesa
392. “A fiscalização dos Serviços de Informações em Portugal”, conferência proferida em Díli (Timor-Leste), em 30 de novembro de 2011, no âmbito de um colóquio promovido pelo Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste, com o apoio da UNIMIT – United Nations Integrated Mission in Timor-Leste
393. “Os julgados de paz e a Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 9 de dezembro de 2011, no 1.º Congresso dos Juizes de Paz Portugueses, organizado pela Associação de Juizes de Paz Portugueses (AJUPP)

394. “O Direito do Ciberespaço”, conferência proferida em Lisboa, na Academia das Ciências das Lisboa, em 25 de janeiro de 2012
395. Moderação da sessão parcial de 11 de fevereiro de 2012 das IV Jornadas de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social, conjuntamente organizadas pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social, subordinada ao tema geral “Cosmopolitismo e Justiça Global”
396. “Questões fundamentais do Direito Constitucional de Língua Portuguesa”, conferência proferida em Lisboa, em 15 de fevereiro de 2012, no âmbito do SPEED, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com o comentário do Professor Doutor António Manuel Hespanha
397. “Portugal: passado, presente e futuro”, intervenção no Jantar-Tertúlia do Rotary Clube de Faro, em 28 de fevereiro de 2012
398. “A fiscalização do Sistema de Informações de Portugal”, aula ministrada no IX Curso de Mestrado em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de fevereiro de 2012
399. “Arbitragem e Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 13 de março de 2012, no Curso de Atualização em Arbitragem, a respeito da nova Lei de Arbitragem Voluntária, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, curso organizado pela Professora Doutora Mariana França Gouveia
400. “A Religião e o Estado: liberdade religiosa e atores religiosos na pós-revolução”, conferência proferida em Braga, em 20 de março de 2012, no âmbito do XXXIII Colóquio de Relações Internacionais, subordinado ao tema geral “Primavera Árabe: *quo vadis?*”,

organizado pelo CECRI – Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

401. “Direito, Justiça e Desenvolvimento”, oração de sapiência no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, por ocasião da abertura solene do Ano Académico de 2012, em Maputo, em 27 de março de 2012
402. “Curso de Direito Constitucional Comparado: as políticas públicas na União Europeia e no Mercosul”, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, de 23 a 26 de abril de 2012
403. “Do Direito à Justiça”, conferência de abertura do I Congresso Jurídico da FADIR (Faculdade de Direito Nelson Trade) – UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), proferida em Campo Grande, em 26 de abril de 2012
404. Comentário no SPEED de Carlos Teixeira, sobre a Intervenção do Estado na Economia na nova Constituição de Angola de 2012, que teve lugar em 2 de maio de 2012, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
405. “O Futuro do Direito Regional”, conferência proferida em Ponta Delgada, em 8 de maio de 2012, a convite da Universidade dos Açores, por ocasião do lançamento do livro da autoria de Jorge Bacelar Gouveia, “A Autonomia Legislativa das Regiões Autónomas Portuguesas”
406. “Justiça e Estado de Direito”, palestra de abertura do I Congresso Internacional da FITS – Faculdade Integrada Tiradentes, a qual decorreu em Maceió, em 17 de maio de 2012
407. “Orientação sexual, família e Constituição”, aula de Direito da Família na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de

Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de maio de 2012, a convite da Professora Doutora Cláudia Trabuço

408. “Da Constituição da Crise à crise da Constituição”, conferência proferida no colóquio “A Crise e o Direito”, que teve lugar em Lisboa, em 22 de maio de 2012, numa iniciativa conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDiP – Instituto de Direito Público e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
409. “A Advocacia nas Constituições dos Estados de Língua Portuguesa”, conferência de abertura do II Congresso Internacional dos Advogados de Língua Portuguesa, proferida em Luanda, em 25 de maio de 2012, numa iniciativa organizada pela OAA – Ordem dos Advogados de Angola e pela UALP – União dos Advogados de Língua Portuguesa
410. “Regiões Autónomas – balanço e perspetivas”, conferência proferida em São Vicente, em 1 de julho de 2012, na Sessão Solene Comemorativa do Dia da Madeira e das Comunidades Madeirenses, a convite do Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Miguel Mendonça
411. “O Direito Eleitoral de Língua Portuguesa”, intervenção de abertura da “Conferência sobre o Contencioso, Justiça & Conflito Eleitoral nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste”, que teve lugar na cidade da Praia, em Cabo Verde, em 25 de julho de 2012, evento organizado pelo ProPalop-TL, projeto financiado pela União Europeia e pelo PNUD
412. “As Fontes do Direito Eleitoral nos PALOP e em Timor-Leste: Constituição, tratados e leis”, intervenção no 2.º dia da “Conferência sobre o Contencioso, Justiça & Conflito Eleitoral nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste”,

que teve lugar na cidade da Praia, em Cabo Verde, em 26 de julho de 2012, evento organizado pelo ProPalop-TL, projeto financiado pela União Europeia e pelo PNUD

413. “Humanizar os direitos humanos”, conferência proferida em São Luís, Maranhão, Brasil, em 10 de agosto de 2012, no II Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia, organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Secção do Maranhão
414. “Direito Internacional Penal – que desafios?”, conferência de encerramento do III Congresso Jurídico Internacional organizado pela UNIPAC – Universidade Presidente Ant3nio Carlos, em Te3filo Otoni, Minas Gerais, Brasil, a qual teve lugar em 22 de agosto de 2012
415. “Controlo e Transpar3ncia do Poder P3blico”, confer3ncia proferida em Belo Horizonte, em 23 de agosto de 2012, na Escola Professor Pedro Aleixo, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
416. “Ser constitucionalista: ontem, hoje e amanh3”, confer3ncia proferida em Ipatinga, Minas Gerais, Brasil, em 24 de agosto de 2012, na FADIPA – Faculdade de Direito de Ipatinga
417. “A crise vista pelo Tribunal Constitucional”, confer3ncia proferida no col3quio organizado pelo IDEFF – Instituto de Direito Econ3mico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, subordinado a esse tema geral, o qual teve lugar em 11 de setembro de 2012, naquela Faculdade
418. “Curso de Teoria do Direito”, curso ministrado em Maputo, nos dias 14, 15, 17 e 18 de setembro de 2012, no 3mbito do III Curso de Mestrado em Direito Empresarial, organizado pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ci3ncias de Tecnologia

419. Apresentação da obra coletiva “Estudos de Direito Constitucional Moçambicano”, Maputo, 2012, em Maputo, em 19 de setembro de 2012, em cerimônia que teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências de Tecnologia, tendo na ocasião proferida uma alocução sobre o “Direito Constitucional em Moçambique: desafios e perspectivas”
420. “Cabo Verde no Constitucionalismo de Língua Portuguesa”, conferência proferida na Praia, em 24 de setembro de 2012, no âmbito do I Congresso de Direito Constitucional Cabo-verdiano, Lusófono e Comparado, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, em comemoração do XX aniversário da Constituição de Cabo Verde
421. “O Direito Internacional Público e a Globalização”, conferência proferida em Lisboa, em 26 de setembro de 2012, no âmbito do VII Curso de Estudos Africanos, organizado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares
422. Coordenação de um painel, sobre Teorias do Direito, no âmbito do Congresso de Homenagem a António Manuel Hespanha – “Entre a História e o Direito”, o qual teve lugar, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de setembro de 2012
423. “A garantia constitucional dos direitos fundamentais”, aula dada no XII Curso de Mestrado em Direito e Segurança no CPOS da GNR, em 3 de outubro de 2012, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IESM e pela GNR
424. “Macau – uma perspetiva jurídico-política”, conferência proferida no SPEED, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de outubro de 2012, com o comentário do Dr. Paulo Cardinal, Assessor da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau

425. “Direito Constitucional de Macau”, apresentação do livro *Direito Constitucional de Macau*, Lisboa, 2012, numa edição do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, que ocorreu em Macau, em 9 de outubro de 2012, na Fundação Dr. Rui Cunha
426. “The Community of Portuguese Speaking Countries and its Law: a special kind of integration?”, conferência proferida em Macau, em 10 de outubro de 2012, no âmbito do Jean Monnet Seminar, organizado pelo Master Law Program da Faculdade de Direito da Universidade de Macau
427. “Os direitos fundamentais e o Futuro”, conferência proferida em Lisboa, em 18 de outubro de 2012, no Centro de Estudos Judiciários, a convite do Professor Doutor João Mota de Campos, no âmbito de uma formação dada a magistrados brasileiros
428. Apresentação da obra coletiva “Estudos de Direito Constitucional Moçambicano”, Maputo, 2012, em Maputo, em 19 de outubro de 2012, em cerimónia que teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências de Tecnologia, tendo na ocasião proferida uma alocução sobre o “Direito Constitucional em Moçambique: desafios e perspetivas”
429. “Direito Constitucional de Língua Portuguesa”, apresentação do livro “Direito Constitucional de Língua Portuguesa – Caminhos de um Constitucionalismo Singular”, Almedina, Coimbra, 2012, que ocorreu em Lisboa, em 29 de outubro de 2012, na Almedina do Atrium Saldanha, com as presenças dos Professores Doutores Diogo Freitas do Amaral e Carlos Feijó
430. Moderação da mesa “As alterações de 2012 ao Código de Processo Penal” no colóquio “As alterações de 2012 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal”, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, o qual teve lugar em Lisboa, em 2 de novembro de 2012

431. “Portugal: que Constituição?”, conferência proferida em Vila Real, em 4 de novembro de 2012, a convite das Universidades Juventude Popular
432. “Direito Constitucional de Língua Portuguesa”, apresentação do livro “Direito Constitucional de Língua Portuguesa – Caminhos de um Constitucionalismo Singular”, Almedina, Coimbra, 2012, que ocorreu em Gaia, na Almedina do Arrábida Shopping, com a presença do Professor Doutor Wladimir Brito, em 9 de novembro de 2012
433. “As Associações Públicas Profissionais e a criação de uma associação pública de professores”, conferência proferida no congresso internacional “Deontologia e Autorregulação das Profissões da Educação”, organizado pela Associação Nacional de Professores, o qual teve lugar em Lisboa, na Universidade Lusíada de Lisboa, em 10 de novembro de 2012
434. “Legal Aspects for International Crisis Management Operations”, intervenção no curso “Senior Police Officer Planning and Command Course for Crisis Management”, organizado em conjunto pela CEPOL – European Police College e pela Escola da GNR, a qual teve lugar em Queluz, em 20 de novembro de 2012
435. “Exceção constitucional e estado de guerra”, aula dada no XII Curso de Mestrado em Direito e Segurança no CPOS da GNR, em 22 de novembro de 2012, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IESM e pela GNR
436. “Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa”, conferência no “1.º Curso de Informações da Guarda”, organizado pela Escola da GNR, que teve lugar em Queluz, no dia 23 de novembro de 2012

437. “Abertura” do *I CONSEDE – Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDiP – Instituto de Direito Público, que teve lugar em Lisboa, em 3 e 4 de dezembro de 2012 <https://doi.org/10.34619/smnl-15fa>
438. “Religious Education in Portugal”, conferência proferida em Ljubljana, em 5 de dezembro de 2012, no âmbito do congresso internacional “Religious Education in the World today”
439. “Abertura” do colóquio “Direito, Religião e Sociedade: desafios e perspetivas”, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDiP – Instituto de Direito Público, que teve lugar em Lisboa, em 10 de dezembro de 2012, Dia Internacional dos Direitos do Homem, durante o qual foi feita a apresentação na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law do livro de Jorge Bacelar Gouveia, “Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional”, IDiP – Instituto de Direito Público/ IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa, 2012
440. “Arbitragem e Constituição”, conferência proferida em Lisboa, a 11 de dezembro de 2012, no âmbito do Curso de Extensão Universitária sobre Arbitragem Tributária e Administrativa, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
441. “A fiscalização dos serviços de informações em Portugal”, aula dada no XII Curso de Mestrado em Direito e Segurança no CPOS da GNR, em 13 de dezembro de 2012, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IESM e pela GNR

- 442. “O segredo de Estado”, aula dada no XII Curso de Mestrado em Direito e Segurança no CPOS da GNR, em 17 de dezembro de 2012, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IESM e pela GNR

- 443. Apresentação na Universidade Autónoma de Lisboa, em 17 de dezembro de 2012, do livro de Jorge Bacelar Gouveia, “Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional”, IDiP – Instituto de Direito Público/IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa, 2012

- 444. “Arbitragem Tributária e Estado de Direito Democrático”, conferência proferida no ISCAL, em 18 de dezembro de 2012, conjuntamente organizada pelo ISCAL, pelo CAAD e pela APIT

- 445. Apresentação na Universidade Lusíada do Porto, em 20 de dezembro de 2012, do livro de Jorge Bacelar Gouveia, “Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional”, IDiP – Instituto de Direito Público/IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa, 2012

- 446. “A fiscalização dos serviços de informações”, aula ministrada no XI curso de Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 5 de fevereiro de 2013

- 447. “Portugal, Brasil e o Direito Internacional”, conferência de abertura do I CLBD – Congresso Luso-Brasileiro de Direito, proferida em Lisboa, em 11 de fevereiro de 2013, congresso conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pela Academia Paulista de Magistrados e pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa

448. “O Direito Constitucional e a crise económico-financeira”, conferência proferida em Lisboa, na Universidade Autónoma de Lisboa, em 11 de março de 2013, no âmbito de um seminário permanente do Ciclo de Doutoramento de qualificação do corpo docente e discente
449. Moderador do colóquio “As Autonomias Regionais”, organizado pelo IESM, o qual teve lugar em Lisboa, em 14 de março de 2013
450. “A Reforma do Estado”, conferência proferida no Porto, em 14 de março de 2013, no âmbito do XIII ENEEG – Encontro Nacional de Estudantes de Economia e Gestão
451. “Discurso de Abertura do III CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa”, o qual teve lugar em Maputo, em 20 de março de 2013, conjuntamente organizado pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
452. “O Direito Constitucional de Macau”, palestra proferida no Centro Científico e Cultural de Macau, em Lisboa, em 3 de abril de 2013, a convite do seu Diretor, o Prof. Doutor Luís Filipe Barreto
453. “Angola e Brasil: uma comparação jurídico-política”, conferência proferida em Lisboa, em 5 de abril de 2013, a convite do Observatório Político, que organizou um colóquio “Vizinhos Atlânticos: Angola & Brasil”
454. “New challenges to Public International Law”, aula proferida em Varsóvia, em 10 de abril de 2013, na National Defence University, National Security Faculty, no âmbito do programa Erasmus entre esta instituição e a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

455. “Direito Constitucional da Segurança”, conferência de encerramento do I Seminário sobre Direito Militar, que teve lugar na Amadora em 17 de abril de 2013, organizado pela Academia Militar e subordinado ao tema geral “O Direito, a Segurança e a Defesa Nacional”
456. Abertura do Seminário “Segurança Nacional e Proteção Civil: que caminhos?”, que teve lugar em Lisboa, em 24 de abril de 2013, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, conjuntamente organizado pelo IDiP – Instituto de Direito Público, pelo CEDIS – Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade e pelo CEIPIC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil
457. Apresentação do livro “Enciclopédia da Constituição Portuguesa”, obra coletiva organizada por Jorge Bacelar Gouveia e Francisco Pereira Coutinho, publicada pela Quid Juris, que teve lugar na Biblioteca da Assembleia da República, em 25 de abril de 2013, em cerimónia presidida pela Presidente da Assembleia da República, Dra Assunção Esteves
458. “O Constitucionalismo de Língua Portuguesa e o Constitucionalismo Ibero-Latino-Americano”, conferência de abertura do Encontro do Conselho de Delegados da União Ibero-Americana de Colégios de Advogados, que teve lugar em Lisboa, em 29 de abril de 2013
459. “Curso de Formação Diplomática em Direito Internacional: 1.º módulo – Direito Internacional Público (26.2.2013); 2.º módulo – Direito Internacional do Mar (12.3.2013); 3.º módulo – Direito Internacional dos Direitos do Homem (30.4.2013)”, organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa – Departamento de Relações Internacionais
460. “Garantir direitos fundamentais em tempos de crise”, intervenção no Colóquio “Liberdades e Direitos em tempos de insegurança”,

organizado pela Dinamia'CET-IUL, a qual teve lugar em Lisboa, em 3 de maio de 2013

461. “Direitos ou Direito Constitucional de Língua Portuguesa?”, conferência de abertura do colóquio sobre o Direito Constitucional de Língua Portuguesa, organizado pela CPLP, em Lisboa, no dia 7 de maio de 2013
462. “Segredo de Estado”, aula dada no XI Curso de Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ministrada em Lisboa, em 9 de maio de 2013
463. “O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013 entre o Direito e a Economia”, conferência na Associação Fiscal Portuguesa, em Lisboa, em 14 de maio de 2013
464. “Portugal, Constituição e Crise”, conferência proferida em Lisboa, em 15 de maio de 2013, no âmbito das comemorações dos aniversários da Aula de Comércio e do ISCAL
465. “Segurança e Justiça”, conferência proferida em Cascais, em 16 de maio de 2013, no I Congresso Nacional do OSCOT, subordinado ao tema geral “Segurança e Cidadania”
466. “Privacidade, Inovação e Internet”, conferência de encerramento do colóquio que teve lugar em Lisboa, em 22 de maio de 2013, organizado pela Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação
467. “Portuguese Constitutional System and economic and financial crisis”, aula dada a professores polacos, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de maio de 2013

468. “Estado e Religião: que laicidade?”, conferência nas I Jornadas de Direito Comparado Portugal-Marrocos, organizadas pelo Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, em 25 de maio de 2013
469. Apresentação do livro “Enciclopédia da Constituição Portuguesa” no Porto, em 27 de maio de 2013, na Fundação Engenheiro António de Almeida, com a presença do Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. António Marinho e Pinto
470. “Os 50 anos da Organização da Unidade Africana – União Africana: a evolução institucional da Organização Africana”, conferência proferida no VII Seminário Internacional da RDP África, realizado em Lisboa, em 28 de maio de 2013, na Universidade Lusófona
471. Moderação da 3.^a sessão do colóquio “O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da UE: desenvolvimentos recentes”, sobre “O Espaço da Segurança”, que teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, nos dias 30 e 31 de maio de 2013
472. “Princípios de Direito Fiscal”, 1.^a unidade curricular do I Curso de Mestrado em Direito Fiscal, ministrado em Luanda, em 4 e 5 de junho de 2013, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
473. “Constitución y relaciones de trabajo”, intervenção proferida em Oviedo, em 12 de junho de 2013, no âmbito de um seminário sobre “Constitución, Derechos Fundamentales y Relaciones de trabajo”, organizado pela Universidade de Oviedo, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, ao abrigo do programa Erasmus
474. “Segurança e Direito: dimensões internacional e interna”, conferência proferida no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, em 24 de junho de 2013, no âmbito do colóquio

“Conflitos e Ameaças no Mundo Contemporâneo”, organizado pelo Instituto Prometheus e pela Universidade de Lisboa

475. Abertura do I Curso de Verão da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, que teve lugar em Lisboa, em 2 de junho de 2013, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
476. Abertura do colóquio “A nova lei das Associações Públicas e as Ordens Profissionais”, que teve lugar em Lisboa, em 26 de junho de 2013, numa organização conjunta do IDiP – Instituto de Direito Público, CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade e JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
477. “Educação e Cultura nos Países da CPLP”, conferência proferida na Praia, Cabo Verde, em 2 de julho de 2013, no âmbito da apresentação do projeto da Cape Verde Multilingual School
478. Abertura do colóquio “O projeto de revisão do Código do Procedimento Administrativo”, que teve lugar em Lisboa, em 3 de julho de 2013, numa organização conjunta da Ordem dos Advogados, do IDiP – Instituto de Direito Público e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
479. “Direito, Estado e Religião”, conferência no II CLBD – Congresso Luso-Brasileiro de Direito, que teve lugar em Lisboa, em 17 de julho de 2013, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
480. Palestrante no I Curso de Verão da AEFDUNL, com as seguintes intervenções: “Direito Penal Internacional” – 23.7.2013; “A

constitucionalização do Direito Internacional” – 25.7.2013; “O Direito Internacional do Espaço” – 26.7.2013

481. “Direito, Segurança e Democracia”, conferência proferida em São Paulo, em 27 de agosto de 2013, a convite do Professor Doutor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, no Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
482. “Constituição e Controlo dos Poderes”, conferência proferida em São Paulo, em 28 de agosto de 2013, a convite da Professora Doutora Maria Sylvia Manzella di Pietro, no Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
483. “A repartição das competências entre o Estado e as Regiões Autônomas em Portugal” e “O Estado Laico”, conferências proferidas em São Paulo, em 28 de agosto de 2013, a convite do Professor Doutor Roberto Dias, no Curso de Especialização em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
484. “A Relação Jurídica Fiscal”, curso ministrado em Luanda, entre 10 e 13 de setembro de 2013, no âmbito do I Curso de Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
485. “O Direito Constitucional de Língua Portuguesa – a Globalização da Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 17 de setembro de 2013, no VIII Curso de Estudos Africanos, organizado pelo IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares
486. “État de Droit et Justice Constitutionnelle: une perspective portugaise”, conferência proferida em Rabat, em 27 de setembro de 2013, no colóquio internacional sobre “Les Juridictions constitutionnelles en Méditerranée”, organizado pela Escola

Nacional de Administração de Marrocos, o qual teve lugar na mesma cidade, nos dias 27 e 28 de setembro de 2013

487. “Negociação e direitos fundamentais”, conferência de abertura do 3.º Curso de Negociação da GNR, proferida em Queluz, em 28 de setembro de 2013, organizado pelo Comando-Geral da GNR, ministrado na Escola Prática da Guarda Nacional Republicana
488. “Segurança Privada: novos desafios”, intervenção realizada no I Encontro Europeu de Diretores de Segurança, o qual teve lugar em Vale de Lobo, Algarve, em 18 de outubro de 2013
489. “Crise, Constituição e Trabalho”, palestra de encerramento proferida na conferência “O Direito do Trabalho”, realizada no Porto, em 19 de outubro de 2013, numa iniciativa organizada pelo Sindicato dos Registos e Notariado – Porto
490. Abertura Solene dos Cursos de Doutoramento e Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law do ano letivo 2013/2014 em 31 de outubro de 2013 <https://doi.org/10.34619/3zz6-szdp>
491. “A formação e o papel do Jurista numa Globalização sustentável: o contributo do Direito Constitucional”, conferência proferida em Macau, em 7 de novembro de 2013, no âmbito de um congresso internacional com o tema geral “O Sistema Jurídico Romanístico e Macau: Plataforma entre Direito Próprio e Direito Comum entre China, Europa Continental e América Latina”, o qual teve lugar em 6 e 7 de novembro de 2013, no Auditório da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, evento organizado por esta Faculdade, pela Fundação Macau, pela Universidade de Hunan e pelo Observatório sobre a Codificação e a formação de juristas na China no âmbito do Direito Romano
492. “Global Constitutionalism”, aula aberta ministrada aos cursos de pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, em 9 de novembro de 2013, em Macau

493. “Estado, Constituição e Religião”, conferência proferida em Itaúna, em 20 de novembro de 2013, a convite da Universidade de Itaúna
494. “Mesa Redonda: Tópicos em Direito Constitucional Comparado”, intervenções feitas em Belo Horizonte, em 21 de novembro de 2013, numa iniciativa da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
495. “Direito e Religião: uma perspetiva jurídico-constitucional luso-brasileira”, conferência de encerramento do 2.º semestre de 2013 dos cursos de Mestrado e Doutorado de Pós-Graduação em Direito, proferida em Belo Horizonte, em 22 de novembro de 2013, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, por ocasião do lançamento do livro *Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional*, Belo Horizonte, 2013, editado pela Arraes Editores
496. “Crise, Trabalho e Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 11 de dezembro de 2013, no Workshop “Os novos desafios das relações laborais”, organizado pela Confederação do Turismo Português
497. “Segurança, Globalização e Direito”, aulas dadas no início do Mestrado em Direito e Segurança, em Maputo, 24 e 25 de fevereiro de 2014, organizado pelo ISEDEF – Instituto Superior de Estudos de Defesa
498. “Portuguese political and constitutional system”, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em Lisboa, a 7 de março de 2014, especificamente dirigida a estudantes da St. John University, de Nova Iorque
499. “Proteção Civil e Constituição”, conferência de encerramento do seminário “Segurança e Proteção Civil na Sociedade de Risco”, a qual teve lugar em Lisboa, a 15 de março de 2014, na Universidade Europeia

500. “Teoria do Direito”, curso ministrado como 1.^a unidade curricular nos Mestrado em Direito Empresarial (5.^a ed.) e Mestrado em Ciências Jurídicas (2.^a ed.), entre 17 e 21 de março de 2014, no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
501. “Organização e Fiscalização dos Serviços de Informações em Portugal”, aulas ministradas em Lisboa, em 26 e 27 de março de 2014, no âmbito do XIII Curso de Mestrado em Direito e Segurança
502. “O Direito Constitucional Global de Língua Portuguesa”, intervenção num Encontro entre a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e a ULBRA – Universidade Luterana do Brasil, que teve lugar naquela instituição, em 24 de março de 2014
503. Conferência de Abertura do 1.º CONLUBRA – Congresso Luso-Brasileiro sobre Investimento, que teve lugar em Lisboa, em 10 de abril de 2014
504. “A Constituição e o Futuro de Portugal”, conferência no ENED – Encontro Nacional dos Estudantes de Direito 2014, que teve lugar em Lisboa, em 13 de abril de 2014, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
505. “Direito Constitucional de Angola”, apresentação pública do livro de Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Angola*, em Luanda, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 24 de abril de 2014
506. “Imposto e Religião: que relações?”, conferência de encerramento das XIV Jornadas Fiscais, da Universidade Lusíada de Lisboa, sob o tema geral “Imposto e Religião”, as quais tiveram lugar em Lisboa, no dia 7 de maio de 2014

507. “O Mapa Judiciário à luz da Constituição Portuguesa”, conferência proferida em Barcelos, em 9 de maio de 2014, no âmbito do colóquio sob o tema geral “A Reorganização dos Tribunais em debate – a (in)justiça do novo Mapa Judiciário”, organizado pela Delegação da Ordem de Advogados de Barcelos, no auditório da Câmara Municipal
508. “Segurança Privada e Constituição”, conferência de encerramento do I Seminário de Gestão e Direção de Segurança, organizado pela Associação dos Diretores de Segurança de Portugal, a qual teve lugar em Lisboa, em 16 de maio de 2014
509. “O enquadramento internacional dos espaços marítimos nacionais”, conferência proferida em Lisboa, em 19 de maio de 2014, no âmbito do Curso Breve sobre Ordenamento e Gestão do Mar, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, nos dias 19 e 20 de maio de 2014
510. “Segurança, Proteção de Dados e Privacidade”, mesa-redonda que teve lugar em Lisboa, em 27 de maio de 2014, por ocasião da divulgação do “Barómetro 2014 – Segurança, Proteção de Dados e Privacidade em Portugal”, conjuntamente organizado pela ESEGUR e pela PremiValor
511. “I Jornadas de Direito Internacional: as fronteiras luso-espanholas – apresentação”, colóquio que teve lugar em Lisboa, 29 de maio de 2014, numa organização conjunta da SPDI – Sociedade Portuguesa de Direito Internacional e do CEDIS – Centro de investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
512. “Segurança, Globalização e Direito Internacional”, módulo ministrado em Maputo, de 3 a 6 de junho de 2014, no âmbito do curso de mestrado em Direito e Segurança, organizado pelo ISEDEF – Instituto Superior de Estudos de Defesa

513. “Constituição, Crise e Fiscalidade”, conferência apresentada na IX Conferência Internacional do GEOTOC/IDEFF, dedicada à memória do Professor Doutor António de Sousa Franco, no 10.º aniversário do seu falecimento, a qual teve lugar em Lisboa, a 9 de junho de 2014
514. “Legal Aspects of Crisis Management Operations”, aula dada na CEPOL, na Escola de Queluz da GNR, em 19 de junho de 2014
515. “Princípios de Direito Fiscal”, 2.º módulo do II Curso de Mestrado em Direito Fiscal, lecionado em Luanda, de 24 a 26 de junho de 2014, curso organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
516. “Legística Formal”, módulo de um curso de “Legística e Assessoria Jurídica”, lecionado em Luanda nos dias 23, 25 e 27 de junho de 2014, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto através do seu Centro de Políticas Públicas e Governação Local
517. “Assessoria Jurídica”, módulo de um curso de “Legística e Assessoria Jurídica”, lecionado em Luanda nos dias 26 e 27 de junho de 2014, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto através do seu Centro de Estudos de Direito Público
518. “A Constituição Tributária Cabo-Verdiana”, conferência de abertura do Curso “Direito, Procedimento e Processo Tributário”, na Praia, em 14 de julho de 2014, curso organizado pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
519. “Carreira universitária: da precariedade à estabilidade”, conferência proferida em Luanda, em 15 de agosto de 2014, no âmbito do colóquio internacional sobre o tema geral “Ensinar, Investigar e Praticar o Direito”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, pelo IDiLP – Instituto do Direito

de Língua Portuguesa e pelo CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, a propósito do 35.º aniversário da fundação desta Faculdade e do 30.º aniversário da conclusão da primeira licenciatura em Direito

520. “A relação jurídica fiscal”, 4.º módulo do II Curso de Mestrado em Direito Fiscal, lecionado em Luanda, de 18 a 22 de agosto de 2014, curso organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
521. “Segurança Pública e Constituição Democrática”, aula ministrada no curso de especialização organizado pelo Instituto da Filosofia e Sociologia da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual teve lugar em Porto Alegre, em 8 de setembro de 2014
522. “O Direito Constitucional do Futuro”, aula magna ao curso de Direito da ULBRA – Universidade Luterana do Brasil, a qual teve lugar em Canoas, em 9 de setembro de 2014
523. “Direito, Religião e Sociedade”, palestra proferida no III – CLBD – Congresso Luso-Brasileiro de Direito, que teve lugar em Belo Horizonte, em 11 de setembro de 2014, iniciativa conjuntamente organizada pela OAB-MG, pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e pela PUC-Minas
524. “Estado de Direito e Poder Local”, aula inaugural do curso de Direito da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Nova Lima (FUPAC-NL), a qual teve lugar em Belo Horizonte, em 11 de setembro de 2014, organizada pelo Instituto AMM de Ensino, Pesquisa e Extensão
525. “O Direito Constitucional de Língua Portuguesa: em busca de um modelo”, conferência proferida no IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares, em Lisboa, a 15 de setembro de 2014

526. “A Administração Pública Angolana: um olhar constitucional”, conferência de abertura do colóquio “A Administração Pública no Século XXI em Angola – A Descentralização administrativa e a Arbitragem”, a qual teve lugar em Luanda, no dia 18 de setembro de 2014, numa organização da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Angola
527. “Abertura e moderação do 2.º painel” da Conferência comemorativa do 10.º Aniversário do Tribunal Administrativo Central – Sul, subordinado ao tema geral “Direito do Urbanismo, Ordenamento do Território e Ambiente”, a qual teve lugar em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de setembro de 2014
528. “O acesso ao Direito e à Justiça e os Interesses Difusos”, conferência proferida em Viseu, em 27 de setembro de 2014, no âmbito das IV Jornadas Nacionais do Instituto do Acesso ao Direito da Ordem dos Advogados
529. “Constituição, Fiscalidade e Crise”, palestra que teve lugar no Porto, em 3 de outubro de 2014, num colóquio de homenagem ao Professor Sousa Franco, organizado conjuntamente pelo GEOTOC – Gabinete de Estudos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e pelo IDEFF – Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal
530. “Freedom and Security: a constitutional approach”, CEPOL, Escola Prática da GNR em Queluz, em 9 de outubro de 2014
531. “A liberdade religiosa no Direito Constitucional de Língua Portuguesa”, conferência proferida no II Congresso Luso-Italiano da Liberdade Religiosa, a qual teve lugar no Porto, em 24 de outubro de 2014, congresso organizado pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, subordinado ao tema geral “A Intolerância Religiosa no Mundo: estado da questão”

532. “A reforma do sistema político-constitucional”, conferência proferida no ciclo de reflexões “Sábados da Política”, cuja 1.^a sessão teve lugar em Lisboa, em 25 de outubro de 2014
533. Apresentação do livro “O direito fundamental à assistência religiosa”, de Júlio Reis Silva, cerimónia que teve lugar em Lisboa, na Chiado Editora, em 27 de outubro de 2014
534. “Constituição, Segurança e Videovigilância”, conferência proferida em Lisboa, em 29 de outubro de 2014, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, organizada pela Revista Segurança e Defesa e pelo *Diário de Bordo* Editores
535. Participação na cerimónia de abertura da conferência “A transparência fiscal”, realizada em Lisboa, em 4 de novembro de 2014, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, numa iniciativa conjunta com o TCAS – Tribunal Central Administrativo – Sul, por ocasião do seu 10.º aniversário
536. Apresentação do livro de Pedro Quartin Graça, “A importância das Ilhas no quadro das Políticas e do Direito do Mar – o caso das Selvagens”, a qual teve lugar em Lisboa, em 6 de novembro de 2014, na Chiado Editora
537. “Intervenção de Abertura” do I CLCVD – Congresso Luso-Cabo-Verdiano de Direito, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e pelo ISCJS – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, a qual teve lugar na Cidade da Praia, Cabo Verde, em 17 de novembro de 2014
538. “Constituição e Justiça Administrativa no Direito Lusófono”, conferência proferida na Cidade da Praia, Cabo Verde, em 18 de novembro de 2014, no âmbito do I CLCVD – Congresso Luso-

-Cabo-Verdiano de Direito, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa e pelo ISCJS – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

539. Intervenção como moderador do III Painel “A Contratação Pública como instrumento de realização de políticas ambientais e sociais”, a qual teve lugar na Cidade da Praia, em Cabo Verde, em 19 de novembro de 2014, incluída no 1.º Congresso de Compras Públicas de Cabo Verde – “Para uma Contratação Pública Estratégica”, que decorreu na Cidade da Praia, de 19 a 21 de novembro de 2014
540. Apresentação do livro AAVV, *As Relações Externas de Cabo Verde – (re)leituras contemporâneas* (org. de José Pina Delgado, Odair Barros Varela e Suzano Costa), Edições ISCJS, Cidade da Praia, 2014 (ISBN 978-989-20-4419-4), a qual teve lugar na Cidade da Praia, Cabo Verde, em 19 de novembro de 2014
541. “Direito Laboral Público e Constituição Portuguesa”, intervenção no I CEDILAP – Curso de Especialização em Direito Laboral Público, a qual teve lugar em Lisboa, a 24 de novembro de 2014, numa iniciativa conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do IDiP – Instituto de Direito Público e do CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade
542. “Constituição e Reformas Fiscais do Século XXI”, intervenção de abertura no colóquio sobre “As grandes reformas Fiscais do Século XXI”, a qual teve lugar em Lisboa, em 26 de novembro de 2014, numa iniciativa conjunta da Associação Fiscal Portuguesa, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e do IDiP – Instituto de Direito Público
543. “O Mar dos Açores no Futuro”, intervenção em mesa-redonda em Lago, São Miguel – Açores, em 29 de novembro de 2014, no âmbito

do colóquio internacional “Mar dos Açores, Mar de Portugal e Mar da Europa: aprofundar o passado e projetar o futuro”, conjuntamente organizado pela FCSH-UNL, pelo CHAM, e pela Universidade dos Açores

544. Intervenções de “Abertura” e de “Encerramento” do III CONSEDE – *Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, o qual teve lugar em Lisboa, nos dias 1 e 2 de dezembro de 2014
545. “Deficiência e Direito: que desafios”, intervenção em mesa-redonda realizada em Lisboa, no dia 13 de dezembro de 2014, no âmbito do Congresso Nacional da Paralisia Cerebral, organizado pela Federação Nacional das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, o qual teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian
546. “Direitos Reais em Moçambique”, aulas ministradas em 15 e 16 de dezembro de 2014 em Maputo, no âmbito da 2.^a ed. do Mestrado em Ciências Jurídicas, organizado pelos ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
547. “Magistrados e Liberdade de Expressão: a Rede e o Muro”, conferência proferida no CEJ – Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa, em 16 de janeiro de 2015
<https://educast.fccn.pt/vod/clips/11xmrt3ay/flash.html>
548. “A Nova Constituição da Guiné-Bissau”, conferência proferida em Lisboa, em 20 de janeiro de 2015, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a convite da Associação de Estudantes da Guiné-Bissau da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
549. “O novo Código do Procedimento Administrativo e a Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 30 de janeiro de 2015, no âmbito do I Curso Breve sobre a Revisão do Código do Procedimento Administrativo

550. “O trabalho público e a Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 2 de fevereiro de 2015, no âmbito do II CEDILAP – Curso de Especialização em Direito Laboral Público, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDiP – Instituto de Direito Público
551. “Religião, humor e ofensa”, mesa-redonda realizada em Lisboa, em 6 de fevereiro de 2015, na Casa dos Mundos, no âmbito do programa da *World Interfaith Harmony Week*
552. “Direito Fiscal e direitos dos contribuintes: que desafios?”, aula inaugural do “Curso sobre os novos impostos sobre o rendimento”, organizado pela Fundação Direito e Justiça, a qual teve lugar na Praia, Cabo Verde, em 10 de fevereiro de 2015
553. “O novo Código do Procedimento Administrativo e a Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 13 de fevereiro de 2015, no âmbito do II Curso Breve sobre o novo do Código do Procedimento Administrativo
554. “Revisão constitucional”, conferência proferida no ISCTE – IUL, no âmbito de um colóquio organizado pela Núcleo de Alunos de Ciência Política, a qual teve lugar em Lisboa, em 24 de fevereiro de 2015
555. “Os 7 pecados capitais do novo Código do Procedimento Administrativo”, conferência proferida em Braga, em 4 de março de 2015, no âmbito de um curso de atualização sobre o (novo) Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo Núcleo de Estudos de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade do Minho
556. “Direitos Humanos: Constitucionalização, Internacionalização e Judicialização”, palestra proferida em Bissau, em 18 de março de 2015, no âmbito da conferência internacional sobre “Os Direitos

do Homem, valor fundamental da CEDEAO: uma análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça da CEDEAO”, organizada pelo Tribunal de Justiça da CEDEAO

- 557. “Princípios de Direito Fiscal”, módulo ministrado em Luanda, de 6 a 9 de abril de 2015, no âmbito do III Curso de Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
- 558. “O que é um centro de estudos tributários?”, conferência proferida no CET – Centro de Estudos Tributários da Administração Geral Tributária de Angola, em Luanda, em 8 de abril de 2015
- 559. “Mecanismos de Regulação do CiberEspaço”, conferência proferida na Academia Militar, na Amadora, em 10 de abril de 2015, no âmbito do 9.º EIN – Simpósio Internacional sobre Cibersegurança, Ciberdefesa e a gestão de crises no Ciberespaço
- 560. “Questões fundamentais do Direito Constitucional Angolano”, palestra proferida em Lisboa, em 16 de abril de 2015, a um conjunto de formandos angolanos, a realizar um curso de preparação organizado pelo Centro de Estudos Judiciários
- 561. “Apresentação do livro Entre o Militar e o Policial”, da autoria de Nuno Parreira da Silva, cerimónia que teve lugar no IESM, em 16 de abril de 2015
- 562. “Os órgãos da Administração Pública”, formação dada em Lisboa, em 22 de abril de 2015, no âmbito do I Curso de Formação para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) sobre o novo Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo IDiP – Instituto de Direito Público
- 563. “A Constituição Global”, conferência proferida em Braga, em 27 de abril de 2015, na Escola de Direito da Universidade do Minho, no

âmbito de um colóquio, organizado pela ELSA Minho, subordinado ao tema geral “Reflexões Jurídicas da Pós-Modernidade – uma perspectiva multidisciplinar”

564. “Apresentação do livro Enciclopédia de Direito e Segurança”, coordenada por Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos, cerimónia que teve lugar em Lisboa, em 27 de abril de 2015, na Livraria Almedina, Atrium Saldanha, com a presença da Procuradora-Geral da República, Conselheira Joana Marques Vidal
565. “Direito e Segurança”, conferência proferida em Lisboa, em 29 de abril de 2015, na Sociedade de Geografia de Lisboa, num conjunto de iniciativas organizadas com a participação da ULBRA – Universidade Luterana do Brasil
566. “Transparência e Estado de Direito Democrático”, conferência proferida no 32.º Congresso Mineiro de Municípios, a qual teve lugar em Belo Horizonte, em 7 de maio de 2015
567. “A Lei n.º 35/2014 e os trabalhadores da função pública”, conferência proferida em Lisboa, em 10 de maio de 2015, no âmbito do I Congresso dos Registos, organizado pelo STRN – Sindicato dos Registos e notariado e pelo IDiP – Instituto de Direito Público
568. “Desafios à liberdade religiosa e às relações entre Religiões e os Estados nos Espaços Lusófonos”, XVI Jantar Tertúlia, que teve lugar em Lisboa, na Mesquita Central, em 11 de maio de 2015
569. “O espaço marítimo nacional e a necessidade do seu ordenamento”, conferência proferida em Lisboa, em 13 de maio de 2015, no âmbito do II Curso breve sobre Ordenamento e Gestão do Mar, conjuntamente organizado pelo IDiP – Instituto de Direito Público e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

570. “Os órgãos da Administração Pública”, formação dada em Lisboa, em 20 de maio de 2015, no âmbito do II Curso de Formação para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) sobre o novo Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo IDiP – Instituto de Direito Público
571. Apresentação do livro “A Organização dos Países Exportadores de Petróleo: o caso de Angola”, da autoria de Flávio Inocêncio, cerimónia que teve lugar em Lisboa, em 20 de maio de 2015
572. Aulas ministradas no 6.º Curso de Preparação para Acesso à Carreira Diplomática, organizado pela UAL – Universidade Autónoma de Lisboa: I – *Direito Internacional Geral* (2 horas), em 21 de maio de 2015; II – *Fontes e Normas de Direito Internacional* (2 horas), em 22 de maio de 2015; III – *Direito Internacional do Mar* (2 horas), em 30 de maio de 2015; IV – *Direito Internacional Humanitário e Penal* (2 horas), em 30 de maio de 2015; V – *Relações do Direito Internacional com o Direito Português* (2 horas), em 26 de junho de 2015
573. “Direito Laboral Público e a Constituição Portuguesa”, conferência proferida no III CEDILAP – Curso de Especialização em Direito Laboral Público, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDiP – Instituto de Direito Público, a qual teve lugar em Lisboa, em 25 de maio de 2015
574. “Curso Breve de Direitos Humanos”, ministrado em Luanda, nos dias 3, 4 e 5 de junho de 2015, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
575. “A nova Constituição de Angola de 2010: II ou III República?”, conferência proferida em Luanda, em 5 de junho de 2015, a convite da Universidade Metodista de Angola

576. “Polícia Marítima e Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 16 de junho de 2015, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito da 3.^a conferência dedicada ao tema geral “Sistema de Autoridade Marítima”, com o título “A Polícia Marítima: um passado, um presente, que futuro?”, organizada pela Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima
577. Abertura do Congresso de Apresentação do n.º 3 da *Revista da Arbitragem Tributária*, que teve lugar em Lisboa, em 16 de junho de 2015, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
578. “Os órgãos da Administração Pública”, formação dada em Lisboa, em 19 de junho de 2015, no âmbito do III Curso de Formação para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) sobre o novo Código do Procedimento Administrativo, organizado pelo IDiP – Instituto de Direito Público
579. “Curso de Teoria do Direito”, ministrado no I Programa de Doutoramento em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, o qual teve lugar de 15 a 19 de agosto de 2015, em Nampula
580. “Os novos desafios do Direito Internacional Público”, aulas dadas ao curso de mestrado em Direito Público, na disciplina de Direito Internacional Público, ministrado na Praia (Cabo Verde), de 7 a 10 de setembro de 2015, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
581. Apresentação do livro de Mário Silva, “Contributo para a História Político-Constitucional de Cabo-Verde (1974-1992)” (Almedina/ISCJS, Coimbra, 2015), a qual teve lugar no Auditório da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, na Praia, em 11 de setembro de 2015

- 582. “O impacto jurídico-político da Globalização”, preleção ao X Curso de Estudos Africanos do IESM, em Lisboa, a 23 de setembro de 2015

- 583. “Os direitos dos refugiados”, intervenção no Seminário sobre “Ajuda Humanitária e Proteção Civil”, que teve lugar em Lisboa, em 27 de setembro de 2015, no âmbito do II Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Civil, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDES – Instituto de Direito e Segurança

- 584. “A relação jurídica fiscal”, módulo lecionado em Luanda, de 6 a 8 de outubro de 2015, no âmbito do III Curso de Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto

- 585. “Abertura” e “Encerramento” do IV CONDiLP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, o qual teve lugar em São Tomé, nos dias 20 e 21 de outubro de 2015, numa organização conjunta do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé, da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa

- 586. “A proteção constitucional da língua portuguesa”, conferência proferida no Centro Cultural Português de São Tomé e Príncipe, em São Tomé, em 22 de outubro de 2015

- 587. Intervenção na sessão de encerramento da Conferência Luso-Africana sobre os Aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, que teve lugar em Lisboa, em 26 de outubro de 2015, conjuntamente organizada pela Rede Internacional de Juizes da Conferência da Haia – Portugal, Direção-Geral da Política de Justiça, Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa

588. “Direito, Cidadania e Sustentabilidade”, conferência proferida em Lisboa, em 28 de outubro de 2015, no âmbito da I Jornada Internacional de Direito e Sustentabilidade, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Instituto de Direito Brasileiro
589. “Capital Market Law: challenges of the Future”, conferência proferida em Pequim, em 31 de outubro de 2015, na Tsinghua University, no âmbito do 21st Commercial Law Forum – 15th International Symposium 2015, subordinado ao tema geral “Modernization of Legal Framework for the Capital Market”
590. “Segurança Transnacional: que perspectivas?” e “Segurança e Constituição”, palestras proferidas em Brasília, respetivamente, em 11 e 12 de novembro de 2015, no âmbito da Oficina que teve lugar entre 11 e 13 de novembro de 2015, organizada pela Escola Superior do Ministério Público da União/Ministério Público Militar, subordinada ao tema geral “Perspetivas Estratégicas da Segurança Transnacional no Século XXI”
591. “Uma nova Constituição para Portugal?”, conferência proferida em Portimão, em 19 de novembro de 2015, no ISMAT – Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
592. “Reflexão sobre a arbitragem”, conferência proferida no Porto, em 20 de novembro de 2015, no âmbito do colóquio subordinado ao tema geral “Arbitragem Tributária: a Justiça Administrativa e Fiscal em Portugal”, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos
593. “As Constituições Moçambicanas de 1990 e de 2004 e o Constitucionalismo de Língua Portuguesa”, conferência proferida em Maputo, em 1 de dezembro de 2015, no colóquio organizado pela Ordem dos Advogados de Moçambique, subordinado ao tema geral “Os 25 anos da Constituição Moçambicana de 1990”

594. “Teoria do Direito”, módulo do curso de Mestrado em Ciências Jurídicas, ministrado em Maputo, nos dias 1 a 4 de dezembro de 2015, no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências de Tecnologia
595. “A Constituição Moçambicana de 2004: Justiça e Desenvolvimento”, conferência proferida em Lisboa, em 9 de dezembro de 2015, em conferência organizada pela UAL – Universidade Autónoma de Lisboa e pelo OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores, subordinada ao tema geral “Moçambique: passado, presente e futuro”
596. “Direitos Fundamentais em tempos de insegurança”, conferência proferida no Porto, em 14 de dezembro de 2015, no âmbito do 3.º Congresso da Associação Portuguesa de Criminologia
597. “Os Constitucionalismos Lusitano e Brasileiro: encontros e desencontros”, conferência proferida em Lisboa, em 16 de dezembro de 2015, na Sociedade Histórica de Independência de Portugal
598. “A reforma do sistema político-constitucional regional”, audição na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, no Funchal, em 21 de janeiro de 2016
599. “Curso de Direitos Humanos”, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, em Nampula, de 15 a 19 de fevereiro de 2016, no âmbito do I Programa de Doutoramento em Direito organizado por esta Faculdade
600. “Direito, Religião e Laicidade”, oração de sapiência na Abertura Solene do Ano Letivo de 2016 na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, em Nampula, a 16 de fevereiro de 2016
601. “Constituição de Moçambique e direitos fundamentais”, conferência ministrada em Maputo, em 17 de fevereiro de 2016, no

âmbito de um curso de formação a procuradores moçambicanos, conjuntamente organizado pelo Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público de Moçambique e o Centro de Estudos Judiciários de Portugal

602. Curso breve sobre “Direito, Religião e Sociedade”, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, em Nampula, a 19 de fevereiro de 2016
603. Abertura do colóquio “Proteção Civil e Sociedade do Risco”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 1 de março de 2016, a propósito do Dia Internacional da Proteção Civil
604. “Religião e Ética no Espaço Público e Político”, intervenção no debate de abertura da Pós-Graduação em “Religiões, Políticas e Doutrinas Sociais”, que teve lugar em Lisboa, a 2 de março de 2016, coordenada por Joaquim Franco e Fernando Ventura, e ministrada na Universidade Lusófona
605. “A criação do ISEDEF e o ensino do Direito e Segurança em Moçambique”, comentário à intervenção do Doutorando Rodrigues Lapucheque no âmbito da apresentação SPEED, feita na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 2 de março de 2016
606. “Princípios de Direito Fiscal”, 1.º módulo do IV Curso de Mestrado em Direito Fiscal, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, nos dias 15 e 16 de março de 2016
607. “Constituição, Justiça e Desenvolvimento”, aula magna proferida no Lubango, em 17 de março de 2016, na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo

608. Apresentação do livro de Carlos Teixeira, “Manual de Direito Administrativo”, fazendo o seu prefácio, Mayamba, Luanda, 2015, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, em 18 de março de 2016
609. Apresentação do livro de Hamilton Sarto Serra de Carvalho, “Estado Forte – Hobbesianismo e Marquiavelismo na Actualidade Político-Constitucional Global”, fazendo o prefácio, Chiado Editora, Lisboa, 2016, no Fórum Tivoli, em Lisboa, a 20 de março de 2016
610. Cerimónia de Abertura do congresso científico sobre os “40 Anos da Constituição Portuguesa”, a qual teve lugar na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, em 5 de abril de 2016, congresso conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade e pelo IDiP – Instituto de Direito Público, o qual foi contou na sua cerimónia de encerramento com a presença de Sua Excelência, o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
611. “A efetividade da Constituição Portuguesa”, conferência de abertura do Encontro Internacional de Advogados, a qual teve lugar em Ponta Delgada, em 6 de abril de 2016, numa iniciativa promovida pela Bastonária da Ordem dos Advogados e pelo seu Conselho Regional dos Açores
612. “Os 40 Anos da Constituição Portuguesa”, conferência realizada no Montijo, em 9 de abril de 2016, a convite da Presidente da Assembleia Municipal do Montijo
613. “Constituição, Crise e Endividamento”, conferência de encerramento do Seminário Luso-Brasileiro sobre Finanças Públicas, Controle e Responsabilidade”, realizada em Lisboa, em 21 de

abril de 2016, numa organização conjunta da FDUL e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, de entre outras instituições

614. “Os recursos para o Tribunal Constitucional”, conferência proferida em Lisboa, em 26 de abril de 2016, em colóquio de comemoração do 40.º aniversário da Constituição Portuguesa, realizada pela Ordem dos Advogados de Portugal
615. “A Constituição Portuguesa de 1976 e as Constituições dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, conferência de encerramento do colóquio “A Constituição Portuguesa de 1976 e as Constituições dos PALOP: influências e desvios”, a qual teve lugar em Lisboa, em 30 de abril de 2016, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, numa organização do Falar Africa e com o apoio da RDP – África
616. “Religião no Estado Constitucional”, conferência proferida em Lisboa, em 16 de maio de 2016, na Universidade Lusófona, no âmbito da Pós-Graduação em Ciências Religiosas
617. “Língua Portuguesa e Constituição”, conferência proferida em Braga, em 19 de maio de 2016, na Escola de Direito da Universidade do Minho, no âmbito do 3.º congresso internacional “Direito na Lusofonia”
618. “A relação jurídica fiscal”, aulas ministradas em Luanda, de 24 a 27 de maio de 2016, no âmbito do IV Curso de Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
619. “Segurança e Constituição”, conferência proferida em Luanda, em 26 de maio de 2016, a convite do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais

620. “Os recursos para o Tribunal Constitucional”, conferência proferida em Guimarães, em 4 de junho de 2016, a convite da Ordem dos Advogados, no âmbito das VI Jornadas do Instituto do Acesso ao Direito
621. “Diário da República: publicidade e segurança no Estado de Direito”, conferência proferida em Lisboa, em 14 de junho de 2016, no âmbito da Sessão Comemorativa dos “40 Anos do Diário da República”, conjuntamente organizado pela Assembleia da República e pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda
622. “Constituição e Forças de Segurança”, conferência proferida em Lisboa, em 16 de junho de 2016, no âmbito da 4.^a conferência organizada pela Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima, subordinada ao tema geral “A Polícia Marítima – questões de (in)constitucionalidade”
623. Intervenção de Abertura e moderação do 1.º painel no *Oporto Forum Security*, conferência que teve lugar no Porto, em 17 de junho de 2016, com o apoio da Câmara Municipal do Porto, do Clube Fenianos do Porto e do IDES – Instituto de Direito e Segurança, entre outras instituições
624. “Os direitos fundamentais nas Constituições de Língua Portuguesa e as jurisdições constitucionais”, conferência proferida em Luanda, em 21 de junho de 2016, a convite da Universidade Católica de Angola
625. “Direito Internacional, Ambiente e Globalização”, conferência inaugural do VI Encontro Luso-Espanhol de Professores de Direito Internacional e Relações Internacionais, subordinado ao tema geral “Desenvolvimento Sustentável e Direito Internacional”, a qual teve lugar em Valência, em 24 de junho de 2016, na Faculdade de Direito da Universidade de Valência

626. “Os direitos fundamentais num Mundo Complexo”, intervenção em Cascais, em 1 de julho de 2016, nas conferências na Cidadela de Cascais, organizadas pela Ordem dos Advogados Portugueses, por ocasião do seu 90.º Aniversário
627. “Constituição e novo Código Penal em Angola”, conferência proferida em Luanda, em 28 de julho de 2016, na Universidade Lusíada de Angola
628. “Direitos Reais”, módulo ministrado em Maputo, de 5 a 9 de setembro de 2016, no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências de Tecnologia, no âmbito do Mestrado em Ciências Jurídicas
629. “Instrução do processo penal em Moçambique”, conferência proferida em Maputo, em 9 de setembro de 2016, a convite a Universidade São Tomás de Moçambique
630. “A investigação científica no CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e a sua relevância para o Direito de Timor-Leste”, intervenção em Lisboa, em 16 de setembro de 2016, realizada na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no âmbito de um *workshop* organizado pela Comissão de Reforma Legislativa e pela Embaixada em Portugal de Timor-Leste, subordinada ao tema geral “Quadro Normativo Penal e Judiciário: perspetiva do Direito a constituir e sua viabilização partindo da situação atual em Timor-Leste”
631. “Os recursos para o Tribunal Constitucional”, conferência proferida no Funchal, em 30 de setembro de 2016, no âmbito do I Encontro de Advogados da Madeira, organizado pela Ordem dos Advogados e pelo Conselho Regional da Madeira
632. “Os animais e a Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 4 de outubro de 2016, no âmbito de um colóquio sobre “Os animais

no Direito”, organizado pelo Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogados

633. “Garantia da Constituição e processo constitucional”, conferência proferida no Porto, em 7 de outubro de 2016, no Paineil V das Jornadas “Nos quarenta anos da CRP/76: impacto e evolução”, organizadas pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Porto
634. “Os desafios à Constituição Portuguesa”, conferência proferida no Porto, em 11 de outubro de 2016, a convite do Núcleo de Estudantes de Direito da Universidade Lusófona do Porto
635. “Que caminhos para a Justiça?”, intervenção no “Barómetro da Justiça – Um Pacto para a Justiça”, debate que teve lugar no Porto, em 18 de outubro de 2016, organizado pela ordem dos Advogados
636. “Defesa, Política Externa e Segurança”, conferência proferida em Lisboa, em 20 de outubro de 2016, no âmbito de um colóquio subordinado ao tema geral “Funções Soberanas do Estado”, organizado por um conjunto de sindicatos e que se realizou na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Lisboa
637. Apresentação do livro de Paula Borges Santos, “A Segunda Separação – A Política Religiosa do Estado Novo (1933-1974)”, Almedina, Coimbra, 2016, em Lisboa, na Livraria Almedina Atrium Saldanha, em 25 de outubro de 2016
638. Abertura do II Encontro Luso-Brasileiro de Direitos Humanos e Terrorismo, em Lisboa, a 24 de novembro de 2016, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, da UniRio e da OAB/RJ
639. “Constituição Económica e Estado Pós-Contemporâneo”, conferência proferida em Lisboa, em 30 de novembro de 2016, no II

CLCVD – Congresso Luso-Cabo-Verdiano de Direito, o qual foi organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo ISCJS – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde e pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa

640. “Migração, Direitos Humanos e Constituição”, conferência proferida em Braga, em 30 de novembro de 2016, no Congresso organizado pela ELSA Minho da Escola de Direito da Universidade do Minho, sob o tema geral “Direito da Migração”
641. “As fontes de Direito entre o Código Civil e a Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 12 de dezembro de 2016, no âmbito do congresso científico internacional de comemoração dos “50 Anos do Código Civil de 1966”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
642. “Reforma do Estado e Poder Local”, conferência proferida em Loures, em 21 de janeiro de 2017, no âmbito da conferência nacional de comemoração dos “40 Anos do Poder Local Democrático”, organizado pela Câmara Municipal de Loures
643. Participação em Díli, nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2017, na Conferência Internacional organizada pelo Parlamento Nacional de Timor-Leste, com o tema geral “Compromisso Parlamento no combate à corrupção”, subordinado ao subtítulo “Direitos, liberdades e garantias *versus* combate à corrupção”, na qual fez quatro intervenções nos seguintes painéis temáticos: i) “As obrigações de criminalização decorrentes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Constituição da República Democrática de Timor-Leste” (2.2.2017); ii) “As Políticas Públicas de Prevenção e Combate à Corrupção” (2.2.2017); iii) “A definição da Responsabilidade Penal dos Titulares de Cargos Políticos e a Constituição da República Democrática de Timor-Leste” (3.2.2017); iv) “A criminalização do Enriquecimento Ilícito e a Constituição da República Democrática de Timor-Leste” (3.2.2017)

644. Apresentação em Lisboa, em 15 de fevereiro de 2017, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, do livro “Direito Administrativo Angolano” (Livraria Almedina, Coimbra, 2016), da autoria de Diogo Freitas do Amaral e Carlos Feijó, na presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
645. Intervenção na cerimónia de Encerramento das Jornadas “Presente e Futuro da Jurisdição Administrativa e Fiscal em Portugal”, em Lisboa, em 17 de fevereiro de 2017, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, organizadas pela Faculdade de Direito da Universidade Nova Lisboa e pelo Centro de Estudos Judiciários
646. “A reforma do sistema político-constitucional”, conferência proferida em Faro, em 18 de fevereiro de 2017, na 3.ª edição da Academia Formar Algarve, iniciativa da JSD/Algarve
647. Apresentação do livro de Luís Salgado de Matos, “O Patriarcado de Portugal – três séculos de uma instituição lisboeta, nacional e católica (1716-2016)”, a qual teve lugar em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de fevereiro de 2017
648. Apresentação em Lisboa, *Atrium* Saldanha, em 24 de fevereiro de 2017, do livro de sua autoria “Manual de Direito Constitucional”, 6.ª ed., Almedina, Coimbra, 2016, na presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa
649. Curso de “Direito Constitucional da Segurança”, ministrado no âmbito do IV CDEP – “Curso de Direção e Estratégia Policial”, no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, em Lisboa, nos dias 22 e 24 de fevereiro e 3 de março de 2017
650. “O privilégio de execução prévia no novo CPA”, aula em Queluz, na Escola Prática da GNR, em 15 de março de 2017, no curso

de especialização para oficiais da GNR, na disciplina de Direito Administrativo, sob a regência do Professor Mestre Henrique Dias da Silva

651. Apresentação do livro “Contextos de Segurança”, obra coletiva coordenada por António Rebelo de Sousa, em Lisboa, em 15 de março de 2017, no Grémio Literário
652. “Constituição, Paz e Democracia”, conferência proferida na Beira, em 23 de março de 2017, no âmbito da Conferência Internacional sobre “Moçambique: que caminhos de futuro?”, conjuntamente organizada pela UCM – Universidade Católica de Moçambique, pelo IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos e pela MASC – Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
653. “Os limites dos direitos fundamentais”, aula aberta proferida na Beira, em 23 de março de 2017, ao curso de Direito da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica de Moçambique
654. “Segurança e Direito Internacional”, conferência proferida em Setúbal, em 30 de março de 2017, sob o tema geral “Risco, Segurança e Cidadania”, conjuntamente organizado pela Câmara Municipal de Setúbal e pelo Centro de Estudos em Intervenção em Proteção Civil
655. “Fins e funções do Estado”, aula aberta na disciplina de Ciência Política e Direito Constitucional, ministrada em Luanda, em 6 de abril de 2017, no curso de licenciatura em Direito (pós-laboral) da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
656. “Princípios de Direito Fiscal”, 1.º módulo ministrado em Luanda, de 5 a 7 de abril de 2017, no âmbito do V Curso de Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto

657. “Funções e órgãos do Estado”, aula aberta na disciplina de Ciência Política e Direito Constitucional, ministrada em Luanda, em 7 de abril de 2017, no curso de licenciatura em Direito (diurno) da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
658. Apresentação do livro de Paulo Cardinal, cerimónia que teve lugar em Macau, em 21 de abril de 2017, a convite da Fundação Rui Cunha
659. “Constituição, Poder e Transparência”, conferência proferida no Peso da Régua, em 25 de abril de 2017, a convite da Assembleia Municipal do Peso da Régua, por ocasião da comemoração do “Dia da Liberdade”
660. “Abertura” e “Encerramento” do V CONSEDE – *Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, o qual teve lugar em Lisboa, em 26 de abril de 2017, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDES – Instituto de Direito e Segurança
661. “Direito Constitucional Internacional”, conferência plenária proferida em Barcelos, em 27 de abril de 2017, a convite do IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e Ave, no âmbito do II CONDIT – Congresso de Direito Constitucional Internacional
662. “Portugal – que reforma político-constitucional?”, conferência proferida em Estela (Póvoa de Varzim), em 28 de abril de 2017, a convite do Clube de Caçadores de Estela
663. “Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional: o novo Direito da Religião”, conferência proferida em Brasília, em 3 de maio de 2017, no âmbito do 4.º Congresso Internacional sobre Liberdades Civas Fundamentais, numa organização conjunta da ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos e da Universidade Presbiteriana Mackenzie

664. “Direito, Religião e Sociedade no Estado Constitucional: a necessidade de uma lei geral”, conferência proferida em São Paulo, em 4 de maio de 2017, no âmbito do 4.º Congresso Internacional sobre Liberdades Cíveis Fundamentais, numa organização conjunta da ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos e da Universidade Presbiteriana Mackenzie
665. “Otros caminos: el refuerzo de los ejecutivos, presidencialismo y tecnocracia”, conferência proferida em Madrid, em 5 de maio de 2017, no âmbito de um seminário internacional sobre “Parlamentarismo y Representación de Intereses em España e Portugal (1870-1982)”, organizado pela Facultad de CC Económicas y Empresariales – UNED
666. Módulo de “Direito Internacional Público”, ministrado em Lisboa, nos dias 6 de maio de 2017, no âmbito do VII Curso de Formação Diplomática, organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa
667. “Constituição e Proteção Cível”, aula ministrada em Lisboa, em 6 de maio de 2017, no IV CEUEMPIC – *Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Cível*, coorganizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança
668. “Abertura” e “Encerramento” do colóquio “Um Pacto para a Justiça Fiscal”, o qual teve lugar em Lisboa, em 9 de maio de 2017, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa
669. Curso de “Direito Constitucional da Segurança”, ministrado no âmbito do IV CDEP – “Curso de Direção e Estratégia Policial”, no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, em Lisboa, nos dias 18, 19 e 28 de abril de 2017 e 19 de maio de 2017 (turma B)

670. Comentário à intervenção de Massimiliano Gregorio, no âmbito do seminário de História Constitucional, o qual teve lugar em Lisboa, em 19 de maio de 2017, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
671. “Direito a organizar a morte?”, conferência proferida em Lisboa, em 26 de maio de 2017, no colóquio promovido pela ABIO – Associação para o Estudo do BioDireito, subordinado ao tema geral “Cuidados em Fim de Vida”, com a parceria da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e da Academia Cuf
672. Lecionação do módulo de “Direito Internacional”, nos dias 6, 19 e 26 de maio de 2017 (6 horas), no âmbito do VII Curso de Preparação para o Concurso de Acesso à Carreira Diplomática, organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa e pela Autónoma Academy
673. “O ensino não confessional da Religião”, conferência proferida em Lisboa, em 30 de maio de 2017, no âmbito do II Congresso Lusófono de Ciências das Religiões, organizado pela Universidade Lusófona
674. “Brexit: o princípio do fim da União Europeia?”, conferência proferida em Belo Horizonte, em 31 de maio de 2017, a convite da Fundação FUMEC
675. “Direito Público e crise económica”, conferência de proferida em Belo Horizonte, em 31 de maio de 2017, no encerramento do X Congresso Mineiro de Direito Administrativo, organizado pelo Instituto Mineiro de Direito Administrativo
676. “Boa Governação e Estado de Direito”, conferência proferida em Luanda, em 5 de junho de 2017, no âmbito de uma conferência internacional sob o tema geral “Boa Governação, Estado de Direito e Políticas Criminais”, organizado pelo PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito, organizado pelo Governo

de Angola, com o apoio da União Europeia e da Cooperação Portuguesa

677. “Portugal e a Descentralização – pode ser esta a Reforma do Estado?”, conferência proferida em Viseu, em 14 de junho de 2017, numa organização do Jornal de Notícias, com a anfitriã da Câmara Municipal de Viseu
678. Curso de “Direitos Humanos”, disciplina ministrada em Luanda, nos dias 19, 20, 21 e 23 de junho de 2017, no âmbito do II Curso de Doutoramento em Direito em Angola, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
679. “Regimes e Sistemas Políticos e de Governo: o caso de Angola”, conferência proferida em Luanda, em 21 de junho de 2017, a convite da Faculdade de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Gregório Semedo
680. “Estado de Direito e Constituição”, conferência proferida no Huambo, em 22 de junho de 2017, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo dos Santos
681. “Relação Jurídica Fiscal”, disciplina ministrada em Luanda, nos dias 2, 3, 4 e 7 de agosto de 2017, no âmbito do V Curso de Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
682. Curso de “Direito Penal”, disciplina ministrada em Luanda, nos dias 22, 23, 25 e 27 de setembro de 2017, no âmbito do II Curso de Doutoramento em Direito em Angola, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

683. “Arbitragem Administrativa e Tributária: um olhar constitucional”, intervenção proferida no CAAD, em Lisboa, em 4 de outubro de 2017, no âmbito de uma reunião de trabalho com juristas brasileiros, no contexto de uma visita do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
684. Comentário à intervenção de Nelson Macedo da Cruz, sobre “A investigação económico-financeira e tributária da criminalidade organizada na União Europeia”, realizada no âmbito da sessão SPEED, a qual teve lugar em Lisboa, em 11 de outubro de 2017, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
685. Moderação do II Painel da Conferência Internacional de Evocação do 150.º Aniversário de nascimento de Eugénio Tavares e do 25.º Aniversário da Constituição de Cabo Verde, a qual teve lugar na Universidade Lusófona, em Lisboa, em 18 de outubro de 2017, iniciativa organizada pela Associação Cabo-Verdiana de Lisboa, a respeito do Dia da Cultura e das Comunidades Cabo-Verdianas
686. “Vacinação obrigatória: da constitucionalidade à ética”, conferência proferida em Braga, em 19 de outubro de 2017, a convite da ELSA – Minho, da Escola de Direito da Universidade do Minho
687. “Transparência, Estado de Direito e Constituição”, conferência proferida em Florianópolis (Brasil), em 20 de outubro de 2017, no 2.º CONAFE – Congresso Nacional de Advogados Públicos Federais, organizado pela Associação Nacional de Advogados Públicos Federais, sob o tema geral “Advocacia Pública Federal: Defendendo o Estado Brasileiro e garantindo a viabilização das políticas públicas”
688. “Constituição de Cabo Verde: passado, presente e futuro”, aula aberta proferida no Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, em 6 de novembro de 2017, na Universidade do Mindelo, a convite do Reitor desta Universidade, Professor Doutor Albertino Graça

689. “Os Desafios do Constitucionalismo no século XXI”, conferência proferida no Mindelo, São Vicente, Cabo Verde, em 7 de novembro de 2017, a convite do Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, no âmbito da Conferência do Mindelo, em comemoração do XXV Aniversário da Constituição Democrática de Cabo Verde
690. Apresentação dos livros “Manual de Direito Constitucional” e “Manual de Direito Internacional Público” na XII edição do “Outono Vivo – Festa Redonda”, iniciativa da Câmara Municipal da Praia da Vitória, a qual teve lugar nesta cidade, em 9 de novembro de 2017
691. Participação na sessão de abertura e moderação do I painel, sobre “Administração Pública e Proporcionalidade”, do I Congresso Luso-Brasileiro da Justiça Administrativa e Fiscal, que teve lugar em Lisboa, em 13 e 14 de novembro de 2017, numa organização da Advocacia-Geral da União do Brasil, com a colaboração da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
692. “Segurança, Constituição e Cidadania”, lição inaugural proferida em Lisboa, em 14 de novembro de 2017, no âmbito da Cerimónia de Abertura Solene do Ano Académico 2017/2018 do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna
693. “O Direito Comercial dos Países de Língua Portuguesa”, conferência proferida em Macau, em 10 de dezembro de 2017, no colóquio sobre o Direito Comercial nos Estados de Língua Portuguesa, organizado pelo Centro de Formação do Secretariado do Fórum Macau
694. Intervenção na Cerimónia de Abertura do V CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, em Macau, no dia 11 de dezembro de 2017, iniciativa conjuntamente organizada pela Universidade da Cidade de Macau e pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa

695. Conferência de Abertura do V CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, proferida em Macau, em 11 de dezembro de 2017, sob o título “Desafios da Integração Jurídica no contexto da Iniciativa Uma Faixa, Uma Rota”
696. “Direitos Humanos”, aula aberta na Escola Portuguesa de Macau, proferida em Macau, em 11 de dezembro de 2017
697. Intervenção na Cerimónia de Encerramento do V CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, em Macau, no dia 12 de dezembro de 2017, iniciativa conjuntamente organizada pela Universidade da Cidade de Macau e pelo IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
698. Participação na Cerimónia de Encerramento do IV CEUEMPIC – *Curso de Extensão Universitária em Emergência e Proteção Civil*, o qual teve lugar em Lisboa, em 15 de dezembro de 2017, numa iniciativa conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDeS – Instituto de Direito e Segurança
699. “Segredo de Estado e secretismo político”, intervenção na conferência “The Post”, a qual teve lugar em Lisboa, em 16 de janeiro de 2018, a propósito do lançamento do filme “The Post”
700. “Constituição Fiscal”, módulo lecionado em Lisboa, nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2018, no âmbito da Pós-Graduação em Direito Fiscal Empresarial, organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa/Autónoma Academy
701. “Freedom of religion and Law of the State: the experience of Portugal”, conferência proferida em Doha, Qatar, em 21 de fevereiro de 2018, no âmbito da 13th Doha Interfaith Conference 2018, subordinada ao tema geral “Religions and Human Rights” <https://www.youtube.com/watch?v=5oQsWl7BTh8>

702. “Constituição e Arbitragem em Direito Público”, conferência proferida em Lisboa, em 1 de março de 2018, no Congresso Luso-Brasileiro sobre Arbitragem em Direito Público, organizado pelo CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa
703. “O Desafio da Qualidade do Ensino Superior”, oração de sapiência proferida na Beira (Moçambique), em 23 de março de 2018, na cerimónia de abertura solene do ano letivo de 2018 do ISCTAC – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande
704. “O direito de acesso à Justiça”, conferência proferida na Beira (Moçambique), em 24 de março de 2018, aos professores e alunos do curso de Direito do ISCTAC – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande
705. “Intelligence Services Activity – role, process, oversight”, conferência proferida em Zagreb, em 28 de março de 2018, a convite da CEPOL
706. Apresentação e moderação da OSCOT SUMMIT 2018, a qual teve lugar em Lisboa, em 3 de abril de 2018, subordinado ao tema geral “O Terrorismo na Europa”
707. Apresentação e moderação do colóquio sobre o “Direito do Jogo”, o qual teve lugar em Lisboa, em 4 de abril de 2018, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiP – Instituto de Direito Público
708. Participação em Viena nas sessões de 17 e 18 de abril de 2018 do Sub-Comité Legal do COPUOS da UNOOSA – Committee on Peaceful Use of Outer Space do United Nations Office for Outer Space Affairs
709. “Segurança Nacional, Proteção Civil e Constituição”, conferência proferida em Sintra, em 22 de abril de 2018, no âmbito do Colóquio subordinado ao tema geral “Segurança XXI – Polícia e Bombeiros

no Teatro de Operações”, organizado pela FENPOL – Federação Nacional dos Sindicatos de Polícia

https://www.youtube.com/edit?o=U&ar=1&video_id=nSr14NYUbUU

710. “Abertura” e “Encerramento” do VI CONSEDE – *Congresso Internacional de Segurança e Democracia*, intervenções que tiveram lugar em Lisboa, respetivamente em 15 e 16 de maio de 2018, numa iniciativa organizada pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo IDEs – Instituto de Direito e Segurança
711. “Security, International Law and Portuguese Law: an overview”, conferência proferida em Lisboa, em 18 de maio de 2018, no 21.º Congresso sobre “Peace, War & the Law”, organizada pela International Society for Military Law and the Law of War/Société Internationale de Droit Militaire et de Droit de la Guerre
712. Intervenção na sessão solene do Dia do Advogado, a qual teve lugar em Lagoa, em 19 de maio de 2018, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal da Ordem dos Advogados Portugueses
<https://www.youtube.com/watch?v=Qx-Yk1jBFFA>
713. Apresentação do livro de Jorge Bacelar Gouveia, *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018, em Lisboa, em 21 de maio de 2018, na Universidade Autónoma de Lisboa
<https://www.youtube.com/watch?v=dD-tDq671Kc&t=53s>
714. Apresentação do livro de Jorge Bacelar Gouveia, *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018, em Vila Nova de Gaia, em 24 de maio de 2018, na Livraria Almedina do Arrábida Shopping
715. “Dados pessoais e direitos fundamentais”, aula aberta proferida no Porto, em 25 de maio de 2018, a convite da Universidade Lusíada do Porto

716. “Dados pessoais, direitos fundamentais e Constituição”, conferência proferida no Funchal, em 28 de maio de 2018, a convite do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados
717. “Autonomia Regional e Evolução Estatutária”, conferência proferida no Funchal, em 28 de maio de 2018, a convite da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, no âmbito das Comemorações dos 600 Anos da Descoberta da Madeira por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira
<https://www.youtube.com/watch?v=s-H-A4Xzxm>
718. “A Constituição Portuguesa e as suas revisões”, aula aberta proferida em Lisboa, em 4 de junho de 2018, na disciplina de Direito Constitucional da Licenciatura em Direito da Universidade Europeia, a convite do Prof. Doutor Pedro Velez
719. Abertura e moderação do 1.º painel do Colóquio sobre “Trabalho a Termo e Trabalho Temporário – velhos problemas e novas soluções”, que tiveram lugar em Lisboa, em 8 de junho de 2018, conjuntamente organizado pela APoDiT – Associação Portuguesa de Direito do Trabalho e pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
720. Participação na sessão solene de abertura do 8.º Congresso dos Advogados Portugueses, a qual teve lugar em Viseu, em 14 de junho de 2018, subordinado ao tema geral “Uma Advocacia mais forte numa sociedade mais justa”
<http://www.justicatv.pt/2018/video.php?id=9876>
721. “O novo Direito de Proteção de Dados Pessoais e a Constituição”, conferência proferida em Portimão, em 21 de junho de 2018, a convite do Conselho Regional de Faro e da Delegação de Portimão da Ordem dos Advogados
<https://www.youtube.com/watch?v=OaRHJAY8p8M>

722. “Transparência *versus* segredo, o sigilo profissional em especial”, conferência proferida em Luanda, em 5 de julho de 2018, a convite da ACDA – Associação de Cultura e Desenvolvimento de Angola
<https://www.youtube.com/watch?v=dQX5dIFjX5A&t=631s>
723. “Curso de Direito Eleitoral”, ministrado em Bissau, nos dias 20 e 21 de julho de 2018, a convite da ONU-PNUD através da UNIOGBIS e do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau
724. “History of Human Rights”, conferência proferida em Coimbra, na Faculdade de Direito, em 23 de julho de 2018, no âmbito da Elsa Coimbra Summer School
<https://www.youtube.com/watch?v=uI2WX9lPYmU>
725. Encerramento do I Congresso Luso-Brasileiro de Direito Processual, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Associação Brasileira de Direito Processual, o qual teve lugar em Lisboa, em 28 de julho de 2018
726. “Direito Internacional, Constitucionalização e Segurança”, conferência proferida na Foz do Iguaçu, em 22 de agosto de 2018, na abertura do 16.º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, organizado pela Academia Brasileira de Direito Internacional
<https://www.youtube.com/watch?v=qR-1me3k3TA&t=10s>
727. “Direitos Fundamentais, Pós-Contemporaneidade e Globalização”, conferência proferida em Rio Branco, em 29 de agosto de 2018, na Faculdade da Amazônia Ocidental, na III Cimeira Luso-Brasileira de Direito, organizada por esta instituição
<https://www.youtube.com/watch?v=kFuC7H9a6DE&t=4s>
728. “Constituição e Processo Civil”, conferência proferida em Manaus, em 30 de agosto de 2018, no IV Congresso Internacional Luso-Brasileiro em Direito Processual e Constitucional, organizado pelo CIESA – Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas
<https://www.youtube.com/watch?v=zn3RoD7LUhg&t=117s>

729. Apresentação do livro “Direito Internacional Público nos Direitos de Língua Portuguesa”, em Lisboa, em 13 de setembro de 2018, no âmbito conferência Justiça, Paz e Desenvolvimento
730. “Direito Eleitoral”, curso proferido em São Tomé, em 18 de setembro de 2018, a convite do PNUD das Nações Unidas representado na República Democrática de São Tomé e Príncipe
<https://www.youtube.com/watch?v=SUu5dRNSoiQ&t=730s>
731. “70 Anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem”, conferência proferida em São Tomé, em 18 de setembro de 2018, a convite do Centro Cultural Português da Embaixada de Portugal na República Democrática de São Tomé e Príncipe
<https://www.youtube.com/watch?v=2Bysfy-dYOI&t=443s>
732. “A Organização do Poder Político em Portugal”, conferência proferida em Lisboa, em 25 de setembro de 2018, no âmbito de um curso breve de “Introdução ao Direito e ao Sistema Jurídico Português e da União Europeia”, coordenado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho, e organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
733. “Princípios de Direito Fiscal”, 1.º módulo do Mestrado em Direito Fiscal e Aduaneiro do ISCTAC – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande, lecionado na Beira, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2018
734. “Direito Penal e Globalização”, conferência proferida na Beira, em 28 de setembro de 2018, no âmbito do V Congresso Internacional de Criminalística, organizado pelo ISCTAC – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande
<https://www.youtube.com/watch?v=sGVhAwxXl2U>

735. “Law Research in Lusophone Africa”, intervenção na 1st NOVA/Cambridge Joint Initiative Research in Africa, a qual teve lugar em Lisboa, em 3 de outubro de 2018, na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa
736. “Direitos Humanos e Previdência Social”, conferência de abertura do XIV Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário, organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, proferida em Gramado, a 19 de outubro de 2018
https://www.youtube.com/watch?v=rsUbvc_jLrg&t=77s
737. Comentário à intervenção de Armindo Armando Nhanombe, sob o título “Estudo histórico-jurídico comparativo da pena no Direito Penal e Canónico: tentativa de reabilitação”, realizado em Lisboa, em 24 de outubro de 2018, no âmbito do SPEED – Seminário Permanente sobre o Estado e o Estudo do Direito da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
738. Apresentação do livro de Jonas Gentil e Jhúnior Ceita, sob o título “Constituição da República de São Tomé e Príncipe e Legislação Complementar”, cerimónia que teve lugar em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de novembro de 2018
739. Intervenção na cerimónia de abertura da Conferência Sino-European International Law of the Sea, realizada em Lisboa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 28 de novembro de 2018, numa iniciativa da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do South China Sea Institute da Xiamen University, a qual contou com o apoio do Instituto Diplomático e do China Institute for Marine Affairs, tendo dela participado alguns dos principais peritos chineses e europeus na área Direito do Mar

740. “Segurança e Direito Internacional”, conferência proferida na Escola Naval da Marinha, no Alfeite, em 29 de novembro de 2018, a convite do seu Comandante, Senhor Contra-Almirante Simões Marques
741. “Boa Governação, Direitos Fundamentais e Combate à Corrupção – alusão aos Estados Lusófonos”, conferência proferida em Coimbra, em 3 de dezembro de 2018, no âmbito de um Curso Anticorrupção, organizado pelo Instituto Internacional de Estudos Jurídicos sobre Liberdades Civas Fundamentais
<https://www.youtube.com/watch?v=Lry5rEQT5iQ&t=3239s>
742. “Direitos Humanos, Separação de Poderes, Justiça e Democracia”, conferência proferida em Bissau, em 5 de dezembro de 2018, na 1.^a Conferência Internacional de Direitos Humanos, conjuntamente organizada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau
https://www.youtube.com/watch?v=PxXhIX1-s_c&t=69s
743. “Direitos Humanos”, conferência proferida em Bissau, em 5 de dezembro de 2018, na Faculdade de Direito de Bissau, a convite da sua Associação de Estudantes
<https://www.youtube.com/watch?v=nNVSPfO2ZHc&t=279s>
744. “Abertura” e “Encerramento” do colóquio “70.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos: que atualidade numa sociedade global e tecnológica?”, realizado em Lisboa, em 7 de dezembro de 2018, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiP – Instituto de Direito Público
<https://www.youtube.com/watch?v=hFeeScY5CAI&t=109s> <https://www.youtube.com/watch?v=dOjLY7APap4&t=42s>
745. “Abertura” e “Encerramento” do colóquio “70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, realizado em Lisboa, em 10 de

dezembro de 2018, numa organização conjunta da Universidade Autónoma de Lisboa e do IDiP – Instituto de Direito Público
<https://www.youtube.com/watch?v=WxjZ7rlarf8&t=117s> <https://www.youtube.com/watch?v=dDGLgbSNpZg>

746. “O contributo do TPI para o desenvolvimento do Direito Internacional Público”, conferência proferida em Braga, em 12 de dezembro de 2018, no âmbito da conferência “Nos 20 anos do Estatuto de Roma para o Tribunal Penal Internacional”, iniciativa da EDUM – Escola de Direito da Universidade do Minho, do OLDHUM – Observatório Lusófono dos Direitos Humanos e do JusGov – Centro de Investigação sobre Justiça e Governação da Escola de Direito da Universidade do Minho
<https://www.youtube.com/watch?v=9R5p8xSu4KE>
747. “Fim de Vida em Debate: Direito, Legislação e Cuidados”, proferida em Braga, em 12 de dezembro de 2018, na Escola de Direito da Universidade do Minho, numa organização da ELSA Minho
<https://www.youtube.com/watch?v=Q0zpXxjhlC4>
748. “Abertura” do colóquio “Ambush Marketing – Perspetivas de Marketing & Comunicação, Desporto e Direito”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em Lisboa, em 13 de dezembro de 2018
749. “70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – evolução e novos direitos”, conferência proferida em Évora, em 11 de janeiro de 2019, numa organização do Conselho Regional de Évora da Ordem dos Advogados e da AJE – Associação Jurídica de Évora
<https://www.youtube.com/watch?v=5ZRZdGua1f0&t=27s>
750. “Paz, Democracia e Descentralização: novos desafios (2019-2024)”, conferência proferida em Maputo, em 18 de janeiro de 2019, organizada pelo IDM – Instituto para a Democracia Multipartidária
<https://www.youtube.com/watch?v=Z54QzUbaD-I>

751. “Pensar a Ética, Conduta e Valores em Política”, conferência proferida no Montijo, em 26 de janeiro de 2019, organizada pela Concelhia do Montijo do Partido do Centro Democrático e Social <https://www.youtube.com/watch?v=ipSljGt2OPs&t=1454s>
752. “A proteção de dados pessoais e a Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 30 de janeiro de 2019, em seminário organizado pelo IUM – Instituto Universitário Militar, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, a JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e o IDeS – Instituto de Direito e Segurança, subordinado ao tema geral “Compreender o Regulamento Geral de Proteção de Dados: sua aplicação nas Forças Armadas e na GNR” <https://www.youtube.com/watch?v=U7uqTAOQQNo>
753. “Desafios e oportunidades para a construção do Estado de Direito em democracias emergentes: o caso de Moçambique no contexto da descentralização e da participação cidadã”, conferência proferida em Maputo, em 11 de fevereiro de 2019, no âmbito de um seminário promovido pela Diakonia <https://www.youtube.com/watch?v=b1YeiGfrraM&t=6s>
754. “Constituição, Descentralização e Desenvolvimento em Moçambique”, conferência proferida em Nampula, em 15 de fevereiro de 2019, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique <https://www.youtube.com/watch?v=KYyHsQvsnb8>
755. “A arbitragem laboral do Centro Económico e Social: balanço e perspetivas”, conferência proferida em Lisboa, em 20 de fevereiro de 2019, a convite do Presidente do Conselho Económico e Social, por ocasião da tomada de posse dos novos árbitros
756. “A Morte e o Direito”, conferência proferida em Guimarães, em 22 de fevereiro de 2019, no I congresso internacional “A Morte: leituras

da humana condição”, organizado pelo Instituto de Estudos Avançados em Catolicismo e Globalização e pela Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento
https://www.youtube.com/watch?v=z_8p5ii-qL0&t=2s

757. “Os direitos humanos das Mulheres nos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, conferência proferida em Portimão, em 8 de março de 2019, a convite da Delegação de Portimão da Ordem dos Advogados
<https://www.youtube.com/watch?v=uWQwLaMPNc4&t=162s>
758. “Segurança e Constituição”, conferência proferida em Luanda, em 13 de março de 2019, a convite da ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola
759. “Direito Público Comparado”, aulas proferidas em Luanda, nos dias 13, 14 e 15 de março de 2019, como segunda parte letiva desta unidade curricular do II Curso de Doutoramento em Direito em Angola, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
760. Comentário SPEED, realizado em Lisboa, em 20 de março de 2019, no âmbito do doutoramento em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em que foi preletor o doutorando Peregrino Chindondo, que fez uma comunicação sob o seguinte título: “A interpretação jurídica do Direito Constitucional em língua africana – a realidade angolana”
761. “O regime do maior acompanhado e a Constituição”, conferência proferida em Lisboa, em 27 de março de 2019, nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a convite do Conselho Regional da Ordem dos Advogados
<https://www.youtube.com/watch?v=kBxt7OFPQuw&feature=youtu.be>

762. “Segurança, Estado e Constituição em geral”, 1.^a parte da unidade curricular “Segurança, Estado e Constituição”, aulas ministradas em Luanda, nos dias 1, 2 e 3 de abril de 2019 (4 horas por dia de leção), no âmbito do curso de Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (1.^a edição), com a colaboração do IDeS – Instituto de Direito e Segurança
763. “O Poder Local em Angola: desafios e perspetivas”, conferência proferida em Luanda, em 2 de abril de 2019 na Universidade Católica de Angola, a convite da Faculdade de Direito
<https://www.youtube.com/watch?v=Gx-8fRR6hNw&t=124s>
764. “Estado e Poder Local em Angola”, conferência proferida no Huambo, em 4 de abril de 2019 (9:00-11:30), a convite do ISPOC – Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo
<https://www.youtube.com/watch?v=JVPpLczCNJo&t=323s>
765. “Direito Constitucional”, aula proferida em Lisboa, em 8 de abril de 2019, no âmbito do Curso de Preparação para o Exame de Acesso à Carreira Parlamentar”, organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
766. “National Security and Economic Issues in EU Members”, conference held in Szeged, on 25th April, 2019, organized by EPLO – European Public law Organisation and University of Szeged – International and Regional Studies Institute
<https://www.youtube.com/watch?v=gTcMxN99NDA&t=18s>
767. “Abertura” do VI CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, o qual teve lugar em Lisboa, nos dias 29 e 30 de abril de 2019, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da

Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP
– Instituto do Direito de Língua Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=Pt1wa8IttuM&t=212s>

768. “Lei e costume no Direito de Língua Portuguesa”, conferência proferida em Lisboa, em 29 de abril de 2019, no âmbito do VI CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=t6DQKC0fifQ&t=962s>
769. “A reforma eleitoral para a Assembleia da República”, conferência proferida em Lisboa, em 29 de abril de 2019, a convite da Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito de um colóquio organizado pela SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social e a APDQ – Associação por uma Democracia de Qualidade
770. “Encerramento” do VI CONDILP – Congresso do Direito de Língua Portuguesa”, o qual teve lugar em Lisboa, nos dias 29 e 30 de abril de 2019, numa organização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=HC6Y01VSc10&t=61s>
771. “National Security and Economic Issues in EU Members States, conferência proferida em Zagreb, em 2 de maio de 2019, a convite da CEPOL – European Union Agency for Law Enforcement Training
<https://www.youtube.com/watch?v=gTcMxN99NDA&t=3s>
772. “Curso de Direito Parlamentar – Direito Constitucional”, aulas ministradas em 29 de abril e 4 de maio de 2019, curso organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da

Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

773. “Que futuro para a Constituição de Segurança de Portugal?”, conferência proferida em Lisboa, em 8 de maio de 2019, no VII Seminário de Direito Militar, a convite da Academia Militar <https://www.youtube.com/watch?v=j42W5Lk0xjg&t=399s>
774. “Segurança do Estado e Serviços de Inteligência”, curso ministrado na Pós-Graduação em Intelligence e Estudos de Segurança, ministrado em Luanda, de 7 a 10 de maio de 2019, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola, em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa e o Fórum Angola-Portugal
775. “Os desafios do Provedor de Justiça na consolidação do Estado Democrático de Direito”, conferência proferida em Luanda, em 9 de maio de 2019, a convite do Provedor de Justiça de Angola <https://www.youtube.com/watch?v=AL4tj2mnWrM&t=4s>
776. Intervenção na “Abertura” do I Ciclo de Conferências Moçambique, que teve lugar em Lisboa, em 17 de maio de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, subordinado ao tema geral “A catástrofe humanitária em Moçambique: e depois do ciclone Idai? Que caminhos?”
777. “Instrumentos de Controlo Social no Estado Democrático de Direito”, conferência proferida em Porto Velho (Rondônia, Brasil), em 22 de maio de 2019, a convite da Escola da Advocacia-Geral da União
778. “Tribunais de Contas e Boa Governança Pública”, conferência proferida em Porto Velho (Rondônia), em 23 de maio de 2019, no âmbito do VIII Fórum de Direito Constitucional e Administrativo, organizado pelo Tribunal de Contas do Estado da Rondônia

779. “Curso de Direito Internacional Público”, proferido na Cidade da Praia, de 25 a 28 de junho de 2019, no âmbito da 2.^a edição do Mestrado em Direito Público, conferido pelo ISCJS – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
780. “Segurança, Constituição e Direito Internacional Público: os novos desafios”, conferência proferida na Cidade da Praia (Cabo Verde), em 27 de junho de 2019, a convite do ISCJS – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
<https://www.youtube.com/watch?v=qFIPOrXJPUE&t=74s>
781. “Acesso ao Direito e à Justiça”, conferência proferida no Funchal, em 5 de julho de 2019, a convite do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados
<https://www.youtube.com/watch?v=gD60ltcFxFI&t=197s>
782. “Estrutura Administrativa”, módulo lecionado na Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública, no Funchal, em 5 e 6 de julho de 2019, organizado pelo ISAL – Instituto Superior de Administração e Línguas, de que também foi orientador
783. “O Contencioso Eleitoral: da Teoria ao Direito de Moçambique”, conferência proferida em Maputo, em 16 de agosto de 2019, a convite da Associação Moçambicana de Juízes
<https://www.youtube.com/watch?v=w58MsujGy7M&t=31s>
784. “Curso de Procedimento e Processo Tributário”, ministrado na Beira, em 19 de agosto de 2019, no âmbito do Mestrado em Direito Fiscal e Aduaneiro, organizado pelo ISCTAC – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande
785. “Curso de Direito Fiscal Sancionatório”, ministrado na Beira, em 20 de agosto de 2019, no âmbito do Mestrado em Direito Fiscal e Aduaneiro, organizado pelo ISCTAC – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande

786. “A Relação Jurídica Fiscal”, módulo ministrado em Luanda, de 3 a 6 de setembro de 2019, no âmbito do VI Curso de Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
787. “A nova Lei da Liberdade Religiosa de Angola”, conferência proferida em Luanda, em 5 de setembro de 2019, a convite da Universidade Lusíada de Angola
788. “Democracia e Autarquias Locais em Angola”, conferência proferida em Catumbela, em 7 de setembro de 2019, a convite do ISPOCAB – Instituto Superior Politécnico Católico de Catumbela
<https://www.youtube.com/watch?v=oTaZmbpLfLw&t=15s>
789. “Processo Civil e Acesso à Justiça”, conferência proferida em Vila Pouca de Aguiar, em 14 de setembro de 2019, a convite da Delegação da Ordem dos Advogados de Vila Pouca de Aguiar
790. “Curso de Direito Internacional da Segurança”, aulas ministradas em Lisboa, nos dias 19, 20, 24 e 25 de setembro de 2019 (10 horas), no âmbito do Mestrado em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com a colaboração da GNR-IUM
791. “Separation of powers and constitutional judges”, presentation in International Conference about “Rule of Law as promoter of human rights and economic growth”, organized by Titu Maiorescu University and EPLO – European Public Law Organisation, that took place in Bucharest, 9th of October, 2019
<https://www.youtube.com/watch?v=Ozu4NRA9cJI&t=179s>
792. “O combate ao branqueamento de capitais e o segredo profissional dos advogados”, conferência proferida em Lisboa, em 14 de outubro de 2019, a convite da Ordem dos Notários de Portugal, no âmbito do Seminário Internacional subordinado ao tema geral “O papel

do Notariado Europeu na luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo”

<https://www.youtube.com/watch?v=OrBAWj2Njl0&t=72s>

793. Cerimónia de Abertura do II Curso do Direito dos Jogos de Fortuna e Azar, realizada em Lisboa, em 14 de outubro de 2019, organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiP – Instituto de Direito Público
794. “Curso de Segurança Interna e Direito Policial”, aulas ministradas em Lisboa, em 16 de outubro de 2019 (4 horas), no âmbito do Mestrado em Direito e Segurança, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com a colaboração da GNR-IUM
795. Comentário da apresentação de Luís Cuco de Jesus, sob o título “Polemologia da Segurança Marítima, realizada em Lisboa, em 16 de outubro de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no âmbito do SPEED – Seminário Permanente sobre o Estudo e o Estado do Direito
796. “O papel e a importância da negociação coletiva na Administração Pública: consequências constitucionais e legais do seu incumprimento”, conferência proferida em Angra do Heroísmo, em 18 de outubro de 2019, em colóquio subordinado ao tema geral “A Negociação Coletiva na Administração Pública e o Estatuto Jurídico dos Trabalhadores em Funções Públicas”, organizado pelo SINTAP, a propósito da comemoração do 40.º aniversário da fundação deste sindicato
<https://www.youtube.com/watch?v=vAkQYqHQ6f0>
797. “Crise, exceção e sistemas de governo”, conferência proferida em Brasília, em 23 de outubro de 2019, no âmbito do XXII Congresso

Internacional de Direito Constitucional, organizado IDP – Instituto Brasiliense de Direito Público
<https://www.youtube.com/watch?v=cQw2ODZsQrg&feature=youtu.be>

798. “Curso de Direito Eleitoral”, ministrado em Bissau, de 4 a 7 de novembro de 2019, por duas vezes e dirigido a dois grupos de Magistrados do Ministério Público da República da Guiné-Bissau, a convite do Procurador-Geral da República deste país, a pedido do PNUD-ONU 1.^a parte

<https://www.youtube.com/watch?v=-EjzYrb7OSc&t=160s>

2.^a parte

<https://www.youtube.com/watch?v=RPAn1VKq4j8&t=21s>

3.^a parte

<https://www.youtube.com/watch?v=tIQlsRJBvY>

4.^a parte

<https://www.youtube.com/watch?v=RA591JOoMOM&t=46s>

799. “Direito da Segurança: o estado da arte”, conferência proferida em Lisboa, em 12 de novembro de 2019, no âmbito do I CIESI – Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna, organizado pelo IUM e pelo Comando-Geral da GNR

<https://www.youtube.com/watch?v=AgUsGt4-0gw>

800. “Segurança e Constituição na Lusofonia”, conferência proferida em Braga, em 12 de novembro de 2019, a convite da Escola de Direito da Universidade do Minho, no âmbito do I Congresso Internacional JusCrim sobre “Prevenção, Policiamento e Segurança – implicações nos direitos humanos”, organizado pelo JusCrim, no âmbito da investigação realizada pelo JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação da Escola de Direito da Universidade do Minho

https://www.youtube.com/watch?v=F7D_EaVZac

801. “Arbitragem nos Países de Língua Portuguesa”, conferência proferida em Lisboa, em 19 de novembro de 2019, numa Ação de Formação em Arbitragem Administrativa, conjuntamente organizada pelo CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa e pela Fundação Edson Queiroz Universidade de Fortaleza
802. Apresentação do livro de Mariana Gomes Machado, “O acesso aos metadados pelos Serviços de Informações da República Portuguesa à luz da Lei e da Constituição”, realizada em Lisboa, em 20 de novembro de 2019, na Livraria Almedina Atrium Saldanha
803. “O Controlo da Produção de Informações”, conferência proferida em Lisboa, em 21 de novembro de 2019, no âmbito do I CIESI – Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna, organizado pelo IUM e pelo Comando-Geral da GNR
<https://www.youtube.com/watch?v=1WXQ9ja8KR0>
804. “O direito de acesso à Justiça e o novo Direito da Proteção de Dados”, conferência proferida no Cartaxo, em 21 de novembro de 2019, a convite da delegação do Cartaxo e do Conselho Regional de Évora da Ordem dos Advogados
805. “Cidadania, Segurança e Exceção”, proferida em Lisboa, em 28 de novembro de 2019, no âmbito das IV Jornadas de Segurança, promovidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sob a coordenação do Dr. Lídio Lopes
<https://www.youtube.com/watch?v=zu23F4Na6CE&t=661s>
806. “Uma Ordem dos Criminólogos?”, conferência proferida em Lisboa, em 29 de novembro de 2019, no VI Congresso de Criminologia, organizado pela Associação Portuguesa de Criminologia, que teve lugar na Universidade Europeia
<https://www.youtube.com/watch?v=ek9u1K6Er3w>

807. “O estatuto constitucional do Direito Processual Administrativo”, palestra proferida em Lisboa, em 29 de novembro de 2019, no âmbito do Curso de Direito Processual Administrativo, organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e do IDiP – Instituto de Direito Público
808. “Direito Administrativo Eletrónico e Direitos Fundamentais”, conferência proferida em Lisboa, em 13 de dezembro de 2019, no âmbito do Curso de Direito Administrativo Eletrónico, organizado pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
809. “100 anos da Constituição de Weimar”, conferência proferida em Lisboa, em 18 de dezembro de 2019, na Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito da atividade de investigação desenvolvida pelo *Ratio Legis* – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas
810. Intervenção na Cerimónia de Encerramento do colóquio sobre “Weimar e o ciclo constitucional Post Primeira Guerra Mundial”, que teve lugar em Lisboa, em 18 de dezembro de 2019, organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, pelo Centro Europeu de Estudos de História Constitucional, CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Universidade Europeia
811. “Constituição, Género e Justiça”, conferência proferida em Lisboa, em 24 de janeiro de 2020, no Centro de Estudos Judiciários, numa Ação de Formação Contínua Tipo A, sob o tema “Julgar com

Perspetiva de Género – Constitucionalidade e Construção da Igualdade”

<https://www.youtube.com/watch?v=omKDiLUiUIg&t=202s>

812. Comentário da apresentação de Isabel Oneto, sob o título “A gestão urbana no contexto da segurança interna”, realizada em Lisboa, em 19 de fevereiro de 2020, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no âmbito do SPEED – Seminário Permanente sobre o Estudo e o Estado do Direito
813. “Constituição e Segurança” e “Constituição e Lusofonia”, conferências realizadas em Coimbra, em 21 de fevereiro de 2020, no curso de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Direito Constitucional”, organizado pelo IGC – *Ius Gentium Conimbrigae* – Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a convite do Professor Doutor Jónatas Machado
814. Apresentação do livro da tese de doutoramento em Direito e Segurança de David Freitas, com o título “A identificação humana e a investigação criminal”, cerimónia que se realizou em Lisboa, em 21 de fevereiro de 2020, no auditório da sede da Polícia Judiciária
<https://www.youtube.com/watch?v=C4JyBP6EUZM&t=179s>
815. Apresentação do livro da tese de doutoramento em Direito e Segurança de Nelson Macedo da Cruz, com o título “A hegemonia do crime organizado transnacional na União Europeia”, cerimónia que se realizou em Lisboa, em 3 de março de 2020, no auditório A da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
<https://www.youtube.com/watch?v=DuvAGkSzJlM&t=10s>
814. Apresentação do livro da tese de doutoramento em Direito e Segurança de Nelson Macedo da Cruz, com o título “A hegemonia do crime organizado transnacional na União Europeia”, cerimónia que se realizou no Porto, em 5 de março de 2020, na Biblioteca

do Destacamento da UAF – Unidade de Ação Fiscal da Guarda Nacional Republicana

815. “Estado de exceção: balanço e perspetivas”, palestra-debate ocorrida em Lisboa, em 16 de abril de 2020, a convite da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, por via telemática (zoom)
<https://www.youtube.com/watch?v=PaZKOROZuEo>
816. “Estado de exceção: questões de Direito de Exceção e Direito Transtemporal”, conferência proferida em Lisboa, em 20 de abril de 2020, a convite da Justiça TV, por via telemática
<https://www.youtube.com/watch?v=8cKZHZFrpBU>
817. “Constituição: Além da Letra”, participação no posdcast “Elsa Talks”, realizado em Coimbra, em 21 de março de 2020
818. “Direito e Religião – questões centrais”, aulas abertas na disciplina de Direito Administrativo Especial da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, por via telemática (zoom), em 22 de abril de 2020, a convite do professor Doutor Pedro Velez
1.^a aula: <https://www.youtube.com/watch?v=T6GDM894yBg&t=3s>
2.^a aula: <https://www.youtube.com/watch?v=EeXWKhcuo8g&t=1487s>
819. “Estado de exceção em tempos de COVID-19”, webinar organizado pelo IDCT – Instituto de Defesa da Cidadania e Transparência, o qual ocorreu em Lisboa-Belo Horizonte (via zoom), em 23 de abril de 2020
<https://www.youtube.com/watch?v=ZyccYyB0YcU>
820. “Constitucionalismo Democrático e Estado de Exceção”, conferência proferida (via zoom) em Lisboa-Brasília, em 27 de abril de 2020, a convite do IDP – Instituto Brasiliense de Direito Público
https://www.youtube.com/watch?v=_p6Ynxz2mAA&t=18s

821. “E depois do estado de emergência: da exceção à normalidade”, aula aberta proferida em Lisboa-Braga (via zoom), em 30 de abril de 2020, no I Congresso Digital, a convite da Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho
<https://www.youtube.com/watch?v=nI4iiMYBHNU>
822. “Do estado de emergência ao estado de calamidade: como será o futuro?”, conferência proferida a convite da Universidade Portucalense (via zoom), em 14 de maio de 2020
https://www.youtube.com/watch?v=M-uQQI_kx_I&t=581s
823. Aula Aberta sobre “Produção de Informações, Segredo de Estado e Informação Classificada em Portugal”, proferida em Lisboa, em 14 de maio de 2020, a convite do Doutor Felipe Pathé Duarte, no âmbito do curso de Mestrado em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law
824. “Estado de exceção”, conferência proferida no âmbito da iniciativa “Diálogos Acadêmicos sobre COVID-19”, organizado pela Revista de Estudantes de Direito da Universidade de Brasília, em Brasília (via telemática), em 22 de maio de 2020
<https://www.youtube.com/watch?v=9lnk4MxS0Ds&t=42s>
825. “Direito, Crise e Futuro”, conferência proferida no âmbito do 1.º webinar do Direito, sob o tema geral “COVID-19 e seus reflexos no Direito Penal, Processual Penal e Constitucional”, o qual teve lugar 22 de maio de 2020 (via telemática), a convite da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil
<https://www.youtube.com/watch?v=nOzv0f80sEo>
826. “Exceção constitucional e direitos fundamentais em Angola”, conferência proferida em 23 de maio de 2020, a convite do JusQuarentena, em conversa com Edvaldo Garcia Lukileni
<https://www.youtube.com/watch?v=nVYojBac-UU&t=4110s>

827. “Covid-19, Segurança e Proteção de Dados”, conferência WEB-OSCOT-MICROSEGUR, proferida em Lisboa (via zoom), em 26 de maio de 2020
https://www.youtube.com/watch?v=Qr3XetR_5Ms
https://www.linkedin.com/posts/jorge-bacelar-gouveia-5799b745_confer%C3%A2ncia-web-seguran%C3%A7a-e-protec%C3%A7%C3%A3o-de-activity-6671828613542776832-_yeC
828. Curso sobre a “Garantia do Direito Internacional Público”, ministrado na 3.^a edição do Curso de Mestrado em Direito Público, organizado pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS) de Cabo Verde, leção que teve lugar em Lisboa, entre 15 e 19 de junho de 2020 (por videoconferência)
829. “Liberdade Religiosa, Direito da Crise e Direito da Normalidade”, conferência proferida em Lisboa (por videoconferência), em 22 de junho de 2020, em colóquio sob o tema geral “Liberdade religiosa e diálogo inter-religioso: novos desafios em tempos de (mais) incertezas”, em comemoração do Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-Religioso, organizado pelo GTDIR – Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-Religioso, o Alto Comissariado para as Migrações e a Comissão da Liberdade Religiosa
<https://www.youtube.com/watch?v=p8q5qtIHzzU&t=156s>
830. “Estado de exceção e direitos fundamentais”, conferência proferida em Lisboa (videoconferência), em 25 de junho de 2020, no 1.º webinar internacional de Direito Constitucional – “A Constituição, os direitos e os momentos de crise no Direito Brasileiro e Português”, a convite do CIESA – Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas
<https://www.youtube.com/watch?v=7YA98gN17b8>
831. Intervenção no Painel I – “Democracia e autoritarismo na Europa e na América Latina”, no âmbito do “Simpósio sobre o Constitucionalismo em Movimento: o que esperar do Direito?”,

a qual teve lugar por videoconferência, em 26 de junho de 2020, a convite da Comissão do Acadêmico de Direito de Ordem de Advogados do Brasil – Secção de São Paulo, em parceria com o NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro
<https://www.youtube.com/watch?v=tshYFXxF77U>

832. “Lóbi em Portugal – quadro jurídico?”, conferência proferida em Lisboa, em 15 de julho de 2020, a convite da Autónoma Academy, no âmbito do encerramento da pós-graduação em “Assessoria Política e Comunicação Estratégica”
<https://www.youtube.com/watch?v=bMsxyqDSJXA&t=10s>
833. “Direitos Humanos”, módulo ministrado no 3.º curso de doutoramento em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, em Lisboa (videoconferência), de 20 a 24 de julho de 2020
834. “Covid-19 e limitação de direitos fundamentais”, conferência proferida em 28 de julho de 2020, realizada no webinar internacional subordinado ao tema geral “A Pandemia do Coronavírus e os Direitos Fundamentais”, organizado pela UIJLP – União Internacional dos Juizes de Língua Portuguesa, com o apoio da Associação dos Juizes de Angola e da Escola da Magistratura do Paraná
<https://www.youtube.com/watch?v=3gcds4jBIks&t=43s>
https://www.youtube.com/watch?v=rUeq6U_lwUg&t=2s
https://www.youtube.com/watch?v=p_hThtGUVAA&t=101s
835. “Sistema do Direito, Novas Tecnologias, Globalização e Constitucionalismo Contemporâneo”, intervenção em seminário internacional online, em 11 de setembro de 2020, organizado pela UNISINOS
836. Apresentação da obra coletiva “Direito Processual Administrativo”, coordenado por Jorge Bacelar Gouveia e Artur Flamínio da

Silva, Petrony, Lisboa, 2020, cerimónia que teve lugar por videoconferência, em 22 de setembro de 2020
<https://www.youtube.com/watch?v=-fTWtNAq9m8>

837. “O processo de revisão constitucional: importância e pertinência”, conferência proferida em Lisboa, por videoconferência, em 23 de setembro de 2020, seguida de debate, no âmbito da Comemoração “Setembro de Estabilidade para o Desenvolvimento”, a qual teve lugar em Bissau, em 22 e 23 de setembro de 2020, a convite do secretariado nacional do Partido da Renovação Social Conferência: <https://www.youtube.com/watch?v=eII-rDKU-m0>
 Debate: <https://www.youtube.com/watch?v=xTmeSrKxRgs>

838. Moderação do Colóquio sob o tema “Os 200 Anos do Constitucionalismo Português – Escolhas Constitucionais”, com a participação como oradores de Jorge Miranda, João Caupers e Cristina Nogueira da Silva, o qual teve lugar em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa, em 1 de outubro de 2020, iniciativa levada a cabo pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa

839. “Novas tendências do controlo de constitucionalidade”, palestra proferida em Lisboa (por videoconferência), em 5 de outubro de 2020, no âmbito do I Seminário Internacional Transdisciplinar Brasil & Portugal, organizado pelo IDCT – Instituto de Defesa da Cidadania e Transparência e pela Escola da Advocacia Geral da União
<https://www.youtube.com/watch?v=7hTuXonGJX8>

840. Intervenção na cerimónia de apresentação do livro de Jorge Bacelar Gouveia, “Direito da Segurança”, a qual teve lugar na sede do Instituto Universitário Militar, em Lisboa, em 14 de outubro de 2020
<https://www.youtube.com/watch?v=IeOw9VpGJNY>

841. “Liberdades individuais e constitucionais em tempos de pandemia”, conferência proferida em Lisboa (por videoconferência), em 15 de outubro de 2020, a convite da ELSA Autónoma
842. “Constituição e Lusofonia”, palestra proferida por videoconferência, a partir de Lisboa, em 20 de outubro de 2020, por ocasião da comemoração do 35.º aniversário da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – secção de Minas Gerais
<https://www.youtube.com/watch?v=WAwCr4rQ0iI&t=7s>
843. “Direito Espacial”, palestra proferida por videoconferência, a partir de Lisboa, em 21 de outubro de 2020, no âmbito da Portugal Air Summit 2020
<https://www.youtube.com/watch?v=43OnBxxr5K8&t=75s>
844. “Direito da Segurança – o atual estado da arte”, palestra proferida em Lisboa (por videoconferência), em 2 de novembro de 2020, no âmbito do 2.º CIESI – *Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna*, organizado pelo IUM – Instituto Universitário Militar, com o apoio do IDeS – Instituto de Direito e Segurança
845. “O controlo da Produção de Informações em Estado de Direito Democrático”, palestra proferida em Lisboa (por videoconferência), em 4 de novembro de 2020, no âmbito do 2.º CIESI – *Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna*, organizado pelo IUM – Instituto Universitário Militar, com o apoio do IDeS – Instituto de Direito e Segurança
846. “Western Balcans joining European Union”, palestra proferida em Lisboa (por via telemática), em 6 de novembro de 2020, no âmbito de uma conferência organizada pela EPLO – European Public Law Organization e pela Universidade de Szeged - 6.11.2020:

“Western Balcans joining European Union”, EPLO – European Public Law Organization e Universidade de Szeged – Jorge Bacelar Gouveia

847. “Constituição, Lei da Probidade Pública e combate à corrupção em Angola: os desafios do futuro”, conferência proferida em Lisboa (por videoconferência), em 14 de novembro de 2020, a convite do Projeto JusQuarentena
<https://www.youtube.com/watch?v=d60eZ8FX-ws>
848. “Segurança do Estado e Serviços de Inteligência”, módulo ministrado por via telemática nos dias 16, 17, 18, 19, 20, 23 e 24 de novembro de 2020, ao MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência (1.^a edição), organizado pela ACITE – Academia e Ciências e Tecnologia de Angola, com a colaboração do IDeS – Instituto de Direito e Segurança
849. “Segurança, Estado e Constituição”, conferência que teve lugar em Lisboa, em 23 de novembro de 2020 (por via telemática), no âmbito do I CEDiSE – Curso de Especialização em Direito, Segurança e Emergência, conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança, CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil e APC – Associação Portuguesa de Criminologia
850. “Segurança do Estado e Administração Pública”, conferência que teve lugar em Lisboa, em 27 de novembro de 2020 (por via telemática), no âmbito do I CEDiSE – Curso de Especialização em Direito, Segurança e Emergência, conjuntamente organizado pelos IDeS – Instituto de Direito e Segurança, CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil e APC – Associação Portuguesa de Criminologia
851. “Segurança Sanitária de Emergência”, conferência que teve lugar em Lisboa, em 4 de dezembro de 2020 (por via telemática), no âmbito do I CEDiSE – Curso de Especialização em Direito, Segurança e Emergência, conjuntamente organizado pelos IDeS – Instituto de Direito e Segurança, CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil e APC – Associação Portuguesa de Criminologia

852. “O Estado de Emergência à luz do Direito Constitucional”, conferência proferida em Lisboa, em 8 de dezembro de 2020 (por via telemática), no painel moderado pelo Professor Doutor José Fontes, no tema específico “O Direito da Segurança num Contexto de Pandemia”, no seminário online subordinado ao tema geral “GeoSegurança Sanitária – Estado de Emergência 2.0”, conjuntamente organizado pelo CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CEDIS – Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade e CIDeS – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Direito e Segurança <https://www.youtube.com/watch?v=ejmWdKn6dPg&t=2s>
853. “Liberdade religiosa e pandemia Covid-19: a perspetiva de Portugal”, conferência que teve lugar em Lisboa (por via telemática), em 16 de dezembro de 2020, na mesa-redonda sob o tema “Derecho Comparado – pandemia y restricción a la libertad religiosa en Europa e Hispanoamérica, moderado pelo Professor Doutor Ricardo García García, integrada na Jornada Internacional sobre Estado de Alarma, Pandemia y Ejercicio de la Libertad Religiosa, organizada pela UCAM – Universidad Católica de Murcia
854. “Estrutura administrativa”, unidade curricular lecionada por videoconferência, nos dias 16, 23 e 28 de janeiro de 2021, no âmbito da II Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública, organizada pelo ISAL – Instituto Superior de Administração e Línguas
855. “Estado Federal, Unitário e Autónimo: reflexões sobre o futuro”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), em 10 de fevereiro de 2021, no âmbito do Ciclo Permanente de Palestras, organizado pelo NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa <https://www.youtube.com/watch?v=qnFwLp5bdmk&t=141s>
856. “É preciso rever a Constituição?”, intervenção feita em Lisboa (por via telemática), em 17 de fevereiro de 2021, no âmbito do II Módulo

sobre “Sistema Político e Administração” do Curso de Formação Política, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

857. “Segurança no Mar”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), em 26 de fevereiro de 2021, no âmbito do 1.º Congresso Internacional de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, organizado pela Associação Angolana de Direito Marítimo
<https://www.youtube.com/watch?v=-VYT3gtIFWQ&t=290s>
858. “Direito da Proteção Civil: (i) Enquadramento Constitucional da Proteção Civil e (ii) Segurança Nacional e Proteção Civil”, aulas ministradas em Lisboa (por via telemática), nos dias 3 e 4 de março de 2021 (5 horas), no I CEGEPRIC – Curso de Especialização em Gestão de Emergência e Proteção Civil, organizado pelo IDEs – Instituto de Direito e Segurança e pelo CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil
859. “Direito Humanitário”, aulas ministradas em Lisboa (por via telemática), nos dias 17 e 18 de março de 2021 (5 horas), no I CEGEPRIC – Curso de Especialização em Gestão de Emergência e Proteção Civil, organizado pelo IDEs – Instituto de Direito e Segurança e pelo CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil
860. “45.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa de 1976”, intervenção (por via telemática) em Sessão Comemorativa, a qual teve lugar em Viana do Castelo, em 10 de abril de 2021, organizada pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, a convite do seu Presidente
<https://www.youtube.com/watch?v=w3V0S2pkHsw&t=685s>
861. “Introdução ao Direito Penal Internacional”, aula ministrada na sessão de abertura do “Curso de Direito Penal Internacional”, a qual teve lugar em Lisboa (por via telemática), em 12 de abril

de 2021, no âmbito de uma iniciativa organizada pela ELSA – Universidade Lusíada de Lisboa

862. “Lei da eutanásia – sim ou não à constitucionalidade?”, intervenção em colóquio que teve lugar em Lisboa (por via telemática), em 17 de abril de 2021, numa iniciativa do Núcleo de Estudantes de Direito da Universidade Europeia
<https://www.youtube.com/watch?v=EZ93rB5okjo&t=5s>
863. “Combate internacional à corrupção”, conferência no Porto (via telemática), em 19 de abril de 2021, a convite do Núcleo de Estudantes de Direito da Universidade Lusófona do Porto
<https://www.youtube.com/watch?v=lqxJfv34s74&t=3s>
864. “Direitos Fundamentais – violações e consequências”, conferência que teve lugar em Lisboa (via telemática), em 23 de abril de 2021, numa iniciativa organizada pela Associação de Direito do Algarve Dr. António Cordeiro da Cunha, com o apoio do Rotary Clube de Albufeira
<https://www.youtube.com/watch?v=oeGdS03gSYE&t=1813s>
865. “Constituição da República Portuguesa de 1976 – alterações possíveis”, conferência proferida em Lisboa, em 24 de abril de 2021, a convite do CNED – Conselho Nacional de Estudantes de Direito, no âmbito de uma iniciativa de comemoração do 45.º aniversário da Constituição de 1976, com o tema geral “CRP 45 anos depois – e agora?”
<https://www.youtube.com/watch?v=8iFjdZWIMAM&t=1005s>
866. “Autarquias Locais em Angola”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), em 15 de maio de 2021, a convite do Projeto Geração do Conhecimento da Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, no Lubango, em Angola
https://www.youtube.com/watch?v=DsLfWU-Eg_g&t=11s

867. “A Advocacia e a Luta pelo Estado de Direito”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), no Dia do Advogado, memória litúrgica de Santo Ivo, em 19 de maio de 2021, em homenagem a todas as Advogados e a todos os Advogados Portugueses, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal da Ordem dos Advogados para o mandato 2020-2022
<https://www.youtube.com/watch?v=QIAy31Q2U94>
868. “Direito Comunitário e Direitos Nacionais”, aula aberta ministrada em 25 de maio de 2021, pelas 16 horas (hora de Lisboa), no âmbito da disciplina “O Direito Internacional e a Ordem Jurídica do Brasil: novas abordagens e perspectivas”, disciplina com a regência atribuída ao Professor Doutor Wagner Menezes, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
<https://www.youtube.com/watch?v=AiwG4cc8WHk&t=361s>
869. “Direito e Pluralismo: uma dupla perspectiva material e processual”, curso ministrado na disciplina de Teoria do Direito, lecionada na 4.^a edição do Doutoramento em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, de 24 a 28 de maio de 2021, por via telemática
870. “O Direito e a Vida e o Direito à Vida”, conferência proferida por via telemática em 16 de junho de 2021, no âmbito de colóquio organizado pelo NEDISMAT – Núcleo de Estudantes do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
<https://www.youtube.com/watch?v=pChRFRMzGGQ&t=61s>
<https://www.youtube.com/watch?v=byLzLlJvnSw&t=1s>
871. “A Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital”, intervenção no programa DataVenía, a convite de Paulo Ferrinho, exibido em 18 de junho de 2021
https://novumnoticias.pt/2021/06/18/data-venia-com-jorge-bacelar-gouveia/?fbclid=IwAR0Se3P5-IV_vSFHbVep1lRjzzRjgRBxm-9LJaDM73w81vnL6-Y4G8Eo9Os

872. “Direito da Liberdade Religiosa: que desafios?”, conferência (seguida de debate) proferida em Lisboa (por via telemática), em 22 de junho de 2021, organizada pela Universidade Lusíada de Angola, com o apoio da Justiça TV (www.justicativ.com), e com a moderação do Professor Mestre António Rafael
https://www.youtube.com/watch?v=QSph_n2n47U&t=3635s
873. “Os crimes informáticos à luz do novo Código Penal”, conferência proferida por via telemática, em 24 de junho de 2021, no âmbito do webinar organizado pelo Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social
<https://www.youtube.com/watch?v=dZ9Biray0rQ>
874. “Curso Avançado de Direito Constitucional” (CADiC), curso ministrado, por via telemática, de 21 a 25 de junho de 2021, organizado pelos InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
875. “A Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital”, conferência proferida em Leiria, em 26 de junho de 2021, no âmbito dos Encontros com a Justiça, organizados pelo Tribunal Judicial da Comarca de Leiria
<https://www.youtube.com/watch?v=f54flXnMcz4>
876. “Imunidade Parlamentar e Liberdade de Expressão: perspectivas constitucionais luso-brasileiras”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), em 6 de julho de 2021, no âmbito de webinar organizado pelo IAP – Instituto dos Advogados de Pernambuco
<https://www.youtube.com/watch?v=RZpcr9oWDMA&t=2s>
1.^a parte do debate
<https://www.youtube.com/watch?v=7E9mePEK6KU&t=4s>
2.^a parte do debate
<https://www.youtube.com/watch?v=1v9kRlps2VQ&t=1s>
877. “Direitos Humanos e Constituição”, conferência proferida por via telemática, em 9 de julho de 2021, a convite da Professora Doutora

Cláudia Gonçalves, no âmbito dos trabalhos do GEDHBIO – Grupo de Estudos de Direitos Humanos e Biodiversidade
<https://www.youtube.com/watch?v=otGnXtkHOkU>

878. “Curso de Especialização em Direito, Religião e Sociedade” (CEDiReS), curso ministrado, por via telemática, de 12 a 17 de julho de 2021
879. “O impacto da COVID-19 nos Direitos Económicos, Sociais e Culturais”, intervenção em *roundtable* realizada em Coimbra, em 25 de julho de 2021, a convite da ELSA Coimbra, no âmbito da Law School de Direitos Fundamentais
<https://www.youtube.com/watch?v=LTN-nSf86O0&t=97s>
880. “O Compromisso do Direito com Igualdades”, Aula Magna proferida em 11 de agosto de 2021, por via telemática, a convite do IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, na inauguração do 2.º semestre do ano letivo de 2021
<https://www.youtube.com/watch?v=KA2gtiKteu0&t=17s>
881. “Constitucionalismo Português e os Direitos Humanos – desafios atuais”, conferência proferida em 20 de agosto de 2021, por via telemática, no âmbito de um congresso internacional subordinado ao tema geral “Constitucionalismo e Direitos Humanos – perspectivas e desafios”, organizado pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola
https://www.youtube.com/watch?v=UFc_PdGyba4&t=10s
882. “O Direito Internacional Público e a Descolonização”, conferência proferida por via telemática, em 25 de agosto de 2021, no âmbito do 16.º Congresso Brasileiro de Direito Internacional
<https://www.youtube.com/watch?v=nvesCDye6W8&t=68s>
883. “A Relação Jurídica Fiscal”, unidade curricular lecionada por via telemática de 20 a 27 de setembro de 2021, no âmbito do

Curso de Mestrado em Direito Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, na sua 7.^a edição, referente ao ano letivo de 2021

884. “Construção de Direitos Fundamentais no Brasil: entre o Direito Constitucional e o Internacional”, conferência feita por via telemática, em 29 de setembro de 2021, a convite do NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do seu Ciclo Permanente de Palestras
<https://www.youtube.com/watch?v=9B8fVHqi0yo>
885. “Constituição da República Portuguesa: reformas & obstáculos”, conferência proferida no Porto, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em 16 de outubro de 2021, no âmbito do ENED – Encontro Nacional de Estudantes de Direito, o qual teve lugar nesses dias nas instalações daquela Faculdade
<https://www.youtube.com/watch?v=aApbVVVWJK4>
886. “Tráfico Humano e a Dignidade da Pessoa Humana – um ataque aos direitos fundamentais”, conferência proferida por via telemática, em 16 de outubro de 2021, a convite da Elsa Coimbra, no âmbito do Weekend Seminar on Human Trafficking, realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2021
<https://www.youtube.com/watch?v=uW7bVbZgTrc&t=1s>
887. “Do Direito Constitucional ao Direito Civil”, conferência proferida por via telemática, em 21 de outubro de 2021, a convite da UniCesumar – Educação Presencial e à Distância, no âmbito do seu programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Jurídicas (Doutorado e Mestrado)
<https://www.youtube.com/watch?v=-k8IALLL1Zw&t=9s>
888. “Aspetos jurídicos do fenómeno do terrorismo”, aula dada em 1 de novembro de 2021, no âmbito do Curso de Especialização sobre o Fenómeno do Terrorismo, ministrado pelo Professor Doutor José

Manuel Anes, conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade

889. “Pandemia e Segurança Humana”, intervenção proferida em Lisboa, no Grémio Literário, em 3 de novembro de 2021, no âmbito de uma conferência organizada pela Revista Segurança e Defesa
890. “Estrutura Administrativa”, curso ministrado no Funchal, em 12 e 13 de novembro de 2021, no âmbito da III Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública, organizado pelo ISAL – Instituto Superior de Administração e Línguas
891. “A Democracia no Brasil, Angola e Portugal: olhares específicos”, perspetiva de Portugal, conferência proferida em 16 de novembro de 2021, por via telemática, no âmbito do V Congresso Internacional do Mestrado em Direito e Semana Acadêmica Interligada do Direito, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo
<https://www.youtube.com/watch?v=xiw-Y6RV7Fw&t=56s>
892. “Curso de Especialização em Direito e Segurança”, ministrado de 16 a 20 de novembro de 2021, num total de 10 horas, conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
893. “Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, intervenção no Porto, em 23 de novembro de 2021, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em Tertúlia organizada pelo Euro-Defence Portugal e pela AEFDUP – Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
<https://www.youtube.com/watch?v=BR-iN0fw5n4>
894. “Direito Constitucional, crises sanitárias e educação jurídica em Portugal”, conferência proferida por via telemática, em 24

de novembro de 2021, no âmbito de um painel com o tema geral “Ensino Jurídico, Direitos Fundamentais e Crises Globais”, inserido no II Seminário Internacional “Constitucionalismo, Direitos Humanos e Crises Globais”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS, nos dias 24 e 25 de novembro de 2021

<https://www.youtube.com/watch?v=LsaOnHMT0aE>

895. “Proteção de Dados”, conferência proferida no Grémio Literário de Lisboa, em 25 de novembro de 2021, no âmbito de uma iniciativa organizada pela Revista Segurança e Defesa
896. “Segurança Nacional, Estado e Constituição”, módulo ministrado por via telemática nos dias 8, 22, 29 de outubro, 9 e 19 de novembro e 3 e 10 de dezembro 2021, ao MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência (2.^a edição), organizado pela ACITE – Academia e Ciências e Tecnologia de Angola, com a colaboração do IDeS – Instituto de Direito e Segurança
897. Apresentação do livro de António Cardoso, “O futuro da Segurança Privada em Portugal”, Diário de Bordo, Lisboa, 2021, cerimónia que teve lugar em 17 de dezembro de 2021, na Biblioteca Victor de Sá da Universidade Lusófona de Lisboa
898. “Direito da Proteção Civil”, primeira parte da matéria ministrada (por via telemática) como segunda unidade curricular do II CEGEPRIC – Curso de Especialização em Gestão de Emergência e Proteção Civil, nos dias 12 e 13 de janeiro de 2022, curso conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
899. “A Constituição e o Futuro em Portugal”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), 15 de janeiro de 2022, a convite do movimento cívico “Pensar em Alcochete”
<https://www.youtube.com/watch?v=i1JdVNr9xho>

900. “Direito Humanitário”, matéria ministrada (por via telemática) como segunda unidade curricular do II CEGEPRIC – Curso de Especialização em Gestão de Emergência e Proteção Civil, nos dias 26 e 27 de janeiro de 2022, curso conjuntamente organizado pelo IDES – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
901. “CEIS – Curso de Especialização em Intelligence e Segurança”, curso ministrado (por via telemática) nos dias 8, 10, 15, 17 e 22 de fevereiro de 2022, conjuntamente organizado pelo IDES – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
902. “Estado de Direito em ambiente de Pandemia”, conferência proferida no Porto, em 21 de fevereiro de 2022, na “Semana do Direito”, organizada pelo NUDSULP – Núcleo de Estudantes de Direito e Solicitadoria da Universidade Lusíada do Porto
<https://www.youtube.com/watch?v=WqyB1kgkbh0>
903. “Debate Político em Portugal na atualidade”, intervenção feita em debate ocorrido no Porto, em 21 de fevereiro de 2022, num painel composto também pela Dra. Cristina Rodrigues, Dr. Tiago Mayan e Dr. João Paulo Correia, na “Semana do Direito”, organizado pelo NUDSULP – Núcleo de Estudantes de Direito e Solicitadoria da Universidade Lusíada do Porto
904. “Ensino Superior, Cidadania e Desenvolvimento: uma perspetiva do Estado Democrático de Direito”, Oração de Sapiência proferida (por via telemática) em 10 de março de 2022, na abertura da Conferência Internacional sobre Gestão de Instituições de Ensino Superior, organizada pelo ISPOCAB – Instituto Superior Politécnico de Benguela, Unidade orgânica de Navegantes, a propósito do seu 2.º aniversário
<https://www.youtube.com/watch?v=I1ZBonj86sM>

905. “Reflexões e desafios em matéria de combate ao crime organizado e crime económico”, intervenção de abertura (feita por via telemática) do “Curso Breve de Crime Organizado e Criminalidade Económica”, proferida em 14 de março de 2022, organizado pela Associação Académica de Direito da Universidade Lusófona
<https://youtu.be/ooIqphGa7QQ>
906. “Segurança Comunitária”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), em 14 de março de 2022, no âmbito de um ciclo de debates organizado pelo CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil, sob a coordenação do Dr. Duarte Caldeira
<https://www.youtube.com/watch?v=aD4JbT5ckls&t=13s>
907. “Cibersegurança – as novas ameaças e os novos desafios”, intervenção realizada em Lisboa, em 15 de março de 2022, numa iniciativa realizada pela LUSA, organizada pela Dra Luísa Meireles
<https://www.youtube.com/watch?v=TXXAq-vlOo8&t=1422s>
<https://www.youtube.com/watch?v=3NbBvw1P7LI>
<https://www.youtube.com/watch?v=Blck4q9urOs&t=10s>
908. “Democracia, Segurança e Ciberespaço”, conferência realizada em Vila Real, em 28 de março de 2022, no âmbito da 3.^a edição do colóquio “Alcançar”, organizado pelo Núcleo de Estudantes de Economia da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
<https://www.youtube.com/watch?v=sV8iaKYgTQw&t=2s>
909. “A Lei das Bodycams”, intervenção no debate sobre o tema, por via telemática, o qual teve lugar na Universidade Lusíada do Porto, em 4 de abril de 2022, com a moderação do Dr. Augusto Meireis, e a participação do Dr. Vítor Miguel Silva e Dr. Rui Marrana, numa iniciativa do NCIS – Núcleo de Criminologia, Investigação e Segurança da Universidade Lusíada do Porto

910. “Princípios de Direito Fiscal”, módulo lecionado telematicamente, de 5 a 8 de abril de 2022 (10 horas), no âmbito da 8.^a edição do Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
911. “Direito do Ciberespaço e Segurança Cibernética”, aula aberta proferida em Lisboa, por via telemática, em 20 de abril de 2022, a convite do Professor Doutor Wilson Engelmann, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Escola de Direito da UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na disciplina de “Direito, Tecnologia e Inovação”
912. “Terrorismo e as suas ameaças à Segurança Nacional – os perigos da imigração islâmica e jihadista”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), em 27 de abril de 2022, no âmbito das Jornadas de Criminologia, organizadas pelo Núcleo de Criminologia e Solicitadoria da Universidade Lusíada do Porto
<https://www.youtube.com/watch?v=Zr913iC1N9M>
913. “Crimes de guerra”, intervenção efetuado em Lisboa (por via telemática), em 28 de abril de 2022, no âmbito do III ENEC – Encontro Nacional de Estudantes de Criminologia, que se realizou nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2022
914. “A Relação Jurídica Fiscal”, módulo lecionado telematicamente, de 3 a 6 de maio de 2022 (10 horas), no âmbito da 8.^a edição do Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
915. Intervenção no lançamento do livro de Jorge Bacelar Gouveia, “Proteção Civil e Segurança Comunitária – uma perspetiva da Segurança Humana em Estado de Direito Democrático”, o qual teve lugar na Livraria Almedina, Atrium Saldanha, em Lisboa, em 11 de maio de 2022
https://www.youtube.com/watch?v=Du5-JIQ_HjE&t=300s

916. “Constituição e voto eletrónico”, conferência proferida em Barcelos, em 17 de maio de 2022, a convite do IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e Ave, no âmbito das III Jornadas da Escola Superior de Gestão 2022, sob o tema geral “Evolução Tecnológica e Sustentabilidade”
917. Intervenção como Presidente do Conselho Fiscal da Ordem dos Advogados, em Mafra, em 19 de maio de 2022, na comemoração do Dia do Advogado – Dia de Santo Ivo
<https://www.youtube.com/watch?v=l6NB6qELXMY&t=1s>
918. “Direitos Humanos”, módulo lecionado telematicamente nos dias 16, 18, 19, 25 e 31 de maio de 2022, no âmbito da 5.ª edição do Curso de Doutoramento em Direito da Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito
919. Intervenção no lançamento do livro de Jorge Bacelar Gouveia, “Defesa Nacional e Forças Armadas – uma perspetiva do Direito Militar da Segurança em Estado Constitucional Democrático”, o qual teve lugar na Livraria Almedina, Atrium Saldanha, em Lisboa, em 24 de maio de 2022
<https://www.youtube.com/watch?v=400TlT7NaQQ&t=24s>
920. “A liberdade religiosa dos migrantes em geral e em Portugal”, conferência proferida em Lisboa, em 26 de maio de 2022, no âmbito de um colóquio organizado pelo ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade Aplicada de Lisboa, sob o tema geral “A Problemática da Integração dos Migrantes e o Papel da OIM em Portugal”
921. Moderador do colóquio organizado pelo OSCOT, em Lisboa, em 7 de junho de 2022, com a participação de Vasco Franco, Dalila Araújo e Felismina Carvalho Franco, subordinado ao tema geral “RASI 2021: as novas inseguranças que nos esperam no tempo da pós-pandemia”

922. Moderador do 1.º painel, sob o tema “Terrorismo Transnacional”, em que intervieram os Professores Rui Carlos Pereira e Felipe Pathé Duarte, integrado nas 1.ªs Jornadas de Operações Especiais, as quais tiveram lugar em Lisboa, em 22 de junho de 2022, organizadas pela Unidade de Intervenção da Guarda Nacional Republicana
923. Moderador do Almoço-Tertúlia com a presença do Ministro da Administração Interna do XXIII Governo Constitucional, que fez uma intervenção sob o tema geral “A Segurança Interna do Futuro – novos desafios”, numa iniciativa do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo e da Revista Segurança e Defesa, a qual teve lugar em 5 de julho de 2022
924. “Cursos de Ciência Legística”, ministrado em Lisboa (por via telemática), nos dias 4, 5, 7, 8, 11 e 12 de julho de 2022, a convite da Agência Nacional de Petróleo e Gás de Angola
925. “Ucrânia, Guerra e Direito Internacional”, conferência proferida em Lisboa, em 5 de julho de 2022, no âmbito de uma Conferência-Debate sob o tema geral “Ucrânia e outros conflitos bélicos – refugiados, Direito Internacional e Crimes de Guerra”, organizada pela ADVSF – Associação de Advogados Sem Fronteiras de Língua Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=D15Q699cVp8&t=529s>
926. “Segurança, Mar e Constituição”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), em 15 de julho de 2022, a convite do InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade e da Geração de Conhecimento da Faculdade de Direito do Lubango (Angola), e com a moderação do Professor Doutor Ovídio Pahula
<https://www.youtube.com/watch?v=6k1X0vPP6xo&t=944s>
927. “Teoria do Direito”, sob o tema “Direito e Pluralismo: uma dupla perspetiva material e processual”, unidade curricular ministrada

- (por via telemática) nos dias 11, 12, 13, 14 e 18 de julho de 2022 no âmbito da 5.^a edição do Curso de Doutoramento em Direito, organizado em Nampula, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique
928. “Direito, Constituição e Segurança”, tertúlia na Feira do Livro de Lisboa, em 8 de setembro de 2022, com a presença do Professor Dr. Rui Carlos Pereira
929. “200 Anos da Independência do Brasil”, intervenção realizada em Santarém, em 10 de setembro de 2022, a convite da Casa do Brasil – Casa de Pedro Álvares Cabral
930. “Que reforma para o sistema político-institucional português?”, intervenção feita em Setúbal, em 12 de setembro de 2022, no âmbito das Jornadas Parlamentares organizadas pelo partido político “Chega”, a respeito da revisão da Constituição Portuguesa de 1976, com a presença também de Rui Gomes da Silva e de Raúl Soares da Veiga
<https://www.youtube.com/watch?v=xVRei5uD0is&t=15s>
931. “A Ordem Jurídica Fiscal”, leção da 1.^a parte do CEDiF – Curso de Especialização em Direito Fiscal, por via telemática, nos dias 21, 23 e 26 de setembro de 2022, curso conjuntamente organizado pelo IDEs – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
932. “A Relação Jurídica Fiscal”, leção da 2.^a parte do CEDiF – Curso de Especialização em Direito Fiscal, por via telemática, nos dias 26, 27 de setembro e 3 de outubro de 2022, curso conjuntamente organizado pelo IDEs – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
933. Comentário à conferência do Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário, sob o título “Jurisprudência do Tribunal Constitucional

Português na restrição de direitos, liberdades e garantias – o caso da interrupção voluntária da gravidez e da eutanásia”, realizado por via telemática em 5 de outubro de 2022, no âmbito do Painel 1 do “Seminário Internacional de Direito Constitucional Lusófono: contexto histórico e desafios atuais na garantia de direitos fundamentais”, organizado pela EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
<https://www.youtube.com/watch?v=f50am1UW4o>

934. “A independência do poder judicial: em defesa do estatuto”, intervenção realizada em 5 de outubro de 2022, no âmbito do webinar subordinado ao mesmo tema, organizado pela UIJLP – União Internacional dos Juizes de Língua Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=gACE9cag770>
935. Moderador do Almoço-Tertúlia com a presença do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, que fez uma intervenção sob o tema geral “Os Tribunais de Contas e a Promoção da Segurança no contexto dos Objetivos das Nações Unidas 16”, numa iniciativa do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo e da Revista Segurança e Defesa, a qual teve lugar em 11 de outubro de 2022
936. “Os direitos fundamentais no Ciberespaço”, aula ministrada em Lisboa, por via telemática, em 14 de outubro de 2022, no âmbito do CECiS – Curso de Especialização em Cibersegurança, curso conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
937. “Uma nova Constituição da Segurança para Portugal?”, conferência realizada em Lisboa, a 14 de novembro de 2022, no 4.º CIESI – Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna, organizado pelo IUM – Instituto Universitário Militar e pela GNR – Guarda Nacional Republicana

938. Moderador do Almoço-Tertúlia com a presença da Ministra da Justiça, numa iniciativa do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo e da Revista Segurança e Defesa, a qual teve lugar em 15 de novembro de 2022
939. “Qual o valor estratégico da segurança das infraestruturas críticas em Portugal?”, palestra proferida em Lisboa, em 22 de novembro de 2022, no âmbito de uma conferência subordinada a esse tema, organizada pelo OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade e Terrorismo, e pela Microsegur
<https://www.youtube.com/watch?v=hOvTagQ0hII&t=13s>
940. “Segurança Nacional, Estado e Constituição”, unidade curricular lecionada no 3.º curso do MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola, aulas que tiveram lugar, por via telemática, em 11, 18 e 28 de outubro e 4 e 18 de novembro de 2022
941. Moderação do debate sobre “A Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa”, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 28 de novembro de 2022, em cujo programa participaram a Mestre Rute Serra (Direção do OSCOT e do OBEGEF), o Dr. Miguel Trindade Rocha (STINMA, ex-PJ/UIF), o Dr. Miguel da Câmara Machado (FDUL/BiG), o Prof. Doutor Vítor Paiva (OSCOT, ex-PJ/UIF) e o Prof. Doutor António João Maia (Presidente do OBEGEF), numa organização conjunta do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude e do OPCR – Observatório Português de Compliance e Regulatório
<https://www.youtube.com/watch?v=fQ6QtNPbyzM>

942. “O Ensino e a Investigação do Direito da Lusofonia”, conferência realizada em 9 de dezembro de 2022, por via telemática, a convite do Coletivo da Geração do Conhecimento
<https://www.youtube.com/watch?v=9Tgca7m4KN8&t=10s>
943. “Dia Internacional dos Direitos Humanos – conversa sobre os Direitos Humanos e os recentes casos de violação dos direitos humanos no Qatar”, conferência realizada em Lisboa, por via telemática, em 10 de dezembro de 2022, a convite do CNED – Conselho Nacional dos Estudantes de Direito
<https://www.youtube.com/watch?v=frM6Bs3poG4&t=1s>
944. “CEDiM – Curso de Especialização em Direito Militar”, curso ministrado por via telemática, nos dias 13, 15, 16, 19, 21 e 22 de dezembro de 2022, curso conjuntamente organizado pelo IDES – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
945. “CEDiPar – Curso de Especialização em Direito Parlamentar”, curso ministrado por via telemática, nos dias 10, 12, 17, 19 e 20 de janeiro de 2023, curso conjuntamente organizado pelo IDES – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
946. Apresentação do livro de António Freitas, “Inteligência – Fundamentos e Elementos Essenciais”, cerimónia que teve lugar em Lisboa, no Grémio Literário, em 31 de janeiro de 2023
<https://www.youtube.com/watch?v=dPSEak6yZO4&t=1296s>
947. “CEDiP – Curso de Especialização em Direito Policial”, com a colaboração do Professor Doutor Armando Dias Ramos, curso ministrado por via telemática, nos dias 1, 2, 3, 6, 7, 8 e 10 de fevereiro de 2023, conjuntamente organizado pelo IDES – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade

948. “A 8.ª revisão constitucional”, intervenção e debate em 6 de março de 2023, no Porto, no âmbito do “Debate Político – Pêndulo Político Português”, organizado pelo Núcleo de Estudantes de Direito e Solicitadoria da Universidade Lusíada do Porto
949. Lançamento do livro “Direitos Fundamentais – Teoria Geral e Dogmática da Constituição Portuguesa”, cerimónia que teve lugar no Porto, na Livraria Almedina, em 6 de março de 2023, com a presença, além do Autor, das seguintes personalidades: Professor Doutor Wladimir Brito, Mestre Bárbara Barreiros e Dr. Miguel Peixoto Parente
950. “E a outra revisão constitucional?”, conferência proferida por via telemática, em 8 de março de 2023, a convite do Observatório Almedina
951. “Palavras Cruzadas”, intervenção no podcast da Antena 1, de 13 a 17 de março de 2023, a convite da Dra Dalila Carvalho
952. “Que revisão constitucional?”, conferência proferida por via telemática, em 13 de março de 2023, no painel sobre os “Projetos de revisão constitucional”, no âmbito de uma iniciativa promovida pela Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=UEEaSjlmLi4&t=223s>
<https://www.youtube.com/watch?v=BgPROny8Yl4&t=4s>
953. “Revisão constitucional – reforma política e reforma da Justiça”, conferência proferida em Lisboa, em 13 de março de 2023, a convite da Cidadania XXI, no âmbito das Tertúlias da Junqueira
<https://www.youtube.com/watch?v=TNgKryZovds>
<https://www.youtube.com/watch?v=POhF0cW8B3w>
<https://www.youtube.com/watch?v=C5FIK896VMo>
<https://www.youtube.com/watch?v=wsNb3DcsrtE>

954. Coordenação e intervenção no episódio n.º 1 do podcast “Soberania”, sob o tema “Da estratégia à prática na Defesa Nacional”, com a participação do Almirante Melo Gomes, Professor Doutor Francisco Proença Garcia Professor Doutor Bruno Cardoso Reis, que foi difundido em 14 de março de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep1-da-estrategia-a-pratica-na-defesa-nacional-15997382.html>
955. “Os Desafios do Direito Internacional Público na Regulação do Ciberespaço”, conferência proferida no dia 14 de março de 2023, por via telemática, no âmbito do II Congresso Internacional de Direito Internacional Público, organizado pelo NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Universidade de Lisboa, subordinado ao tema geral “Os novos paradigmas do Direito Internacional Público”
<https://www.youtube.com/watch?v=0GuLBwWNHtg>
956. “Direito e Segurança”, lição ministrada em Lisboa, em 15 de março de 2023, no âmbito de um “Curso Rápido de Combate à Criminalidade”, organizado pela Associação Académica de Direito da Universidade Católica Portuguesa, com o apoio do OSCOT– Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
957. “Segurança nas Cidades Inteligentes”, conferência proferida em Braga, em 17 de março de 2023, no painel sobre “Direito(s), cidades e turismo inteligente”, integrado na 6.ª sessão do Ciclo de Webinars – “Smart Cities and Law, E-Governance and Rights”, com o tema geral “Património Cultural e Turismo Sustentável”, organizado pelo JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação da Escola de Direito da Universidade do Minho
<https://www.youtube.com/watch?v=pqGGVQdKjVI>

958. Moderador do Almoço-Tertúlia com a presença do Professor Dr. Rui Pereira, numa iniciativa do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo e da Revista Segurança e Defesa, o qual teve lugar em 20 de março de 2023
<https://www.youtube.com/watch?v=d36z8yWGggo&t=102s>
959. Coordenação e intervenção no episódio n.º 2 do podcast “Soberania”, sob o tema “Gangues juvenis e a estratégia do governo em análise”, com a participação da Dra Isabel Oneto, Secretária de Estado da Administração Interna, Dr. João Melo, Diretor de Lisboa da Polícia Judiciária, Doutora Dalila Araújo, e Doutora Maria João Leote de Carvalho, que foi difundido em 21 de março de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep2-gangues-juvenis-e-a-estrategia-do-governo-em-analise-16040892.html>
960. “A 8.ª revisão constitucional e a Autonomia Regional”, conferência realizada no Funchal, em 21 de março de 2023, a convite do PSD – Partido Social Democrata, Madeira – Compromisso 2030
<https://www.youtube.com/watch?v=oZHhyAcezFw&t=123s>
961. “O Mar como extensão do território e das obrigações dos Estados”, conferência proferida em Sesimbra, em 22 de março de 2023, no âmbito das II Jornadas de Direito do Ambiente do Tribunal da Comarca de Setúbal, a convite do Dr. António José Filho, Presidente deste tribunal
962. Lançamento do livro “Direitos Fundamentais – Teoria Geral e Dogmática da Constituição Portuguesa”, cerimónia que teve lugar em Lisboa, no Salão Nobre da Ordem dos Advogados, em 22 de março de 2023, com a presença, além do Autor, das seguintes

personalidades: Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Conselheira Dulce Neto, Bastonária da Ordem dos Advogados, Dr.^a Fernanda de Almeida Pinheiro, e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, Dr.^a Cristina Borges de Pinho

<https://www.youtube.com/watch?v=PsgLAHFCMR0&t=2s>

<https://www.youtube.com/watch?v=5ZgvEY5QtK0&t=6s>

<https://www.youtube.com/watch?v=cpQ7ohINKtI&t=6s>

<https://www.youtube.com/watch?v=1WJ2pKcOaAg&t=389s>

<https://www.youtube.com/watch?v=myt2Wbn5Iv8&t=8s>

963. Conversa do Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia com o Professor José Semedo, do Centro de Arbitragem Harmonia de Luanda, sobre os “Desafios da Justiça Arbitral Administrativa e Fiscal”, a qual teve lugar em 24 de março de 2023

<https://www.youtube.com/watch?v=FCq3Mn283a8>

964. Coordenação e intervenção no episódio n.º 3 do podcast “Soberania”, sob o tema “Metadados: combate ao crime e o direito à privacidade”, com a participação da Professora Doutora Filipa Urbano Calvão, Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, e do Dr. Luís Neves, Diretor Nacional da Polícia Judiciária, que foi difundido em 26 de março de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo

<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep3-metadados-combate-ao-crime-e-o-direito-a-privacidade-16071953.html>

965. Coordenação e intervenção no episódio n.º 4 do podcast “Soberania”, sob o tema “Extinção do SEF e aumento de imigrantes”, com a participação dos Deputados à Assembleia da República Dra Susana Amador e Dr. André Coelho Lima, bem como da Professora Doutora Ana Rita Gil, que foi difundido em 28 de março de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do

OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo

<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep4-extincao-do-sef-e-aumento-de-imigrantes-16084254.html>

966. “Segurança Comunitária”, conferência proferida, por via telemática, em 30 de março de 2023, no âmbito da “5.ª Conferência Internacional sobre Proteção Civil e Ciência”, incidindo sobre os temas da “Sustentabilidade, Proteção Civil e Segurança Comunitária”, organizada pelo ISEC – Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa, nos dias 28, 29 e 30 de março de 2023

<https://www.youtube.com/watch?v=W3-41lPrWVE>

967. “Rule of Law, Democracy and Constitutional Courts”, aula ministrada em Astana, Cazaquistão, em 30 de março de 2023, a convite do Professor Alexei Trochev, da Nazarbayev University
https://www.youtube.com/watch?v=kWf9hKtm_W4&t=3s

968. “Constitutional Courts and Rule of Law: general approach and main challenges”, conferência proferida em Astana, Cazaquistão, em 1 de abril de 2023, na Conferência Internacional com o tema geral “Comparative Constitutionalism in Asia Countries: Establishment, Procedures, and Mechanism of Constitutional Review”, organizada pela Nazarbayev University

<https://www.youtube.com/watch?v=hDz12KiihDE&t=193s>

969. Coordenação no episódio n.º 5 do podcast “Soberania”, sob a forma de entrevista com o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, que foi difundido em 4 de abril de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo

<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep5-a-conversa-com-o-secretario-geral-do-sistema-de-seguranca-interna-16116901.html>

970. Coordenação e intervenção no episódio n.º 6 do podcast “Soberania”, sob o tema “Terrorismo e a Comunicação Social”, com a participação da Diretora da Unidade Nacional de Contraterrorismo da Polícia Judiciária, Dra Manuela Santos, Professor Doutor José Manuel Anes, Professora Doutora Cátia Moreira de Carvalho e Professor Doutor Diogo Noivo, que foi difundido em 11 de abril de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-6-terrorismo-estrategia-nacional-e-os-media-16154918.html>
971. Coordenação e intervenção no episódio n.º 7 do podcast “Soberania”, sob o tema “Forças Armadas – que futuro?”, com a participação do Deputado à Assembleia da República, Dr. Marcos Perestrello, do Presidente do GREI – Grupo de Reflexão Estratégica Independente, General Pinto Ramalho, e a Professora Doutora Ana Santos Pinto, que foi difundido em 18 de abril de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-7-forcas-armadas---que-futuro-16189309.html>
972. “Contradições e oportunidades para o aperfeiçoamento da legislação para a Proteção Civil: Lei de Bases da Proteção Civil, Lei Orgânica da ANEPC e SIOPS”, conferência proferida no Porto, em 22 de abril de 2023, no âmbito do Seminário com o tema geral “O Patamar Local da Proteção Civil: as condicionantes do Presente e os Desafios do Futuro”, organizado pela Faculdade de Ciências Naturais, Engenharias e Tecnologias da Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto
https://www.youtube.com/watch?v=APfO1_Eq0oQ
973. “O 25 de Abril, uma ou várias revoluções?”, intervenção feita telematicamente em 22 de abril de 2023, a convite do CNED – Conselho Nacional de Estudantes de Direito

974. “Palavras Cruzadas”, intervenção no podcast da Antena 1, de 24 e 28 de abril de 2023, a convite da Dra Dalila carvalho
975. Coordenação e intervenção no episódio n.º 8 do podcast “Soberania”, sob o tema “Que revisão constitucional em matérias de segurança, defesa e justiça?”, com a participação dos Deputados à Assembleia da República, Dr. Pedro Delgado Alves e Dr. André Coelho Lima, e os Drs. Teresa Violante e Ricardo Sá Fernandes, que foi difundido em 25 de abril de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-8-acesso-a-metadados---ferramenta-fulcral-para-a-investigacao-criminal-16238682.html>
976. “Segurança no Mar”, conferência de abertura no III Congresso Internacional de Direito Marítimo, Portuário, Aduaneiro e Pesqueiro, proferida por via telemática em 27 de abril de 2023, congresso organizado pelo Associação Angolana Especializada de Direito Marítimo
<https://www.youtube.com/watch?v=TqtNSTN7qtU&t=8s>
977. Coordenação e intervenção no episódio n.º 9 do podcast “Soberania”, sob o tema “Segurança no Mar?”, com a participação do Contra-Almirante José Mirones, Coronel Francisco Rodrigues e Professor Doutor Duarte Lynce de Faria, que foi difundido em 2 de maio de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-9-quem-manda-mais-no-mar-marinha-ou-gnr-16277250.html>
978. Apresentação da obra coletiva “Contextos de Segurança”, III volume, dirigida pelo Professor Doutor António Rebelo de Sousa,

cerimónia que teve lugar em Lisboa, no Grémio Literário, em 5 de maio de 2023

<https://www.youtube.com/watch?v=LhBKProQ5vY&t=64s>

979. Coordenação e intervenção no episódio n.º 10 do podcast “Soberania”, sob o tema “Cibercrime – uma ameaça global a crescer em Portugal”, com a participação do Diretor da Unidade de Combate ao Cibercrime da Polícia Judiciária, Dr. Carlos Cabreiro, do Coordenador do Centro Nacional de CiberSegurança, Eng. Lino Santos, e do Dr. Hugo Costeira, presidente do Observatório de Segurança Interna, que foi difundido em 9 de maio de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep10-cibecrime---uma-ameaca-global-a-crescer-em-portugal-16318399.html>
980. “Análise crítica do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 60/2023, de 27 de fevereiro”, conferência proferida em Lisboa, em 10 de maio de 2023, na Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito da Conferência sob o tema “A «nova» Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais: uma análise crítica?”, organizada pelo *Ratio Legis* – Centro de Investigação e Desenvolvimento da Universidade Autónoma de Lisboa
981. “Os novos direitos fundamentais”, conferência proferida em Lisboa, por via telemática, em 10 de maio de 2023, no encerramento do “1.º CONISAF – Congresso Internacional Sustentabilidade, Ambiente e Direitos Fundamentais”, o qual teve lugar nos dias 9 e 10 de maio de 2023 em Belém do Pará (Brasil), conjuntamente organizado pela UNAMA – Universidade da Amazônia e pelo IBEROJUR – Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos
<https://www.youtube.com/watch?v=liJ9NCtUNjo&t=24s>
982. “As alterações à Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais e a Constituição – o caso da Ordem dos Advogados”, conferência

proferida em Lisboa, em 11 de maio de 2023, no Salão Nobre da Ordem dos Advogados, no âmbito da Conferência/Debate sob o tema “A Constituição, as Associações Públicas Profissionais e a Lei: que fazer?”, organizada pela Associação dos Advogados Sem Fronteiras de Língua Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=b0jVV957NZw&t=922s>

983. Coordenação e intervenção no episódio n.º 11 do podcast “Soberania”, sob o tema “Combate à Corrupção?”, com a participação do Diretor da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária, Dr. Pedro Fonseca, da Embaixadora Ana Gomes e da Dr.^a Rute Serra, membro da Direção do OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão da Fraude, que foi difundido em 16 de maio de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-11-combate-a-corrupcao-a-derrota-e-sempre-certa-16360051.html>
984. “Direito, Religião e Sociedade”, conferência proferida no Huambo, em 16 de maio de 2023, a convite do ISPOC – Instituto Superior Politécnico Católico do Huambo, no âmbito do I Simpósio Internacional em Comemoração do 5.º aniversário do ISPOC do Huambo, sob o tema geral “Investigar para Desenvolver”
<https://www.youtube.com/watch?v=n8UpvVHdiQA>
985. Moderador do Almoço-Tertúlia com a presença do Dr. Luís Neves, Diretor Nacional da Polícia Judiciária, numa iniciativa do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo e da Revista Segurança e Defesa, o qual teve lugar em 19 de maio de 2023
<https://www.youtube.com/watch?v=aYGwdqILjXE&t=267s>
986. “Teoria do Direito”, sob o tema “Direito e Pluralismo: uma dupla perspetiva material e processual”, unidade curricular ministrada

(por via telemática) nos dias 22, 23, 24, 25 e 26 de maio de 2023 no âmbito da 6.^a edição do Curso de Doutoramento em Direito, organizado em Nampula, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique

987. Coordenação e intervenção no episódio n.º 12 do podcast “Soberania”, sob o tema “Secretas: factos e a dúvida instalada. Como recuperar a credibilidade?”, com a participação da antiga Diretora-Geral do SIS – Serviço de Informações de Segurança, Conselheira Margarida Blasco, do antigo Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, Dr. Abílio Morgado, e do Mestre António Freitas, antigo funcionário do SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, que foi difundido em 23 de maio de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-12-secretas-factos-e-a-duvida-instalada-como-recuperar-a-credibilidade-16401197.html>
988. “Constitucionalismo Digital: os grandes desafios na proteção dos direitos fundamentais”, conferência de abertura do XIII Congresso Iberoamericano de Docentes e Investigadores de Direito e Informática, a qual teve lugar em Porto Alegre, em 29 de maio de 2023, tendo a UNISINOS como instituição de acolhimento
<https://www.youtube.com/watch?v=WceoOBeB8R8>
989. “Constituição e Pluralismo”, aula aberta dada em Porto Alegre, em 29 de maio de 2023, no programa de pós-graduação em Direito da UNISINOS, a convite do Professor Doutor Wilson Engelmann
990. “Direito e Justiça”, aula aberta dada no pós-graduação em Direito da UNISINOS, por via telemática, em 30 de maio de 2023, a convite do Professor Doutor Lénio Streck

991. Coordenação e intervenção no episódio n.º 13 do podcast “Soberania”, sob o tema “O melhor, o pior e o inadmissível na Justiça”, com a participação dos Deputados Alexandra Leitão (PS) e André Coelho Lima (PSD) e o Professor Doutor António Filipe (PCP), que foi difundido em 30 de maio de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-13-o-melhor-o-pior-e-o-inadmissivel-na-justica-16434415.html>
992. “Democracia, Segurança Pública e Direitos Humanos”, conferência proferida em Porto Alegre (Brasil), em 31 de maio de 2023, a convite da ACDEPOL – Academia da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul
993. “Poder constituinte e limites à revisão constitucional”, aula dada em Porto Alegre, em 31 de maio de 2023, na graduação em Direito da UNISINOS, a convite do Professor Doutor Wilson Engelmann
994. Coordenação e intervenção no episódio n.º 14 do podcast “Soberania”, sob o tema “Portugal na rota da «narco-Estados» no coração da Europa”, com a participação do Diretor da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, Dr. Artur Vaz, e da Dra. Sylvie Figueiredo, professora universitária, que foi difundido em 6 de junho de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo
<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-14-portugal-na-rota-dos-narcoestados-no-coracao-da-europa-16482417.html>
995. Coordenação e intervenção no episódio n.º 15 do podcast “Soberania”, sob o tema “Prevenção e combate aos incêndios”, com a participação do Presidente do Conselho Diretivo do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Eng. Nuno

Banza, do Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção civil, General Duarte da Costa, e do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Mestre António Nunes, que foi difundido em 13 de junho de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo

https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-15-incendios-o-que-esta-feito-na-prevencao-e-com-o-que-podemos-contar-no-combate-16521383.html?fbclid=IwAR2bYwYpdFMFyl6gxIqB1NsU_IKuUMHGSMdnkBSjJIHXmIenCYBSi0dOVfc

996. “Estado Democrático de Direito: imperativo dos direitos humanos e da proteção ambiental no século XXI”, conferência proferida por via telemática, em 14 de junho de 2023, a convite da UFMA – Universidade Federal do Maranhão, no âmbito do GEDHBIO – Grupo de Estudos e Pesquisas de Direitos Humanos e Biodiversidade

<https://www.youtube.com/watch?v=TX1ShzQeF28>

997. Coordenação e intervenção no episódio n.º 16 do podcast “Soberania”, sob o tema “Mulheres na linha da frente na Segurança e Defesa”, com a participação da Embaixadora do Canadá em Portugal, Dra Élise Racicot, da Professora Doutora Maria Luísa Moreira e da Doutora Dalila Araújo, vice-presidente do OSCOT, que foi difundido em 20 de junho de 2023, iniciativa conjunta do *Diário de Notícias* e do OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo

<https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-16---fim-de-temporada-as-mulheres-na-linha-da-frente-da-seguranca-e-da-defesa--16557478.html>

998. “A importância do Parlamento no Estado de Direito Democrático”, conferência proferida em Lisboa, por via telemática, em 22 de junho de 2023, a convite do NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do III

Congresso Internacional de Direito Constitucional, com o tema geral “A Constituição Brasileira de 1988 nos seus 35 anos: avanços e recuos”

<https://www.youtube.com/watch?v=jvS3IGE9-eM>

999. “A Arbitragem Administrativa em Portugal”, conferência proferida por via telemática, em 25 de julho de 2023, no âmbito do Curso sobre Arbitragem, conjuntamente organizado pela Fundação Direito e Justiça e pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
1000. “A caminho de um Direito Internacional «Constitucional»?”, conferência proferida por via telemática em 9 de agosto de 2023, a convite do Departamento de Direito e do Centro de Direitos Humanos e Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola, no âmbito do ciclo de conferências “Diálogo sobre Direito Internacional”
<https://www.youtube.com/watch?v=f1M48Fa9ymY>
1001. “Rule of Law, Separation of Powers and Law”, aula ministrada em Astana, Cazaquistão, em 6 de setembro de 2023, na Nazarbayev University
1002. “Constitutional Courts, Rule of Law and Security: some challenges”, palestra proferida em Astana, Cazaquistão, em 8 de setembro de 2023, no âmbito da Conferência Internacional “Constitutional Justice: dignity, freedom and justice for all”, organizada pelo Tribunal Constitucional do Cazaquistão, com o apoio da OSCE, Conselho da Europa e PNUD das Nações Unidas
1003. “Segurança Privada, Constituição e Segurança Nacional”, palestra proferida em 9 de setembro de 2023, por via telemática, no âmbito do colóquio subordinado ao tema geral “O estado atual da Segurança Privada”, organizado pelo SUSP – Sindicato Unificado da Segurança Privada
<https://www.youtube.com/watch?v=3vPNzkf6MGY>

1004. “Curso de Especialização em Direito Constitucional” (CADiC), ministrado em Lisboa, por via telemática, nos dias 12, 13, 14, 15, 21, 25, 27 e 28 de setembro de 2023, organizado pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
1005. Apresentador do Seminário intitulado “JMJ Lisboa 2023”, que teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 4 de outubro de 2023, conjuntamente organizado pelo IDES – Instituto de Direito e Segurança e pelo CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil
https://www.youtube.com/watch?v=r25esX-q__A&t=428s
1006. “35 Anos da Constituição da República Federativa do Brasil”, painel comemorativo que teve lugar em 4 de outubro de 2023 (por via telemática), com a participação também do Professor Doutor Eric Eduardo Palma e do Professor Doutor José Carlos Moreira da Silva Filho, numa iniciativa da ULBRA – Universidade Luterana do Brasil, sob a organização do Professor Sérgio Roberto de Abreu
<https://www.youtube.com/watch?v=9QL8ab8nnQQ>
1007. “Direito Constitucional Europeu”, palestra proferida em Lisboa (por via telemática), em 10 de outubro de 2023, a convite da Professora Cláudia Loureiro, na lecionação da cátedra Jean Monnet da Universidade Federal da Uberlândia, no âmbito do Projeto Global Crossings
https://www.youtube.com/watch?v=CiE_QvX7sIo
1008. “O Direito Constitucional das Autarquias Locais”, lição ministrada no Curso de Direito Municipal, proferida em Lisboa, por videoconferência, em 12 de outubro de 2023, curso organizado pelo ISCAC – Coimbra Business School, em parceria com a Associação Nacional de Assembleias Municipais e o Centro de Valorização de Eleitos Locais
<https://www.youtube.com/watch?v=SomI2HQUJaQ>

1009. “Constituição e condição militar”, conferência proferida em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 21 de outubro de 2023, a convite da Associação de Oficiais das Forças Armadas, no âmbito de conferências organizadas a propósito do Manifesto “Cumprir e Fazer cumprir a Constituição”
<https://studio.youtube.com/video/icV5sYOChEs/edit>
<https://studio.youtube.com/video/6L3M0G7UIkg/edit>
1010. “Para uma nova Constituição da Segurança em Portugal”, conferência proferida em Lisboa, em 6 de novembro de 2023, no âmbito da lecionação da 5.º CIESI – Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna, organizado pela GNR – Guarda Nacional Republicana e pelo IUM – Instituto Universitário Militar
<https://www.youtube.com/watch?v=oxwucuk8kQg>
1011. Aulas ministradas na Comenius University, em Bratislava, na semana de 7 a 10 de novembro de 2023, sobre os seguintes temas: “Portugal and Slovakia – a Constitutional comparison”; “Constitutional State and Rule of Law”; “Human Rights”
1012. “A Guerra Israelo-Palestiniana – conflitos bélicos: refugiados, crimes de guerra e Direito Internacional”, conferência proferida em Lisboa, em 15 de novembro de 2023, no Salão Nobre da Ordem dos Advogados, no âmbito de colóquio organizado pela ADVSF – Associação dos Advogados Sem Fronteiras de Língua Portuguesa
<https://www.youtube.com/watch?v=dc0FbR3iH2E>
1013. “Angola e os tribunais”, conferência proferida em Lisboa, em 17 de novembro de 2023, a convite do Núcleo de Estudantes Africanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
https://www.youtube.com/watch?v=Acf_Pm6KKW4&t=4s
1014. “Ação climática – quando começa e termina o direito à manifestação? – considerações à luz do Direito vigente”, conferência

proferida em Lisboa, em 20 de novembro de 2023, a convite da associação “Último Recurso”, da Elsa Universidade de Lisboa e do FIBE – Forum de Integração Brasil Europa

1015. “Descentralização de competências”, conferência proferida em Espinho, em 23 de novembro de 2023, no âmbito do Fórum Autárquico, organizado pelo STAL – Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais
<https://www.youtube.com/watch?v=nwIjok5JKt8>
1016. “Cibersegurança e Infraestruturas Críticas”, palestra de abertura proferida em Lisboa, em 28 de novembro de 2023, no âmbito de uma conferência sob o tema geral “Tecnologias de Segurança nas Infraestruturas Críticas em Portugal”, organizada pelo OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, com o apoio da Microsegur
https://www.youtube.com/watch?v=kpWpiAbpa_k
1017. “Uma nova Declaração Universal dos Direitos Humanos?”, palestra proferida em Lisboa, em 5 de dezembro de 2023, no âmbito da Conferência Comemorativa dos 75 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, organizada pela Universidade Autónoma de Lisboa, o *Ratio Legis* – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa e o JusGov – Centro de Investigação em Justiça e Governação da Escola de Direito da Universidade do Minho
<https://www.youtube.com/watch?v=BcNbmMnqwLY&t=287s>
1018. “Direitos Humanos, Segurança e Integridade: que perspetivas?”, intervenção e moderação da conferência realizada em Lisboa, em 11 de dezembro de 2023, na Universidade Autónoma de Lisboa, organizada pelo OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, por ocasião do 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem

1019. “1.º Curso de Especialização em Segurança Comunitária em Proteção Civil”, ministrando os módulos I – Segurança, Estado e Comunidade Internacional (9-1-2024), II – Teoria Jurídico-Política da Segurança (11-1-2024), III – Direito da Segurança Nacional (11-1-2024), VII – Segurança Municipal Policial (30-1-2024), VIII – Segurança Privada (23-1-2024), IX – Cibersegurança (30/1-2-2024), XII – Infraestruturas Críticas e Ativos Estratégicos (6-2-2024) e XIII – Novas Seguranças (6-2-2024)
1020. “Guerra e Paz: os direitos humanos em crise”, intervenção realizada na Conferência-Debate que teve lugar em Lisboa, em 8 de fevereiro de 2024, a convite da ADVSF – Associação dos Advogados Sem Fronteiras de Língua Portuguesa
1021. “Direito à Segurança: que desafios?”, conferência proferida em Luanda, em 21 de fevereiro de 2024, a convite da ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola
<https://www.youtube.com/watch?v=wpO0KkJgSSw>
1022. “Que futuro para o serviço militar obrigatório?”, conferência proferida em Braga, em 23 de fevereiro de 2024, no âmbito do seminário permanente “Diálogos Jurídico-Constitucionais”, organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho, sob a coordenação científica do Professor Doutor Pedro Pereira Coutinho
1023. “O futuro da Polícia em Portugal – reflexão estratégica”, conferência realizada em 20 de março de 2024 (por via telemática), no âmbito de um colóquio sobre o tema organizado pelo SIAP – Sindicato Independente dos Agentes de Polícia
https://www.youtube.com/watch?v=1M8_UK6xAVU
1024. “Direito Eleitoral: que desafios?”, conferência proferida em Cuiabá, em 21 de março de 2024, na abertura do I Congresso de Direito Eleitoral de Mato Grosso, organizado pela Ordem

dos Advogados do Brasil – secção de Mato Grosso, e pela sua Comissão de Direito Eleitoral
<https://www.youtube.com/watch?v=GESmHr8C2Y8&t=91s>

1025. “Estrutura Administrativa”, unidade curricular ministrada no Funchal, nos dias 12 e 13 de abril de 2024, no âmbito da “IV Pós-Graduação em Gestão e Administração Pública”, organizada pelo ISAL – Instituto Superior de Administração e Língua, de que é também coordenador
1026. “A Proteção Civil em Portugal: um novo paradigma?”, conferência proferida em Palmela, em 16 de abril de 2024, na abertura da 1.^a Conferência Nacional sobre Políticas Públicas de Proteção Civil – Proteção Civil 2023: que caminho?, organizada pelo Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil
1027. “O direito de oposição na Constituição”, palestra proferida em 16 de abril de 2024 (por via telemática) no “Curso de Direito de oposição nas Autarquias Locais”, organizado pelo ISCAC – Coimbra Business School
1028. “O Direito Constitucional das Autarquias Locais”, palestra proferida em 17 de abril de 2024 (por via telemática), no “Curso de Direito Municipal”, organizado pelo ISCAC – Coimbra Business School e pela Assembleia Nacional de Assembleias Municipais
1029. “A Descentralização e as Freguesias: um processo incompleto”, conferência proferida no município da Madalena, na Ilha do Pico – Açores, em 27 de abril de 2024, na abertura do IX Encontro Regional de Autarcas de Freguesia, promovido pela Delegação Regional dos Açores da ANAFRE
<https://www.youtube.com/watch?v=WNMBkbzaTp8>
1030. “O princípio da legalidade fiscal no Direito Tributário de Angola”, conferência proferida em Lisboa (por via telemática), em 8 de maio

de 2024, no âmbito do I Conferência de Direito Tributário, com o tema central da “Tributação do Rendimento”, e no 1.º painel sob o título “Constituição fiscal e Crescimento Económico”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
<https://www.youtube.com/watch?v=2s5kmPappLs>

1031. II CESPC – *Curso de Especialização em Segurança Comunitária e Proteção Civil*, de que foi organizador, no âmbito do IDES – Instituto de Direito e Segurança e do InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade, tendo lecionado os seguintes módulos: i) “Segurança, Estado e Comunidade Internacional” (7 de maio de 2024); ii) “Teoria Jurídico-Política da Segurança” (7 de maio de 2024); iii) “Direito da Segurança Nacional e da Proteção Civil” (14 de maio de 2024); vii) “Segurança Municipal Policial” (16 de maio de 2024); viii) “A Segurança Privada” (24 de maio de 2024); ix) “Cibersegurança” (4 de junho de 2024; xii) “Infraestruturas Críticas e Ativos Estratégicos” (6 de junho de 2024); xiii) “Novas Seguranças” (12 de junho de 2024); xiv) “Direito Internacional da Segurança” (12 de junho de 2024)
1032. Apresentação do livro “Soberania – 45 personalidades em 16 conversas”, cerimónia que teve lugar em Lisboa, em 9 de maio de 2024, no Auditório do Edifício Central da Polícia Judiciária
<https://www.youtube.com/watch?v=inL-Mjm4nUs>
1033. “A Revolução de 25 de Abril de 1974 e o Direito Público”, conferência proferida em Lisboa, em 15 de maio de 2024, a convite da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, no âmbito do ciclo de conferências em Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, subordinado ao tema geral “As Transformações no Direito a partir do 25 de Abril”
1034. “Macau and International Law”, conferência proferida em Macau, em 17 de maio de 2024, no âmbito do Seminário “New Achievements, New Opportunities, New Actions: Symposium

on External Legal Affairs of the Macao SAR Commemorating the 25th Anniversary of Macao's Return to the Motherland", iniciativa organizada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau
<https://www.youtube.com/watch?v=DOAKw1D7cGo&t=13s>

1035. "Macao e os direitos fundamentais digitais", conferência proferida em Macau, em 18 de maio de 2024, no âmbito do Seminário sobre "O Processo Jurídico e o 25.º aniversário da Reintegração de Macau: desafios, conquistas e perspectivas futuras", por ocasião da celebração do 75.º Aniversário da Fundação da República Popular da China e do 25.º Aniversário da Região Administrativa Especial de Macau, iniciativa organizada pela Universidade de Macau, pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau e pelo seu Centro de Estudos
1036. "A Constituição e as Instituições Jurídico-Democráticas", palestra proferida em Bissau, em 27 de maio de 2024, no âmbito da Conferência Internacional "A Justiça e Desafios Contemporâneos", iniciativa promovida pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da República da Guiné-Bissau, com o apoio do PNUD e da UNODC
<https://www.youtube.com/watch?v=GLCtpm14xVw>
1037. "A Constituição e as Instituições Jurídico-Democráticas", palestra proferida em Bissau, em 27 de maio de 2024, no âmbito da Conferência Internacional "A Justiça e Desafios Contemporâneos", iniciativa promovida pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da República da Guiné-Bissau, com o apoio do PNUD e da UNODC
<https://www.youtube.com/watch?v=GLCtpm14xVw>
1038. "Princípios de Direito Fiscal", módulo ministrado entre 10 e 20 de junho de 2024 (10 horas), no âmbito da 9.ª edição do Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto

1039. “O papel da União Africana na resolução dos conflitos dos Estados-Membros”, conferência proferida em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 27 de junho de 2024, no âmbito da Conferência sobre Integração Africana, organizada por aquela Faculdade, pelo IURIS – Instituto de Investigação Interdisciplinar pelo GAEP – Grémio Angolano de Estudos Políticos
1040. “O estado do Estado de Direito”, conferência proferida em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 27 de junho de 2024, no âmbito de um colóquio subordinado a esse tema geral, promovido pelo IURIS – Instituto de Investigação Interdisciplinar
1041. “Relação Jurídica Fiscal”, módulo ministrado entre 16 e 23 de julho de 2024 (10 horas), no âmbito da 9.^a edição do Mestrado em Direito Fiscal, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
1042. “Direito Constitucional Especial – Função Legislativa e Justiça Constitucional”, módulo ministrado por via telemática entre 6 e 10 de agosto de 2024, no âmbito da 7.^a edição do Curso de Doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, da Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito
1043. “Curso Avançado de Direito Administrativo Angolano”, ministrado nos dias 4, 5, 6, 9, 10 e 12 de setembro de 2024, por via telemática, organizado pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
1044. “Separação de Poderes no Constitucionalismo Moçambicano: que desafios e perspetivas?”, conferência proferida em Maputo, em 16 de setembro de 2024, a convite do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
<https://www.youtube.com/watch?v=6UDR9mOLHPM&t=267s>

1045. “Os desafios do novo Direito Administrativo Angolano” conferência proferida, por via telemática, em 16 de setembro de 2024, no âmbito do Fórum Provincial de Direito, organizado pela Laweventos – Eventos Jurídicos, o qual teve lugar no Huambo (Angola), subordinado ao tema geral “Os desafios atuais do Direito Angolano”
<https://www.youtube.com/watch?v=2SZSYmf78Gc&t=10s>
1046. “Os Direitos Fundamentais em Moçambique Independente: Progressos e Desafios à luz do Direito Comparado Português”, conferência proferida em Maputo, em 17 de setembro de 2024, a convite da Universidade de São Tomás de Aquino de Moçambique
<https://www.youtube.com/watch?v=hEuMmMQ5iwA&t=88s>
1047. “Inteligência Artificial e Direitos Humanos”, palestra inaugural proferida em Nampula, em 18 de setembro de 2024, na 1.ª Conferência sobre “Inteligência Artificial e o Direito”, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique
<https://www.youtube.com/watch?v=aNgYn2eYVR4&t=6s>
1048. “Teoria do Direito – Direito, Justiça e Pluralismo”, módulo ministrado presencialmente em Nampula, entre 18 e 20 de setembro de 2024, no âmbito da 7.ª edição do Curso de Doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Privado, da Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito
1049. “Segurança Interna”, intervenção realizada em Portimão, em 28 de setembro de 2024, no âmbito de um ciclo de conferências organizadas pelo PSD – Partido Social Democrata de Portimão
1050. “Revolução e Direito – XVII Encontro de Professores de Direito Público”, moderação do Painel II, subornado ao Direito Constitucional, o qual teve lugar em Braga, em 4 de outubro de 2024, conjuntamente organizado pela Escola de Direito da Universidade do Minho e pelo JusGov – Centro de Investigação em Justiça e

Governança da Escola de Direito da Universidade do Minho, fazendo parte da Comissão Organizadora os Professores Doutores Fernanda Paula Oliveira, Paulo Canelas de Castro, Ana Rita Gil, Fátima Castro Moreira e Pedro Coutinho

1051. “Fundamentos para a revisão da Constituição de Cabo Verde de 1992”, proferida na Cidade da Praia, em 14 de outubro de 2024, no âmbito das I Jornadas de Justiça – Fórum Internacional de Justiça e Cidadania, organizadas pelo Ministério da Justiça da República de Cabo Verde
<https://www.youtube.com/watch?v=8iNru-8kCj0&t=5s>
1052. “Segurança – um tema do presente e do futuro”, conferência de abertura da 9.^a edição da Pós-Graduação em Criminologia e Investigação Criminal, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, proferida em Lisboa, em 18 de outubro de 2024
1053. “Constitutional Amendments”, 2.^a ed. do “Lisbon Forum”, que teve lugar em Lisboa, a 21 de outubro de 2024, a respeito da revisão da Constituição do Iraque, sob o tema geral “Strengthening the partnership between Iraq and Portugal – a comparative reading of the Constitution”, promovido pela Embaixada da República do Iraque em Portugal, em articulação com o EIDE – Europäisches Institut für Dialog und Entwicklung, a Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa e a CIP – Confederação Empresarial de Portugal
1054. “Segurança e Dignidade nos Estabelecimentos Prisionais de Portugal”, conferência proferida em Braga, em 25 de outubro de 2024, na Escola de Direito da Universidade do Minho, a convite da AEDUM – Associação de Estudantes de Direito da Universidade do Minho
<https://www.youtube.com/watch?v=tuyyIvRfbU0&t=18s>

1055. “Uma nova Constituição da Segurança para Portugal”, conferência proferida em Lisboa, em 29 de outubro de 2024, no IUM – Instituto Universitário Militar, no âmbito da 6.^a do Curso Internacional de Estudos de Segurança Interna, organizado pela Área de Estudos de Segurança Interna e Fenómenos Criminais do Departamento de Estudos Pós-Graduados daquela instituição de ensino superior militar
<https://www.youtube.com/watch?v=NMROe7vfmiY&t=229s>
1056. “A Constituição da República Portuguesa de 1976 e o direito à greve”, conferência proferida em Lisboa, em 3 de novembro de 2024, no âmbito do I Congresso da ASPP/PSP, subordinado ao tema geral “As Forças de Segurança em Democracia – por uma Polícia mais próxima do Cidadão”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nos dias 2 e 3 de novembro de 2024
<https://www.youtube.com/watch?v=kXJmTuunWVv>
1057. Apresentação do livro do Mestre João Pedro Leão, com o título “O Impacto da Inteligência Artificial nos Direitos do Titular de Dados Pessoais: o caso ChatGPT”, lançado em Lisboa, em 5 de novembro de 2024, na livraria Almedina Atrium Saldanha
1058. “Proteção Civil versus Segurança Comunitária”, conferência proferida em Lisboa, em 6 de novembro de 2024, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito da 2.^a Conferência Nacional sobre Políticas Públicas de Proteção Civil, numa organização conjunta do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e do CEIPC – Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil
1059. Intervenção na Abertura do Congresso “Funções Soberanas do Estado: transparência e combate à corrupção”, o qual se realizou em Lisboa, em 7 de novembro de 2024, falando em nome da sua Comissão Científica, de que também faziam parte

o Doutor José Luís da Cruz Vilaça e o Professor Dr. Rui Carlos Pereira, organizado pelos sindicatos da área da Justiça: a ASJP – Associação Sindical dos Juizes Portugueses, a ASFIC – Associação Sindical dos Funcionário da Investigação Criminal da Polícia Judiciária, o SFJ – Sindicato dos Funcionários Judiciais, o SMMP – Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, o STI – Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos e o STRN – Sindicato dos Trabalhadores do Registos e Notariado

1060. “CEISE – Curso de Especialização em Inteligência e Segurança do Estado”, com 12 horas, ministrado por via telemática, nos dias 7, 8, 12 e 14 de novembro de 2024, conjuntamente organizado pelo IDES – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
1061. “Perseguidos e Esquecidos? – Relatório sobre os Cristãos oprimidos por causa da sua Fé”, apresentação do Relatório feita em Lisboa, em 20 de novembro de 2024, a convite da Fundação Ajuda à Igreja de Sofre – Portugal
<https://www.youtube.com/watch?v=XnvXgNlMaTs>
<https://youtu.be/3Wo2fKtuZYU>
<https://fundacao-ais.pt/portugal-tambem-ha-perseguiacao-religiosa-na-europa-disse-bacelar-gouveia-na-apresentacao-do-relatorio-da-ais-em-lisboa/>
1062. “O estatuto constitucional do poder administrativo sancionatório”, conferência proferida em Lisboa, em 21 de novembro de 2024, no 1.º Congresso da Almedina, subordinado ao tema geral “Direito Administrativo Sancionatório”, organizado pelo Professor Doutor Artur Flaminio da Silva
<https://www.youtube.com/watch?v=Q3mgeD2feMI>
1063. “Delimitação dos Espaços Marítimos” e “Exploração do Mar e Segurança Marítima”, conferências proferidas no Funchal, em 22 de novembro de 2024, no âmbito de ação de formação em Direito

Marítimo, organizada pelo Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados

<https://www.youtube.com/watch?v=gR-dHK5E5Fw&t=1s>

<https://www.youtube.com/watch?v=pXi7Djb0l8o&t=1s>

1064. “CEISE – Curso de Especialização em Segurança e Inteligência de Estado de Angola”, com 16 horas, ministrado presencialmente em Luanda, nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2024, conjuntamente organizado pelo IDeS – Instituto de Direito e Segurança e pelo InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade
1065. “Direitos Humanos e Segurança Internacional”, conferência proferida em Lisboa, em 29 de novembro de 2024, na Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, a convite da ELSA Lusófona Lisboa
<https://www.youtube.com/watch?v=focsvEdw9p4>
1066. “Segurança Nacional, Estado e Constituição”, unidade curricular lecionada no 4.º curso do MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola, aulas que tiveram lugar, por via telemática, em 8, 23 e 30 de outubro e 6, 13, 19 e 25 de novembro de 2024
1067. “Segurança Digital – Complexidade num Mundo em Transformação”, intervenção no encontro organizado pela Eco-Digital, que foi para o ar em 4 de dezembro de 2024, no qual também participaram Prof. Doutor João Duque professor catedrático de finanças e Presidente do ISEG, e o Dr. Gonçalo Morgado, diretor-geral da Prosegur Security
<https://www.youtube.com/watch?v=PKu49or-f8o>
1068. “Direitos da Criança: desafios e avanços no contexto atual”, intervenção feita em 10 de dezembro de 2024, por via telemática, no âmbito de Conferência sob o mesmo tema organizada pelo

ISMAT – Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes e seus núcleos de estudantes de Direito e Psicologia

<https://www.youtube.com/watch?v=IEXb4GtKWhY&t=6s>

1069. “Curso de Especialização em Direito, Religião e Sociedade” (CEDiReS), ministrado na sua 2.^a edição, por via telemática, nos dias 5, 11, 12, 17 e 19 de dezembro de 2024, numa organização conjunta do IDES – Instituto de Direito e Segurança e do InsDiSe – Instituto de Estudos sobre Direito e Sociedade

1070. “Constituição e Partidos Políticos”, conferência proferida no Porto, em 17 de janeiro de 2025, no âmbito do Curso Internacional – Jornadas, organizadas pelo IBEROJUR e pela ABRADep – Associação Brasileira de Direito Eleitoral e Político, sob o tema geral “Direito e Ciência Política: os Desafios da Democracia e a Ascensão Antidemocrática na Atualidade”

<https://www.youtube.com/watch?v=NlPF9JkGu7E>

1071. “Curso de Especialização em Estado de Direito e Segurança Nacional” (CEEDSN), ministrado em Luanda, em 20, 21 e 22 de janeiro de 2025, a pedido do Serviço de Inteligência e Segurança Militar (SISM), numa iniciativa do Instituto de Direito e Segurança

1072. “Constitucionalismo Digital e os novos Direitos Fundamentais Digitais”, conferência proferida no Lubango (Angola), em 23 de janeiro de 2025, a convite do Instituto Superior Católico do Lubango (ISuCaL)

https://www.youtube.com/watch?v=Lg-aiS_J338

1073. “Os desafios do novo Direito Administrativo Angolano”, conferência proferida em Moçâmedes (Angola), em 24 de janeiro de 2025, a convite do Conselho Provincial do Namibe da Ordem dos Advogados de Angola

<https://www.youtube.com/watch?v=Oo4vSRL9Rkw&t=320s>

1074. “Problemas e Desafios nas Relações Igreja-Estado”, conferência proferida em Braga, em 29 de janeiro de 2025, por ocasião da Inauguração do Ano Judiciário do Tribunal Eclesiástico Metropolitano Bracarense
<https://www.youtube.com/watch?v=40Kbrwc1mv8&t=8s>
1075. Apresentação do livro de Mulewu Munuma Yôk Clément, com o título “Direito Eclesiástico Angolano”, a qual teve lugar em Lisboa, em 1 de fevereiro de 2025
<https://www.youtube.com/watch?v=hCgzkcSyl5s>
1076. “Curso de Direito Parlamentar e Feitura de Leis”, curso ministrado, por via telemática, nos dias 25 e 27 de fevereiro e 6, 11, 13, 18, 20 e 27 de março de 2025, organizado pela UniPiaget de Cabo Verde
1077. Apresentação do livro da autoria de Jorge Bacelar Gouveia, “Direito da Segurança – Ensinar, Investigar, Servir”, em cerimónia que teve lugar na Almedina Rato, em Lisboa, em 27 de março de 2025, com a presença do Professor Doutor Pedro Bengue, Reitor da ACITE, e do Professor Dr. Rui Carlos Pereira
1078. “Segurança Global – Cenários, Perspetivas e Implicações na Segurança Pública”, conferência proferida em Luanda, em 1 de abril de 2025, a convite do Comandante-Geral da Polícia Nacional de Angola
1079. “Um Direito Constitucional da Religião?”, conferência proferida em Lisboa, em 5 de abril de 2025, no âmbito da 3.^a Conferência Luso-Brasileira de Direito e Religião, organizada pela Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa e pelo Instituto Europeu de Direito e Religião
1080. “Direito Constitucional Regional”, conferência proferida em Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 8

de abril de 2025, no âmbito do I Congresso de Direito Regional, organizado pelo NERA – Núcleo de Estudantes das Regiões Autónomas

1081. “Justiça de Contas e Separação de Poderes na Constituição”, conferência proferida em Luanda, em 11 de abril de 2025, a convite do Presidente do Tribunal de Contas de Angola, no âmbito das Jornadas Técnico-Científicas comemorativas do 24.º aniversário do Tribunal de Contas da República de Angola, sob o tema geral “O Controlo Externo e as Políticas Públicas para a 1.ª Infância”
1082. “Direitos Fundamentais e Natureza”, conferência proferida em Belém (Brasil), em 8 de maio de 2025, no III CONISAF – Congresso Internacional em Sustentabilidade, Ambiente e Direitos Fundamentais, organizado pelo IBEROJUR e pela UNAMA – Universidade da Amazônia

3.

CAPACIDADE PEDAGÓGICA

3.1. FUNÇÕES DOCENTES

(incluindo a publicação de lições e outros materiais didáticos relevantes)

3.1.1. Exercício da atividade docente

- *Monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, nos 4.º e 5.º anos da Licenciatura (1987/1989):
 - **Direito Internacional Público I** (anos letivos 1987/1988 – 1.º semestre; 1988/1989 – 2.º semestre)
 - **Direito da Economia I** (ano letivo 1987/1988 – 2.º semestre)
 - **Direito Constitucional I** (ano letivo 1988/1989 – 1.º semestre)
- *Assistente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa* (1989), não tendo sequer chegado a lecionar por ter sido, entretanto, contratado como assistente estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- *Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, em dois subperíodos: primeiro como assistente estagiário, de 21 de novembro de 1989 a 16 de novembro de 1993 (tendo sido admitido em primeiro lugar no respetivo concurso público, para o efeito apresentando um trabalho apreciado pelo Professor Doutor Fausto de Quadros, sob o

título “A cláusula aberta de direitos fundamentais extradocumentais”, Lisboa, 1989, com 316 páginas); e depois como assistente, de 17 de novembro de 1993 a 30 de setembro de 1997:

- **Ciência Política e Direito Constitucional** (anos letivos 1990/1991; 1992/1993; 1994/1995)
 - **Direito Constitucional I** (anos letivos 1989/1990; 1991/1992)
 - **Direito Internacional Público I** (anos letivos 1989/1990; 1991/1992)
 - **Direito do Mar**, com o encargo de regência (ano letivo 1994/1995 – 1.º semestre)
 - **Regência de disciplinas em cooperação em Moçambique** (ano letivo 1993/1994)
 - Dispensa de serviço docente para doutoramento (1995/1997)
- *Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane – Maputo* (1993/1994), ao abrigo de um acordo de cooperação entre esta Faculdade e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a regência de duas disciplinas:
 - **Ciência Política** (1.º semestre)
 - **Direito Constitucional Geral** (2.º semestre)
 - *Professor Convidado da Academia Militar*, no curso de oficiais da Guarda Nacional Republicana (1994/1995), com a regência da disciplina **Direito Constitucional e Administrativo**, ao abrigo de protocolo celebrado entre esta instituição e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 - *Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (entre 1 de outubro de 1997 e 30 de setembro de 1999), escolhido através de concurso público, tendo obtido o primeiro lugar, conforme deliberação da então Comissão Instaladora, de 21 de julho de 1997 (Ata n.º 35), com o seguinte serviço docente:

- dispensado de serviço docente para conclusão da tese de doutoramento (1997/1998)
- regência da disciplina de **História das Ideias Políticas**, sob a coordenação do Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral (1998/1999)
- *Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (de 1 de outubro de 1999 a 11 de março de 2004, segundo a deliberação da então Comissão Instaladora, de 13 de setembro de 1999, Ata n.º 92), com os seguintes encargos de regência:
 - (i) Ano letivo 1999/2000:
 - **Direito Financeiro** (1.º semestre da licenciatura)
 - **Direito da Igualdade Social** (1.º semestre da licenciatura)
 - **Direito Fiscal I** (2.º semestre da licenciatura)
 - (ii) Ano letivo 2000/2001:
 - **Direito Financeiro** (1.º semestre da licenciatura)
 - **Direito da Igualdade Social** (1.º semestre da licenciatura)
 - **Direito Fiscal I** (2.º semestre da licenciatura)
 - (iii) Ano letivo 2001/2002:
 - **Direito Internacional Público I** (1.º semestre da licenciatura)
 - **Direito Financeiro** (1.º semestre da licenciatura)
 - **Direito Fiscal I** (2.º semestre da licenciatura)
 - **Direito Constitucional** (4.º Programa de Doutoramento e Mestrado, sob o tema geral “Direitos fundamentais”)
 - (iv) Ano letivo 2002/2003:
 - **Direito Administrativo I** (1.º semestre da licenciatura)
 - **Direito Internacional Público I** (1.º semestre da licenciatura)

- **Direito Fiscal I** (2.º semestre da licenciatura)
- **Direito Constitucional** (5.º Programa de Doutoramento e Mestrado, sob o tema geral “O art. 112.º da Constituição Portuguesa e as fontes do Direito”)
- *Professor do Instituto Superior de Educação e Ciências* (anos letivos 1999/2000 e 2000/2001), com a regência da disciplina de **Ética e Política da Educação**, sendo também então coordenador científico da Pós-Graduação “Administração e Gestão Escolar”
- *Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade do Porto* (anos letivos 2000/2001 e 2001/2002), com a regência da disciplina de **Ciência Política** (sempre no 2.º semestre da licenciatura)
- *Professor da Universidade Moderna* (Lisboa) (anos letivos 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2003), sempre com a regência da disciplina de **Direito Constitucional**
- *Professor da Universidade Lusíada de Lisboa* (2002/2008), com as seguintes regências de disciplinas
 - (i) Ano letivo 2002/2003:
 - **Direito Administrativo I** (2.º ano)
 - (ii) Ano letivo 2003/2004:
 - **Direito Constitucional II** (5.º ano)
 - **Direito Internacional Público II** (5.º ano)
 - (iii) Ano letivo 2004/2005:
 - **Direito Constitucional II** (5.º ano)
 - **Direito Internacional Público II** (5.º ano)

(iv) Ano letivo 2005/2006:

- **Direito Internacional Público I** (2.º ano do I Ciclo)

(v) Ano letivo 2006/2007:

- **Direito Internacional Público I** (2.º ano do I Ciclo)
- **Direitos Fundamentais** (II Ciclo)

(vi) Ano letivo 2007/2008:

- **Direitos Fundamentais** (2.º ano do I Ciclo)
- **Direito Internacional Humanitário e Penal** (II Ciclo)

- *Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (desde 12 de março de 2004 até 30 de junho de 2009), com os seguintes encargos de regência:

(i) Ano letivo 2003/2004:

- **Direito Internacional Público I** (1.º semestre da licenciatura)
- **Direito Fiscal I** (1.º semestre da licenciatura)
- **Direito Constitucional II** (2.º semestre da licenciatura)

(ii) Ano letivo 2004/2005:

- **Direito Constitucional I** (1.º semestre da licenciatura)
- **Direito Internacional Público I** (1.º semestre da licenciatura)
- **Direito Constitucional II** (2.º semestre da licenciatura)

(iii) Ano letivo 2005/2006:

- **Direito Constitucional I** (1.º semestre da licenciatura)
- **Direito Internacional Público I** (1.º semestre da licenciatura)
- **Direito Constitucional II** (2.º semestre da licenciatura)

(iv) Ano letivo 2006/2007:

- **Direito Constitucional I** (1.º semestre da licenciatura)
- **Direito Internacional Público I** (1.º semestre da licenciatura)
- **Direito Constitucional II** (2.º semestre da licenciatura)

(v) Ano letivo 2007/2008:

- **Direito Constitucional** (1.º semestre do I Ciclo)
- **Direito Internacional Público** (1.º semestre do I Ciclo)
- **Direito Constitucional Português** (2.º semestre do I Ciclo)
- **Direito Internacional Humanitário** (2.º semestre do II Ciclo)

(vi) Ano letivo 2008/2009:

- **Direito Constitucional** (1.º semestre do I Ciclo)
- **Direito Internacional Público** (1.º semestre do I Ciclo)
- **Direitos Africanos** (2.º semestre do II Ciclo)
- **Direito Público: Responsabilidade civil dos poderes públicos** (III Ciclo)

- *Professor Convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa* (2007, 2008 e 2009), com o encargo da Regência de **Direito Internacional** (2.º semestre), disciplina obrigatória do 1.º ciclo de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais
- *Professor Catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa* (desde 1 de setembro de 2008), com os seguintes encargos de regência:
 - **Direito Constitucional** (I ciclo – 1.º semestre de 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015, 2015/2016)
 - **Direito Internacional Penal** (II ciclo – 2.º semestre de 2008/2009)

- **Direito Internacional Público I** (I ciclo – 2.º semestre: 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025)
 - **Teoria do Direito Constitucional** (I ciclo – 1.º semestre: 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025)
 - **Direito da Segurança** (II – Ciclo – Mestrado em Ciências Jurídico-Policiais, 2022/2023)
- *Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (desde 1 de julho de 2009), com os seguintes encargos de regência:
 - (i) Ano letivo 2009/2010:
 - **Direito Constitucional** (1.º semestre do I Ciclo)
 - **Direito Internacional Público** (1.º semestre do I Ciclo)
 - **Direito Constitucional Português** (2.º semestre do I Ciclo)
 - (ii) Ano letivo 2010/2011:
 - **Direito Público** (III Ciclo)
 - (iii) Ano letivo 2011/2012:
 - **Direito Internacional** (III Ciclo)
 - **Direito Administrativo** (1.º semestre do I Ciclo)
 - (iv) Ano letivo 2012/2013:
 - **Direito Internacional** (III Ciclo)
 - **O Direito e o Pensamento Jurídico** (1.º semestre do I Ciclo)
 - **Direitos Fundamentais** (1.º semestre do I Ciclo)

(v) Ano letivo 2013/2014:

- **Direito Constitucional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Direito Internacional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional** (1.º semestre do I Ciclo)
- **Direitos Fundamentais** (2.º semestre do I Ciclo)
- **Segurança de Estado e Serviços de Informações** (III Ciclo – Direito e Segurança – 2.º semestre)

(vi) Ano letivo 2014/2015:

- **Direito Constitucional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Teoria do Direito** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional** (1.º semestre do I Ciclo – Direito)
- **Direitos Fundamentais** (2.º semestre do I Ciclo – Direito)
- **Segurança de Estado e Serviços de Informações** (III Ciclo – Direito e Segurança – 2.º semestre)

(vii) Ano letivo 2015/2016:

- **Direito Constitucional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Direito Internacional** (III Ciclo – Direito e Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Teoria do Direito** (III Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional** (1.º semestre do I Ciclo – Direito)
- **Segurança de Estado e Serviços de Informações** (III Ciclo – Direito e Segurança – 2.º semestre)

(viii) Ano letivo 2016/2017:

- **Direito Constitucional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)

- **Teoria do Direito** (III Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional** (I Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Segurança de Estado e Serviços de Informações** (III Ciclo – Direito e Segurança – 2.º semestre)
- **Direito Constitucional da Segurança** (II Ciclo – Mestrado em Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Produção de Informações** (II Ciclo – Mestrado em Direito e Segurança – 2.º semestre)

(ix) Ano letivo 2017/2018:

- **Direito Constitucional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Teoria do Direito** (III Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional** (I Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Segurança de Estado e Serviços de Informações** (III Ciclo – Direito e Segurança – 2.º semestre)
- **Direito Constitucional da Segurança** (II Ciclo – Mestrado em Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Produção de Informações** (II Ciclo – Mestrado em Direito e Segurança – 2.º semestre)

(x) Ano letivo 2018/2019:

- **Direito Constitucional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Teoria do Direito** (III Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional** (I Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional Português** (I Ciclo – Direito – 2.º semestre)
- **Direito Internacional Público** (I Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Segurança de Estado e Serviços de Informações** (III Ciclo – Direito e Segurança – 2.º semestre)
- **Estado, Segurança e Constituição** (II Ciclo – Mestrado em Direito e Segurança – 1.º semestre)

- **Produção de Informações** (II Ciclo – Mestrado em Direito e Segurança – 2.º semestre)

(xi) Ano letivo 2019/2020:

- **Direito Administrativo** (I Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional Português** (I Ciclo – Direito – 2.º semestre)
- **Direito Internacional Público** (I Ciclo – Direito – 1.º semestre)
- **Estado, Segurança e Constituição** (II Ciclo – Mestrado em Direito e Segurança – 1.º semestre)

(xii) Ano letivo 2020/2021:

- **Direito Constitucional** (III Ciclo – Direito e Segurança – 1.º semestre)
- **Dispensa de serviço docente no 2.º semestre**

(xiii) Ano letivo 2021/2022:

- **Dispensa de serviço docente no 1.º semestre**
- **Direito Constitucional Português** (I Ciclo – Direito – 2.º semestre)

(xiv) Ano letivo 2022/2023:

- **Direito Internacional Público Avançado** (II Ciclo – Mestrado em Direito – especialidades de Direito Internacional e Europeu e Direito Social e Inovação)
- **Direito Constitucional Português** (I Ciclo – Direito – 2.º semestre)
- **Direitos Fundamentais** (I Ciclo – Direito – 2.º semestre)

(xv) Ano letivo 2023/2024:

- **Direito Internacional Público** (I Ciclo – Licenciatura em Direito)
- **Direito Constitucional Português** (I Ciclo – Direito – 2.º semestre)
- **Direitos Fundamentais** (I Ciclo – Direito – 2.º semestre)

(xvi) Ano letivo 2024/2025:

- **Direito Constitucional** (I Ciclo – Licenciatura em Direito – 1.º semestre)
- **Direito Constitucional Português** (I Ciclo – Direito – 2.º semestre)

3.1.2. Publicações científicas de valor didático: lições e escritos didáticos

- 3.1.2.1. *Manual de Direito Internacional Público*, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 2003 (ISBN 978-972-40-2019-8)
- 3.1.2.2. *Ensinar Direito Constitucional*, Livraria Almedina, Coimbra, 2003 (ISBN 978-972-40-2054-9)
- 3.1.2.3. *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2004 (ISBN 978-972-40-2326-7)
- 3.1.2.4. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 2005 (1.º vol. ISBN 978-972-40-2620-6; 2.º vol. ISBN 978-972-40-2621-3)
- 3.1.2.5. *Ensinar Direito Internacional Público*, Livraria Almedina, Coimbra, 2006 (ISBN 978-972-40-2841-5)
- 3.1.2.6. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2007 (1.º vol. ISBN 978-972-40-3294-8; 2.º vol. ISBN 978-972-40-3295-5)

- 3.1.2.7. *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2008 (ISBN 978-972-40-3435-5) (com uma reimpressão)
- 3.1.2.8. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2009 (1.º vol. ISBN 978-972-40-3953-4; 2.º vol. ISBN 978-972-40-3954-1) (com uma reimpressão)
- 3.1.2.9. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2011 (1.º vol. ISBN 978-972-40-4680-8; 2.º vol. ISBN 978-972-40-4681-5)
- 3.1.2.10. *Direito Internacional da Segurança*, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 2013 (ISBN 978-972-40-5372-1) (Ebook ISBN 978-972-40-5397-4)
- 3.1.2.11. *Manual de Direito Internacional Público*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2013 (ISBN 978-972-40-5371-4)
- 3.1.2.12. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2013 (1.º vol. ISBN 978-972-40-5393-6; 2.º vol. ISBN 978-972-40-5394-3)
- 3.1.2.13. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 6.^a ed., Almedina, Coimbra, 2016 (1.º vol. ISBN 978-972-40-6795-7, com 3 reimpressões; 4.^a reimpressão setembro de 2020; 2.º vol. ISBN 978-972-40-6796-4, com 2 reimpressões, e uma reimpressão em novembro de 2020)
- 3.1.2.14. *Manual de Direito Internacional Público*, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2017 (ISBN 978-972-40-6974-6) (1.^a reimpressão de 2019) (2.^a reimpressão em setembro de 2020)
- 3.1.2.15. *Direito da Segurança*, Almedina, 1.^a ed., Coimbra, 2018 (ISBN 978-972-40-7492-4)

- 3.1.2.16. *Direito da Segurança*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2020 (ISBN 978-972-40-8685-9; Ebook 978-972-40-9465-6)
- 3.1.2.17. *Manual de Direito Constitucional*, I e II volumes, 7.^a ed., Almedina, Coimbra, 2021 (1.^o vol. ISBN 978-972-40-9849-4; 2.^o vol. ISBN 978-972-40-9850-0; 1.^a reimpressão do 1.^o vol. ISBN 978-972-40-9849-4)
- 3.1.2.18. *Direito Internacional da Segurança*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2022 (ISBN 978-989-40-0566-7) (Ebook ISBN 978-989-40-0602-2)
- 3.1.2.19. *Manual de Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Almedina, Coimbra, 2022 (ISBN 978-989-40-0797-5) (1.^a reimpressão em julho de 2023, ISBN 978-989-400797-5)
- 3.1.2.20. *Direitos Fundamentais – Teoria Geral e Dogmática da Constituição Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 2023 (ISBN 978-989-40-1091-3, Ebook 978-989-40-1092-0)
- 3.1.2.21. *Direito da Religião – Laicidade, Pluralismo e Cooperação nas Relações Igreja/Estado*, Almedina, Coimbra, 2024 (ISBN 978-989-40-2032-5)
- 3.1.2.22. *Direito da Segurança – Ensinar, Investigar, Servir*, Almedina, Coimbra, 2025 (ISBN 978-989-40-2415-6)

3.1.3. Publicações de valor didático: coletâneas de textos e documentos de apoio

- 3.1.3.1. *Legislação de direitos fundamentais*, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 1991 (ISBN 978-972-40-0617-8)
- 3.1.3.2. *Organizações internacionais – textos fundamentais*, 1.^a ed., AAFDL, Lisboa, 1992

- 3.1.3.3. *Timor-Leste – resoluções das Nações Unidas*, 1.^a ed., AAFDL, Lisboa, 1992
- 3.1.3.4. *Casos Práticos de Direito Internacional Público I*, AAFDL, Lisboa, 1993
- 3.1.3.5. *Timor-Leste – textos jurídicos fundamentais*, 2.^a ed., AAFDL, Lisboa, 1993
- 3.1.3.6. *As Constituições dos Estados Lusófonos*, 1.^a ed., Editorial Notícias e Aequitas, Lisboa, 1993
- 3.1.3.7. *Textos Fundamentais de Direito Internacional*, 1.^a ed., Editorial Notícias e Editorial Aequitas, Lisboa, 1993 (ISBN 972-9485-18-6; ISBN 972-46-0617-1)
- 3.1.3.8. *Acordos de cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, 1.^a ed., Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 1994
- 3.1.3.9. *Legislação de Direito Constitucional*, Livraria Minerva Central, Maputo, 1994
- 3.1.3.10. *Legislação Eleitoral*, Livraria Arco-Íris e Edições Cosmos, Lisboa, 1995 (ISBN – 972-8119-31-3 | ISBN 972-8081-83-9)
- 3.1.3.11. *Organizações internacionais – textos fundamentais*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 1995 (ISBN 978-972-40-0861-5)
- 3.1.3.12. *Código Civil e Legislação Complementar* (com Susana Brito e Arão Feijão Massangai), 1.^a ed., Banco Comercial Português, Maputo, 1996
- 3.1.3.13. *Código Penal e Legislação Complementar* (com Emídio Ricardo Nhamissitane), 1.^a ed., Banco Comercial Português, Maputo, 1996

- 3.1.3.14. *Código Comercial e Legislação Complementar* (com Lúcia da Luz Ribeiro), 1.^a ed., Banco Comercial Português, Maputo, 1996
- 3.1.3.15. *Constituição da República Portuguesa e Legislação Complementar*, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 1997 (ISBN 978-972-40-1046-5)
- 3.1.3.16. *Acordos de cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, 2.^a ed., Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 1998
- 3.1.3.17. *Textos Fundamentais de Direito Internacional*, 2.^a ed., Editorial Notícias, Lisboa, 1999
- 3.1.3.18. *Legislação de Direito Financeiro*, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 1999 (ISBN 978-972-40-1264-3)
- 3.1.3.19. *As Constituições dos Estados Lusófonos*, 2.^a ed., Editorial Notícias, Lisboa, 2000
- 3.1.3.20. *Código Civil e Legislação Complementar* (com Susana Brito e Arão Feijão Massangai), 2.^a ed., Banco Comercial Português, Maputo, 2000
- 3.1.3.21. *Código Comercial e Legislação Complementar* (com Lúcia da Luz Ribeiro), 2.^a ed., Banco Comercial Português, Maputo, 2000
- 3.1.3.22. *As Constituições dos Estados da União Europeia*, VisLis Editores, Lisboa, 2000 (ISBN 972-52-0086-1)
- 3.1.3.23. *Código Penal e Legislação Complementar* (com Emídio Ricardo Nhamissitane), 2.^a ed., Banco Comercial Português, Maputo, 2000

- 3.1.3.24. *Direito da Igualdade Social – fontes normativas*, VisLis Editores, Lisboa, 2000 (ISBN 972-52-0105-1)
- 3.1.3.25. *Direito da Igualdade Social – guia de estudo*, AAFDL, Lisboa, 2000
- 3.1.3.26. *Constituição da República Portuguesa e Legislação Complementar*, 2.^a ed., Âncora Editora, Lisboa, 2001
- 3.1.3.27. *Direito Fiscal – guia de estudo*, 1.^a e 2.^a eds., Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, Lisboa, 2001
- 3.1.3.28. *Legislação de Direito Financeiro*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2002 (ISBN 978-972-40-1781-5)
- 3.1.3.29. *Direito Fiscal – guia de estudo*, 3.^a ed., Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, Lisboa, 2002
- 3.1.3.30. *Direito Financeiro – guia de estudo*, 1.^a ed., Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, Lisboa, 2002
- 3.1.3.31. *Textos Fundamentais de Direito Internacional*, 3.^a ed., Editorial Notícias, Lisboa, 2002 (ISBN 972-46-1106-X)
- 3.1.3.32. *Direito Internacional Público – elementos de estudo*, 1.^a e 2.^a eds., Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, Lisboa, 2002
- 3.1.3.33. *Direito Financeiro – guia de estudo*, 2.^a ed., Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, Lisboa, 2003

- 3.1.3.34. *Direito Fiscal – guia de estudo*, 4.^a ed., Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, Lisboa, 2003
- 3.1.3.35. *Legislação de Direito Financeiro*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2003 (ISBN 978-972-40-1986-4)
- 3.1.3.36. *Direito Internacional Público – elementos de estudo*, 3.^a ed., AAFDL, Lisboa, 2003
- 3.1.3.37. *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 2003 (ISBN 978-972-40-1993-2)
- 3.1.3.38. *Legislação de direitos fundamentais*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2004 (ISBN 978-972-40-2230-7)
- 3.1.3.39. *Textos Fundamentais de Direito Internacional*, 4.^a ed., Editorial Notícias, Lisboa, 2004 (ISBN 972-46-1106-X)
- 3.1.3.40. *Legislação de Direito Financeiro*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2004 (ISBN 978-972-40-2327-4) (com uma reimpressão em 2005)
- 3.1.3.41. *Legislação de Direito Constitucional*, 1.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2005
- 3.1.3.42. *Direito Internacional Público – Textos Fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2005 (ISBN 972-32-1347-8)
- 3.1.3.43. *Legislação de Direito da Religião* (com M. Saturino da Costa Gomes e Fernando Soares Loja), Coimbra Editora, Coimbra, 2006 (ISBN 978-972-32-1426-0)
- 3.1.3.44. *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2006 (ISBN 978-972-40-2879-8)

- 3.1.3.45. *Direito Internacional Humanitário – introdução e textos fundamentais*, Livraria Almedina, Coimbra, 2006 (ISBN 978-972-40-2979-5)
- 3.1.3.46. AAVV, *Estudos de Direito Aéreo* (organização de Jorge Bacelar Gouveia), Almedina, Coimbra, 2007 (ISBN 978-972-40-3178-1)
- 3.1.3.47. *Legislação de Direito Constitucional*, 2.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007
- 3.1.3.48. AAVV, *Estudos de Direito e Segurança*, I (organização de Jorge Bacelar Gouveia e Rui Pereira), Almedina, Coimbra, 2007 (ISBN 978-972-40-3053-1) (reimpressão ISBN 978-972-40-5822-1)
- 3.1.3.49. *Leis de Direito da Segurança* (com Rui Carlos Pereira, Arménio Marques Ferreira e Virgílio Teixeira), 1.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007 (ISBN 978-972-32-11486-4)
- 3.1.3.50. AAVV, *IV Conferência dos organismos de fiscalização dos serviços de informações da União Europeia* (organização de Jorge Bacelar Gouveia), Assembleia da República, Lisboa, 2010
- 3.1.3.51. AAVV, *I Congresso do Direito de Língua Portuguesa* (organização de Jorge Bacelar Gouveia), Almedina, Coimbra, 2010 (ISBN 978-972-40-4264-0) (Ebook ISBN 978-972-40-5619-7)
- 3.1.3.52. *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, 1.^a ed., Almedina, Coimbra, 2011 (ISBN 978-972-40-4473-6; reimpressão em 2012, ISBN 978-972-40-4473-6)
- 3.1.3.53. *Constituição da República Portuguesa e Legislação Complementar*, Wolters Kluwer, Lisboa, 2012 (ISBN 978-972-8990-85-5)

- 3.1.3.54. *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2012 (ISBN 978-972-40-4758-4)
- 3.1.3.55. *Legislação de Direito Constitucional*, 3.^a ed., Quid Juris, Lisboa, 2013 (ISBN 978-972-724-634-2)
- 3.1.3.56. *Legislação de Direito Constitucional de Angola* (com Raul Araújo), IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Lisboa-Luanda, 2014 (ISBN 978-989-97857-3-1)
- 3.1.3.57. *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2014 (ISBN 978-972-40-5584-8; 1.^a reimpressão, ISBN 978-972-40-5584-8; 2.^a reimpressão em 2015, ISBN 978-972-40-5584-8)
- 3.1.3.58. *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2014 (ISBN 978-972-40-5823-8) (Ebook ISBN 978-972-40-5851-1)
- 3.1.3.59. *Leis de Direito da Segurança* (com Rui Carlos Pereira, Arménio Marques Ferreira e Virgílio Teixeira), 2.^a ed., Quid Juris, Lisboa, 2014 (ISBN 978-972-724-679-3)
- 3.1.3.60. *Legislação de Direito Fiscal* (organização de Jorge Bacelar Gouveia e Mário Ramos Pereira Silva), FDJ & Edições ISCJS, Praia, 2014 (ISBN 978-989-99048)
- 3.1.3.61. *Direito da Religião – textos fundamentais* (com M. Saturino da Costa Gomes e Fernando Soares Loja), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2015 (ISBN 978-972-27-2363-3)
- 3.1.3.62. *Novo Código do Procedimento Administrativo e Legislação Complementar*, 1.^a ed., Quid Juris, Lisboa, 2015 (ISBN 978-972-724-704-2)

- 3.1.3.63. *Novo Código do Procedimento Administrativo e Legislação Complementar*, 2.^a ed., Quid Juris, Lisboa, 2016 (ISBN 978-972-724-732-5)
- 3.1.3.64. *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2016 (ISBN 978-972-40-6471-0)
- 3.1.3.65. *Leis de Direito da Segurança* (com Rui Carlos Pereira, Arménio Marques Ferreira e Virgílio Teixeira), 3.^a ed., Quid Juris, Lisboa, 2016 (ISBN 978-972-724-754-7)
- 3.1.3.66. *Novo Código do Procedimento Administrativo e Legislação Complementar*, 4.^a ed., Quid Juris, Lisboa, 2017 (ISBN 978-972-724-772-1)
- 3.1.3.67. *Constituição da República Portuguesa e Legislação Complementar*, 1.^a ed., Petrony Editora, Lisboa, 2018 (ISBN 978-972-685-257-5)
- 3.1.3.68. *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2018 (ISBN 978-972-40-6936-4; 1.^a reimpressão em 2018, 2.^a reimpressão em 2019, 3.^a reimpressão em novembro de 2020)
- 3.1.3.69. *Branqueamento de Capitais e Beneficiário Efetivo – Introdução e Legislação* (com Júlio Elvas Pinheiro), Petrony, Lisboa, 2019 (ISBN 978-972-685-275-9)
- 3.1.3.70. *Leis do Direito Administrativo*, Almedina, Coimbra, 2020 (ISBN 978-972-40-8667-5)
- 3.1.3.71. *Constituição da República Portuguesa e Legislação Complementar*, 2.^a ed., Petrony Editora, Lisboa, 2021 (ISBN 978-972-685-305-3)

- 3.1.3.72. *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2021 (ISBN 978-972-40-9978-1, 1.^a reimpressão em novembro de 2022)
- 3.1.3.73. *Legislação de Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2023 (ISBN 978-989-40-1542-0, Ebook 978-989-40-1543-7)
- 3.1.3.74. *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Almedina, Coimbra, 2023 (ISBN 978-989-40-1348-8, Ebook 978-989-40-1349-5) (reimpressões: ISBN 978-972-40-6936-4; ISBN 978-972-40-9978-1; Ebook 978-989-40-00008-2)

3.1.4. Cursos de natureza académica de que foi fundador

Toda a atividade académica que tem sido desenvolvida distribuiu-se pelo ensino nos diversos graus académicos de licenciatura, mestrado e doutoramento, além de ter sempre havido a especial preocupação pela proposta de cursos novos, de que são exemplo os seguintes:

- *Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado com duas turmas, uma geral e outra especial para a formação dos oficiais superiores da GNR, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em parceria com a Guarda Nacional Republicana, por protocolo estabelecido entre a FDUNL e a GNR (2006-2020);
- *Doutoramento em Direito em Moçambique*, conjuntamente ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e pela Escola Superior de Direito do Instituto Superior e Ciências e Tecnologia, havendo um duplo grau académico conferido pelas duas instituições (2009-2016);

- *Doutoramento em Direito em Angola*, conjuntamente ministrado Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, com um duplo grau académico conferido pelas duas instituições (2012-2020);
- *Mestrado em Direito Fiscal em Angola*, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (desde 2015);
- *Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2014-2020);
- *Mestrado em Direito e Economia do Mar*, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2014-2019);
- *Doutoramento em Direito em Moçambique*, ministrado pela Universidade Católica de Moçambique (desde 2017);
- *Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência*, ministrado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (2018-....);
- *Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (2025-....).

3.1.5. Cargos e funções de natureza académica no âmbito da docência

- *Coordenador do SPEED – Seminário Permanente sobre o Estado e o Estudo do Direito da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (ano letivo 2004/2005)
- *Coordenador da I Pós-Graduação em Direito Aéreo e Direito Espacial*, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2004/2005
- *Fundador e Coordenador dos I Estudos Avançados (Pós-Graduação e Mestrado) em “Direito e Segurança”*, (depois reconhecido como

Mestrado em Direito e Segurança) no ano letivo 2005/2006, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo e pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law

- *Coordenador de um Curso de Atualização em Direito da União Europeia*, promovido pela Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, através do Centro de Formação da Administração Pública dos Açores da Direcção Regional de Organização e Administração Pública, o qual teve lugar em Angra do Heroísmo, respetivamente em 26 e 27 de junho de 2006
- *Coordenador da II Pós-Graduação em Direito Aéreo*, que teve lugar no Outono de 2006 (outubro-dezembro de 2006), na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com estes quatro módulos:
 - 1) Direito Aéreo Internacional;
 - 2) Direito do Mercado Aéreo;
 - 3) Aérea.
 - 4) Direito dos Aeroportos;
 - 5) Direito da Regulamentação Profissional da Aviação e da Segurança
- *Coordenador do II Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado no âmbito do CPOS da GNR – Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana (2006/2007)
- *Coordenador do III Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado no âmbito do CPOS da GNR – Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana (2007/2008)
- *Coordenador do IV Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da

Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, pelo OSCOT – Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo – e pela JurisNova – Associação da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (2008/2009)

- *Coordenador do V Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado no âmbito do CPOS da GNR – Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana (2008/2009)
- *Coordenador do I DDM – Curso de Doutoramento em Direito em Moçambique*, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (2008-2012)
- *Coordenador do VI Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado no âmbito do CPOS da GNR – Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana e em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (2009/2010)
- *Coordenador do Mestrado em Ciências Jurídicas e em Direito Empresarial* do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (2010-2014)
- *Coordenador do VII Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (2010/2011)
- *Coordenador do VIII Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado no âmbito do CPOS da GNR – Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana e em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (2010/2011)

- *Coordenador do I Curso de Doutoramento em Direito em Angola*, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (2011-2014)
- *Coordenador do IX Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (2011/2012)
- *Coordenador do X Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado no âmbito do CPOS da GNR – Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e com o Instituto de Estudos Superiores Militares (2011/2012)
- *Coordenador do XI Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (2012/2013)
- *Coordenador do XII Curso de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado no âmbito do CPOS da GNR – Curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana, em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e com o Instituto de Estudos Superiores Militares (2012/2013)
- *Coordenador do Mestrado em Ciências Jurídicas* do ISCTAC – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande (2013-2018)
- *Coordenador (com Elisa Rangel Nunes) dos I, II, III, IV, V, VI e VII Cursos de Mestrado em Direito Fiscal*, ministrados pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em parceria com o IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019 e 2021)

- *Coordenador dos XIII e XIV Cursos de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2013/2014, o segundo em parceria com a GNR
- *Coordenador do I Curso de Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no ano letivo 2013/2014
- *Coordenador do II Curso de Doutoramento em Direito em Angola*, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (2016-2019)
- *Coordenador dos XV e XVI Cursos de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2014/2015, uma das suas turmas em parceria com o IESM/GNR
- *Coordenador do Curso sobre o Novo Código do Procedimento Administrativo*, solicitado pelo IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
- *Coordenador dos XVII e XVIII Cursos de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2015/2016, uma das suas turmas em parceria com o IESM/GNR
- *Coordenador do II Curso de Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no ano letivo 2014/2015
- *Coordenador Científico do Programa de Doutoramento em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique* (1.^a edição – 2016-2018; 2.^a edição – 2018-2019; 3.^a edição – 2020-2021; 4.^a edição – 2021-2022; 5.^a edição – 2022-2023)

- *Coordenador dos I, II, III, IV e V Cursos de Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar*, ministrados na Faculdade de Direito das Universidade Nova de Lisboa, nos anos letivos 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020
- *Coordenador do III Curso de Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito das Universidade Nova de Lisboa, no ano letivo 2015/2016
- *Coordenador dos XIX e XX Cursos de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2016/2017, uma das suas turmas em parceria com o IESM/GNR
- *Coordenador do IV Curso de Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito das Universidade Nova de Lisboa, no ano letivo 2016/2017
- *Coordenador dos XXI e XXII Cursos de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2017/2018, uma das suas turmas em parceria com o IESM/GNR
- *Coordenador do V Curso de Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito das Universidade Nova de Lisboa, no ano letivo 2017/2018
- *Coordenador do VI Curso de Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito das Universidade Nova de Lisboa, no ano letivo 2018/2019
- *Coordenador dos XXIII e XXIV Cursos de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2018/2019, uma das suas turmas em parceria com o IUM/GNR

- *Coordenador Científico do I MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência*, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (2019-2020)
- *Coordenador do VII Curso de Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, no ano letivo 2019/2020
- *Coordenador dos XXV e XXVI Cursos de Mestrado em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, no ano letivo 2019/2020, uma das suas turmas em parceria com o IUM/GNR
- *Coordenador do VIII Curso de Doutoramento em Direito e Segurança*, ministrado na Faculdade de Direito das Universidade Nova de Lisboa, no ano letivo 2020/2021 (1.º semestre)
- *Coordenador Científico do II MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência*, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (2021-2022)
- *Coordenador Científico do III MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência*, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (2022-2023)
- *Coordenador Científico do IV MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência*, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (2024-2025)

3.2. PARTICIPAÇÃO EM JÚRIS DE PROVAS ACADÉMICAS COMO MEMBRO, PRESIDENTE OU ARGUENTE E NOUTROS JÚRIS ACADÉMICOS RELEVANTES

3.2.1. Participação em Provas de Doutoramento

1. Membro do júri das provas de doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais, com as funções de 1.º arguente, do Mestre José Luís de Moura Martins Jacinto, que apresentou uma tese intitulada “O trabalho e as relações internacionais – a função do Direito Internacional do Trabalho”, presidido pelo Professor Doutor António Espinho Romão, e também integrado pelos Professores Doutores Narana Sinai Coissoró, Adelino Maltez, António Vasconcelos Saldanha, Pedro Romano Martinez (2.º arguente) e Manuel de Almeida Ribeiro, as quais tiveram lugar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, em 23 de Abril de 2001, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade
2. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, do Mestre Paulo Pulido Adragão, que apresentou uma tese intitulada “A liberdade religiosa e o Estado”, presidido pelo Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores José Joaquim Gomes Canotilho, Fernando Catroga (1.º arguente), José Carlos Vieira de Andrade, Maria Lúcia Amaral Pinto Correia e o Licenciado José de Sousa Brito, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de dezembro de 2001, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por unanimidade
3. Membro do júri das provas de doutorado em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de 1.º arguente, do Mestre Hélio Sílvio Ourém Campos, que apresentou uma

dissertação intitulada “A Constituição Brasileira de 1988 e o princípio da segurança jurídica no âmbito das medidas provisórias tributárias”, presidido pelo Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa (orientador), e também integrado pelos Professores Doutores José Luís Saldanha Sanches (2.º arguente), Vasco Pereira da Silva e Dário Moura Vicente, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 3 de abril de 2002, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção”, 16 valores, por unanimidade

4. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, com as funções de 1.º arguente, da Mestra Rosa Maria de Sousa Martins Rocha, que apresentou uma tese intitulada “O Fundo do Mar – Património Comum da Humanidade”, presidido pelo Reitor da Universidade Portucalense, Professor Doutor Francisco da Costa Durão, e também integrado pelos Professores Doutores Joaquim da Silva Cunha (orientador), Humberto Baquero Moreno, João Ruiz Almeida Garrett, Guilherme de Oliveira e Manuel de Almeida Ribeiro (2.º arguente), as quais tiveram lugar na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, em 5 de julho de 2002, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Distinção”, por unanimidade
5. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, do Mestre Nuno Cardoso Piçarra, que apresentou uma tese intitulada “O inquérito parlamentar e os seus modelos constitucionais – o caso português”, presidido pelo Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Jorge Miranda (1.º arguente), José Joaquim Gomes Canotilho, Marcelo Rebelo de Sousa, João Caupers e Maria Lúcia Amaral (2.ª arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de outubro de 2003, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade

6. Membro do júri das provas de doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, na especialidade de Ecologia Humana, com as funções de arguente, do Mestre António Carvalho Martins, que apresentou uma tese intitulada “Fiscalidade e Ambiente – pressuposto ordenador de matriz disciplinar global em Ecologia Humana”, presidido pelo Professor Doutor José Esteves Pereira, por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Joaquim Manuel Nazaré, Rui Junqueira Lopes, Diogo Freitas do Amaral, José Manuel Pureza, Vasco Pereira da Silva, Teresa Santos Veiga e José da Cruz Lopes, as quais tiveram lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 21 de setembro de 2004, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom”, por maioria
7. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de História do Direito, da Licenciada Ana Cristina Nogueira da Silva, que apresentou uma tese intitulada “Cidadania nos Trópicos – o Ultramar no Constitucionalismo Monárquico Português (1820-c.1880)”, presidido pelo Professor Doutor António Manuel Hespanha, por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Adriano Moreira (1.º arguente), Carlos Petit (2.º arguente), José Valentim Alexandre, Diogo Freitas do Amaral e Armando Marques Guedes, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de junho de 2005, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por unanimidade
8. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de 2.º arguente, do Licenciado Tiago Pires Duarte, que apresentou uma tese intitulada “A Lei por detrás do Orçamento: a questão constitucional da Lei do Orçamento”, presidido pelo Professor Doutor António Manuel Hespanha, por delegação do Reitor da Universidade Nova de

Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Eduardo Paz Ferreira, Vital Martins Moreira (orientador), Rui Medeiros (1.º arguente), João Caupers e Maria Lúcia Amaral, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de novembro de 2005, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade

9. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de 2.º arguente, da Licenciada Andreia Sofia Pinto de Oliveira, que apresentou uma tese intitulada “O direito de asilo na Constituição Portuguesa – âmbito de proteção de um direito fundamental”, presidido pelo Professor Doutor António Manuel Hespanha, por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores José Carlos Vieira de Andrade, Vasco Pereira da Silva, Pedro Bacelar de Vasconcelos (orientador), Constança Urbano de Sousa (1.º arguente), João Caupers e Maria Teresa Pizarro Beleza, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 6 de fevereiro de 2006, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Distinção”, por unanimidade
10. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, da Mestra Helena Pereira de Melo, que apresentou uma tese intitulada “Implicações Jurídicas do Projeto do Genoma Humano: constituirá a discriminação genética uma nova forma de *apartheid*?”, presidido pelo Professor Doutor José Rueff Tavares, por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Guilherme Falcão de Oliveira, Rui Nunes (1.º arguente), João Caupers (2.º arguente), Maria Teresa Pizarro Beleza, Maria Helena Brito e José João Abrantes, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 6 de julho de 2006, tendo a candidata alcançado a

classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por maioria

11. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de 1.º arguente, do Mestre Rudolfo Viana Pereira, que apresentou uma tese intitulada “Controle, Constituição e Democracia – o controlo social do processo eleitoral como elemento de uma teoria democrática do controlo constitucional”, presidido pelo Professor Doutor António Pinto Monteiro, por delegação do Reitor da Universidade de Coimbra, e também integrado pelos Professores Doutores Marcelo Rebelo de Sousa, José Joaquim Gomes Canotilho (orientador), Fernando José Pinto Bronze, Vital Martins Moreira, João Carlos Gonçalves Loureiro (2.º arguente) e Maria Benedita Malaquias Pires Urbano, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 11 de abril de 2007, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por maioria
12. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de 1.º arguente, do Mestre Joaquim Marques de Oliveira, que apresentou uma tese intitulada “Subsídios para o estudo da delimitação e jurisdição dos espaços marítimos em Angola”, presidido pelo Reitor da Universidade de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Jorge Miranda, Marcelo Rebelo de Sousa (orientador e 2.º arguente), Fausto de Quadros, Paulo Otero e Manuel Januário da Costa Gomes, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 4 de maio de 2007, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por maioria (16 valores)
13. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, com as funções de orientador e arguente, do Mestre Carlos Henrique Soares, que apresentou uma tese intitulada “*A Coisa Julgada*”

Constitucional – Justiça, Segurança Jurídica e Verdade”, presidido pelo Professor Doutor José Marcos Rodrigues Vieira, e também integrado pelos Professores Doutores Ronaldo Brêtas C. Dias, Jason Soares de Albergaria Neto e Bernardo Gonçalves A. Fernandes, as quais tiveram lugar na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte (Brasil), em 30 de abril de 2008, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado, com 100 pontos”, por unanimidade

14. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de 1.º arguente, do Mestre Raul Carlos Vasques Araújo, que apresentou uma tese intitulada “O Presidente da República no sistema político de Angola”, presidido pelo Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor António Avelãs Nunes, e também integrado pelos Professores Doutores Pedro Bacelar de Vasconcelos, António Jorge Reis Novais, José Joaquim Gomes Canotilho, José Carlos Vieira de Andrade, Fernando Pinto Bronze, Vital Martins Moreira (orientador), Jónatas Eduardo Mendes Machado (2.º arguente) e Maria Benedita Malaquias Pires Urbano, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 8 de maio de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de Aprovado com Distinção, por maioria (17 valores)
15. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Económico e Financeiro, com as funções de 1.º arguente, do Licenciado João Sérgio Feio Antunes Ribeiro, que apresentou uma tese intitulada “Tributação presuntiva do rendimento – um contributo para reequacionar os métodos indiretos de determinação da matéria coletável”, presidido pelo Professor Doutor António Manuel Hespanha, por delegação da Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores José Casalta Nabais, Wladimir Brito, Manuel Pita, Rui Duarte Morais (2.º arguente) e Tiago Duarte, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de

Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de outubro de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade

16. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Económico e Financeiro, com as funções de 1.º arguente, da Licenciada Rita Calçada Pires, que apresentou uma tese intitulada “Tributação Internacional do Rendimento Empresarial gerado através do comércio eletrónico”, presidido pelo Professor Doutor António Manuel Hespanha, por delegação da Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Manuel Carlos Lopes Porto, José Casalta Nabais, Eduardo Paz Ferreira, Joaquim Freitas Rocha (2.º arguente), João Caupers e Tiago Duarte, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 5 de novembro de 2009, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por unanimidade
17. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, do Licenciado Francisco Maria Gil Fernandes Pereira Coutinho, que apresentou uma tese intitulada “Os Tribunais Nacionais na Ordem Jurídica Comunitária: o caso português”, presidido pelo Professor Doutor António Manuel Hespanha, por delegação da Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Maria Luísa Conceição Duarte (1.º arguente), Pedro Coutinho Magalhães, Alessandra Aparecida Sousa Silveira, Armando Marques Guedes (2.º arguente) e Nuno José Cardoso da Silva Piçarra, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de dezembro de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade
18. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Processuais, do Licenciado

Inácio Magalhães Filho, que apresentou uma tese intitulada “Uma Proposta de Judicialização dos Tribunais de Contas do Brasil – Análise Comparativa dos Órgãos de Controle no Direito Comparado, com ênfase nos Modelos Português e Brasileiro”, presidido pelo Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, Professor Doutor Justino Mendes de Almeida, e também integrado pelos Professores Doutores António Carlos dos Santos (1.º arguente – Universidade Autónoma de Lisboa), João Catarino (2.º arguente – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa), Ana Cristina Roque (orientadora – Universidade Autónoma de Lisboa), Jorge Bacelar Gouveia (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law) e Armindo Saraiva Matias (Universidade Autónoma de Lisboa), as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 15 de abril de 2010, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

19. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, do Mestre Sérgio Domingos, que apresentou uma tese intitulada “A Função Social da Adoção diante dos Novos Desafios Jurídicos”, presidido pelo Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, Professor Doutor Justino Mendes de Almeida, e também integrado pelos Professores Doutores Diogo Leite de Campos (1.º arguente – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), Jorge Duarte Pinheiro (2.º arguente – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), Fernando José Silva (orientador – Universidade Autónoma de Lisboa), Ana Cristina Roque (Universidade Autónoma de Lisboa) e Jorge Bacelar Gouveia (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law), as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 16 de abril de 2010, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade

20. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de 1.º arguente, do Mestre Rogério Magnus Varela Gonçalves, que apresentou uma tese intitulada “Direito Constitucional da Religião: análise dogmático-constitucional da liberdade religiosa em Portugal e no Brasil”, presidido pelo Professor Doutor António Santos Justo, por delegação da Reitor da Universidade de Coimbra, e também integrado pelos Professores Doutores José Joaquim Gomes Canotilho, José Carlos Vieira de Andrade, José Casalta Nabais, José Sousa Ribeiro, Jónatas Machado (2.º arguente) e João Loureiro, tendo ainda nele participado o Licenciado José de Sousa Brito, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 15 de outubro de 2010, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por maioria
21. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, do Mestre Carlos Maria Feijó, que apresentou uma tese intitulada “A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana”, presidido pelo Professor Doutor Rui Pinto Duarte, por delegação da Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores José Joaquim Gomes Canotilho, Marcelo Rebelo de Sousa (1.º arguente), José Octávio Serra Van-Dúnem, Diogo Freitas do Amaral (orientador), João Caupers (2.º arguente) e Armando Marques Guedes, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 16 de setembro de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade
22. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de arguente, da Licenciada Benedita Ferreira da Silva Mac Crorie da Graça Moura, que apresentou uma tese intitulada “Os limites da renúncia a

direitos fundamentais nas relações entre particulares”, presidido pelo Professor Doutor Rui Pinto Duarte, por delegação da Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores José Carlos Vieira de Andrade (co-orientador), Pedro Carlos Silva Bacelar de Vasconcelos (co-orientador), Maria Luísa Alves da Silva Neto, António Jorge Pina Reis Novais e Helena Maria Matias Pereira de Melo, tendo as provas sido realizadas na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 12 de dezembro de 2011, obtendo a candidata a classificação de “Aprovada com Distinção”, por unanimidade

23. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de 1.º arguente, do Licenciado Carlos Manuel dos Santos Serra, que apresentou uma tese intitulada “Estado, Pluralismo Jurídico e Recursos Naturais – avanços e recuos na construção do Direito Moçambicano”, presidido pelo Professor Doutor João Leopoldo da Costa, Reitor do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, e também integrado pelos Professores Doutores Carlos Feijó (2.º arguente), Gilles Cistac, Ana Cristina Nogueira da Silva, Helena Maria Matias Pereira de Melo, Benjamim Alfredo, Armando César Dimande e Francisco Maria Gil Fernandes Pereira Coutinho, tendo as provas sido realizadas em Maputo, em 19 de março de 2013, no âmbito do programa de Doutoramento em Direito, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Escola Superior de Direito do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, alcançando o candidato a classificação de “Aprovado com Distinção”, por unanimidade
24. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de 2.º arguente (na Universidade Autónoma de Lisboa), do Licenciado Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, que apresentou uma tese intitulada “Autonomia Tributária dos Municípios: uma proposta para

Portugal à luz das experiências brasileira e espanhola”, presidido pelo Professor Doutor José Amado da Silva, Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, e também integrado por Manuel Lopes Porto (Primeiro Arguente), Constança Urbano de Sousa (Vogal), Eduardo Paz Ferreira (Vogal) e Diogo Leite de Campos (Orientador), tendo as provas sido realizadas em 6 de junho de 2013, obtendo o candidato a classificação de “Aprovado com Excelente”, 17 valores, por unanimidade

25. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Processuais, com as funções de 2.º arguente, da Mestra Alexandra Chícharo das Neves, que apresentou uma tese intitulada “O Estatuto Jurídico dos “Cidadãos Invisíveis” – o longo caminho para a plena cidadania das pessoas com deficiência”, presidido pelo Professor Doutor José Amado da Silva, Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, e também integrado por Pedro Bacelar de Vasconcelos (Primeiro Arguente), Maria Helena Brito (Vogal), Armindo Saraiva Matias (Vogal) Anje Bothe (Orientador) e Ana Roque (orientadora), as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa em 9 de outubro de 2013, obtendo a candidata a classificação de “Aprovada com Suficiente” (13 valores), por unanimidade
26. Membro do júri das provas de doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, com as funções de orientador, do Mestre Jorge Armando Pinheiro Simão, que apresentou uma tese sob o título “As origens e os dilemas da democracia representativa contemporânea: o caso português numa perspetiva longitudinal e comparada”, presidido pelo Professor Doutor Manuel Meirinho Martins, Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, também integrado pelos Professores Doutores José Fernandes Fontes Castelo Branco, Helena Pereira de Melo, Cristina Montalvão Sarmento, Maria da Conceição Pequito Teixeira e Luís Salgado de Matos, as quais tiveram lugar no Instituto Superior de Ciências

Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, em 18 de dezembro de 2013, obtendo o candidato a classificação de “Aprovado com Bom”, por unanimidade

27. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, do Mestre Florentino Mendonça, que apresentou uma tese intitulada “O acesso equitativo à Justiça”, presidido pelo Professor Doutor João Caupers, por delegação da Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Maria Luísa Duarte, Jónatas Machado (arguente), Nuno Piçarra (orientador), Luís Neto, Helena Pereira de Melo, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law em 18 de fevereiro de 2014, tendo o candidato obtido a classificação de “Aprovado com Distinção”, por maioria
28. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Políticas, do Licenciado Pedro Alfaro Velez, que apresentou uma tese intitulada “Constitucionalismo e Transcendência”, presidido pelo Professor Doutor João Caupers, por delegação da Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e também integrado pelos Professores Doutores Diogo Freitas do Amaral (arguente), Maria Lúcia Amaral (orientadora), Armando Marques Guedes (orientador), Manuel Afonso Vaz, António Costa Pinto (arguente), Ana Cristina Nogueira da Silva e Luís Miguel Nogueira de Brito, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de fevereiro de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade
29. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Criminais, com as funções de presidente, do Licenciado João Manuel Bellino Athayde Varela, que apresentou uma tese com o título “Os limites de punibilidade em sede de autoria”, também integrado pelos Professores Doutores

Maria Teresa Couceiro Pizarro Beleza (Orientadora), Maria João da Silva Baila Madeira Antunes, Maria Paula Ribeiro de Faria (Arguente), Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa, Margarida Ramalho de Lima Rego e Frederico Augusto Gaio de Lacerda da Costa Pinto (Arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de março de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação final de Aprovado com Distinção, por maioria

30. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de presidente e arguente, da Licenciada Anabela de Fátima Costa Leão, que apresentou uma tese com o título “Constituição e Interculturalidade: da diferença à referência”, também integrado pelos Professores Doutores José Carlos Vieira de Andrade (Orientador), Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira da Silva, Armando de Barros Serra Marques Guedes, Cristina Maria Machado de Queiroz Leitão (Arguente) e Helena Maria Matias Pereira de Melo, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de abril de 2014, tendo a candidata alcançado a classificação final de Aprovada com Distinção e Louvor, por unanimidade
31. Membro do júri das provas de doutoramento em Políticas Públicas, com as funções de arguente, do Mestre Pedro Quartim Graça Simão José, que apresentou uma tese com o título “A importância das ilhas no quadro das Políticas e do Direito do Mar – o caso das Selvagens”, também integrado pelos Professores Doutores Juna Mozzicafreddo (presidente), Maria Eduarda Gonçalves (orientadora), Alberto Vieira, José Manuel Pureza e Pedro Adão e Silva, as quais tiveram lugar no ISCTE-IUL, em 8 de abril de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação final de Aprovado por unanimidade
32. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Privado, com as funções de presidente, da

Licenciada Higinia Maria Almeida Orvalho da Silva Castelo, que apresentou uma tese com o título “Contrato de mediação: estudo das prestações principais”, também integrado pelos Professores Doutores António Joaquim de Matos Pinto Monteiro, Manuel Januário da Costa Gomes (Arguente), José João Gordo Nunes Abrantes, Maria Helena Barros de Brito (Arguente), Margarida Ramalho de Lima Rego (Arguente) e Rui Manuel Pinto Duarte (Orientador), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de julho de 2014, tendo a candidata alcançado a classificação final de Aprovada com Distinção, por unanimidade

33. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Privado, com as funções de presidente, do Mestre João Zenha Martins, que apresentou uma tese com o título “Dos pactos de limitação à liberdade de trabalho”, também integrado pelos Professores Doutores Pedro Romano Martinez, Ana Prata, José João Gordo Nunes Abrantes (arguente), Júlio Vieira Gomes (arguente), Maria Irene Ferreira Gomes (Arguente), Luísa Andias Gonçalves (Arguente), Cláudia Trabuco e Vítor Pereira da Neves (Orientador), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de outubro de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade
34. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de orientador, do Mestre Gildo Espada, que apresentou uma tese com o título “A afirmação do Direito de Águas”, também integrado pelos Professores Doutores João Leopoldo da Costa (presidente), Raul Araújo, Helena Melo (arguentes), André Thomashausen, Armando Dimande, Francisco Pereira Coutinho e Carlos Manuel Serra, as quais tiveram lugar em Maputo, em 23 de março de 2015, no âmbito do Doutoramento em Direito conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa –

NOVA School of Law e pela Escola Superior de Direito do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, tendo o candidato alcançado a classificação final de Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade

35. Membro do júri das provas de doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais, com as funções de arguente, do Mestre Hermínio Joaquim de Matos, que apresentou uma tese com o título “O Sistema de Segurança Interna em Portugal – contributos para uma Estratégia Nacional Contraterrorista”, também integrado pelos Professores Doutores Maria João Vaz (presidente), João Vieira Borges, Luís Nuno Rodrigues, António José Telo (arguentes), António Sousa Lara e Francisco Proença Garcia (orientadores), as quais tiveram lugar em Lisboa, em 16 de abril de 2015, no ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por unanimidade
36. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas Criminais, com as funções de presidente, da Licenciada Teresa Maria da Silva Bravo, que apresentou uma tese com o título “*O ne bis in idem* no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e no Direito Europeu da Concorrência: uma análise judiciária”, também integrado pelos Professores Doutores Teresa Pizarro Beleza, Nuno José Cardoso da Silva Piçarra (arguente), Mário João Ferreira Monte, António Pedro Nunes Caeiro (Arguente), Frederico Augusto Gaio de Lacerda da Costa Pinto (Arguente) e Maria João Simões Escudeiro, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 16 de outubro de 2015, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Distinção”, por unanimidade
37. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de História do Direito, com as funções de presidente,

de Luís Pedroso de Lima Cabral de Oliveira, que apresentou uma tese com o título “A consagração dos naturais – direito (s) e elites naturais católicas em Goa (1780-1880)”, também integrado pelos Professores Doutores Carlos Petit Calvo (arguente), António Manuel Botelho Hespanha (orientador), Nuno José Cardoso da Silva Piçarra, Ana Cristina Nogueira da Silva (arguente), Helena Pereira de Melo, Miguel Romão e Bigotte Chorão, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de novembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por maioria

38. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de arguente, da Mestra Jaíra Capistrano da Cruz Soares, que apresentou uma tese com o título “Constituição e modelo de mercado: uso liberal e desuso neoliberal”, também integrado pelos Professores Doutores José Duarte Nogueira (presidente), Cristina Queiroz (arguente), Paulo Otero, Vasco Pereira da Silva, Carlos Blanco de Morais, Paula Vaz Freire e Miguel Nogueira de Brito, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 28 de abril de 2016, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada”, por unanimidade
39. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de presidente, da Licenciada Ana Rita Campos Gil, que apresentou uma tese com o título “A proteção derivada de direitos fundamentais de imigração”, também integrado pelos Professores Doutores Cristina Gortázar Rotaèche (arguente), José João Abrantes (coorientador), Nuno Piçarra (coorientador), Ana Maria Guerra Martins (arguente), Helena Pereira de Melo, Andreia Sofia Pinto de Oliveira, Gonçalo Saraiva Matias e Tiago Duarte (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de julho de 2016, tendo a candidata alcançado

a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por unanimidade

40. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de presidente e orientador, do Mestre Henriques José Henriques, que apresentou uma tese com o título “O Direito Internacional e a Constituição de Moçambique: encontros e desencontros à luz do Pluralismo Jurídico Global”, também integrado pelos Professores Doutores Wladimir Correia de Brito, Miguel Poiares Maduro, Armando César Dimande (arguente), Armando Marques Guedes, Helena Pereira de Melo, Ana Cristina Nogueira da Silva (arguente) e Francisco Pereira Coutinho (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 8 de julho de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por maioria
41. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Privado, com as funções de presidente, da Licenciada Rita Gonçalves Canas da Silva, que apresentou uma tese com o título “A ausência temporária da prestação de trabalho – a suspensão laboral”, também integrado pelos Professores Doutores Maria do Rosário Ramalho (arguente), José João Abrantes (orientador), Ana Prata, João Leal Amado, Teresa Moreira (arguente), Joana Vasconcelos, Margarida Lima Rego e João Zenha Martins (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de julho de 2016, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por unanimidade
42. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Privado, com as funções de arguente, do Mestre Pedro Maciel Baltazar, que apresentou uma tese com o título “A influência da OIT no Direito do Trabalho em Moçambique”, também integrado pelos Professores Doutores João Leopoldo da

Costa (presidente), Armando César Dimande (arguente), João Leal Amado (orientador), Laurindo Saraiva, Gildo Espada, Ana Cristina Nogueira da Silva (orientador) e Francisco Pereira Coutinho, as quais tiveram lugar em Maputo, em 6 de setembro de 2016, no âmbito do Doutoramento em Direito conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Escola Superior de Direito do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por unanimidade

43. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de presidente (por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa), do Mestre José Manuel Avelino de Pina Delgado, que apresentou uma tese com o título “Regulando a Guerra Justa e o Imperialismo Civilizatório – um Estudo Histórico e Jurídico sobre os Desafios Colocados ao Direito Internacional e ao Direito Constitucional pelas Intervenções Humanitárias (Unilaterais)”, também integrado pelos Professores Doutores Raúl Carlos Vasques Araújo, Wladimir Augusto Correia de Brito (arguente), Maria Luísa da Conceição Duarte, Nuno Piçarra, Helena Pereira de Melo, Maria da Assunção do Vale Pereira (arguente), Ana Cristina Nogueira da Silva (arguente) e Francisco Pereira Coutinho (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de janeiro de 2017, tendo a candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por unanimidade
44. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de arguente, do Mestre João Paulo Zbyszewski, que apresentou uma tese com o título “La représentation d’un intérêt local autonome – Le système de gouvernement municipal portugais”, também integrado pelos Professores Doutores Jean Gicquel (presidente), Michel

Verpeaux (orientador), Nicolas Kada e Martine Long (arguente), as quais tiveram lugar na Faculté de Droit de l'Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne, em 29 de junho de 2017, tendo a candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, “trés honorable”, por unanimidade

45. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de arguente, do Mestre Justino Felisberto Justino, que apresentou uma tese com o título “O regime jurídico do acesso de indivíduos à justiça constitucional moçambicana, em fiscalização concreta, à luz da Constituição de 2004”, também integrado pelos Professores Doutores Luís Filipe Colaço Antunes (presidente), Paulo Ferreira da Cunha (orientador), Cristina Queiroz (arguente), Pedro Bacelar de Vasconcelos, Paulo Adragão e Anabela da Costa Leão, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em 4 de julho de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por maioria
46. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de vogal, da Mestra Ana Florinda Mendonça da Silva Dantas, que apresentou uma tese com o título “A determinação do vínculo parental e os princípios jurídico-políticos da paternidade e da filiação: a proibição da discriminação por origem e o papel do Estado na efetivação da igualdade entre os filhos havidos dentro e fora do casamento”, também integrado pelos Professores Doutores José Duarte Nogueira (presidente), Rita Lobo Xavier (arguente), Paulo Otero (orientador), Vasco Pereira da Silva, Miguel Teixeira de Sousa, Miguel Nogueira de Brito (arguente) e Luís Pedro Pereira Coutinho, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 6 de julho de 2017, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada”, por unanimidade
47. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Social, com as funções de presidente (por

delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa), da Mestra Carolina de Freitas e Silva, que apresentou uma tese com o título “Ações Judiciais Coletivas promovidas por Sindicatos: teoria e comparação de direitos”, também integrado pelos Professores Doutores José João Abrantes (orientador), Joana Vasconcelos (arguente), Pedro Madeira de Brito (arguente), João Zenha Martins (arguente), João Carlos Simões dos Reis, Rita Calçada Pires e Rita Canas da Silva, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 6 de março de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por maioria

48. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de orientador, do Mestre Hamilton Sarto Serra de Carvalho, que apresentou uma tese intitulada “A Democracia Moçambicana: construção, desafios, perspetivas”, também integrado pelos Professores Doutores José Amado da Silva (Presidente), Luís Manuel Barbosa Rodrigues (Primeiro Arguente), António Ribeiro Gameiro (Segundo Arguente), Pedro Gonçalo Tavares Trovão do Rosário, Alex Sander Xavier Pires e Manuel Monteiro Guedes Valente, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 15 de março de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação final de Aprovado com Muito Bom (15 valores), por unanimidade
49. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de presidente (por delegação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa), do Mestre Marcelo Barbosa de Castro Zenkner, que apresentou uma tese com o título “Integridade governamental e integridade empresarial: conceitos jurídicos e instrumentos de garantia em perspetiva de Direito Comparado Luso-Brasileiro”, também integrado pelos Professores Doutores Germano Marques da Silva (arguente), Teresa Pizarro Beleza, Paulo Sousa Mendes, Nuno Piçarra (orientador), Fernando Horta Tavares e Frederico Lacerda da Costa Pinto

(arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de maio de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por unanimidade

50. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de arguente, da Mestra Natália Mascarenhas Simões Bentes, que apresentou uma tese com o título “Humanização do Direito Internacional e a responsabilidade penal internacional do indivíduo”, também integrado pelos Professores Doutores Rui Figueiredo Marcos (presidente), Jónatas Machado (arguente), Marta Chantal Ribeiro, Francisco Ferreira de Almeida (orientador) e Pedro Caeiro, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 25 de maio de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por maioria
51. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Internacional Público, com as funções de vogal, da Mestra Milena Barbosa de Melo, que apresentou uma tese com o título “O Direito Internacional do Desenvolvimento e o sistema de propriedade intelectual: uma análise a partir da perspetiva dos BRICs”, também integrado pelos Professores Doutores Rui Figueiredo Marcos (presidente), Jónatas Machado (orientador), Wladimir Brito (arguente), Licínio Lopes Martins (arguente), Alexandre Dias Pereira e Francisco Ferreira de Almeida, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 3 de julho de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada”, por maioria
52. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de vogal, do Mestre Virgílio Saúl Serra de Carvalho, que apresentou uma tese intitulada “A tutela jurisdicional dos direitos da criança em Portugal e Moçambique, contributo para a sua proteção efetiva: o acesso

à Justiça”, também integrado pelos Professores Doutores José Amado da Silva (Presidente), Helena Pereira de Melo (Primeiro Arguente), Fernando Silva (Segundo Arguente), Diogo Leite de Campos (orientador), João Nuno Cruz Calvão da Silva, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 10 de setembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

53. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de vogal, do Mestre Luís Carlos Monteiro Laureço, que apresentou uma tese intitulada “A liberdade de informação jornalística frente à ameaça de lesão à intimidade, vida privada, honra e imagem da pessoa e à pretensão a um direito ao esquecimento”, também integrado pelos Professores Doutores José Amado da Silva (Presidente), Luís Barbosa Rodrigues (Primeiro Arguente), José Lucas Cardoso (Segundo Arguente), Anja Bothe (orientadora), Stela Barbas e André Ventura, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 20 de setembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por maioria
54. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de vogal, da Mestra Bárbara Dayana Brasil, que apresentou uma tese com o título “Direitos Humanos e Investimento Estrangeiro na Ordem Internacional: perspectivas para interação”, também integrado pelos Professores Doutores António Pinto Monteiro (presidente), Jónatas Machado (orientador), Raquel Duarte Carvalho (1.ª arguente), Francisco Ferreira de Almeida (2.º arguente), Mário Reis Marques e José Manuel Santos Quelhas, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 3 de outubro de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Distinção”, por unanimidade
55. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação

reitoral), do Mestre Hélder Valente Dias, que apresentou uma tese intitulada “A Polícia Líquida: uma tarefa administrativa em debate e em reconstrução”, também integrado pelos Professores Doutores Manuel Monteiro Guedes Valente (orientador), Germano Marques da Silva (primeiro Arguente), Armando Marques Guedes (segundo Arguente), Sofia Santos (terceira arguente) e Mário Ferreira Monte, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de outubro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por maioria

56. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), do Mestre David Baptista Freitas, que apresentou uma tese intitulada “Identificação Humana: impacto e repercussões na investigação criminal – a sinalização de indivíduos: conflitualidades e ambiguidades entre liberdade e segurança”, também integrado pelos Professores Doutores Cândido da Agra, José Fontes (orientador), Stela Barbas, Helena Pereira de Melo (segunda arguente), José Manuel Anes (primeiro arguente), Hermenegildo Ferreira Borges e Frederico da Costa Pinto, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de novembro de 2018, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por maioria
57. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de Direito e especialidade de Direito Público, com as funções de arguente, do Licenciado Rebaz R. Khdir, que apresentou uma tese intitulada “The Jurisdiction of the International Criminal Court: the crimes of the Islamic State in Iraq and Syria”, também integrado pelos Professores Doutores Mário Ferreira Monte (presidente), Maria da Assunção do Vale Pereira (orientadora), Wladimir Brito e Jorge Júlio Urbina, o qual teve lugar na Escola de Direito da Universidade do Minho, em 29 de novembro de 2018,

tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por unanimidade

58. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito, na especialidade de Ciências Políticas, com as funções de presidente (por delegação reitoral), do Mestre Francisco José Serra Briosa e Gala, que apresentou uma tese intitulada “O Direito e a Maldição dos Recursos”, também integrado pelos Professores Doutores Carlos Feijó (1.º arguente), Lúcio Tomé Feteira (2.º arguente), Vasco Becker-Weinberg (3.º arguente), Manuel Ennes Ferreira, Maria Helena Brito, Armando Marques Guedes (orientador) e Francisco Pereira Coutinho, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de dezembro de 2018, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por maioria
59. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Gestão, com as funções de vogal, do Mestre António Jacinto da Silva Valadas Simões, que apresentou uma tese intitulada “A influência da política fiscal na competitividade da economia no âmbito dos países da União Europeia – alguns determinantes”, também integrado pelos Professores Doutores Jacinto António Setúbal Vidigal da Silva (presidente), António Manuel Ferreira Martins (1.º arguente), Paulo Jorge Varela Lopes Dias (2.º arguente), Paulo Jorge Silveira Ferreira e José Fernando Pereira Biléu Ventura (orientador), o qual teve lugar na Universidade de Évora – Instituto de Investigação e Formação Avançada, em Évora, em 18 de dezembro de 2018, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade
60. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), do Mestre Fernando Francisco, que apresentou uma tese intitulada “Estudo dos Sistemas de Segurança das Fronteiras

Estatais em Moçambique face às Novas Ameaças à Segurança Interna”, também integrado pelos Professores Doutores Nelson Manuel de Oliveira Lourenço (orientador), Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia (primeiro arguente), Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, Henriques José Henriques, Helena Maria Matias Pereira de Melo (segunda arguente), Francisco Maria Gil Fernandes Pereira Coutinho, Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva e Luís Fernando Machado Barroso, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de fevereiro de 2019, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por maioria

61. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), do Mestre Rodrigues Lapucheque, que apresentou uma tese intitulada “A consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua importância”, também integrado pelos Professores Doutores Esmeraldo Rosa Monteiro de Azevedo, Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia (orientador), José Fernandes Fontes Castelo Branco (primeiro arguente), Hermínio Joaquim de Matos, Felipe Manuel Pathé Duarte e Armando de Barros Serra Marques Guedes (segundo arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de fevereiro de 2019, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovado”, por maioria
62. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), do Mestre Nelson Macedo da Cruz, que apresentou uma tese intitulada “A investigação económica, financeira e tributária da criminalidade organizada transnacional na União Europeia”, também integrado pelos Professores Doutores José Fernandes

Fontes Castelo Branco (orientador), Armando de Barros Serra Marques Guedes (3.º arguente), António Carlos dos Santos (1.º arguente), Clotilde Paulina da Silva Celorico Palma (2.º arguente), André Claro Amaral Ventura e Rita Calçada Pires, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de março de 2019, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por maioria

63. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), da Mestra Maria de Fátima Carrilho Fernandes, que apresentou uma tese intitulada “Da pornografia de menores em Portugal – Direito, Políticas Públicas e Segurança”, também integrado pelos Professores Doutores Manuel Lisboa, José Fontes Castelo Branco (orientador), Cristina Montalvão Sarmiento (1.º arguente), Nuno Parreira da Silva (2.º arguente), Inês Ferreira Leite, Helena Pereira de Melo e Frederico Lacerda da Costa Pinto (3.º arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de março de 2019, tendo a candidata sido “Aprovada” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por maioria
64. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de arguente, do Mestre Manuel Pereira da Silva, que apresentou uma tese intitulada “A tutela jurisdicional efetiva em matéria administrativa em Angola”, também integrado pelos Professores Doutores José Amado da Silva (Presidente), Luís Barbosa Rodrigues (Primeiro Arguente), Jónatas Machado, Paulo Nogueira da Costa (orientador), Francisco Pereira Coutinho e Pedro Trovão do Rosário, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 23 de abril de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

65. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de vogal, da Mestre Ana Maria dos Santos Batista Robalo, que apresentou uma tese intitulada “O exercício do direito fundamental de manifestação: a ingerência pelas forças de segurança”, também integrado pelos Professores Doutores José Amado da Silva (Presidente), Luís Barbosa Rodrigues (Primeiro Arguente), Jónatas Machado, André Ventura (orientador), Francisco Pereira Coutinho e Pedro Trovão do Rosário, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 10 de julho de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
66. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Direito Público), com as funções de orientador, do Doutor Rizuan Mubarak, que apresentou uma tese intitulada “Os desafios do legislador em matérias de defesa e segurança nacional e internacional no mundo globalizado: um olhar sobre Moçambique no período pós-independência”, também integrado pelo Reitor da Universidade Católica de Moçambique, Professor Doutor Padre Alberto Ferreira, que presidiu, o Professor Doutor Padre Fernão Massena de Magalhães (Diretor da FADIR), e os Professores Doutores Fernando Francisco (1.º arguente), Henriques José Henriques (2.º arguente), Melquisedec Muapala e Arsénio Cuco, as quais tiveram lugar em Nampula, em 15 de agosto de 2019, na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito (FADIR), tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, com a qualificação “*cum laude*” (16 valores), por unanimidade
67. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo do Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de presidente (por delegação do Reitor da UNL), de Maria da Graça Almeida de Eça do Canto Moniz Adão da Fonseca, que apresentou uma tese intitulada “A extraterritorialidade do

regime geral de proteção de dados pessoais da União Europeia: manifestações e limites”, também integrado pelos Professores Doutores João Loureiro (1.º arguente), Filipa Urbano Calvão (orientadora), Francisco Pereira Coutinho (3.º arguente), José Alexandre Sousa Pinheiro (2.º arguente), Jorge Morais Carvalho, João Zenha Martins e Cláudia Salsinha Trabuco, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de outubro de 2019, tendo a candidata sido “Aprovada” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por unanimidade

68. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo do Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de arguente, requerido pelo Mestre José Marco Tayah, que apresentou uma tese intitulada “Neoconstitucionalismo e Poder Judicial: contributo para Reerguer o Ideal do Estado de Direito”, presidido pelo Professor Doutor Luís Filipe Colaço Antunes, e também integrado pelos Professores Doutores Cristina Maria Machado de Queiroz Leitão (orientadora), Benedita Ferreira Silva Mac Crorie Graça Moura, Maria Luísa Alves da Silva Neto Teixeira Botelho (2.º arguente), João Salvador Velez Pacheco de Amorim e Anabela de Fátima da Costa Leão, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em 28 de outubro de 2019, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade
69. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral) e orientador, do Mestre Albano Macie, que apresentou uma tese intitulada “As Forças Armadas na Segurança Interna: o caso de Moçambique”, também integrado pelos Professores Doutores Esmeraldo Azevedo, André Lamas Leite (1.º arguente), Armando Marques Guedes (2.º arguente), Felipe Manuel Pathé Duarte (3.º arguente), Hermínio Matos e Fernando Francisco, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de dezembro de 2019, tendo o

candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por maioria

70. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), da Mestra Carla Carina Quaresma, que apresentou uma tese intitulada “Criminalidade violenta: da sua medição às Políticas Públicas de Segurança Interna”, também integrado pelos Professores Doutores Nelson Manuel de Oliveira Lourenço (orientador), Cândido Mendes Martins da Agra, Manuel Gaspar da Silva Lisboa (1.º arguente), Mário João Ferreira Monte, Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, Hermenegildo Ferreira Borges e Felipe Manuel Pathé Duarte (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de dezembro de 2019, tendo a candidata sido “Aprovada” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”, por unanimidade
71. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito, com as funções de presidente (por delegação reitoral) e vogal, do Mestre Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês, que apresentou uma tese intitulada “O princípio da igualdade de armas e o direito à prova no processo fiscal declarativo de estrutura impugnatória”, também integrado pelos Professores Doutores Rui Duarte Morais, Glória Teixeira, Gustavo Courinha, Joaquim Freitas Rocha (1.º arguente), José Lebre de Freitas (orientador), Mariana França Gouveia e Rita Calçada Pires (2.ª arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 6 de fevereiro de 2020, tendo o candidato sido “Aprovado” por maioria, com a classificação final de “Aprovado”
72. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), do Mestre Geraldo de Afonso Cunha, que apresentou

uma tese intitulada “A Segurança Pública como Direito, Dever e Responsabilidade Jurídica de todos no Estado de Direito Democrático”, também integrado pelos Professores Doutores Nelson Manuel de Oliveira Lourenço, José Fontes (1.º arguente), Francisco Proença Garcia (orientador), José Manuel Anes (2.º arguente), Felipe Manuel Pathé Duarte (3.º arguente) e Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de fevereiro de 2020, tendo o candidato sido “Aprovado” por maioria, com a classificação final de “Aprovado”, por unanimidade

73. Membro do júri das provas públicas de doutoramento em Direito (Direito Público), com as funções de orientador, do Mestre Zacarias Filipe Zinocacassa, que apresentou uma tese intitulada “O sistema de governo das entidades descentralizadas e as medidas tutelares sancionatórias na Ordem Jurídica moçambicana”, presidido pelo Vice-Reitor da Universidade Católica de Moçambique, Professor Doutor Fernando Canastra, e também integrado pelos Professores Doutores Fernando Francisco (1.º arguente), Hamilton Carvalho (2.º arguente), Melquisedec Muapala e Arsénio Cuco, as quais tiveram lugar em Nampula (via Microsoft Teams), em 21 de abril de 2020, na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito (FADIR), tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, com a qualificação “*magna cum laude*” (18 valores), por unanimidade
74. Membro do júri das provas públicas de doutoramento em Direito (Direito Público), com as funções de vogal, do Mestre Barbosa Alberto Morais, que apresentou uma tese intitulada “Pluralismo Jurídico em Moçambique: análise da efetivação da Lei n.º 4/92, de 6 de maio, como manifestação do pluralismo jurídico consagrado nos termos do art. 4 da CRM”, presidido pelo Vice-Reitor da Universidade Católica de Moçambique, Professor Doutor Fernando Canastra, e também integrado pelos Professores

Doutores Fernando Francisco (1.º arguente), Hamilton Carvalho (2.º arguente), Melquisedec Muapala (orientador) e Arsénio Cuco, as quais tiveram lugar em Nampula (via Microsoft Teams), em 21 de abril de 2020, na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito (FADIR), tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, com a qualificação “*magna cum laude*” (18 valores), por unanimidade

75. Membro do júri das provas públicas de doutoramento em Direito (Direito Público), com as funções de 1.º arguente, do Mestre Cachimo Raúl, que apresentou uma tese intitulada “O Sistema Eleitoral em Moçambique: a Paridade nos Órgãos de Administração Eleitoral”, presidido pelo Vice-Reitor da Universidade Católica de Moçambique, Professor Doutor Fernando Canastra, e também integrado pelos Professores Doutores Justino Felizberto Justino (2.º arguente), Hamilton Carvalho, Melquisedec Muapala (orientador) e Arsénio Cuco, as quais tiveram lugar em Nampula (via Microsoft Teams), em 22 de abril de 2020, na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito (FADIR), tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, com a qualificação “*cum laude*” (16 valores), por unanimidade
76. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), da Mestra Fátima do Rosário Cordeiro, que apresentou uma tese intitulada “A Estabilidade do Sistema Financeiro e a Segurança Nacional – o Caso de Moçambique”, também integrado pelos Professores Doutores Nelson Manuel de Oliveira Lourenço (orientador), Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, Francisco Proença Garcia (1.º arguente), Margarida Lima Rego, Rita Calçada Pires, Hermenegildo Ferreira Borges e Felipe Manuel Pathé Duarte (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de julho de 2020, tendo a candidata sido “Aprovada” por unanimidade, com a classificação final intermédia de “Aprovada

com Distinção”, com 4 votos a favor (Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, Margarida Lima Rego, Rita Calçada Pires Felipe Manuel Pathé Duarte), e com 3 votos a favor da classificação máxima de “Aprovada com Distinção e Louvor” (Nelson Lourenço, Francisco Proença Garcia e Hermenegildo Ferreira Borges)

77. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento em Direito e Segurança, com as funções de presidente (por delegação reitoral), do Licenciado Cláudio Ferreira Gomes, que apresentou uma tese intitulada “O Tráfico de Drogas e o Direito Constitucional à Segurança no Brasil”, também integrado pelos Professores Doutores Nelson Manuel de Oliveira Lourenço (orientador), Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, José Fontes (1.º arguente), André Inácio (2.º arguente), Francisco Pereira Coutinho (3.º arguente), Francisco Proença Garcia, Pedro Lomba e Luís André Elias, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de julho de 2020, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final intermédia de “Aprovado com Distinção”, por unanimidade
78. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, na especialidade de “Direito Processual”, com as funções de Presidente (por delegação reitoral), requerido pelo Mestre João Pedro Ramos de Almeida Pinto-Ferreira, que apresentou uma tese intitulada “Adequação formal e garantias processuais na ação declarativa”, também integrado pelos Professores Doutores José Manuel Lebre de Freitas, Mariana França Gouveia (orientadora), Isabel Alexandre (2.º arguente), Luís Miguel Andrade Mesquita, Rita Lynce de Faria, Carlos Alberto Carmona (1.º arguente) e Jorge Morais Carvalho (3.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de julho de 2020, tendo o candidato sido “Aprovado”, com a classificação final de “Aprovado com Distinção”

79. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, na especialidade de “Direito Privado”, grau académico conferido em associação entre a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Agostinho Neto, através das respetivas Faculdades de Direito, com as funções de vogal, requerido pelo Mestre José Maria Rodrigues, que apresentou uma tese intitulada “Mecanismos Jurídicos de Integração Empresarial na atual conjuntura angolana”, também integrado pelos Professores Doutores Pedro Magalhães (presidente e Reitor da Universidade Agostinho Neto), Carlos Maria da Silva Feijó, Elisa Rangel Nunes, Joaquim Marques de Oliveira (1.º arguente), Filipe Cassiano Santos (orientador), Mariana França Gouveia, Rita Calçada Pires e Vítor Pereira da Neves (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda (com participação online de alguns membros do júri), em 15 de setembro de 2020, tendo o candidato obtido a classificação final de “Aprovado”, com sete votos a favor desta classificação – Pedro Magalhães, Carlos Feijó, Elisa Rangel Nunes, Joaquim Marques de Oliveira, Filipe Cassiano Santos, Jorge Bacelar Gouveia e Vítor Pereira da Neves – e dois votos a favor da “Reprovação” – Mariana França Gouveia e Rita Calçada Pires
80. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, na especialidade de “Direito Privado”, com as funções de Presidente (por delegação reitoral), requerido pela Mestra Maria Antonieta Galvéz Krüger, que apresentou uma tese intitulada “Modelos de Utilidad: el caso Portugués”, também integrado pelos Professores Doutores José Antonio Gómez Segade (orientador), Luís Manuel Teles Menezes Leitão, Luís Manuel Couto Gonçalves, João Paulo Fernandes Remédio Marques, Alberto Francisco Ribeiro de Almeida (1.º arguente), Pedro Gil Amorim Caetano Nunes, Vítor Alexandre Caetano Pereira das Neves e Maria de Lurdes Coentro Vargas (2.ª arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de setembro de 2020, tendo a candidata sido

“Aprovada”, com a classificação final de “Aprovada com Distinção”, por unanimidade

81. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, na especialidade de “Direito Privado”, grau académico conferido em associação entre a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Agostinho Neto, através das respetivas Faculdades de Direito, com as funções de vogal, requerido pela Mestre Norberto Moisés Moma Capeça, que apresentou uma tese intitulada “A privacidade do trabalhador como garantia constitucional”, também integrado pelos Professores Doutores Pedro Magalhães (presidente e Reitor da Universidade Agostinho Neto), Carlos Maria da Silva Feijó, Raúl Araújo, Elisa Rangel Nunes, Joaquim Marques de Oliveira, André Victor, Carlos Burity da Silva (1.º arguente), José João Gordo Nunes Abrantes (orientador) e João Zenha Martins (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda (com participação online de alguns membros do júri), em 2 de outubro de 2020, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, alcançando a classificação final de “Aprovado com Distinção”, por maioria com 7 votos a favor, obtendo ainda 1 voto pela “Aprovação” e 2 votos pela “Aprovação com Distinção e Louvor”
82. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, na especialidade de “Direito Internacional Público”, com as funções de Presidente (por delegação reitoral), requerido pela Mestra Ayse Elif Yildirim, que apresentou uma tese intitulada “Creating International Legal Accountability for Corporate Human Rights abuses”, também integrado pelos Professores Doutores Wladimir Brito, Armando Marques Guedes, Helena Pereira de Melo (2.ª arguente), Rita Calçada Pires, Pedro Infante Mota (1.º arguente), Athina Sachoulidou (3.ª arguente), Claire Bright e André Amaral Ventura (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de outubro de 2020, tendo a candidata sido “Aprovada”

por unanimidade, com a classificação final de “Aprovada com Distinção”, por maioria, com 5 votos a favor, tendo obtido 3 votos a favor da classificação de “Aprovada”

83. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, na especialidade de “Direito Privado”, grau académico conferido em associação entre a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Agostinho Neto, através das respetivas Faculdades de Direito, com as funções de vogal, requerido pela Mestra Sofia Maia Vale, que apresentou uma tese intitulada “Acordos parassociais: vinculação e oponibilidade”, também integrado pelos Professores Doutores Pedro Magalhães (presidente e Reitor da Universidade Agostinho Neto), Carlos Maria da Silva Feijó, Elisa Rangel Nunes, Joaquim Marques de Oliveira, Carlos Burity da Silva André Victor, José João Gordo Nunes Abrantes, Rui Pinto Duarte (orientador), Mariana França Gouveia e Pedro caetano Nunes, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda (com participação online de alguns membros do júri), em 16 de outubro de 2020, tendo a candidata sido “Aprovada” por unanimidade, alcançando a classificação final de “Aprovada com Distinção e Louvor”
84. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, com as funções de vogal arguente, requerido por Camilo Stangherlim Ferraresi, que apresentou uma tese intitulada “A Ressignificação do Direito à Cidade a partir dos Direitos Humanos: as *Smart Cities* como um espaço para garantir a qualidade de vida das pessoas com deficiência”, também integrado pelos Professores Doutores Wilson Engelmann (presidente e orientador), Têmis Limberger, Rosângela Lunardelli Cavallazzi e Arícia Fernandes Correia, o qual teve lugar em São Leopoldo (por videoconferência), em 15 de dezembro de 2020, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final de “10 valores”

85. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, na especialidade de “Direito Privado”, grau académico conferido em associação entre a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade Agostinho Neto, através das respetivas Faculdades de Direito, com as funções de vogal, requerido pelo Doutor Carlos Burity da Silva, que apresentou uma tese intitulada “As Pessoas e Direito: Reflexões sobre o Direito de Pessoas à luz do Direito Civil Angolano”, também integrado pelos Professores Doutores Pedro Magalhães (presidente e Reitor da Universidade Agostinho Neto), Carlos Maria da Silva Feijó, Elisa Rangel Nunes, Joaquim Marques de Oliveira (1.º arguente), André Victor, João Carlos Leal Amado (2.º arguente), José João Gordo Nunes Abrantes (orientador), Armando Marques Guedes, Helena Pereira de Melo e João Zenha Martins, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda (com participação online de alguns membros do júri), em 18 de dezembro de 2020, tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovado com Distinção e Louvor”, por unanimidade
86. Membro do júri do ato público de defesa do Doutoramento no ramo de “Direito”, na especialidade de “Ciências Jurídico-Políticas”, com as funções de vogal, requerido pela mestra Melissa Cabrini Morgato, que apresentou uma tese intitulada “A atribuição de dignidade humana ao embrião *in vitro*: uma perspetiva jurídica crítica”, também integrado pelo Professor Doutor Dário Moura Vicente, presidente por delegação do Reitor da Universidade de Lisboa, e pelos Professores Doutores Ricardo Pedro (1.º arguente), Maria do Rosário Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho, Maria Luísa da Conceição Duarte (orientadora), Maria José Reis Rangel de Mesquita, Cláudia Sofia Oliveira Dias Monge (2.ª arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (por via telemática), em 15 de abril de 2021, tendo a candidata sido “Aprovada” por unanimidade, com a classificação final de “Aprovada com Distinção”, por maioria

87. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de vogal, do Mestre Mauro Loeffler, que apresentou uma tese intitulada “Pobreza Energética – Oportunidades”, também integrado pelos Professores Doutores José Amado da Silva (Presidente como reitor), João Calvão da Silva (Primeiro Arguente), Maria João Rolim (2.^a arguente), Diogo Leite de Campos (orientador) e Eva Dias Costa, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, por via telemática, em 23 de julho de 2021, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
88. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de vogal, da Dra. Carine Murta Nagem Cabral, que apresentou uma tese intitulada “Exames toxicológicos no ambiente laboral: compatibilização entre o direito à intimidade do trabalhador e o poder diretivo do empregador”, também integrado pelos Professores Doutores José Amado da Silva (Presidente como reitor), Luís Gonçalves da Silva (1.^a arguente), Teresa Coelho Moreira (2.^a arguente), Carlos Proença (orientador) e Bárbara Lobo, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, por via telemática, em 23 de fevereiro de 2022, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
89. Membro do júri das provas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de orientador, do Mestre Sebastião Jorge Diogo Bessa, que apresentou uma tese intitulada “A Criação de uma Entidade Quase-Judicial como Órgão de Administração Eleitoral em Angola”, também integrado pelos Professores Doutores José Amado da Silva (Presidente como Reitor), José Lucas Cardoso (1.^o arguente), Jónatas Machado (2.^o arguente), Wladimir Brito e Manuel Monteiro Guedes Valente, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, por via telemática, em 19 de abril de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores)

90. Membro do júri das provas de doutoramento em Políticas Públicas, com as funções de 1.º arguente, do Mestre Vasco Pereira da Silva, que apresentou uma tese intitulada “«Defesa interna, segurança externa»: sobreposição, tensão e complementaridade na coordenação e articulação entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança em Portugal”, também integrado pelos Professores Doutores Maria Asensio (Presidente do júri, por delegação da Reitora), Ana Paula Brandão, Bruno Cardoso Reis e Pedro Seabra, as quais tiveram lugar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, presencialmente e por via telemática, em 26 de abril de 2023, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Distinção”
91. Membro do júri das provas públicas de doutoramento em Direito (Direito Público), com as funções de 1.º arguente, do Mestre Hélder Ernesto Injojo, que apresentou uma tese intitulada “Regime jurídico de eleição do Deputado e dos membros das assembleias dos órgãos descentralizados: implicações nas funções representativa, legislativa e fiscalizadora à luz da Ordem Jurídica Moçambicana”, presidido pelo Reitor da Universidade Católica de Moçambique, Professor Doutor Padre Filipe Sungo, e também integrado pelos Professores Doutores Morais Barbosa (2.º arguente), Hamilton Sarto de Carvalho (vogal), Melquisedec Graciano Muapala (supervisor) e Viriato Dias (vogal), as quais tiveram lugar em Nampula (tendo participado telematicamente via Microsoft Teams), em 6 de junho de 2023, na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito (FADIR), tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, com a qualificação “*cum laude*” (18 valores)
<https://www.youtube.com/watch?v=6b8nOgi1BVc&t=111s>
92. Membro do júri das provas públicas de doutoramento em Direito (Direito Público), com as funções de 1.º arguente, do Mestre Domingos Hermínio Cintura, que apresentou uma tese intitulada “Conflitos eleitorais em Moçambique: o quadro legal regulador

das eleições à luz da alínea g) do artigo 11 da CRM”, presidido pelo Vice-Reitor da Universidade Católica de Moçambique, Professor Doutor Nelson Amade, e também integrado pelos Professores Doutores Morais Barbosa (2.º arguente), Hamilton Sarto de Carvalho (supervisor), Zacarias Zinocacassa (1.º vogal) e Arsénio Cuco (2.º vogal), as quais tiveram lugar em Nampula (tendo participado telematicamente via Zoom), em 5 de dezembro de 2023, na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito (FADIR), tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, com a qualificação “*Summa Cum Laude*” (19 valores)

<https://www.youtube.com/watch?v=JsgJPRgig10>

93. Membro do júri das provas públicas de doutoramento em Direito (Ciências Jurídicas Privatísticas), com as funções de vogal, do Mestre Baryalai Hakimi, que apresentou uma tese intitulada “Factors of Informal Justice in Afghanistan”, presidido pela Diretora da Escola de Direito da Universidade do Minho, Professora Doutora Cristina Manuela Araújo Dias, e também integrado pelos Professores Doutores Wladimir Augusto Correia Brito (orientador), Eduardo Vera-Cruz Pinto (1.º arguente), Marco Filipe Carvalho Gonçalves (2.º arguente) e Pedro Miguel Fernandes Freitas (vogal), as quais tiveram lugar em Braga, em 8 de janeiro de 2024, na Universidade do Minho – Escola de Direito, tendo o candidato alcançado a classificação final de Aprovado, com Muito Bom, por unanimidade

94. Membro do júri das provas públicas de doutoramento em Direito (Direito Privado), com as funções de 1.º arguente, do Mestre Ribeiro José Cuna, que apresentou uma tese intitulada “Do Instituto da Prisão Civil à luz do Código de Processo Civil e sua (des)conformidade com a Constituição da República de Moçambique de 2004”, presidido pelo Vice-Reitor, Prof. Doutor Narane Talaquichande, e também integrado pelos Professores Doutores Melquisedec Muapala (supervisor), Paulo Sandro

Sousa (2.º arguente), Zacarias Filipe Zinocacassa (vogal) e Gilberto Constantino Bogaio (vogal), as quais tiveram lugar em Nampula, em 19 de setembro de 2024, na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Direito (FADIR), tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, com a qualificação “Summa Cum Laude” (18 valores)

95. Membro do júri das provas públicas de doutoramento em Direito (Direito Internacional), com as funções de 1.º arguente (tendo participado por via telemática), do Mestre Luciano Meneguetti Pereira, que apresentou uma tese intitulada “Direito Internacional e Cristianismo: a influência do Cristianismo para a formação do Princípio da Dignidade Humana”, presidido pelo Prof. Doutor Wagner Menezes (orientador), também integrado pelos Professores Doutores Fernanda Lemos (2.ª arguente), Paulo Emílio Borges de Macedo (3.º arguente), Ives Gandra da Silva Martins (4.º arguente) e Ignácio M. Poveda Velasco (5.º arguente), as quais tiveram lugar em São Paulo, em 20 de dezembro de 2024, na Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito (Largo de São Francisco), tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Louvor” (9 em 10 valores)

3.2.2. Participação em Provas de Mestrado

1. Membro do júri das provas de mestrado em Relações Internacionais, com as funções de arguente, da Licenciada Maria de Fátima Castro Tavares Monteiro Pacheco, que apresentou uma dissertação intitulada “A natureza jurídica das Comunidades Europeias”, presidido pelo Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, e também integrado pelo Professor Doutor Fernando Amaro Monteiro, o qual teve lugar na Universidade Portuguesa – Infante D. Henrique, em 7 de junho de 2000, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom”, por unanimidade

2. Membro do júri das provas de mestrado em Estudos Europeus (vertente jurídica), com as funções de arguente, da Licenciada Margarida Telles Romão, que apresentou uma dissertação intitulada “Liberdade e vinculação na Administração Comunitária”, presidido pelo Professor Doutor Ernâni Lopes, e também integrado pela Professora Doutora Maria Luísa Duarte, as quais tiveram lugar no Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, em 3 de julho de 2000, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade
3. Membro do júri das provas de mestrado em Estudos Europeus (vertente jurídica), com as funções de arguente, do Licenciado Gabriel Corte-Real de Carvalho Goucha, que apresentou uma dissertação intitulada “O direito de ingerência humanitária (no espaço europeu)”, presidido pelo Professor Doutor Ernâni Lopes, e também integrado pela Professora Doutora Maria Luísa Duarte, as quais tiveram lugar no Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa, em 6 de Fevereiro de 2001, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
4. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), com as funções de arguente, do Licenciado Boavida Francisco Zandamela, que apresentou uma dissertação intitulada “Descentralização e autonomia financeira das autarquias locais em Moçambique”, presidido pelo Professor Doutor António de Sousa Franco, e também integrado pelos Professores Doutores Eduardo Paz Ferreira e Vasco Pereira da Silva, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 10 de maio de 2001, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
5. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), com as funções de arguente, do Licenciado

Fernando Manuel Xarepe Silveiro, que apresentou uma dissertação intitulada “O controlo financeiro do Tribunal de Contas sobre as sociedades comerciais”, presidido pelo Professor Doutor António de Sousa Franco, e também integrado pelos Professores Doutores Pedro Pais de Vasconcelos, Fernando Araújo e Luís Lima Pinheiro, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 16 de maio de 2001, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade

6. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, do Licenciado Augusto Fernandes, que apresentou uma dissertação intitulada “O controlo judicial da validade dos regulamentos no Direito Guineense”, presidido pelo Professor Doutor Fausto de Quadros, e também integrado pelos Professores Doutores António Marques dos Santos e Paulo Otero, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2 de julho de 2001, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
7. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Internacionais), com as funções de arguente, do Licenciado José Paulino Cunha da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “As resoluções das Nações Unidas sobre Angola”, presidido pelo Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, e também integrado pelos Professores Doutores Armando M. Marques Guedes, Paulo Otero e António Pedro Barbas Homem, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 31 de janeiro de 2002, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
8. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) do Licenciado João Manuel Nunes Lemos

de Albuquerque, que apresentou uma dissertação intitulada “A Convenção Europeia dos Direitos do Homem como Fonte de Direito Comunitário”, presidido pelo Professor Doutor João Mota de Campos, e também integrado pelo Professor Doutor Manuel de Almeida Ribeiro, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Macau, em 22 de fevereiro de 2002, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom”, por unanimidade

9. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Comunitárias) do Bacharel Daniel Freire e Almeida, que apresentou uma dissertação intitulada “A tributação do comércio eletrónico”, presidido pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos (orientador), e também integrado pelo Professor Doutor José Casalta Nabais, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 21 de Março de 2002, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (17 valores), por unanimidade
10. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Internacionais), com as funções de arguente, da Licenciada Antónia Florbela de Jesus Rocha de Araújo, que apresentou uma dissertação intitulada “O mar territorial e a gestão dos recursos de pesca em Portugal e Angola”, presidido pelo Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, e também integrado pelos Professores Doutores Armando M. Marques Guedes (orientador) e Luís Menezes Leitão, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 4 de abril de 2002, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
11. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), com as funções de arguente, do Licenciado Luís Filipe de Sampaio Madahil e Salles Camejo, que apresentou uma dissertação intitulada “A repartição dos impostos e as

comunidades infraestaduais”, presidido pelo Professor Doutor António de Sousa Franco, e também integrado pelos Professores Doutores Eduardo Paz Ferreira e Paulo Otero, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2 de julho de 2002, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade

12. Membro do júri de equivalência do mestrado em Direito do Bacharel Eduardo Rocha Dias, que apresentou uma dissertação intitulada “Sanções administrativas a licitantes e contratados”, discutida e aprovada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (Brasil), presidido pela Professora Doutora Maria João Estorninho, e também integrado pela Professora Doutora Maria Luísa Duarte, procedimento de equivalência que correu os seus trâmites na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e que se concluiu em 1 de outubro de 2002
13. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Internacionais) da Licenciada Regina Stela Holanda Lima, que apresentou uma dissertação intitulada “Exploração dos recursos naturais no Direito do Mar”, presidido pelo Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa, e também integrado pelos Professores Doutores Paulo Otero e Ana Maria Guerra Martins, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1 de outubro de 2002, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
14. Membro do júri das provas de mestrado em Relações Internacionais (disciplina de Direito Internacional Público), com as funções de arguente, da Licenciada Maria Regina de Castro Martins, que apresentou uma dissertação intitulada “A segurança jurídica do Mercosul”, presidido pelo Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, e também integrado pela Professora Doutora Rosa Maria Martins Rocha, as quais tiveram lugar na Universidade

Portugalense – Infante D. Henrique, em 14 de novembro de 2002, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom com Distinção”, por unanimidade

15. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Internacionais), com as funções de arguente, do Licenciado Luís Filipe da Silva Dias, que apresentou uma dissertação intitulada “Mar territorial e demais espaços: os poderes do Estado costeiro e a natureza jurídica dos espaços marinhos – estudo comparativo”, presidido pelo Professor Doutor Paulo Otero, e também integrado pela Professora Doutora Ana Maria Guerra Martins, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 6 de dezembro de 2002, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade
16. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), com as funções de arguente, do Licenciado Rui Manuel Oliva Neves da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “A autonomia tributária dos entes locais”, presidido pelo Professor Doutor António L. de Sousa Franco, e também integrado pelos Professores Doutores Eduardo Paz Ferreira (orientador) e Fernando Araújo, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 4 de abril de 2003, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (17 valores), por unanimidade
17. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), com as funções de arguente, do Licenciado Guilherme Waldemar d’Oliveira Martins, que apresentou uma dissertação intitulada “A despesa fiscal e o Orçamento do Estado no Ordenamento Jurídico Português”, presidido pelo Professor Doutor António L. de Sousa Franco, e também integrado pelos Professores Doutores Eduardo Paz Ferreira (orientador), José Luís Saldanha Sanches e Fernando Araújo, as quais tiveram lugar na Faculdade de

Direito da Universidade de Lisboa, em 4 de abril de 2003, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (18 valores), por unanimidade

18. Membro do júri das provas de mestrado em Relações Internacionais, com as funções de arguente, da Licenciada Cláudia Sofia Lemos de Carvalho Bastos Martins, que apresentou uma dissertação intitulada “Israel e Palestina: entre a Espada e o Verbo?”, presidido pelo Professor Doutor Joaquim da Silva Cunha, e também integrado pelo Professor Doutor Fernando Amaro Monteiro, as quais tiveram lugar na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique, em 14 de maio de 2003, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom”, por unanimidade
19. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Internacionais), com as funções de arguente, da Licenciada Adriana Ramos Costa, que apresentou uma dissertação intitulada “Intervenção humanitária e soberania”, presidido pelo Professor Doutor Jorge Miranda, e também integrado pelas Professoras Doutoras Ana Maria Guerra Martins e Paula Costa e Silva, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 16 de maio de 2003, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade
20. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (“O Direito em Ação” – “Direito da Família”), com as funções de orientador e arguente, da Licenciada Helena Alves, que apresentou uma dissertação intitulada “Breves considerações sobre o Ordenamento Jurídico do regime português da adoção: Timor-Leste, um caso de sucesso de cooperação jurídica lusófona”, presidido pelo Professor Doutor Justino Mendes da Almeida, Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, e também integrado pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos e pela Professora Doutora Constança Urbano de Sousa, as quais tiveram lugar na Universidade

Autónoma de Lisboa, em 30 de maio de 2003, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada”, por unanimidade

21. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), com as funções de arguente, da Licenciada Fabiana Kelly Atallah, que apresentou uma dissertação intitulada “Mandado de segurança – a ação tributária por excelência no Direito Português”, presidido pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos, e também integrado pelo Professor Doutor José Casalta Nabais, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 10 de outubro de 2003, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom com Distinção”, por unanimidade
22. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, do Licenciado Bruno António Moreno Pina, que apresentou uma dissertação intitulada “A «cláusula aberta» de direitos fundamentais na Constituição Portuguesa – uma cláusula esquecida?”, presidido pelo Professor Doutor Jorge Miranda, e também integrado pelo Professor Doutor Rui Medeiros, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 10 de fevereiro de 2004, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado Bom com Distinção” (17 valores), por unanimidade
23. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) do Licenciado Sebastião Ribeiro Martins, que apresentou uma dissertação intitulada “O município como ente federativo autónomo e a relevância da municipalização dos serviços básicos de saúde e educação no Brasil”, presidido pelo Professor Doutor Jorge Miranda (orientador), e também integrado pelos Professores Doutores António Pedro Barbas Homem (arguente) e Jorge Reis Novais, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 14 de maio de 2004, tendo o candidato

alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

24. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, do Licenciado Manuel António Alinho Venes, que apresentou uma dissertação intitulada “Administração Aberta”, presidido pelo Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, e também composto pelo Professor Doutor Luís Cabral de Moncada (orientador), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa, em 28 de maio de 2004, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade
25. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de orientador, do Mestre Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês, que apresentou uma dissertação intitulada “A responsabilidade pré-contratual da Administração Pública”, presidido pela Professora Doutora Ana Prata, e também composto pelo Professor Doutor Mário Aroso de Almeida, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de novembro de 2004, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, por unanimidade
26. Membro do júri das provas de mestrado em Direito, com as funções de arguente, do Licenciado Cláudio Soares de Oliveira Ferreira, que apresentou uma dissertação intitulada “Eficácia das normas constitucionais de direitos fundamentais sociais e omissões legislativas no Ordenamento Jurídico Brasileiro”, presidido pelo Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, e também composto pelo Professor Doutor Afonso d’Oliveira Martins, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa, em 19 de abril de 2005, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (18 valores), por unanimidade

27. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, do Licenciado Alan Bohnenberger, que apresentou uma dissertação intitulada “O silêncio legislativo na Constituição da República Portuguesa, na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição Europeia”, presidido pelo Professor Doutor José Carlos Vieira de Andrade, e também integrado pelo Professor Doutor Jónatas Machado, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 22 de junho de 2005, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade
28. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, da Licenciada Cynthia Teixeira Pereira Carneiro, que apresentou uma dissertação intitulada “O poder sancionatório nos partidos políticos – aspetos sobre a infidelidade partidária”, presidido pelo Professor Doutor Jorge Miranda, e também integrado pelos Professores Doutores Paulo Otero e Augusto Silva Dias, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 18 de julho de 2005, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
29. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, do Licenciado Pedro Sinai Nhatitima, que apresentou uma dissertação intitulada “O sistema moçambicano de fiscalização da constitucionalidade”, presidido pelo Professor Doutor Paulo Otero, e também integrado pelos Professores Doutores Jorge Reis Novais e José Alberto Coelho Vieira, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 15 de novembro de 2005, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
30. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, da Licenciada

Patrícia Couto Villela, que apresentou uma dissertação intitulada “O núcleo essencial do direito fundamental social”, presidido pelo Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, e também integrado pelos Professores Doutores Margarida Salema d’Oliveira Martins e Augusto Silva Dias, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 28 de abril de 2006, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom com Distinção” (17 valores), por unanimidade

31. Membro do júri das provas de mestrado em Estudos Políticos, com as funções de orientador, do Licenciado António Manuel Farinha Malheiro, que apresentou uma dissertação intitulada “James Buchanan – consenso, liberdade e Constituição”, presidido pelo Professor Doutor Rui Medeiros, e também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Moreira, as quais tiveram lugar no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, em 12 de maio de 2006, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
32. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, do Licenciado Robert C. Gericke, que apresentou uma dissertação intitulada “Contributo para o estudo do princípio da igualdade no Direito Internacional Público”, presidido pelo Professor Doutor Jorge Miranda (orientador), e também integrado pelos Professores Doutores Maria Luísa Duarte e António Pedro Barbas Homem, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 19 de junho de 2006, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
33. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, da Licenciada Rosicler dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “A proteção da propriedade privada pelo Direito Internacional

Público”, presidido pelo Professor Doutor José Carlos Vieira de Andrade (orientador), e também integrado pelo Professor Doutor Jónatas Machado, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 21 de junho de 2006, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom com Distinção” (17 valores), por unanimidade

34. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), com as funções de arguente, de Marta Rebelo, que apresentou uma dissertação intitulada “O Princípio da Descentralização e a Justa Repartição de Recursos entre o Estado e as Autarquias Locais”, presidido pelo Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira (orientador), e também integrado pelos Professores Doutores Vasco Pereira da Silva, Fernando Araújo e Luís Morais (segundo arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 29 de janeiro de 2007, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom com Distinção” (17 valores), por unanimidade
35. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, de José Manuel Moreira Rodrigues, que apresentou uma dissertação intitulada “O Direito e a Polícia: subsídios jurídicos”, presidido pelo Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles, e também integrado pela Professora Doutora Margarida Salema d’ Oliveira Martins, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa, em 9 de março de 2007, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (17 valores), por unanimidade
36. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, de Luiz Paulo Torres Aguilar Cortez, que apresentou uma dissertação intitulada “O Processo de Reforma das Constituições Brasileiras”, presidido pelo Professor Doutor Jorge Miranda, e também integrado pela

Professora Doutora Margarida Salema d' Oliveira Martins e pelo Professor Doutor José Alberto Coelho Vieira, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 14 de maio de 2007, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

37. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, de João Biagué, que apresentou uma dissertação intitulada “O controlo jurisdicional da Administração Pública na Guiné-Bissau: os modelos portugueses e brasileiro como base de referência”, presidido pelo Professor Doutor Sérvulo Correia, e também integrado pelo Professor Doutor Manuel Januário da Costa Gomes e pela Professora Doutora Maria José Rangel Mesquita, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1 de junho de 2007, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade
38. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, do Licenciado Luís Manuel Ferreira Ricardo, que apresentou uma dissertação intitulada “A Burla Tributária e os Problemas de Concurso de Ilícitos em Matéria de Evasão Fiscal”, e também integrado pelo Professor Doutor José Lobo Moutinho (arguente) e pela Professora Doutora Maria Teresa Pizarro Beleza (orientadora), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de julho de 2007, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado”, por unanimidade
39. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) de Cirilo João Vieira, que apresentou uma dissertação intitulada “A União Monetária Africana e a sua relação com a União Monetária Europeia – o caso específico da África Ocidental”, presidido pelo Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira, e também composto pelo Professor Doutor Vasco Pereira

da Silva e pela Professora Doutora Ana Paula Dourado (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 13 de novembro de 2007, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

40. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas), com as funções de arguente, da Licenciada Ana Maria Pereira de Lima, que apresentou uma dissertação intitulada “O direito de asilo num espaço de livre circulação de pessoas”, e também integrado pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos (presidente) e pelo Professor Doutor Jónatas Machado, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 3 de abril de 2008, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (13 valores), por unanimidade
41. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Direito Processual), com as funções de arguente (participando por videoconferência), do Licenciado Érico Vinícius Prado Casagrande, que apresentou uma dissertação intitulada “Repercussão geral no recurso extraordinário e garantia fundamental da ampla defesa: estudo do novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário sob a perspetiva de uma Teoria do Direito Democrático”, também integrado pelo Professor Doutor Fernando Horta Tavares (presidente e orientador) e pelo Professor Doutor Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 5 de junho de 2008, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com 100%”, por unanimidade
42. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de arguente, do Licenciado Tiago Conde Teixeira, que apresentou uma dissertação intitulada “Os direitos

fundamentais sociais na Constituição Brasileira de 1988”, e também integrado pelo Professor Doutor José Carlos Vieira de Andrade (presidente e orientador) e pela Professora Doutora Maria Benedita Pires Malaquias Urbano, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 17 de setembro de 2008, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (16 valores), por unanimidade

43. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciência Política), com as funções de arguente, do Licenciado Nilton Filipe Fernandes dos Reis, que apresentou uma dissertação intitulada “O princípio da maioria em Democracia”, e também integrado pelos Professores Doutores Jorge Miranda (presidente e orientador) e Jorge Reis Novais, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 13 de outubro de 2008, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (17 valores), por unanimidade
44. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de presidente, da Licenciada Ana Filipa Beliz Carvalho da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “Fiscalização das Sociedades Anónimas”, também integrado pelas Professores Doutores Ana Roque (orientadora), António Alfredo Mendes e Armindo Saraiva Matias (arguentes), as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 15 de janeiro de 2009, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
45. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Internacionais), com as funções de arguente, da Licenciada Ana Rosa Pedrosa Gonçalves, que apresentou uma dissertação intitulada “O Direito da Auto-Determinação aplicado aos Territórios não autónomos: o exemplo do Sara Ocidental”, também integrado pelos Professores Doutores Paula Escarameia

(orientadora) e João Caupers (presidente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de fevereiro de 2009, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

46. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Internacionais), com as funções de presidente, da Licenciada Alexandra Chícharo das Neves, que apresentou uma dissertação intitulada “O Direito dos Estrangeiros – respeitar os direitos do homem”, também integrado pelas Professoras Doutoras Ana Roque (orientadora) e Andreia Sofia Pinto de Oliveira (arguente), as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 3 de março de 2009, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
47. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Tiago Miguel Gonçalves da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “O Terrorismo Global”, também integrado pelos Professores Doutores José Loureiro dos Santos (orientador) e Armando Marques Guedes (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de abril de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
48. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Manuel Sequeira Estrela Moleirinho, que apresentou uma dissertação intitulada “Da polícia de proximidade ao policiamento orientado pelas informações”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador) e pela Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA

School of Law, em 24 de abril de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

49. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Paulo Jorge Alves Silvério, que apresentou uma dissertação intitulada “A nova ordem e o empenhamento de forças no estado de exceção – o caso de Portugal”, também integrado pela Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento (orientadora) e pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de abril de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
50. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Manuel Fernandes Borlido Rocha, que apresentou uma dissertação intitulada “A Segurança Nacional e a problemática do sistema policial dualista”, também integrado pelo Professor Doutor Nuno Piçarra (orientador) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de abril de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
51. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Emílio da Silva Oliveira, que apresentou uma dissertação intitulada “Alternativas ao uso da força – armas menos letais”, também integrado pela Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento (orientadora) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de abril de 2009, tendo o candidato

alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

52. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Cátia Sofia Neves Repolho, que apresentou uma dissertação intitulada “A Segurança Ambiental num contexto escolar”, também integrado pela Professora Doutora Maria do Carmo Freitas (orientadora) e pelo Professor Doutor José Viriato Soromenho-Marques (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de abril de 2009, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
53. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Maximiano Vaz Alves, que apresentou uma dissertação intitulada “A Criminalidade Organizada, o Terrorismo e os Direitos Fundamentais”, também integrado pelo Professor Doutor Nuno Piçarra (orientador) e pela Professora Doutora Maria Tereza Pizarro Beleza (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 30 de abril de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
54. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado José Luís dos Santos Alves, que apresentou uma dissertação intitulada “A Dimensão Gendármica na União Europeia – Política Europeia de Segurança e Defesa”, também integrado pelos Professores Doutores Francisco Proença Garcia (orientador) e Constança Urbano de Sousa (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 1 de junho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

55. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Albino Fernando Quaresma Tavares, que apresentou uma dissertação intitulada “A relação entre a liberdade e a segurança e a legitimidade de atuação da GNR no estrangeiro”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (orientador) e pela Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 1 de junho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
56. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Internacionais), com as funções de presidente, da Licenciada Inês Cidade Moura Theias, que apresentou uma dissertação intitulada “O direito à água”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Pureza (orientador) e pela Professora Doutora Carla Amado Gomes (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de junho de 2009, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
57. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Manuel Carlos Afonso, que apresentou uma dissertação intitulada “Segurança Ambiental – a GNR na prevenção e proteção do ambiente”, também integrado pelos Professores Doutores Francisco Proença Garcia (orientador) e Carla Amado Gomes (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de junho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
58. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, do Licenciado Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro, que apresentou

uma dissertação intitulada “Relativização do caso julgado inconstitucional e ponderação de interesses”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Cardoso da Costa (presidente e orientador) e pelo Professor Doutor Luís Andrade Mesquita, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 4 de junho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

59. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Internacionais), com as funções de arguente, da Licenciada Catarina Joana Amaral Prata, que apresentou uma dissertação intitulada “O papel da cláusula Martens na regulamentação jurídica das empresas militares privadas nos conflitos armados internacionais”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (presidente) e pela Professora Doutora Paula Escarameia (orientadora), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 8 de junho de 2009, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
60. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de presidente, do Licenciado Casimiro Puabo, que apresentou uma dissertação intitulada “A liberdade de imprensa na Constituição Angolana”, também integrado pela Professora Doutora Ana Roque (arguente) e pelos Professores Doutores Jónatas Machado e António Pedro Ferreira (orientadores), as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 17 de junho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
61. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado

Fernando Francisco, que apresentou uma dissertação intitulada “Desorganização Social, Degradação do Meio Urbano e Sentimento de Insegurança na Cidade de Maputo – o caso do Distrito Municipal n.º 1”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Hespanha (arguente) e pela Professora Doutora Ana Cristina Nogueira da Silva (vogal), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de junho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

62. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado João Pedro de Sousa Assis, que apresentou uma dissertação intitulada “O contrato de mecenato – regime contratual e regime fiscal”, também integrado pelo Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida (orientador) e pelo Professor Doutor Vítor Pereira das Neves (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de julho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
63. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Vidal Pereira de Matos, que apresentou uma dissertação intitulada “O princípio inquisitório no procedimento tributário”, também integrado pelo Professor Doutor Vasco Branco Guimarães (orientador) e pelo Professor Doutor António Carlos dos Santos (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de julho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
64. Membro do júri das provas de mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado António Nunes,

que apresentou uma dissertação intitulada “Terrorismo, Novos Terrorismos e a Segurança Interna em Portugal”, também integrado pelos Professores Doutores Heitor Romana (orientador) e José Manuel Anes (arguente), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de julho de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

65. Membro do júri das provas de mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado Luís Alves da Costa, que apresentou uma dissertação intitulada “Acordos Prévios sobre Preços de Transferência – uma introdução com enfoque nas questões internacionais”, também integrado pelo Professor Doutor Vasco Branco Guimarães (arguente) e pelo Professor Doutor Rui Pinto Duarte (orientador), as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de novembro de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
66. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado António Timóteo Pedroso, que apresentou uma dissertação intitulada “Segurança Interna – O Imperativo da Congruência entre Conceito, Modelo e Sistema Operativo”, também integrado pelos Professores Doutores Nelson Lourenço (orientador) e Pedro Clemente (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de dezembro de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
67. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Carlos Manuel Cardoso da Costa Pires, que apresentou uma dissertação

intitulada “Modernas condutas criminosas – marginais e insegurança”, também integrado pelos Professores Doutores Pedro Gomes Barbosa (orientador) e Nelson Lourenço (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de dezembro de 2009, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade

68. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciência Política, com as funções de arguente, da Licenciada Carina Isabel Canhoto Inácio, que apresentou uma dissertação intitulada “Políticas Públicas de Segurança – novo paradigma”, também integrado pelo Professor Doutor Varga Carlos Jalali, que presidiu, pela Professora Doutora Maria Sousa Gomes (coorientadora) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (coorientador), o qual teve lugar na Universidade de Aveiro – Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, em 1 de março de 2010, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (18 valores), por unanimidade
69. Membro do júri das provas de Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de presidente, da Licenciada Leonor Maria de Freitas Bentinho, que apresentou uma dissertação intitulada “O novo regime jurídico de emprego público face à Constituição da República Portuguesa”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Cordeiro (arguente) e pelo Professor Doutor Tiago Duarte (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 8 de abril de 2010, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Suficiente” (13 valores), por unanimidade
70. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Jaselino Gouveia Seabra Ferreira, que apresentou uma dissertação intitulada “Segurança: a aplicação da força – o caso de Timor-

Leste”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (orientador) e pela Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de abril de 2010, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

71. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Maria Bernardete Rodrigues Sabina Rosa Calhaço, que apresentou uma dissertação intitulada “(In) Segurança e (Restrição dos) Direitos Fundamentais dos Militares – Disciplina Militar”, também integrado pelos Professores Doutores Francisco Pereira Coutinho (arguente) e José João Abrantes (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de abril de 2010, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
72. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na menção de Ciências Jurídicas Empresariais, com as funções de presidente, da Licenciada Neuza Cristiana Mendes Lourenço, que apresentou uma dissertação intitulada “A aplicação em Portugal do artigo V da Convenção de Nova Iorque de 1958”, também integrado pelas Professoras Doutoras Maria Helena Brito (arguente) e Mariana França Gouveia (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 1 de junho de 2010, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Excelente” (18 valores), por unanimidade
73. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e de orientador, do Licenciado Vítor Jorge Mendes Assunção, que apresentou uma dissertação intitulada “Limites da intervenção policial no âmbito

dos direitos fundamentais de reunião e de manifestação”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de junho de 2010, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

74. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na menção de Direito Público, com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Rita Tavares de Melo, que apresentou uma dissertação intitulada “As competências do Governo Regional dos Açores no Estatuto Político-Administrativo”, também integrado pelos Professores Doutores Francisco Pereira Coutinho (arguente) e Tiago Pires Duarte (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de junho de 2010, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
75. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado José Lino Santana, que apresentou uma dissertação intitulada “A segurança no processo eleitoral moçambicano – atuação policial em contexto eleitoral”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (arguente) e pela Professora Doutora Paula Espírito Santo (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de julho de 2010, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
76. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Marta Guerreiro Pereira Rosa, que apresentou uma dissertação intitulada “O Direito Fundamental à Objeção de Consciência nas Empresas de Tendência – contexto e possibilidades de invocação e de exercício”, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientador) e pelo Professor Doutor

Tiago Pires Duarte (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de setembro de 2010, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

77. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Mário José Machado Guedelha, que apresentou uma dissertação intitulada “Segurança e Defesa Nacionais no Mundo Global – a missão da Guarda Nacional Republicana, que intersecções e inferências?”, também integrado pelo Professor Doutor General José Loureiro dos Santos (orientador) e pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de setembro de 2010, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
78. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, da Licenciada Sofia Saraiva de Menezes, que apresentou uma dissertação intitulada “O Segredo Médico: o princípio da confidência necessária”, também integrado pela Professora Doutora Maria do Céu Rueff (arguente) e pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de dezembro de 2010, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
79. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Nuno Manuel Gouveia Magro, que apresentou uma dissertação intitulada “Menores delinquentes: a segurança de hoje colocada em causa pelos homens de amanhã”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador) e pelo Professor Doutor José

Antunes Fernandes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de janeiro de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

80. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Miguel Ribeiro de Brito, que apresentou uma dissertação intitulada “O modelo de polícia dos postos da Guarda”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador) e pelo Professor Doutor José Antunes Fernandes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de janeiro de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
81. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Carlos da Silva Fernandes, que apresentou uma dissertação intitulada “Infrações ambientais: a eficácia das entidades de controlo formal”, também integrado pela Professora Doutora Carla Amado Gomes (orientadora) e pela Professora Doutora Janáína Rigo Santín (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de janeiro de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
82. Membro do júri do pedido de equivalência ao grau de mestre apresentado por Ricardo Alexandre Sousa da Cunha à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo o respetivo júri, constituído pelo Professor Doutor Santos Justo como presidente, e pelos Professores Doutores José Carlos Vieira de Andrade e Jónatas Machado como vogais, reunido em 1 de fevereiro de 2011, deliberado dar a equivalência requerida, com a classificação de

Muito Bom, 16 valores, por unanimidade, tendo o candidato para o efeito apresentado uma dissertação de mestrado com o título “Enmity and hegemony in the normative processes of International Constitutionalism”, defendida na Faculdade de Direito da Universidade de Macau, no seu programa de Mestrado em Direito Internacional

83. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente e orientador, do Licenciado José Carlos Cardoso Correia, que apresentou um trabalho de projeto intitulado “A dissolução da Assembleia da República (1976-2006) – legitimidade política e questões de Direito”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (arguente) e pelo Professor Doutor Nuno Piçarra (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de fevereiro de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Suficiente” (13 valores), por unanimidade
84. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, da Licenciada Solange Dantas Alexandre, que apresentou uma dissertação intitulada “A dignidade da pessoa humana e a proteção ao mínimo existencial”, também integrado pela Professora Doutora Luísa Neto (presidente) e pela Professora Doutora Cristina Queiroz (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em 22 de fevereiro de 2011, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
85. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Moisés Augusto Guéve, que apresentou uma dissertação intitulada “A 14.^a Esquadra da PRM e a prevenção criminal”, também integrado pela Professora Doutora Paula Espírito Santo (arguente) e pelo

Professor Doutor Pedro Clemente (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de março de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

86. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Empresariais, com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Sofia Margarida Pratas Ligeiro, que apresentou um “Relatório de Estágio Curricular na Direcção de Serviços das Relações Internacionais da Direcção-Geral de Impostos”, também integrado pela Professora Doutora Maria Helena Brito (presidente) e pela Professora Doutora Rita Calçada Pires (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de março de 2011, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Suficiente” (12 valores), por unanimidade
87. Membro da Banca Examinadora de Qualificação de Sadi Poletto, que apresentou o texto de Qualificação “Abordagens e Enfrentamento da morte de pacientes idosos – percepções de um grupo de médicos”, no Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo, no dia 15 de abril de 2011, tendo a Banca sido composta também por Marilene Rodrigues Portella, Marli Marlene M. da Costa, Astor António Diehl, Luís António Bettinelli (coorientador), sob a presidência de Janaína Rigo Santin (orientadora), tendo o candidato sido aprovado
88. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Bruno de Almeida Ferrari, que apresentou uma dissertação intitulada “A privatização da violência organizada – as empresas militares e de segurança privada na atualidade – bases, tipologia e perspectivas”, também integrado pelo Professor Doutor Luís Tomé (arguente) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (orientador), o

qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de abril de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

89. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Rogério Paulo Magro Copeto, que apresentou uma dissertação intitulada “O papel das Forças de Segurança no Sistema de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo”, também integrado pelo Professor Doutor Nelson Lourenço (arguente) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de abril de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
90. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, da Licenciada Kassia Zinato Santos Machado, que apresentou uma dissertação intitulada “A viabilidade de utilização dos mecanismos de perequação compensatória do sistema jurídico português como instrumento de política urbana no Brasil”, também integrado pela Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira (arguente) e pelo Professor Doutor Nuno Piçarra (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 8 de junho de 2011, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
91. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Ana Margarida Ferreira Mendes Soares Menezes Barbosa, que apresentou uma dissertação intitulada “A concretização legislativa da liberdade de aprender e ensinar – da tarefa fundamental do Estado e do papel decisor das Famílias”,

também integrado pelo Professor Doutor Paulo Pulido Adragão (arguente) e pela Professora Doutora Ana Cristina Nogueira da Silva (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 8 de junho de 2011, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade

92. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Hélder Valente Dias, que apresentou uma dissertação intitulada “A Decantação da Polícia: Em Busca de uma Tarefa Administrativa Perdida”, também integrado pelo Professor Doutor Germano Marques da Silva (arguente) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 6 de julho de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
93. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Internacionais), com as funções de presidente, da Licenciada Ana Maria Fialho Fão, que apresentou uma dissertação intitulada “ONU, um passado e a porta para o futuro”, também integrado pelo Professor Doutor Miguel dos Santos Neves (arguente) e pelo Professor António Pedro Ferreira (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 7 de julho de 2011, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
94. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Ernesto Jorge Vasco Caeiro, que apresentou uma dissertação intitulada “A segurança privada na Segurança Interna: enquadramento e papel”, também integrado pela Professora Doutora Paula Espírito Santo (arguente) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA

de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de julho de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

95. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Norberto Paulo Gonçalves Rodrigues, que apresentou uma dissertação intitulada “A segurança privada em Portugal: sistemas e tendências”, também integrado pela Professora Doutora Paula Espírito Santo (arguente) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de julho de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
96. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e de orientador, do Licenciado Vítor Manuel Gomes Lopes, que apresentou uma dissertação intitulada “As catástrofes e a criminalística na identificação das vítimas – a intervenção da GNR”, também integrado pelo Professor Doutor António Duarte Amaro (arguente) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de julho de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
97. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Internacionais), com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Joana Pereira da Graça de Sá Alcântara, que apresentou uma dissertação intitulada “A Responsabilidade de Proteger e a possibilidade de uso da força sem autorização do Conselho de Segurança”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (arguente) e pelo Professor Doutor Nuno Piçarra (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito

da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de julho de 2011, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Suficiente” (13 valores), por unanimidade

98. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de orientador, do Licenciado Raufi Mário Castamo Taibo, que apresentou uma dissertação intitulada “O Acesso direto dos particulares à justiça constitucional em Moçambique: o caso concreto das decisões negativas de inconstitucionalidade”, também integrado pelo Professor Doutor Benjamim Alfredo (presidente), pelos Professores Doutores Gilles Cistac e Armando Dimande (arguentes) e pelo Professor Mestre Henriques José Henriques, o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 3 de outubro de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom com Distinção” (15 valores), por unanimidade
99. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Internacionais), com as funções de presidente e arguente, do Licenciado Francisco Serra Briosa e Gala, que apresentou uma dissertação intitulada “A Política de Segurança Energética da União Europeia”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (coorientador), pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (coorientador) e pelo Professor Doutor Nuno Piçarra (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de novembro de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
100. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e de orientador, do Licenciado José Lino Alves dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “Contributo para uma melhor governação da Cibersegurança em Portugal”, também integrado pelo

Professor Doutor Rosângelo Rodrigues de Miranda (arguente) e pela Professora Doutora Sofia Santos (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 16 de dezembro de 2011, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

101. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente e arguente, da Licenciada Maria Luísa Barreto Belo Carmona, que apresentou uma dissertação intitulada “O Concurso de Acesso a Emprego Público”, também integrado pelas Professoras Doutoradas Ana Fernanda Neves (orientadora) e Helena Pereira de Melo (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de fevereiro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
102. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de arguente, da Licenciada Joana Roque Lino, que apresentou uma dissertação intitulada “A autarquia local como autora popular”, também integrado pelo Professor Doutor João Caupers (presidente e orientador) e pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de fevereiro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
103. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-forenses), com as funções de presidente, da Licenciada Sónia Duarte Afonso, que apresentou uma dissertação intitulada “Os Acórdãos Laval e Viking: o cavalo de Tróia na Política Social Europeia”, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientador) e pelo Professor Doutor Francisco

Liberal Fernandes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 12 de abril de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade

104. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Justiça – Perspetivas Jurídicas e Meta-Jurídicas, com as funções de presidente, da Licenciada Inês Filipa Duarte Galvão, que apresentou uma dissertação intitulada “A fase de saneamento e condensação no processo declarativo comum: estudo comparativo com Espanha e Brasil”, também integrado pelo Professor Doutor Fernando Horta Tavares (arguente) e pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de abril de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
105. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Relações Internacionais, com as funções de orientador, da Licenciada Ana Andreia Ferreira Lourenço Marques, que apresentou uma dissertação intitulada “Direitos humanos e pessoas com deficiência: uma evolução de perspetivas e paradigmas”, também integrado pelo Professor Doutor Carlos Motta (presidente) e pela Professora Doutora Elisabeth Accioly (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa, em 17 de abril de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
106. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Licenciada Inês Lopes Raimundo, que apresentou uma dissertação intitulada “A colação no regime sucessório português”, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientador) e pelo Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro (arguente), o qual teve

lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de abril de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

107. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Licenciada Tatiana Garrido Ferreira, que apresentou um relatório de estágio curricular sobre a OIT em Lisboa, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientadora) e pelo Professor Doutor José Luís Jacinto (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de abril de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
108. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Sandra Isabel Neves Duarte, que apresentou um relatório de estágio curricular “A vida na ALICO”, também integrado pela Professora Doutora Margarida Lima Rego (orientadora) e pelo Professor Doutor Vítor Pereira das Neves (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de abril de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
109. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, da Licenciada Dora Suzana Leal Farinha, que apresentou uma dissertação intitulada “O regime jurídico das federações desportivas versus liberdade de associação”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Meirim (orientador) e pelo Professor Doutor Luís Pereira Coutinho (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de

abril de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

110. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, da Licenciada Inês Ramires, que apresentou uma dissertação intitulada “O contrato de trabalho na Administração Pública”, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientador) e pela Professora Doutora Ana Fernanda Neves (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de abril de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
111. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Fábio Teixeira Marques, que apresentou uma dissertação intitulada “Radicalização islâmica na Guiné-Bissau”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa (arguente) e pelo Professor Doutor José Manuel Anes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de abril de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
112. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Ana Catarina Rodrigues Martins, que apresentou um relatório de estágio curricular sobre o julgado de paz de Lisboa, também integrado pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora) e pelo Professor Doutor Jorge Morais Carvalho (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de maio de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade

113. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Licenciada Joana Passarinho Santos, que apresentou um relatório de estágio curricular sobre o julgado de paz de Lisboa, também integrado pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora) e pelo Professor Doutor Jorge Morais Carvalho (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de maio de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
114. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Catarina Ribeiro da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “A Denúncia dos Contratos de Distribuição”, também integrado pelo Professor Doutor Rui Pinto Duarte (orientador) e pela Professora Doutora Ana Prata (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de maio de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
115. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, da Licenciada Joana Varela Pita, que apresentou uma dissertação intitulada “As Decisões de Não Reanimação”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (orientadora) e pela Professora Doutora Paula Lobato Faria (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de maio de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
116. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente,

da Licenciada Laura Gomes de Andrade, que apresentou um relatório de estágio curricular desenvolvido na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientador) e pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de maio de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade

117. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Verónica Ramos Catana, que apresentou um relatório de estágio curricular desenvolvido na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientador) e pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de maio de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
118. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Sociais), com as funções de presidente, da Licenciada Ana Margarida da Fonseca Mendonça Lopes, que apresentou uma dissertação intitulada “A responsabilidade social das empresas”, também integrado pelo Professor Doutor Manuel Pita (arguente) e pelo Professor Doutor Rui Pinto Duarte (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de maio de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
119. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado André Filipe Matos dos Santos, que apresentou

uma dissertação intitulada “Modalidades de negociação de instrumentos financeiros: os sistemas de negociação multilateral em especial”, também integrado pelo Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida (coorientador), pelo Professor Mestre Amadeu José Ferreira (coorientador) e pelo Professor Doutor Pedro Caetano Nunes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 30 de maio de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

120. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, da Licenciada Marta Patrícia de Correia Viegas Castilho dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “O segredo bancário e a investigação criminal”, também integrado pela Professora Doutora Maria Helena Brito (orientadora) e pelo Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de junho de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
121. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Débora Fonseca Pires, que apresentou uma dissertação intitulada “Disputas transatlânticas de privacidade – regime das transferências de dados pessoais: ontem, hoje e amanhã”, também integrado pela Professora Doutora Maria Eduarda Gonçalves (orientadora) e pelo Professor Doutor Carlos Neves de Almeida (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de junho de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
122. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, da Licenciada

Zenaide Nadine Arroja Taveira Ferrada, que apresentou uma dissertação intitulada “Exercício conjunto das Responsabilidades Parentais”, também integrado pelo Professor Doutor Jorge Duarte Pinheiro (orientador) e pela Professora Doutora Stela Barbas (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de junho de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade

123. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado João Gonçalo de Oliveira Estrela, que apresentou uma dissertação intitulada “O novo regime legal das escutas telefónicas”, também integrado pelo Professor Doutor Germano Marques da Silva (orientador) e pelo Professor Doutor Mário Ferreira Monte (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de junho de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
124. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Sérgio Miguel Mendes, que apresentou uma dissertação intitulada “Policiamento Comunitário em Moçambique”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (vogal) e pela Professora Doutora Paula Espírito Santo (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de junho de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
125. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Licenciada Tânia Vanessa Zarco de Oliveira dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “A arbitrabilidade das

questões societárias: a impugnação das deliberações sociais”, também integrado pelo Professor Doutor José Lebre de Freitas (arguente) e pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de junho de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade

126. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado Jorge Daniel Correia Gregório, que apresentou um Relatório de Estágio na Direção-Geral de Concorrência (Comissão Europeia), também integrado pela Professora Doutora Cláudia Trabuco (orientadora) e pela Professora Doutora Ana Roque (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de julho de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
127. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Licenciada Leonor Maria Carrasquinha Ferreira, que apresentou uma dissertação intitulada “Dever de ocupação efetiva do trabalhador”, também integrado pelo Professor Doutor António Garcia Pereira (arguente) e pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de julho de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
128. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Internacionais), com as funções de presidente, da Licenciada Rita Maria Calejo Pinto Barroso Jorge, que apresentou uma dissertação intitulada “A boa fé nos Princípios UNIDROIT relativos aos contratos comerciais internacionais e nos

Princípios de Direito Europeu dos Contratos”, também integrado pela Professora Doutora Maria Helena Brito (orientadora) e pelo Professor Doutor Pedro Caetano Nunes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de julho de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

129. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de presidente, do Licenciado Ricardo Miguel Medeiros dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “Redemocratizar a Democracia: um olhar sobre o Barreiro”, também integrado pelo Professor Doutor António Carlos dos Santos (orientador) e pelo Professor Doutor Alfredo Mendes (arguente), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 11 de setembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (17 valores), por unanimidade
130. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Empresarial – Corporate Governance, com as funções de orientador, do Licenciado Nelson Donald Taylor, que apresentou uma dissertação intitulada “Relações de trabalho subordinado no combate ao HIV e SIDA em Moçambique”, também integrado pelo Professor Doutor Laurindo Saraiva (arguente) e pelo Professor Doutor Vítor Neves (presidente), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 19 de setembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade
131. Membro do júri do ato público de defesa do Programa de Doutoramento e Mestrado em Direito, com as funções de presidente, da Licenciada Luísa Branco Neves, que apresentou uma dissertação de mestrado intitulada “Será a hipoteca vista como garantia nos financiamentos para a construção de imóveis,

ao abrigo do Direito Moçambicano?”, também integrado pelo Professor Doutor Benjamim Alfredo (arguente) e pelo Professor Doutor Vítor Neves (orientador), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 19 de setembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com 15 valores”, por unanimidade

132. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Empresarial – Corporate Governance, com as funções de orientador, do Licenciado Elias Armando Massango, que apresentou uma dissertação intitulada “A graduação da multa do pagamento voluntário no contencioso aduaneiro moçambicano”, também integrado pelo Professor Doutor Lourenço Dias da Silva (arguente) e pelo Professor Doutor Vítor Neves (presidente), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 20 de setembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade
133. Membro do júri do ato público de defesa do Programa de Doutoramento e Mestrado em Direito, com as funções de presidente, da Licenciada Rosa da Silveira Costley-White, que apresentou uma dissertação de mestrado intitulada “Fronteira entre a mora e o incumprimento definitivo”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Dimande (arguente) e pelo Professor Doutor Vítor Neves (orientador), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 20 de setembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com 15 valores”, por unanimidade
134. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de orientador, do Licenciado Hamilton Sarto Serra de Carvalho, que apresentou uma dissertação intitulada “Análise crítica ao Estado forte: hobbesianismo e maquiavelismo versus atual regime jurídico-constitucional

moçambicano”, também integrado pelo Professor Doutor Gilles Cistac (arguente) e pelo Professor Doutor Vítor Neves (presidente), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 20 de setembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade

135. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, do Licenciado João Lima Cluny, que apresentou uma dissertação intitulada “O recurso de revisão fundado em sentença de tribunal internacional vinculativa para o Estado Português”, também integrado pelo Professor Doutor Nuno Piçarra (arguente) e pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de setembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
136. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Catarina Alves de Mesquita Alves, que apresentou uma dissertação intitulada “Responsabilidade internacional por factos ilícitos – a perspetiva das organizações internacionais”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de setembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
137. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Maria Manuel de Oliveira Borges Carneiro, que apresentou uma dissertação intitulada “O confronto entre os

sistemas políticos português e italiano”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de setembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade

138. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Figueira Garcia, que apresentou uma dissertação intitulada “Trabalho penitenciário: um direito e um dever do recluso”, também integrado pelo Professor Mestre Frederico Costa Pinto (arguente) e pela Professora Doutora Teresa Pizarro Beleza (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de outubro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
139. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Vaz de Almada, que apresentou uma dissertação intitulada “Do dever de não apropriação de oportunidades de negócio societárias”, também integrado pelo Professor Doutor Vítor Neves (arguente) e pelo Doutor Rui Pinto Duarte (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de outubro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
140. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado Miguel Correia Afonso Archer, que apresentou uma dissertação de mestrado intitulada “Garantia Bancária Autónoma – autonomia, tipo(logia) e qualificação”, também integrado pelo

Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida (orientador) e pelo Professor Doutor André Figueiredo (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de outubro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

141. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Justiça: Perspetivas Jurídicas e Meta-Jurídicas, com as funções de presidente, do Licenciado Bruno Manuel Azevedo de Carvalho Albuquerque da Fonseca, que apresentou uma dissertação intitulada “Cloud Computing e a proteção de Dados”, também integrado pela Professora Doutora Maria Eduarda Gonçalves (orientadora) e pelo Professor Doutor José Manuel Meirim (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de outubro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Suficiente” (13 valores), por unanimidade
142. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, de Ricardo Manuel Silva Farias, que apresentou uma dissertação intitulada “Reflexos do Código Civil de 1867 no regime da propriedade – o exemplo de Castelo Branco”, também integrado pela Professora Doutora Ana Cristina Nogueira da Silva (orientadora) e pelo Professor Doutor António Manuel Hespanha (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de outubro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
143. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Mariana Cardoso Batista, que apresentou uma dissertação intitulada “Liberdade de expressão e regulação na blogosfera”,

também integrado pela Professora Doutora Maria Eduarda Gonçalves (orientadora) e pelo Professor Doutor José Manuel Meirim (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de outubro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade

144. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, do Licenciado Micael Martins Teixeira, que apresentou uma dissertação intitulada “Por uma distribuição dinâmica do ónus da prova”, também integrado pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora) e pela Professora Doutora Isabel Alexandre (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 5 de novembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (19 valores), por unanimidade
145. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, do Licenciado Nuno Miguel Viegas Calçada, que apresentou um relatório final de estágio no Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, também integrado pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora) e pelo Professor Doutor Jorge Morais Carvalho (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de novembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
146. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, do Licenciado João Miguel Calçado Madeira, que apresentou um relatório final de estágio sobre o Julgado de Paz de Lisboa, também integrado pela Professora Doutora Mariana França

Gouveia (orientadora) e pelo Professor Doutor José Lebre de Freitas (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de novembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Suficiente” (13 valores), por unanimidade

147. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Licenciada Maria da Conceição Gomes Coelho, que apresentou uma dissertação intitulada “Do direito à indemnização por danos não patrimoniais dos familiares de lesados profundos vítimas de acidentes de viação”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (arguente) e pelo Professor Doutor Vítor Neves (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 8 de novembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
148. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Paulo Jorge Soares dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “O Ciberterrorismo: uma ameaça à escala global”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador) e pelo Professor Doutor José Manuel Anes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 14 de novembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
149. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Maria de Lurdes Delfino Toscano, que apresentou uma dissertação intitulada “Arbitragem Fiscal, uma alternativa aos tribunais tributários?”, também integrado pela Professora Doutora Mariana França Gouveia (orientadora) e pelo Professor Doutor António

Carlos dos Santos (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de novembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade

150. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, do Licenciado Helder Mourato, que apresentou uma dissertação intitulada “O contrato de swap de taxa de juro”, também integrado pela Professora Doutora Margarida Lima Rego (arguente), pelo Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida (orientador) e pelo Professor Mestre Amadeu Ferreira (coorientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de novembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
151. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Criminais), com as funções de presidente, da Licenciada Jolina Colina Gonçalves, que apresentou uma dissertação intitulada “Estado de Direito Democrático – a presunção de inocência, a morosidade processual e o paradigma judiciário social”, também integrado pelo Professor Doutor Alfredo Mendes (orientador), pelo Professor Doutor António Pinheiro Torres (coorientador) e pelo Professor Mestre Desembargador Rui Rangel (arguente), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 16 de novembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (15 valores), por unanimidade
152. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Joana Magalhães Esteves da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “O comportamento de elisão fiscal à luz da

cláusula geral anti-abuso constante do art. 38.º, n.º 2, da Lei Geral Tributária”, também integrado pelo Professor Mestre Rui Barreira (orientador) e pelo Professor Doutor João Sérgio Ribeiro (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de novembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

153. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Ana Ferreira Lorrão Agostinho, que apresentou um relatório de estágio na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, também integrado pela Professora Doutora Luísa Andias (orientadora) e pelo Professor Doutor José João Abrantes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de novembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
154. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, do Licenciado Duarte Alves de Carvalho, que apresentou uma dissertação intitulada “A responsabilidade civil do proprietário do navio poluidor no âmbito da CLC 1969/92”, também integrado pelo Professor Doutor Humberto Xavier (orientador) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de novembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Suficiente” (13 valores), por unanimidade
155. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de arguente, do Licenciado Damião Silva Pasiki, que apresentou uma dissertação intitulada “O processo de construção do sistema democrático

angolano entre 1992-2012 – uma análise comparativa”, também integrado pela Professora Doutora Constança Urbano de Sousa (presidente) e pelo Professor Doutor António Carlos dos Santos (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 26 de novembro de 2012, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

156. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de arguente, da Licenciada Ana Sofia Antunes da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “A justa causa de resolução do contrato de trabalho pelo trabalhador”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor António Garcia Pereira (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 30 de novembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
157. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de arguente, da Licenciada Maria de Lurdes Duarte Correia de Almeida, que apresentou uma dissertação intitulada “Bailarinos profissionais de bailado clássico e/ou contemporâneo: vicissitudes e extinção da relação jurídica de emprego”, também integrado pelo Professor Doutor Arlindo Alegre Donário (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 10 de dezembro de 2012, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
158. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, da Licenciada Patrícia Morgado Pacheco Tomé, que apresentou uma dissertação intitulada “Os Acordos Parassociais – considerações

sobre a omnilateralidade”, também integrado pelo Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida (arguente) e pelo Professor Doutor Rui Pinto Duarte (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de janeiro de 2013, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade

159. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Ricardo Nuno Gil de Sousa, que apresentou uma dissertação intitulada “Análise de Risco: terrorismo versus edificação empresarial”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Anes (orientador) e pelo Professor Doutor António Duarte Amaro (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 14 de fevereiro de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
160. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Suzana Sobral, que apresentou uma dissertação intitulada “Perspetiva do Ciberterrorismo como uma ameaça real e concretizável”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (orientador) e pelo Professor Doutor Luís Tomé (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 14 de fevereiro de 2013, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
161. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Tito Elias Leitão Colaço, que apresentou uma dissertação intitulada “O impacto na Segurança e Saúde do Trabalho na atual conjuntura de crise económica e financeira”, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (orientador), pelo Professor Doutor

António Duarte Amaro (arguente) e pelo Dr. Manuel Roxo, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de fevereiro de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

162. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, da Licenciada Camila de Sá Chiganer, que apresentou uma dissertação intitulada “Vigilância eletrónica nos Direitos Português e Brasileiro”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (orientadora) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de fevereiro de 2013, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
163. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Empresarial – Corporate Governance, com as funções de presidente, do Licenciado Hamino Latifo Omar, que apresentou uma dissertação intitulada “Eficácia da garantia bancária autónoma à primeira solicitação no ordenamento jurídico moçambicano”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Dimande (arguente) e pelo Professor Doutor Vítor Neves (orientador), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 19 de março de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
164. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Jurídicas, com as funções de presidente, do Licenciado Virgílio Saúl Serra de Carvalho, que apresentou uma dissertação intitulada “A proteção constitucional da criança em Moçambique contra o tráfico de menores: uma leitura a partir do princípio da dignidade

da pessoa humana”, também integrado pelo Professor Doutor José João Abrantes (arguente) e pelo Professor Doutor Armando Dimande (orientador), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 19 de março de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (16 valores), por unanimidade

165. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Criminais), com as funções de orientador, do Licenciado Adelino Ferreira dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “Pirataria, Terrorismo e Narcotráfico: o papel das forças de segurança no processo de implementação das medidas de proteção dos portos portugueses”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Mestre Duarte Lynce de Faria (arguente), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 4 de abril de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (15 valores), por unanimidade
166. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado António José Dornelas Quadrado, que apresentou uma dissertação intitulada “O combate ao terrorismo na Europa (rede Atlas)”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Anes (orientador) e pela Professora Doutora Sofia Santos (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de abril de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
167. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Paulo Miguel Lopes de Barros Poiares, que apresentou uma dissertação intitulada “Violência escolar – respostas legais”, também integrado pelos Professores Doutores Paulo Pereira de Almeida e Pedro

Clemente (orientadores) e Antunes Fernandes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de abril de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

168. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Marco Paulo Pereira Nunes, que apresentou uma dissertação intitulada “O emprego de *unmanned aerial systems* na Segurança Interna”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador) e pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de abril de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
169. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Policiais, com as funções de arguente, da Licenciada Cláudia Simões Cardoso, que apresentou uma dissertação intitulada “Das medidas cautelares necessárias e urgentes”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (presidente) e pelo Professor Doutor Manuel Guedes Valente (orientador), o qual teve lugar no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, em 6 de maio de 2013, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
170. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Josefina Homem de Gouveia Tranquada Gomes, que apresentou uma dissertação intitulada “A Administração Pública Regional”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (vogal) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA

School of Law, em 18 de junho de 2013, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade

171. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Ercílio Manuel Tomé Guedes Tabuada, que apresentou uma dissertação intitulada “A modernização da Segurança Prisional no âmbito da Segurança Interna”, também integrado pelo Professor Doutor Manuel Guedes Valente (arguente) e pela Professora Doutora Paula Espírito Santo (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 24 de junho de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
172. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Empresariais), com as funções de presidente, do Licenciado Edgar Costa Sousa, que apresentou um relatório de estágio curricular na ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, também integrado pela Professora Doutora Maria Eduarda Gonçalves (orientadora) e pelo Professor Doutor José Rebelo Guinote (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de junho de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
173. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Forenses), com as funções de presidente, do Licenciado Frederico Veiga, que apresentou uma dissertação intitulada “Os subsetores da energia e os regimes jurídicos em Portugal e Angola”, também integrado pela Professora Doutora Maria Eduarda Gonçalves (arguente) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA

School of Law, em 27 de junho de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovada com Suficiente” (13 valores), por unanimidade

174. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado António João da Costa Pinto, que apresentou uma dissertação intitulada “O Sistema Prisional Português no contexto da Segurança Pública”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Anes (orientador) e pelo Professor Doutor José Fontes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de setembro de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
175. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Manuel Maria Ferreira Carneiro Rodrigues, que apresentou uma dissertação intitulada “Princípios basilares para negociação de reféns – reflexão sobre a realidade portuguesa”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador) e pela Professora Doutora Cristina Soeiro (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de setembro de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
176. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Marco António Ferreira da Cruz, que apresentou uma dissertação intitulada “Segurança e criminalidade organizada: o tráfico de estupefacientes”, também integrado pelo Professor Doutor Fernando Silva (arguente) e pela Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of

Law, em 13 de novembro de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

177. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Dinis Manuel Sobral Batista, que apresentou uma dissertação intitulada “As informações em Portugal: restrições à pesquisa na era do conhecimento”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (orientador) e pelo Professor Doutor Mário Monte (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de novembro de 2013, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
178. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, do Licenciado Gil Gonçalves, que apresentou uma dissertação intitulada “A tributação ambiental e o problema energético – o financiamento do sobrecusto da energia eólica como caso de estudo”, também integrado pela Professora Doutora Susana Tavares da Silva (orientadora) e pela Professora Doutora Rita Calçada Pires (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de janeiro de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Suficiente” (13 valores), por unanimidade
179. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Cláudia Alves Pratas, que apresentou uma dissertação intitulada “Direito da Religião: a proteção das minorias religiosas”, também integrado pelo Dr. Fernando Soares Loja (vogal) e pelo Professor Doutor Luís Salgado de Matos (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de janeiro de 2014, tendo a candidata

alcançado a classificação final de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade

180. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Vera Lúcia Lopes Maques, que apresentou uma dissertação intitulada “Segurança Privada – desestadualização de uma função fundamental do Estado”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (arguente) e pelo Professor Doutor Fernando Silva (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de janeiro de 2014, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
181. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Empresarial, com as funções de presidente, da Licenciada Florbela Maria Pin Ching, que apresentou uma dissertação intitulada “Os efeitos das privatizações nas instituições públicas – aos trabalhadores afetados estará garantida a Segurança Social?”, também integrado pelo Professor Doutor Lourenço Dias da Silva (arguente) e pelo Professor Laurindo Saraiva (orientador), o qual teve lugar na Escola Superior de Direito do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em 24 de fevereiro de 2014, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
182. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de orientador, do Licenciado Júlio Reis Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “A fundamentação constitucional do direito à assistência religiosa”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (arguente), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 27 de fevereiro de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

183. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Fernando de Sousa Caleiras, que apresentou uma dissertação intitulada “Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas: biénio 2011-2012”, também integrado pelo Professor Doutor Nuno Canas Mendes (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 6 de maio de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
184. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de orientador, do Licenciado António Pedro Monteiro Delgado, que apresentou uma dissertação intitulada “A configuração do Poder Local na Constituição Portuguesa de 1976: a Autonomia do Poder Local e o Poder Regulamentar Municipal”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (arguente), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 22 de maio de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
185. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Filipe da Silva Martins, que apresentou uma dissertação intitulada “O crime de condução perigosa de veículo rodoviário e a sua perceção pelos militares da GNR afetos à fiscalização rodoviária”, também integrado pelo Professor Doutor Frederico da Costa Pinto (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de maio de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

186. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Carlos Nuno da Maia Morgado, que apresentou uma dissertação intitulada “O fenómeno da criminalidade itinerante”, também integrado pela Professora Doutora Ana Bárbara de Sousa Brito (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de junho de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
187. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, da Licenciada Carolina Maria Filipe Moura, que apresentou uma dissertação intitulada “O âmbito de aplicação material da legislação de proteção de dados pessoais e o tratamento de imagem por pessoa singular – os casos especiais das redes sociais e da videovigilância”, também integrado pelo Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro (orientador) e pela Professora Doutora Filipa Urbano Calvão (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de junho de 2014, tendo a candidata alcançado a classificação final de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
188. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Fernando Magano Martins, que apresentou uma dissertação intitulada “Segurança e recursos hídricos: Portugal no contexto da Península Ibérica”, também integrado pelo Professor Doutor Marco António Batista Martins (orientador) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 2 de julho de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

189. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Rodrigues Lapucheque, que apresentou uma dissertação intitulada “A cooperação entre os oito Estados-Membros da CPLP”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (arguente) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 2 de julho de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
190. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Paulo Alexandre Severino José, que apresentou uma dissertação intitulada “O serviço fiscal aduaneiro criminal e contraordenacional da GNR”, também integrado pelo Professor Doutor Frederico da Costa Pinto (orientador) e pelo Professor Doutor André Amaral Ventura (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de julho de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
191. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialização de Ciências Jurídico-Forenses, com as funções de presidente, da Licenciada Inês Lopes Pereira Nero, que apresentou uma dissertação intitulada “A reserva ecológica nacional e a sua importância para o ordenamento do território”, também integrado pelo Professor Doutor José Morais Guerra (arguente) e pela Professora Doutora Vera Eiró (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de setembro de 2014, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
192. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de orientador,

do Licenciado Sebastião Jorge Diogo Bessa, que apresentou uma dissertação intitulada “O Sistema Eleitoral Angolano: a consolidação democrática através da garantia de eleições livres”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (arguente), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 23 de outubro de 2014, tendo o candidato sido “Aprovado com Bom com Distinção” (15 valores), por unanimidade

193. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Dário Augusto Farinha dos Anjos, que apresentou uma dissertação intitulada “Fiscalização dos Serviços de Informações em Portugal – o estigma da Secreta”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (orientador) e pelo Professor Doutor José Fontes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de novembro de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
194. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Manuel Batista, que apresentou uma dissertação intitulada “Cumprimento de ordens, obediência hierárquica e disciplina militar *versus* perpetração (in)voluntária de crimes”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (vogal) e pelo Professor Doutor João Varela (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de novembro de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
195. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Arménio Claro Pontes, que apresentou uma dissertação intitulada “Ações

Encobertas – as declarações do agente encoberto em audiência de julgamento”, também integrado pelo Professor Doutor André Ventura (orientador) e pelo Professor Doutor Frederico Lacerda da Costa Pinto (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de novembro de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

196. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de arguente, da Licenciada Maria Eliza Gomane, que apresentou uma dissertação intitulada “O impacto socioeconómico da redução gradual de mineiros moçambicanos na República da África do Sul e a inserção no mercado laboral moçambicano”, também integrado pelo Professor Doutor Carlos Manuel Serra (orientador) e pelo Professor Doutor André Ventura (presidente), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em Maputo, em 16 de dezembro de 2014, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
197. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Sérgio Manuel Calado Gonçalves, que apresentou uma dissertação intitulada “Ressocialização no Meio Prisional”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Anes (orientador) e pelo Professor Doutor Nelson Lourenço (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de dezembro de 2014, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
198. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado David Marcos Borrallho Pereira, que apresentou uma dissertação intitulada “A (in)segurança privada em Portugal”,

também integrado pelo Professor Doutor André Ventura (vogal) e pelo Professor Doutor Nelson Lourenço (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 30 de janeiro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

199. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Almeida Duque Martinho, que apresentou uma dissertação intitulada “O dever de obediência a ordens ilegais na Guarda Nacional Republicana”, também integrado pelo Professor Doutor André Ventura (arguente) e pelo Professor Doutor Germano Marques da Silva (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de fevereiro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
200. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Filipe Saragoça Ribeiro, que apresentou uma dissertação intitulada “A Intervenção dos Órgãos de Polícia Criminal em sede de Julgamento”, também integrado pelo Professor Doutor Manuel Guedes Valente (orientador) e pelo Professor Doutor Germano Marques da Silva (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law – NOVA School of Law, em 10 de março de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
201. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões, que apresentou uma dissertação intitulada “A harmonização fiscal

européia: o caso dos impostos especiais de consumo”, também integrado pelo Professora Doutora Rita Calçada Pires (arguente) e pelo Professor Doutor André Ventura (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de abril de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Suficiente” (13 valores), por unanimidade

202. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Ângelo Augusto Santos Oliveira, que apresentou uma dissertação intitulada “A Indústria de Defesa na cooperação Brasil-Portugal: impacto na segurança atlântica”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (vogal) e pelo Professor Doutor Vasco Rato (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de abril de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
203. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Mariana Ribeiro Branco de Oliveira, que apresentou uma dissertação intitulada “A Segurança das Infraestruturas Críticas em Portugal”, também integrado pela Professora Doutora Paula Espírito Santos (orientadora) e pelo Professor Doutor Ângelo Correia (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law – NOVA School of Law, em 4 de maio de 2015, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
204. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Rui Ferreira Pereira, que apresentou uma dissertação intitulada “O emprego de uma Força de Segurança de natureza militar nas

missões de paz – o caso português”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (orientador) e pelo Professor Doutor Fernando Bessa (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de maio de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

205. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de orientador, do Licenciado Odair Tavares Baía, que apresentou uma dissertação intitulada “A evolução organizacional do poder político e os conflitos pós-independência no contexto político e jurídico-constitucional em São Tomé e Príncipe”, também integrado pela Professora Doutora Constança Urbano de Sousa (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (arguente), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 16 de junho de 2015, tendo o candidato sido “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
206. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de arguente, do Licenciado Simão David Quiala, que apresentou uma dissertação intitulada “A função política e o seu exercício por cidadãos: um estudo evolutivo da participação política e social dos cidadãos angolanos nos últimos doze anos”, também integrado pela Professora Doutora Constança Urbano de Sousa (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 16 de junho de 2015, tendo o candidato sido “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
207. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Sandra Maria Cardita Silveirinha Campos, que apresentou uma

dissertação intitulada “Sistemas Prisionais Europeus”, também integrado pela Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento (orientadora) e pelo Professor Doutor Miguel Romão (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de junho de 2015, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade

208. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Eduardo Filipe Corrêa Rodrigues de Pereira Correia, que apresentou uma dissertação intitulada “Do Comandante Supremo das Forças Armadas”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (orientador) e pelo Professor Doutor José Manuel Anes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de julho de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
209. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Tito Eurico Miranda Fernandes, que apresentou uma dissertação intitulada “Operações de vigilância transfronteiras – reflexão sobre a assunção de novas competências pela Polícia de Segurança Pública”, também integrado pelo Professor Doutor Luís Manuel André Elias (orientador) e pela Professora Doutora Sofia Santos (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de julho de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
210. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Rui Pedro de Castro Neumann Esteves, que apresentou uma dissertação intitulada “Raptos, sequestros e tomada de reféns: paradigmas

e incongruências”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (orientador) e pelo Professor Doutor José Manuel Anes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de julho de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (18 valores), por unanimidade

211. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Paulo Jorge dos Santos Bispo, que apresentou uma dissertação intitulada “A Segurança no Turismo e na Indústria dos Eventos”, também integrado pelo Professor Doutor Luís Elias (orientador) e pelo Professor Doutor António Leitão da Silva (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de julho de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
212. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Vânia Águas Cabrita, que apresentou uma dissertação intitulada “The Role of the Intelligence Service in preventing and combating transnational terrorism: the rising if the Party of God, Hezbollah”, também integrado pelo Professor Doutor Heitor Romana (orientador) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 16 de julho de 2015, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
213. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Jorge Manuel Machado Meireles, que apresentou uma dissertação intitulada “Uma cultura de segurança comum na União Europeia através de um programa de formação europeu para as polícias”,

também integrado pelo Professor Doutor Nelson Lourenço (orientador) e pela Professora Doutora Sofia Santos (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de setembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

214. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas Internacionais), com as funções de presidente, da Licenciada Mayra Alejandra Pérez Fonseca, que apresentou uma dissertação intitulada “Derecho Administrativo Comunitário: estudio normativo del Sistema Andino de Integración y su Impacto en el Derecho Colombiano”, também integrado pelo Professor Doutor Lúcio Tomé Feteira (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de setembro de 2015, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
215. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Ricardo Filipe da Silva Cortinhas, que apresentou uma dissertação intitulada “As forças de tipo Gendarmerie e as operações/missões de gestão de crises da União Europeia”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (orientador) e pelo Professor Doutor Nuno Canas Mendes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de novembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
216. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, do Licenciado Feliciano Chongo, que apresentou uma dissertação intitulada “O

poder discricionário dos Comandantes de Polícia da Unidade de Intervenção Rápida”, também integrado pelo Professor Doutor Gildo Espada (presidente) e pelo Professor Doutor Urânio Stefane Mahanjane (orientador), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em Maputo, em 1 de dezembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

217. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Miguel Rico Ramalho, que apresentou uma dissertação intitulada “A GNR e a Cooperação entre órgãos de Polícia Criminal na sociedade de risco – estudo de caso: distrito de Lisboa”, também integrado pelo Professor Doutor David Pascoal Rosado (orientador) e pelo Professor Doutor Artur Rocha Machado (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de dezembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
218. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado João Gonçalo Pires Barradas, que apresentou uma dissertação intitulada “Da interceção de comunicações, ações encobertas e serviços de informações: os meios essenciais na recolha de Intelligence”, também integrado pelo Professor Doutor André Ventura (vogal) e pelo Professor Doutor José Manuel Anes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 16 de dezembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
219. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Tânia Furtado da Silva, que apresentou um relatório de

estágio curricular na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (vogal) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de dezembro de 2015, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade

220. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Lídio Lopes, que apresentou uma dissertação intitulada “Cultura de Segurança em Proteção Civil: cada um, um Agente de Proteção Civil”, também integrado pelo Professor Doutor António Duarte Amaro (orientador) e pelo Professor Doutor Luciano Lourenço (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de dezembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
221. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado José Pedro Bordelo de Jesus Parra, que apresentou uma dissertação intitulada “O Espaço das Informações no Combate ao Terrorismo”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Anes (orientador) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de dezembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
222. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Luís Miguel da Luz Almeida dos Reis, que apresentou uma dissertação intitulada “Terrorismo: o Estado Islâmico, uma evolução da Al-Qaeda”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel

Anes (orientador) e pelo Professor Doutor José Fontes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de dezembro de 2015, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom com Distinção” (15 valores), por unanimidade

223. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Ricardo Filipe Casquinha Monteiro, que apresentou uma dissertação intitulada “O Sigilo Bancário e a Fraude Fiscal: interrelação científica e dogmática”, também integrado pelo Professor Doutor André Ventura (orientador) e pelo Professor Doutor António Carlos dos Santos (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de janeiro de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
224. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direitos Humanos, com as funções de arguente, da Licenciada Ivete Mafundza, que apresentou uma dissertação intitulada “Unões prematuras e Direitos Humanos”, também integrado pelo Professor Doutor Almeida Machava (presidente) e pelo Professor Doutor Armando Dimande (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, em 13 de fevereiro de 2016, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
225. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Paulo Calejo Pereira, que apresentou uma dissertação intitulada “O Corpo da Guarda Prisional como Órgão de Polícia Criminal e a sua importância na Segurança Interna”, também integrado pelo Professor Doutor Fernando Horta Tavares (arguente) e pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de

Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de março de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

226. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Ricardo Campos Marques, que apresentou uma dissertação intitulada “Tráfico de Seres Humanos, a escravatura contemporânea, que respostas nacionais?”, também integrado pela Professora Doutora Zamira de Assis (arguente) e pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de março de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
227. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Adriano Ferreira da Rocha, que apresentou uma dissertação intitulada “Operações Especiais de Prevenção Criminal *versus* Direitos, Liberdades e Garantias do Cidadão: o caso de Timor-Leste”, também integrado pelo Professor Doutor Fernando Bessa (arguente) e pelo Professor Doutor Nuno Parreira da Silva (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de março de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
228. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Miguel Ferreira da Silva Nogueira, que apresentou uma dissertação intitulada “Modelos híbridos de Segurança – o desafio da dimensão público-privada”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (arguente) e pelo Professor Doutor Nuno Parreira da Silva (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da

Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de março de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (19 valores), por unanimidade

229. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Adérito Grazina Rodrigues, que apresentou uma dissertação intitulada “A Gestão do Espaço construído e a Prevenção Criminal: o caso da Avenida Luísa Todi em Setúbal”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (arguente) e pelo Professor Doutor Nuno Parreira da Silva (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de março de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
230. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Pedro Matos Salvador Vian, que apresentou uma dissertação intitulada “Desenvolvimento de um quadro situacional para a Cibersegurança em Portugal”, também integrado pela Professora Doutora Sofia Santos (arguente) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 30 de março de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
231. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Paulo Gonçalves dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “Envelhecimento e Crime – Estratégias de Prevenção da Criminalidade contra Idosos na área de atuação da Guarda Nacional Republicana”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (arguente) e pelo Professor Doutor Adelino de Jesus Antunes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de

Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de abril de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

232. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Carlos Duarte Fernandes Moreira, que apresentou uma dissertação intitulada “Guarda Prisional: força de segurança ou agente ressocializador? – a ação preventiva e ressocializadora no combate à proliferação da delinquência”, também integrado pela Professora Doutora Dália Costa (arguente) e pelo Professor Doutor André Ventura (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de abril de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
233. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Gonçalo Filipe Pedrosa da Silva Amado, que apresentou uma dissertação intitulada “A importância da Polícia Municipal na segurança – noções e contributos da Polícia Municipal de Guimarães”, também integrado pela Professora Doutora Maria da Assunção do Vale Pereira (orientadora) e pelo Professor Doutor Fernando Bessa (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de abril de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
234. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de arguente, do Licenciado Fernando da Silva Gregório, que apresentou uma dissertação intitulada “União de Facto e Herança: é possível aplicar os efeitos da mutação constitucional em Portugal?”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (orientador), o qual teve

lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 4 de abril de 2016, tendo o candidato sido “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

235. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, do Licenciado Gracelino Mendes Varela Monteiro, que apresentou uma dissertação intitulada “Branqueamento de capitais: regime preventivo e repressivo cabo-verdiano”, também integrado pela Professora Doutora Teresa Quintela de Brito (orientadora) e pela Professora Doutora Ines Ferreira Leite (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 5 de maio de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
236. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de orientador, do Licenciado Victor Inaculo, que apresentou uma dissertação intitulada “Segurança Pública e Estado de Direito em Angola”, também integrado pelos Professores Doutores André Victor (Presidente), Carlos Alberto Burity da Silva (1.º arguente), José Eduardo Sambo (2.º arguente) e José Octávio Serra Van-Dúnem, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, a 20 de junho 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
237. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Adérito Pilartes Henrique Miguel, que apresentou uma dissertação intitulada “Os malefícios da corrupção política na concretização do Estado Democrático de Direito Angolano”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (vogal) e pelo Professor Doutor André Ventura (arguente),

o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de julho de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Suficiente” (13 valores), por unanimidade

238. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado José Bernardino de Sousa Moutinho, que apresentou uma dissertação intitulada “As informações produzidas pelas forças de segurança e a tomada de decisão”, também integrado pelo Professor Doutor André Ventura (vogal) e pelo Professor Doutor José Manuel Anes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de julho de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
239. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Civis, com as funções de arguente, do Licenciado Graciano Francisco Domingues, que apresentou uma dissertação intitulada “A responsabilidade civil por danos ao ambiente em Angola: quadro legal e institucional”, também integrado pelo Professor Doutor André Victor (presidente) e pelos Professores Doutores Carlos Feijó (orientador), Carlos Burity da Silva (arguente) e José Eduardo Sambo (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 29 de julho de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (16 valores), por unanimidade
240. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na menção de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de arguente, do Licenciado Sérgio Luther Rescova Joaquim, que apresentou uma dissertação intitulada “A função legislativa e o processo legislativo – entre a teoria e a prática”, também integrado pelo Professor Doutor André Victor (presidente) e pelos Professores Doutores Carlos Feijó (orientador), Raul Araújo (arguente) e José

Eduardo Sambo (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 29 de julho de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (16 valores), por unanimidade

241. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Francisco Manuel Eusébio de Oliveira, que apresentou uma dissertação intitulada “Unmanned Aerial Systems: questões legais e éticas da sua utilização no combate ao terrorismo”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (arguente) e pelo Professor Doutor José Manuel Anes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de outubro de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
242. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado José Lourenço Pereira Beleza, que apresentou uma dissertação intitulada “Portugal e a Segurança Humana: reflexão sobre a dimensão «Segurança Pessoal»”, também integrado pelo Professor Doutor Marcos Farias Ferreira (arguente) e pela Professora Doutora Sofia Santos (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de novembro de 2016, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
243. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de orientador, do Licenciado Serafim Manuel Cortizo Gonçalves, que apresentou uma dissertação intitulada “O direito de resistência: legitimidade para desobediência civil – o caso português”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Manuel Guedes Valente (arguente), o qual teve

lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 6 de dezembro de 2016, tendo o candidato sido “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

244. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de arguente, da Licenciada Samilly Araújo Ribeiro Matos, que apresentou uma dissertação intitulada “Idade: fator de desigualdade ou de direito? – a Criança, o Adolescente e o privilégio da proteção integral”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (arguente), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 13 de fevereiro de 2017, tendo a candidata sido “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
245. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Manuel Mendes Marques, que apresentou uma dissertação intitulada “O Papel do Diretor de Segurança na Segurança Privada em Portugal”, também integrado pelo Professor Doutor Nuno Parreira da Silva (arguente) e pelo Professor Doutor Paulo Henriques dos Marques (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de fevereiro de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
246. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Hugo Alexandre das Neves Dias da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “O recurso hierárquico no Regulamento de Disciplina da GNR à luz do novo regime: *facultativo* ou (ainda *necessário*)?”, também integrado pelo Professor Doutor Lourenço Vilhena de Freitas (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA

de Lisboa – NOVA School of Law, em 14 de fevereiro de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

247. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, da Licenciada Dárcia Elisa Álvaro Freia, que apresentou uma dissertação intitulada “O instituto da união de facto no ordenamento jurídico moçambicano: as fragilidades no domínio da prova”, também integrado pelo Professor Doutor Henriques José Henriques (arguente), pelo Professor Doutor Carlos Manuel Serra (orientador) e pelo Mestre Didier Chitute Malunga (coorientador), o qual teve lugar no ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, em Maputo, em 24 de março de 2017, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (16 valores), por unanimidade
248. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Nuno Duarte Pereira, que apresentou uma dissertação intitulada “O papel do Tribunal Penal Internacional no âmbito do Direito Internacional humanitário”, também integrado pela Professora Doutora Sofia Santos (arguente) e pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de março de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
249. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Óscar Ferreira Catarino, que apresentou uma dissertação intitulada “Mudança de paradigma na organização da proteção civil municipal: o caso dos agrupamentos de corpos de bombeiros”, também integrado pelo Professor Doutor Luciano Lourenço

(arguente) e pelo Professor Doutor António Duarte Amaro (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de março de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

250. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado António Gabriel Costa de Sintra, que apresentou uma dissertação intitulada “Técnicas Especiais de Investigação Criminal – Instrumento de Justiça em Espaço de Liberdade e Segurança”, também integrado pelo Professor Doutor Nestor Eduardo Araruna Santiago (arguente) e pelo Professor Doutor Mário Ferreira Monte (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 8 de junho de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
251. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Direito Público), com as funções de presidente, do Licenciado Duarte Nuno Gonçalves Simões Carneiro, que apresentou uma dissertação intitulada “A responsabilidade civil dos meios de comunicação social em Timor-Leste”, também integrado pelo Professor Doutor João Zenha Martins (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de junho de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
252. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídicas), com as funções de arguente, do Licenciado José Herannnd Diógenes Saldanha, que apresentou uma dissertação intitulada “Soberania do Parlamento ou soberania dos Tribunais Constitucionais: aspetos subjetivos e objetivos dos direitos

fundamentais”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 14 de setembro de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação final de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade.

253. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Tatiana Maria de Oliveira Marques, que apresentou uma dissertação intitulada “A fiscalização do crime de condução em estado de embriaguez e a sua influência na sinistralidade rodoviária grave”, também integrado pelo Professor Doutor Frederico da Costa Pinto (arguente) e pela Professora Doutora Teresa Quintela de Brito (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de setembro de 2017, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
254. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado João Filipe Oliveira Coelho Gíria, que apresentou uma dissertação intitulada “Do Informador de Polícia ao Agente Provocador – o Contributo dos homens de confiança para a produção de prova e a sua perigosidade”, também integrado pelo Professor Doutor Hermínio Joaquim de Matos (arguente) e pelo Professor Doutor Luís Manuel André Elias (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de setembro de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
255. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Carolina Monteiro Fiel, que apresentou uma dissertação intitulada “A Comprehensive Approach na Gestão de Crises Internacionais:

o caso da ONU e da NATO”, também integrado pelo Professor Doutor Sérgio Felgueiras (arguente) e pelo Professor Doutor José Manuel Lúcio (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de setembro de 2017, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

256. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Gilson Nei Ferreira de Souza, que apresentou uma dissertação intitulada “Os Princípios Constitucionais e de Direitos Humanos para as Atuações das Polícias Militares no Brasil”, também integrado pela Professora Doutora Sofia Santos (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de setembro de 2017, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
257. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Cátia Fabião Quingue Viola, que apresentou uma dissertação intitulada “Elaboração das peças de expediente processuais e sua tramitação no âmbito do ordenamento jurídico moçambicano: o caso da 3.ª esquadra da Polícia da República de Moçambique”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de dezembro de 2017, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
258. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar, com as funções

de presidente, do Licenciado Edmar d’Alva Teixeira d’Oliveira Viegas, que apresentou uma dissertação intitulada “A delimitação de fronteiras marítimas e o aproveitamento dos recursos naturais na zona de desenvolvimento conjunto entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (arguente) e pelo Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 30 de janeiro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

259. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Azevedo Xavier Francisco, que apresentou uma dissertação intitulada “Angola – Reedificação das Forças Armadas”, também integrado pelo Professor Doutor Nelson Lourenço e pelo Professor Doutor José Fontes (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de março de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
260. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Ana Margarida Alípio dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “Um Serviço de Informações Comum para a União Europeia”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (orientador) e pelo Professor Doutor Luís Elias (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de abril de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
261. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Ana Marta

Xavier Ferreira Leite, que apresentou uma dissertação intitulada “A violência contra as mulheres e a determinação do estatuto de refugiada”, também integrado pela Professora Doutora Sofia Santos (orientadora) e pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de abril de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

262. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Paulo Miguel dos Santos Gonçalves, que apresentou uma dissertação intitulada “A EUROPOL e as novas ameaças à Segurança Interna da União Europeia”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (orientador) e pelo Professor Doutor Pedro Clemente (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de abril de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
263. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Angelino José António, que apresentou uma dissertação intitulada “Sistema de superação e capacitação para prevenção do crime migratório em Angola – estudo de caso na província de Luanda”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (orientadora) e pela Professora Doutora Sofia Santos (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de maio de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
264. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Cristiano Vitória Cândido, que apresentou uma

dissertação intitulada “O sistema penitenciário angolano: da função ideal à realidade prática”, também integrado pela Professora Doutora Helena Pereira de Melo (arguente) e pela Professora Doutora Sofia Santos (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de maio de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

265. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Joaquim Carlos António Ganga, que apresentou uma dissertação intitulada “O Papel das Forças de Defesa e Segurança nos Processos Eleitorais – o Caso Angola”, também integrado pelo Professor José Octávio Serra Van-Dúnem (arguente) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 17 de maio de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
266. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar, com as funções de presidente, da Licenciada Maria Estela Tavares dos Santos, que apresentou um relatório de estágio, que teve lugar na Direção-Geral dos Recursos Naturais e Energia, intitulado “A problemática da extração de areia em São Tomé e Príncipe”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (orientador) e pelo Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de junho de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
267. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Camila Magalhães de Oliveira Moreira Cavalcanti, que apresentou uma

dissertação intitulada “A privatização da segurança pública nos aeroportos: contributos a uma perspetiva luso-brasileira”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (orientador) e pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de junho de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

268. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar, com as funções de presidente, do Licenciado Elvídio António Fernandes da Costa Lavres, que apresentou um relatório de estágio sob o tema “A Administração do Porto de Sines e do Algarve, S.A. – a fatura única portuária por escala de navio”, também integrado pela Professora Doutora Ana Prata (orientadora) e pelo Professor Doutor Duarte Lynce de Faria (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de julho de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
269. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de arguente (participação por skype), da Licenciada Hélia Miguel, que apresentou uma dissertação intitulada “Imposto de Consumo e Tributação das Prestações de Serviços: necessidade de uma Reforma”, também integrado pelo Professor Doutor André Victor (presidente), pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (arguente) e pelo Professor Doutor Redento Pedro Carlos Maia (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, em 20 de julho de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
270. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Paulo

Barbosa Marques, que apresentou uma dissertação intitulada “A importância dos Órgãos de Polícia Criminal na produção da prova testemunhal: da inquirição de testemunhas à prestação de depoimento em audiência de julgamento”, também integrado pelo Professor Doutor André Amaral Ventura (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de setembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

271. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Dário Duarte Mendes Prates, que apresentou uma dissertação intitulada “A prevenção da radicalização jihadista – o papel da polícia de proximidade”, também integrado pelo Professor Doutor Felipe Pathé Duarte (arguente) e pelo Professor Doutor Luís Elias, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de setembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
272. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar, com as funções de presidente, da Licenciada Marta Font Silva Fernandes Gonçalves, que apresentou uma dissertação com o título “The *Hirsi Jamaa and Others v. Italy* – the Applicability of the Principle of Non-Refoulement in the High Sea”, também integrado pela Professora Doutora Andreia Sofia Pinto Oliveira (arguente) e pelo Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 4 de outubro de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
273. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Público, com as funções de presidente, da Licenciada Joana

Filipa Henriques da Costa Pires, que apresentou uma dissertação com o título “A avaliação do desempenho laboral em estruturas de pequena dimensão: o estudo de caso da rede de bibliotecas escolares”, também integrado pelo Professor Doutor João Zenha Martins (orientador) e pelo Professor Doutor José João Abrantes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de outubro de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

274. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar, com as funções de presidente, da Licenciada Marina Fernandes Sant’Anna, que apresentou uma dissertação com o título “A Segurança da Navegação Marítima na Bacia do Mediterrâneo frente à Legislação Europeia e Italiana – o caso do cruzeiro Costa Concordia”, também integrado pelo Professor Doutor Duarte Lynce de Faria (arguente) e pelo Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 7 de novembro de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
275. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Armindo Armando Nhanombe, que apresentou uma dissertação intitulada “A Ingerência Humanitária no contexto da Regulamentação Jurídica da Guerra”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 8 de novembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

276. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Tiago Miguel Martins Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “Do acesso aos dados de telecomunicações e internet pelos Serviços de Informações Portugueses”, também integrado pelo Professor Doutor José Manuel Anes (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 8 de novembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
277. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Daniel Alexandre Barbosa Teixeira, que apresentou uma dissertação intitulada “Ações encobertas: limites constitucionais”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Clemente (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de novembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
278. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Renato David dos Reis Prudêncio, que apresentou uma dissertação intitulada “Sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor – reflexão crítica”, também integrado pelo Professor Doutor André Ventura (arguente) e pela Professora Doutora Stela Barbas (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 12 de novembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

279. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Frederico Manuel Estelita de Mendonça Cortez, que apresentou uma dissertação intitulada “Contraterrorismo: abordagem ao “dever ser” de uma Unidade CT”, também integrado pelo Professor Doutor Frederico da Costa Pinto (arguente) e pelo Professor Doutor André Lamas Leite (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 12 de novembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
280. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar, com as funções de presidente, da Licenciada Carla Alexandra Garcia Domingues Dias Roque, que apresentou um relatório de estágio com o título “Relatório de Estágio Curricular Realizado na Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos”, também integrado pelo Professor Doutor Rui Tavares Lanceiro (arguente) e pelo Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de novembro de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
281. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Alexandra Isabel Ribeiro Quintela Alhais, que apresentou uma dissertação intitulada “O Cyber-Empowerment do indivíduo e (in) segurança”, também integrado pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (arguente) e pela Professora Doutora Sofia Santos (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de novembro de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

282. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, do Licenciado Leonilson Lima de Miranda, que apresentou uma dissertação intitulada “A subutilização da iniciativa popular no Brasil e em Portugal”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 30 de novembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
283. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Manuel Alexandre Lopes Gomes Ferreira, que apresentou uma dissertação intitulada “O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – aspetos legais e organizativos de governança nas organizativas”, também integrado pela Professora Doutora Maria Eduarda Gonçalves (arguente) e pelo Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de dezembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (14 valores), por unanimidade
284. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Marco Lourenço Neves Maurício, que apresentou uma dissertação intitulada “A Força Aérea nas Redes Sociais: Partilha de Informação Sensível e Quebras de Segurança em Operações Militares”, também integrado pela Professora Doutora Ana Romão Leston Bandeira (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de dezembro de 2018, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

285. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar, com as funções de presidente, da Licenciada Catarina Borges Bastos, que apresentou uma dissertação com o título “Responsabilidade civil do piloto numa perspetiva luso-italiana – case study: M/N Jolly Nero”, também integrado pela Professora Doutora Ana Prata (arguente) e pelo Professor Doutor Duarte Lynce de Faria (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de dezembro de 2018, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por maioria
286. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, da Licenciada Francisca Reis da Silva Barros Menzel, que apresentou uma dissertação intitulada “Manipulação Genética e Dignidade da Pessoa Humana”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (presidente) e pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 8 de janeiro de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
287. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Henriques Estêvão Etaungo Cauanda, que apresentou uma dissertação intitulada “Os instrumentos de combate à corrupção e a Segurança Nacional – o caso de Angola”, também integrado pelo Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 25 de março de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

288. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Daniel José Rodrigues Pereira, que apresentou uma dissertação intitulada “O sistema de videovigilância – prevenção e investigação criminais”, também integrado pela Professora Doutora Teresa Almeida e Silva (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de abril de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
289. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Carolina Rocha Ferreira, que apresentou uma dissertação intitulada “Seguros informáticos: contributos para uma *framework* de análise de risco a aplicar às ameaças emergentes no setor segurador e empresarial – esfera legal, alcance e potencialidades”, também integrado pelo Professor Doutor David Rosado (arguente) e pelo Professor Doutor António José André Inácio (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 10 de abril de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Excelente” (18 valores), por unanimidade
290. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, da Licenciada Jucélia Geraldo Andrighi, que apresentou uma dissertação intitulada “O descarte de embriões humanos excedentários”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias (presidente) e pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 23 de abril de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

291. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Ariana Nunes Paraíso, que apresentou uma dissertação intitulada “Da era digital e o apogeu da heterotopia jurídica: a emergência do político no Ciberespaço”, também integrado pelo Professor Doutor Hermínio Matos (arguente) e pelo Professor Doutor Armando Marques Guedes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 15 de maio de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Excelente” (18 valores), por unanimidade
292. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Margarida Xavier Marante, que apresentou uma dissertação intitulada “O Acordo de Cotonou e as migrações climáticas – antevisão de uma crise anunciada”, também integrado pelo Professor Doutor Rui Lanceiro (arguente) e pela Professora Doutora Carla Amado Gomes (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de maio de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
293. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Daniel Filipe Roque Gomes, que apresentou uma dissertação intitulada “Do Crime Económico Organizado em Portugal – contributo para a sua erradicação”, também integrado pelo Professor Doutor Eduardo Pereira Correia (arguente) e pelo Professor Doutor José Fontes (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de junho de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
294. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Pedro

Miguel Dias Ramos, que apresentou uma dissertação intitulada “O Direito de Resistência – Contributos para a sua Análise”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (orientador) e pelo Professor Doutor André Ventura (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de julho de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

295. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar – a Governação do Mar, com as funções de presidente, da Licenciada Liliana Louro Monteiro Cerejo, que apresentou uma dissertação intitulada “Portugal como Plataforma de Reexportação e Bancas de Gás Natural liquefeito”, também integrado pelo Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg (orientador) e pelo Professor Doutor Duarte Lynce de Faria (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de julho de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
296. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, do Licenciado Luís Miguel da Silva Moço, que apresentou uma dissertação intitulada “A segurança da aviação civil em Portugal”, também integrado pelo Professor Doutor André Inácio (arguente) e pela Professora Doutora Sofia Santos (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de julho de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
297. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Bruno Miguel da Silva Carvalho, que apresentou uma dissertação

intitulada “Segurança como vetor decisivo na escolha do destino turístico: o caso do Algarve”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (orientador) e pela Professora Doutora Raquel dos Santos Duque (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de julho de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

298. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente e orientador, da Licenciada Mariana Sousa Machado, que apresentou uma dissertação intitulada “O acesso aos metadados pelos Serviços de Informações da República Portuguesa à luz da lei e da Constituição”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (vogal) e pelo Professor Doutor Mário Ferreira Monte (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de julho de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Excelente” (19 valores), por unanimidade
299. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas/Menção de Direito Constitucional, com as funções de 2.º arguente, do Licenciado António Neto Figueiredo, que apresentou uma dissertação intitulada “As Imunidades Parlamentares no Direito Constitucional Angolano: um contributo para a sua compreensão”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Luzia Sebastião (1.ª arguente), pelo Professor Doutor Raúl Araújo e pela Professora Doutora Maria Benedita Pires Malaquias Urbano (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 3 de setembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
300. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 2.º arguente, do Licenciado Anderson

Paulo Campos Vitangaiala, que apresentou uma dissertação intitulada “Sistema Fiscal Angolano: processo evolutivo e desafios atuais”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Maria Luísa Abrantes (1.^a arguente) e pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 3 de setembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 17 valores”, por unanimidade

301. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 2.^o arguente, do Licenciado Anselmo das Neves Mário Celestino, que apresentou uma dissertação intitulada “Tributação de riqueza gerada de forma ilícita: contributo para uma interpretação equilibrada do artigo 15.^o do Código Geral Tributário”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Maria Luísa Abrantes (1.^a arguente) e pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 4 de setembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
302. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Jurídico-Civis, com as funções de 2.^o arguente, da Licenciada Elisabeth Marília G. Gola, que apresentou uma dissertação intitulada “O papel da Família Angolana no resgate dos valores morais, cívicos e culturais”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Carlos Burity da Silva (1.^o arguente) e pelo Professor Doutor André Dias Pereira (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 4 de setembro de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com 14 valores”, por unanimidade

303. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Jurídico-Civis, com as funções de 2.º arguente, do Licenciado Henriques Moisés Ernesto, que apresentou uma dissertação intitulada “O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada do paciente, a proteção de dados pessoais e a regulação jurídica do processo clínico”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Carlos Burity da Silva (1.º arguente), pelo Professor Doutor Carlos Feijó e pelo Professor Doutor André Dias Pereira (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 5 de setembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 17 valores”, por unanimidade
304. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de 2.º arguente, do Licenciado Nascimento Rocha Tête, que apresentou uma dissertação intitulada “O Tribunal Constitucional como garante da observância do princípio da separação de poderes”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Luzia Sebastião (1.ª arguente), pelo Professor Doutor Carlos Feijó e pelo Professor Doutor Fernando Alves Correia (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 5 de setembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 14 valores”, por unanimidade
305. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Célcio Tavares do Nascimento Rita, que apresentou uma dissertação intitulada “Contributos da segurança privada para a segurança interna portuguesa”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (orientador) e pelo Professor Doutor José Manuel Anes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11

de novembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade

306. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Rafaela Duarte Costa, que apresentou uma dissertação intitulada “Análise da atuação dos drones na segurança de um país”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (orientador) e pela Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de novembro de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (15 valores), por unanimidade
307. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Maria de Fátima Delgado Ramos, que apresentou uma dissertação intitulada “A violência e a criminalidade urbana – perspetiva comparativa entre Portugal e Cabo Verde”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (orientador) e pela Professora Doutora Ana Paula Cordeiro (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de novembro de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Bom” (14 valores), por unanimidade
308. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Patrícia Loureiro Almeida, que apresentou uma dissertação intitulada “Ponto Único de Contacto para a cooperação policial internacional – o novo paradigma”, também integrado pela Professora Doutora Sofia Santos (orientadora) e pelo Professor Doutor Superintendente José Fernandes (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de novembro de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

309. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Nuno Manuel Pires Cambim, que apresentou uma dissertação intitulada “O sentimento de (in)segurança nas escolas públicas: o caso do Concelho de Loures”, também integrado pela Professora Doutora Sofia Santos (orientadora) e pela Professora Doutora Clara Oliveira (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de novembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
310. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar, com as funções de presidente, do Licenciado Álvaro Máximo Pacheco Sardinha, que apresentou um trabalho de projeto intitulado “Formação em Direito e Economia do Mar – ações de curta duração”, também integrado pelo Professor Doutor Fernando Horta Tavares (orientador) e pelo Professor Doutor Pedro Velez (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de novembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade
311. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Aline Roberta Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “A Guerra Terceirizada: o exercício de funções militares pelas empresas militares privadas – causas e consequências”, também integrado pelo Professor Doutor Francisco Proença Garcia (orientador) e pelo Professor Doutor Jorge Simão (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de novembro de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
312. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado

Gonçalo Nuno Correia Zambujo Serrão, que apresentou uma dissertação intitulada “Cyberbulling: a primeira resposta às vítimas”, também integrado pelo Professor Doutor Ricardo Teresa Ribeiro (orientador) e pela Professora Doutora Paula Espírito Santo (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de novembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

313. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Economia do Mar, com as funções de presidente, da Licenciada Helena Pereira Madeira, que apresentou uma dissertação intitulada “A Proteção da Biodiversidade Marinha da Ilha de Ataúro, Timor-Leste”, também integrado pelo Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg (orientador) e pela Professora Doutora Fátima Castro Moreira (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 29 de novembro de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
314. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, da Licenciada Alexandra Maria Chambel Rato, que apresentou uma dissertação intitulada “A cooperação policial e a partilha de informações como fatores fundamentais na prevenção e no combate ao terrorismo extremista islâmico”, também integrado pelo Professor Doutor José Fontes (orientador) e pelo Professor Doutor Eduardo Pereira Correia (arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de dezembro de 2019, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Excelente” (18 valores), por unanimidade
315. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de orientador (tendo participado por skype), do Licenciado António Tobias Simba Rafael, que

apresentou uma dissertação intitulada “A isenção tributária quanto aos imóveis exclusivamente de culto: entre verdades e sofismas sobre a desoneração legal”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Maria Luísa Abrantes (1.^a arguente) e pelo Professor Doutor João Valeriano (2.^o arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 20 de dezembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade

316. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 1.^o arguente (tendo participado por skype), do Licenciado Daniel Alberto Muimba, que apresentou uma dissertação intitulada “Na crise financeira vigente em Angola: compreender o impacto das Finanças Públicas na economia numa perspetiva das Políticas Fiscal e Monetária”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Clotilde Palma (2.^a arguente) e pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 20 de dezembro de 2019, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
317. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, do Licenciado Bruno Moreira Souza, que apresentou uma dissertação intitulada “O controle de evidência pelo Tribunal Constitucional Português em matéria de direitos fundamentais sociais em tempos de crise: uma afirmação do dogma do legislador negativo?”, também integrado pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário (orientador), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 11 de fevereiro de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Excelente” (18 valores), por unanimidade

318. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de presidente, do Licenciado Carlos Roberto Fernandes Alves, que apresentou uma dissertação intitulada “A evolução do divórcio nos ordenamentos jurídicos português e brasileiro”, também integrado pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos (arguente) e pela Professora Doutora Stela Barbas (orientadora), o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 3 de março de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
319. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito e Segurança, com as funções de presidente, do Licenciado Renzo Medina Dallago, que apresentou uma dissertação intitulada “O crime organizado e o fenómeno do terrorismo no Brasil”, também integrado pelo Professor Doutor Luciano Loiola da Silva (orientador) e pelo Professor Doutor Armando Dias Ramos (arguente), o qual teve se realizou via zoom na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 16 de abril de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
320. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, com as funções de arguente, do Aspirante a Oficial de Polícia Gonçalo Manuel Quinteiro Rodrigues, que apresentou uma dissertação intitulada “Revistas de prevenção e segurança intrusivas: competência policial inalienável?”, também integrado pelo Professor Doutor Sérgio Felgueiras (presidente) e pela Professora Doutora Paula Espírito Santo (orientadora), o qual teve lugar no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em 27 de maio de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
321. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de

presidente, do Licenciado Guilherme Augusto Giovanoni da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “A Abstrativização da Decisão Tomada em Controle Concreto de Constitucionalidade em Brasil e Portugal”, também integrado pelo Professor Doutor Jónatas Eduardo Mendes Machado como arguente e pelo Professor Doutor Pedro Gonçalo Tavares Trovão do Rosário como orientador, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 2 de junho de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade

322. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, do Licenciado Glauco Alves Mendes, que apresentou uma dissertação intitulada “Direitos fundamentais e voto: uma análise à luz do Direito Eleitoral Brasileiro e Português com enfoque no financiamento ilícito de campanhas eleitorais”, também integrado pelo Professor Doutor Manuel Guedes Valente (presidente) e pelo Professor Doutor Pedro Gonçalo Tavares Trovão do Rosário como orientador, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 2 de julho de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Bom” (15 valores), por unanimidade
323. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de presidente, do Licenciado Cláudio Joel Brito Lóssio, que apresentou uma dissertação intitulada “O Compliance Digital e a Proteção de Dados: preservando direitos na Sociedade da Informação”, também integrado pelo Professor Doutor Cláudio Carneiro Bezerra Pinto Coelho como orientador e pelo Professor Doutor Alex Sander Xavier Pires como arguente, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 23 de setembro de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores), por unanimidade
324. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de arguente, do

Licenciado João Brazão Almeida, que apresentou uma dissertação intitulada “A integração no ordenamento jurídico cabo-verdiano das normas de combate ao terrorismo no setor da aviação civil”, também integrado pelo Professor Doutor Adilson Tavares como presidente e pelo Professor Doutor José Pina delgado como arguente, o qual teve lugar no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde (por videoconferência), em 28 de outubro de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade

325. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de presidente, do Licenciado Artur Guedes da Fonseca Mello, que apresentou uma dissertação intitulada “Os Programas de Parcelamento e Perda Fiscal e a Ofensa aos Direitos Fundamentais: da Hipernomia ao Medo”, também integrado pelo Professor Doutor Júlio Tormenta como arguente e pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos como orientador, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 6 de novembro de 2020, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
326. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), do Licenciado Reis Luís, que apresentou uma dissertação intitulada “O sistema fiscal angolano como pilar de sustentabilidade da economia nacional”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Clotilde Palma (1.^a arguente), pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (2.^a arguente) e pelo Professor Doutor Ovídio Pahula, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 9 de julho de 2021, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade

327. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Ussumane Mané, que apresentou uma dissertação intitulada “Tutela Eficaz do Interesse Financeiro Público no Ordenamento Jurídico Guineense: Contributo para uma boa governação através do Tribunal de Contas”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (1.ª arguente), pela Professora Doutora Clotilde Palma (vogal) e pela Professora Doutora Sofia Vale (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 10 de janeiro de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
328. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), do Licenciado Augusto Neto Tomás, que apresentou uma dissertação intitulada “Evasão e fraude fiscal e responsabilidade tributária do agente na Ordem Jurídica Angolana”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (1.ª arguente), e pelo Professor Doutor Armindo Gideão Jelembi (2.ª arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 18 de janeiro de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
329. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 1.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado João Ramiro dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “O Perdão Fiscal no Direito Angolano – suas implicações para o Estado e os Contribuintes”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), pelo Professor Doutor Armindo Gideão

Kunjiquisse Jelembi (vogal) e pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 24 de janeiro de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 17 valores”, por unanimidade

330. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, com as funções de 1.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado José Maria de Fátima Neto, que apresentou uma dissertação intitulada “A transposição do contrato a termo resolutivo certo da função pública para a Lei n.º 7/15, de 15 de junho – regras e limites”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Armindo Gideão Jelembi (orientador), pelo Professor Doutor Lino Wadiambu Diamvutu (vogal) e pelo Professor Doutor Carlos Feijó (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 26 de janeiro de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade
331. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, do Licenciado Sálvio Dino de Castro e Costa Júnior, que apresentou uma dissertação intitulada “Responsabilidade política e destituição dos Governos por perda de legitimidade democrática: uma abordagem à luz do Direito Constitucional Português e Brasileiro”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário como presidente e pelo Professor Doutor Alex Sander Xavier Pires como orientador, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 3 de fevereiro de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
332. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 1.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Malé Justino Chinene Chipindo, que

apresentou uma dissertação intitulada “As transgressões tributárias no Ordenamento Jurídico Angolano”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), pela Professora Doutora Clotilde Celorico Palma (vogal) e pela Professora Doutora Luzia Sebastião (2.^a arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 7 de fevereiro de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 18 valores”, por unanimidade

333. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 2.^o arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Diogo Gonçalves da Costa Campos, que apresentou uma dissertação intitulada “Importância da auditoria no combate à fraude fiscal”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), pela Professora Doutora Sofia Maia do Vale (vogal) e pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (1.^o arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 14 de fevereiro de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade
334. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), do Licenciado André Lucamba Chambata, que apresentou uma dissertação intitulada “Problemática do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho à luz da Lei n.º 18/94, de 22 de outubro”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (1.^a arguente), e pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (2.^o arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 25 de fevereiro de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade

335. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Paulo Francisco João, que apresentou uma dissertação intitulada “Direito Aduaneiro Angolano: regime aduaneiro aplicável às operações petrolíferas – pertinência da sua reformulação”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), pelo Professor Doutor Carlos Feijó (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 18 de março de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 17 valores”, por unanimidade
336. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito – Menção de Ciências Jurídico-Empresariais, com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Custódio da Graça Moreira João, que apresentou uma dissertação intitulada “Os desafios da privatização do setor empresarial público angolano através do mercado de ações”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Sofia Vale (orientadora), pela Professora Doutora Helena Ferreira Prata (1.ª arguente) e pelo Professor Doutor Lino Wadiambu Diamvutu (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 8 de junho de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 18 valores”, por unanimidade
337. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 1.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Anselmo Marques Major, que apresentou uma dissertação intitulada “O Imposto Predial em Angola – Prédios Omissos como Factor de Quebra da Receita Fiscal Não-Petrolífera e de Promoção da Desigualdade Fiscal entre os Contribuintes”, presidido pelo Professor Doutor André

Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (2.º arguente) e pela Professora Clotilde Celorico Paula (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 15 de junho de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade

338. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), do Licenciado Denilson Joel Eduardo Gomes Ferreira, que apresentou uma dissertação intitulada “A Substituição Tributária em Angola”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (1.ª arguente) e pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 4 de julho de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 14 valores”, por unanimidade
339. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), do Licenciado Edulce Pascoal João, que apresentou uma dissertação intitulada “Da Violação do Princípio Constitucional da Igualdade Tributária em função da Concessão do Perdão da Dívida Fiscal – o caso angolano”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Carlos Maria da Silva Feijó (1.º arguente), pelo Professor Doutor João Valeriano (2.º arguente) e pelo Professor Doutor José Octávio Serra Van-Dúnem (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 29 de julho de 2022, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 17 valores”, por unanimidade

340. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de vogal (tendo participado por via telemática), do Licenciado Nilton do Nascimento Pires dos Santos, que apresentou uma dissertação intitulada “O recurso de amparo como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e da Constituição”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Manuel Sabonete Camati (1.º arguente), pelo Professor Doutor João Valeriano (2.º arguente) e pelo Professor Doutor Raúl Araújo (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 12 de maio de 2023, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
341. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência, com as funções de 1.º arguente (tendo participado por via telemática), do Mestre Andrewyong Victor Andrade Inaculo, que apresentou uma dissertação intitulada “Análise criminológica sobre os factores que influenciaram os crimes de roubo em Luanda no período de 2019 a 2021”, presidido pelo Professor Doutor André Sango, e também integrado pela Professora Doutora Luzia Sebastião (2.º arguente), pelo Professor Doutor João Milando (3.º arguente) e pelo Professor Doutor Paulo Conceição de Faria (orientador), o qual teve lugar na Academia de Ciências Sociais e Tecnologias – ACITE, em Angola, em 31 de julho 2023, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado”, com a nota de “Muito Bom”, por unanimidade
342. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de vogal (tendo participado por via telemática), do Licenciado Adelino Chipema Alexandre Sozinho, que apresentou uma dissertação intitulada “As implicações da cláusula geral anti-abuso no planeamento fiscal feito à luz do ordenamento jurídico angolano”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela

Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (1.º arguente), pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (2.º arguente) e pela Professora Doutora Sofia Vale (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 6 de setembro de 2023, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade

343. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Direito Público, com as funções de orientador, da Licenciada Mara Miranda Dantas dos Reis, que apresentou uma dissertação intitulada “A missão do Ministério Público na Justiça Administrativa Cabo-Verdiana”, também integrado pela Professora Doutora Liriam Tiujo Delgado como presidente, o Professor Doutor Pedro Moniz Lopes como arguente e o Professor Doutor Adilson Tavares como vogal, o qual teve lugar no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde (por videoconferência), em 3 de outubro de 2023, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Muito Bom” (17 valores), por unanimidade
344. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de orientador, da Licenciada Maria das Graças Cunha, que apresentou uma dissertação intitulada “As inelegibilidades do agente político como fator de seleção”, também integrado pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário como presidente e pela Professora Doutora Celeste Cardona como arguente, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 12 de dezembro de 2023, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com Suficiente” (10 valores na dissertação e 11 valores como nota final), por unanimidade
345. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, com as funções de 2.º vogal (tendo participado por via telemática), do Licenciado

José Coimbra Baptista Júnior, que apresentou uma dissertação intitulada “A Constituição e a Liberdade de Expressão e Informação em Angola”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Raúl Araújo (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Fernando Alves Correia (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 30 de abril de 2024, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade

346. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Empresariais, com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Abílio Osvaldo Kulaumone Sanyenenge, que apresentou uma dissertação intitulada “O seguro de responsabilidade civil dos administradores e outros dirigentes de sociedades comerciais (D&OInsurance) – análise e perspectivas à luz da realidade angolana”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Lino Wadiambu Diamvutu (1.º arguente), pelo Professor Doutor Armindo Gideão Kunjiquessi Jelembi (vogal) e pela Professora Doutora Sofia Maia do Vale (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 1 de julho de 2024, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 18 valores”, por maioria
347. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Empresariais, com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Samuel Pedro, que apresentou uma dissertação intitulada “A Arbitragem nos Contratos Administrativos em Angola”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Sofia Maia do Vale (1.ª arguente), pelo Professor Doutor Armindo Gideão Kunjiquessi Jelembi (vogal) e pelo Professor Doutor Lino

Wadiambu Diamvutu (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 5 de julho de 2024, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 17 valores”, por unanimidade

348. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Empresariais, com as funções de vogal (tendo participado por via telemática), da Licenciada Maria Teresa Marçal André Baptista Borges, que apresentou uma dissertação intitulada “Direito da Concorrência: o Modelo de Defesa da Concorrência Vigente no Ordenamento Jurídico Angolano”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Sofia Maia do Vale (1.^a arguente), pelo Professor Doutor Ovíduo Pahula (2.^o arguente) e pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 29 de julho de 2024, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com 16 valores”, por unanimidade
349. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de vogal (tendo participado por via telemática), do Licenciado Mário Francisco Cassoma Cangombe, que apresentou uma dissertação intitulada “O crime de abuso de confiança fiscal em Angola”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pela Professora Doutora Elisa Rangel Nunes (orientadora), pelo Professor Doutor Andrade Gomes Dumba (1.^o arguente) e pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (2.^o arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 25 de setembro de 2024, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
350. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, com as funções de vogal (tendo participado por via telemática), do

Licenciado Alberto Namumo Avelino Tchitundo, que apresentou uma dissertação intitulada “O Despedimento Disciplinar Ilícito no Ordenamento Jurídico Angolano”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Norberto Moisés Mona Capeça (orientador), pelo Professor Doutor Lino Wadiambu Diamvutu (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Armindo Gideão Kunjiquissi Jelembi (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 1 de outubro de 2024, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade

351. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Geremias André, que apresentou uma dissertação intitulada “Autarquias: um desafio ao desenvolvimento local em Angola; caso de estudo: “Município do Kilamba Kiaxi, Luanda”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Manuel Sabonete Camati (1.º arguente), pelo Professor Doutor Hermenegildo Manuel Avelino (vogal) e pelo Professor Doutor Carlos Alberto Bravo Burity da Silva (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 21 de fevereiro de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade
352. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), do Licenciado Manassés Chinendele Nauandi Chimuco, que apresentou uma dissertação intitulada “A Tributação de Imóveis em Angola à luz do Código do Imposto Predial”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Ovíduo Pahula (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Pedro Kinanga dos Santos (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da

Universidade Agostinho Neto, em 25 de fevereiro de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade

353. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), da Licenciada Felicidade Hipulenga Panduleinge Tongeni Mamuba, que apresentou uma dissertação intitulada “Capacidade contributiva como pressuposto para o exercício da cidadania fiscal em Angola”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Ovíduo Pahula (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Pedro Kinanga dos Santos (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 27 de fevereiro de 2025, tendo a candidata alcançado a classificação de “Aprovada com 14 valores”, por unanimidade
354. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 1.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Gabriel Firmino, que apresentou uma dissertação intitulada “A atividade financeira e a responsabilidade na realização das despesas públicas – estudo de caso: Gabinete de Administração e Finanças da Direção-Nacional de Saúde Pública (DNSP) – Ministério da Saúde (MINSA)”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Ovíduo Pahula (orientador) e pelo Professor Doutor Pedro Kinanga dos Santos (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 6 de março de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade
355. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), do Licenciado Alfredo Carlos Cananga, que apresentou uma dissertação intitulada “A responsabilidade tributária dos administradores das sociedades comerciais – estudo comparado

entre o Direito Angolano e o Direito Português”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), substituído no ato pelo Professor Doutor Alcídio Evaristo Domingos (Vice-Decano para os Assuntos Académicos), e também integrado pelo Professor Doutor Ovíduo Pahula (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Joaquim Marques de Oliveira (vogal), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 10 de março de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade

356. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, do Licenciado Antônio Fernando Souza Oliveira, que apresentou uma dissertação intitulada “O referendo constitucional e a proibição portuguesa”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias como presidente e pelo Professor Doutor Pedro Trovão do Rosário como orientador, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 11 de março de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com Muito Bom” (16 valores na dissertação e 16 valores como nota final), por unanimidade
357. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, com as funções de arguente, do Licenciado Marcel Antônio Marques Elias, que apresentou uma dissertação intitulada “As características da laicidade portuguesa e brasileira e a efetividade da liberdade de culto”, também integrado pela Professora Doutora Graça Canto Moniz como presidente (por delegação da Direção do Ciclo de Estudos), e pelo Professor Doutor Joaquim Sabino Rogério, o qual teve lugar na Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, em 19 de março de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
358. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via

telemática), do Licenciado Miguel Pinto Fortunato, que apresentou uma dissertação intitulada “Regime Fiscal Angolano aplicado à Indústria Petrolífera”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), substituído no ato pelo Professor Doutor Alcídio Evaristo Domingos (Vice-Decano para os Assuntos Académicos), e também integrado pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Pedro Kinanga dos Santos (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 25 de março de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade

359. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito – Ciências Jurídico-Cíveis, com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Lucas João Catumbela Lima Júnior, que apresentou uma dissertação intitulada “A penhora como um direito de garantia para o pagamento da dívida ao credor”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), substituído no ato pelo Professor Doutor Alcídio Evaristo Domingos (Vice-Decano para os Assuntos Académicos), e também integrado pelo Professor Doutor João Valeriano (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Evaristo José Solano (orientador), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 27 de março de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
360. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, com as funções de arguente, da Licenciada Celma dos Santos da Silva, que apresentou uma dissertação intitulada “Casamento: civil e religioso”, também integrado pelo Professor Doutor Armindo Saraiva Matias como presidente e pelo Professor Doutor Diogo Leite de Campos como orientador, o qual, previsto para ter lugar na Universidade Autónoma de Lisboa, em 27 de março de 2025, não se realizou por falta de comparência da candidata

361. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado José Paulo Vital, que apresentou uma dissertação intitulada “O imposto sobre o valor acrescentado na vertente da importação e exportação de bens e serviços”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), substituído no ato pelo Professor Doutor Alcídio Evaristo Domingos (Vice-Decano para os Assuntos Académicos), e também integrado pelo Professor Doutor Ovíduo Pahula (1.º arguente) e pela Professora Doutora Clotilde Celorico Palma (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 28 de março de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 16 valores”, por unanimidade
362. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de 2.º arguente (tendo participado por via telemática), do Licenciado Elias Roberto Bia Chipavela, que apresentou uma dissertação intitulada “O princípio da legalidade fiscal no âmbito das Autarquias Locais – um olhar às receitas tributárias autárquicas no ordenamento jurídico angolano”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), substituído no ato pelo Professor Doutor Alcídio Evaristo Domingos (Vice-Decano para os Assuntos Académicos), e também integrado pelo Professor Doutor Ovíduo Pahula (1.º arguente) e pela Professora Doutora Clotilde Celorico Palma (orientadora), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 28 de março de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 17 valores”, por unanimidade
363. Membro do júri do ato público de defesa do Mestrado em Direito Fiscal, com as funções de orientador (tendo participado por via telemática), do Licenciado João Correia Neto, que apresentou uma dissertação intitulada “Discriminação positiva do Princípio da Igualdade como instrumento de controlo do contribuinte no

Ordenamento Jurídico Angolano – o caso da cidade do Caxito”, presidido pelo Professor Doutor André Victor (Decano da Faculdade), e também integrado pelo Professor Doutor Ovídio Pahula (1.º arguente) e pelo Professor Doutor Manuel Carlos do Nascimento (2.º arguente), o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em 8 de abril de 2025, tendo o candidato alcançado a classificação de “Aprovado com 15 valores”, por unanimidade

3.2.3. Participação em Provas de Agregação

- *Membro do júri das provas de agregação em Direito da Doutora Cristina M. M. Queiroz*, que requereu a prestação dessas provas na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, as quais tiveram lugar nos dias 15 e 16 de março de 2012, fazendo parte de um júri composto pelos Professores Doutores António Teixeira Marques, vice-reitor e presidente, e com os vogais Professores Doutores Rui Moura Ramos, Marcelo Rebelo de Sousa, Paulo Otero, Paulo Ferreira da Cunha e Luís Filipe Colaço Antunes, tendo ficado incumbido da arguição do *curriculum vitae*, tendo a candidata sido “Aprovada por unanimidade”
- *Membro do júri das provas de agregação em Direito do Doutor Armindo Saraiva Matias*, que requereu a prestação dessas provas na Universidade Autónoma de Lisboa, as quais tiveram lugar nos dias 17 e 18 de junho de 2013, fazendo parte de um júri, presidido pelo Reitor, Professor Doutor José Amado da Silva, os Professores Doutores Diogo Leite de Campos, José Lebre de Freitas, Rui Pinto Duarte e Luís Menezes Leitão, com a incumbência da arguição do *curriculum vitae*, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”
- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo Direito, na especialidade Direito Económico e Financeiro, da Doutora Maria Eduarda de Almeida Azevedo*, com as funções de vogal, que requereu

a prestação dessas provas na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, as quais tiveram lugar nos dias 12 e 13 de outubro de 2016, fazendo parte de um júri composto pelos Professores Doutores Teresa Pizarro Beleza (presidente do delegação do Reitor da UNL), Carlos Maria da Silva Feijó (arguição do CV), Manuel Carlos Lopes Porto (arguição do relatório), Maria Eduarda Barroso Gonçalves (arguição da lição), José João Gordo Nunes Abrantes e Armindo Saraiva Matias (arguição do CV), tendo a candidata sido “Aprovada por unanimidade”

- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo Direito, na especialidade Direito Público*, requeridas pelo Doutor João Carlos Simões Gonçalves Loureiro, com as funções de arguente do *curriculum vitae*, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra nos dias 11 e 12 de abril de 2019, fazendo parte de um júri composto pelos Professores Doutores Rui Figueiredo Marcos (presidente por delegação do Reitor da UC), Paulo Otero (arguente do relatório), Maria Lúcia Amaral, Vasco Pereira da Silva, Carlos Blanco de Morais, José Joaquim Gomes Canotilho (arguente do cv), Fernando Alves Correia, José Carlos Vieira de Andrade (arguente da lição) e José Casalta Nabais, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”
- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo Direito, na especialidade Direito Privado*, requeridas pelo Doutor Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro, com as funções de vogal, as quais tiveram lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law nos dias 26 e 27 de setembro de 2019, fazendo parte de um júri composto pelos Professores Doutores José João Abrantes (presidente por delegação do Reitor da UNL e também arguente do *curriculum vitae*), Paulo Otero (arguente do *curriculum vitae*), Diogo Leite de Campos (arguente da lição), Pedro Pais de Vasconcelos, Rui Pinto Duarte e Armindo Saraiva Matias, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”

- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo de Ciências Jurídicas, na especialidade Ciências Jurídicas Públicas*, requeridas pela Doutora Andreia Sofia Pinto de Oliveira, com as funções de 1.º arguente do *curriculum vitae*, as quais tiveram lugar na Escola de Direito da Universidade do Minho nos dias 12 e 13 de maio de 2020, fazendo parte de um júri composto pelos Professores Doutores Mário João Ferreira Monte (presidente por delegação do Reitor da Universidade do Minho e também vogal), Rui Pedro Costa Melo Medeiros (2.º arguente do *curriculum vitae*), Maria João Estorninho (arguente do relatório), José Carlos Vieira de Andre (arguente da lição), Maria Clara da Cunha Calheiros de Carvalho e Jónatas Eduardo Mendes Machado, tendo a candidata sido “Aprovada por unanimidade”

- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo Relações Internacionais*, requeridas pelo Doutor Luís Tomé, com as funções de vogal, as quais tiveram lugar na Universidade Autónoma de Lisboa nos dias 2 e 3 de novembro de 2020, fazendo parte de um júri composto pelos Professores Doutores José Amado da Silva (presidente como reitor), Luís Moita (1.º arguente do *curriculum vitae*), Luís Lobo Fernandes (2.º arguente do *curriculum vitae*), Luís Nuno Rodrigues (arguente do relatório), Heitor Romana (arguente da lição), José Esteves Pereira, José Subtil e Viriato Soromenho Marques, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”

- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo de Ciências Jurídicas, na especialidade de Ciências Jurídicas Públicas*, requeridas pela Doutora Maria de Assunção do Vale Pereira, com as funções de vogal, as quais tiveram lugar na Escola de Direito da Universidade do Minho nos dias 19 e 20 de maio de 2021, fazendo parte de um júri composto pelos Professores Doutores Mário João Ferreira Monte (presidente por delegação do Reitor da Universidade do Minho e também vogal), Carlos Feijó (1.º arguente do *curriculum vitae*), Wladimir Brito (2.º arguente do *curriculum vitae*), Eduardo Vera-Cruz Pinto (arguente do relatório) e Teresa Ponte Iglesias (arguente da lição), tendo a candidata sido “Aprovada por unanimidade”

- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo de “Direito”, especialidade de “Direito Público”,* requeridas pelo Doutor Luís Solano Cabral de Moncada, com as funções de vogal e 1.º arguente do CV, as quais tiveram lugar na Universidade Lusófona – Centro Universitário Lusófona de Lisboa, nos dias 23 e 24 de março de 2023, fazendo parte de um júri presidido pelo Professor Doutor José Faria Costa, Diretor da sua Faculdade de Direito e por delegação do Reitor, e com os vogais Professores Doutores José Carlos Vieira de Andrade, Maria da Glória Ferreira Pinto Dias Garcia, Paulo Otero (arguente do relatório), Rui Figueiredo Marcos (2.º arguente do CV) e João Loureiro (arguente da lição), tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”
- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo de “Direito”, especialidade de “Direito Público”,* requeridas pelo Doutor João Velez Pacheco de Amorim, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, fazendo parte de um júri presidido pelo Professor Doutor José Manuel Pereira Dias de Castro Lopes, Vice-Reitor da Universidade do Porto, e tendo como vogais os Professores Doutores José Casalta Nabais, José Manuel Sérvulo Correia, Fernando José Borges Correia de Araújo, António Cândido Macedo de Oliveira, Mário Aroso de Almeida e António de Castro Portugal Carneiro da Frada, júri que, em abril de 2023, se dissolveria por superveniente ausência de quórum, na sequência dos pedidos de exoneração do mesmo apresentados e aceites, sucessivamente, por Fernando Araújo, Manuel Carneiro da Frada e Jorge Bacelar Gouveia
- *Membro do júri das provas de agregação no Ramo de “Direito”, especialidade de “Ciências Jurídicas Públicas”,* requeridas pela Doutora Isabel Celeste Fonseca, na com as funções de vogal, as quais tiveram lugar na Escola de Direito da Universidade do Minho, em 23 de maio de 2024, fazendo parte de um júri composto pela Professora Doutora Cristina Manuela Araújo Dias (presidente por delegação do Reitor da Universidade do Minho), e pelos Professores Doutores António Cândido Oliveira, Professor Catedrático Jubilado da Escola de Direito da Universidade do Minho (1.º arguente do *curriculum*

vitae), José Carlos Vieira de Andrade, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2.º arguente do *curriculum vitae*), Mário Aroso de Almeida, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (arguente do relatório), Carlos Maria da Silva Feijó, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Angola (arguente da lição), e por videoconferência Marta María García Pérez, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade da Coruña, Espanha, tendo a candidata sido “Aprovada por unanimidade”

3.2.4. Participação em júris académicos de concursos públicos para recrutamento de professores auxiliares, associados e catedráticos

- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor auxiliar de Direito Público, Fiscal e Financeiro no 1.º Grupo – Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com reunião havida em 7 de fevereiro de 2011, do qual fazendo parte o Professor Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa como Presidente, e como vogais os Professores Doutores Fernando Pérez Royo, Eduardo Paz Ferreira, João Caupers, José Casalta Nabais e Rui Duarte Morais*
- *Membro do júri para professor catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho, na área disciplinar de Ciências Jurídicas Políticas, nos termos do Edital n.º 635/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 124, de 30 de junho de 2011, dele também fazendo parte, além do Reitor da Universidade do Minho, a presidir, os Professores Doutores José Joaquim Gomes Canotilho, José Carlos Vieira de Andrade, Jorge Miranda e Jorge António Pueyo Losa*
- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, requeridas pelo Doutor Raúl Araújo, que apresentou uma monografia com o título “A proteção do Ambiente e a Constituição de Angola”, o qual teve lugar em 23 de*

junho de 2011, em Luanda, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor Orlando da Mata, Reitor da Universidade Agostinho Neto, e os Professores Doutores Jorge Miranda, Marcelo Rebelo de Sousa e J. J. Gomes Canotilho, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”

- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, requeridas pelo Professor Doutor Carlos Feijó, que apresentou uma monografia com o título “A Autonomia Local e a Organização do Poder Territorial em Angola”, as quais tiveram lugar em 4 de julho de 2012, em Luanda, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor Orlando da Mata, Reitor da Universidade Agostinho Neto (presidente) e os Professores Doutores Diogo Freitas do Amaral, Marcelo Rebelo de Sousa e Raúl Araújo (vogais), tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”
- *Membro do júri para professor associado da Escola de Direito da Universidade do Minho, na área disciplinar de Ciências Jurídico-Políticas*, nos termos do Edital n.º 686/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2012, dele também fazendo parte, além da Vice-Reitora da Universidade do Minho, a presidir, os Professores Doutores José Joaquim Gomes Canotilho, José Carlos Vieira de Andrade, Fausto de Quadros e José Adelino Maltez
- *Membro do júri para professor catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa, na área disciplinar de Ciências Jurídicas*, nos termos da Deliberação do Conselho Científico desta Universidade n.º 141/2013, dele também fazendo parte, além do Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa (a presidir), os Professores Doutores Luís Menezes Leitão, José Lebre de Freitas, Diogo Leite de Campos e Rui Pinto Duarte
- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor auxiliar do 1.º Grupo – Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade*

NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, nos termos do Edital n.º 520/2014, de 18 de junho de 2014, do qual fazendo parte o Professor Doutor José João Abrantes, Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa como Presidente e por delegação do reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores Wladimir Brito, Maria Luísa Duarte, Manuel Afonso Vaz e Nuno Piçarra

- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor auxiliar do 1.º Grupo – Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, nos termos do Edital n.º 863/2014, de 23 de setembro de 2014, do qual fazendo parte o Professor Doutor José João Abrantes, Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa como Presidente e por delegação do reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores Wladimir Brito, Maria Luísa Duarte, Manuel Afonso Vaz e Nuno Piçarra
- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor associado do 1.º Grupo – Direito Público nas disciplinas de Direitos Humanos, Direito Internacional Público, Direito Humanitário, Direito da Igualdade Social, Direito da Saúde e Bioética da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, nos termos do Edital n.º 500/2015, de 2 de junho de 2015, do qual fazendo parte o Professor Doutor José João Abrantes, Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa como Presidente e por delegação do reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores Carlos Feijó, Anália Cardoso Torres, Wladimir Brito e Teresa Pizarro Beleza
- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor associado do 1.º Grupo – Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, nos termos do Edital n.º 423/2017, de 14 de junho de 2017, do qual fazendo parte o Professor Doutor José João Abrantes, Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa como Presidente e por delegação do reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores Anabela Miranda Rodrigues, Carlos Blanco de Moraes, Wladimir Brito e Teresa Pizarro Beleza

- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor catedrático do 3.º Grupo – Ciências Jurídicas Auxiliares e Afins da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, nos termos do Edital n.º 574/2017, de 14 de agosto de 2017, do qual fazendo parte o Professor Doutor José João Abrantes, Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa como Presidente e por delegação do reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores Paulo Otero, António Pedro Barbas Homem, Anália Maria Cardoso Torres, Maria Eduarda Barroso Gonçalves, Teresa Pizarro Beleza e Henrique Severiano Teixeira
- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor associado do 3.º Grupo – Ciências Jurídicas Auxiliares e Afins da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, nos termos do Edital n.º 849/2017, de 24 de outubro de 2017, do qual fazendo parte o Professor Doutor José João Abrantes, Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa como Presidente e por delegação do reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores Paulo Manuel Cunha da Costa Otero, António Pedro Nina Barbas Homem, Anália Maria Cardoso Torres, Maria Eduarda Barroso Gonçalves e Henrique Nunes Pires Severiano Teixeira
- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, requeridas pelo Doutor Carlos Alberto B. Burity da Silva, que apresentou uma monografia com o título “Os direitos da personalidade no Código Civil e na Constituição da República de Angola”, as quais tiveram lugar em 15 de novembro de 2018, em Luanda, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor Pedro Magalhães, Reitor da Universidade Agostinho Neto, na qualidade de presidente, e o Professor Doutor Carlos Feijó, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”
- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, requeridas pela Doutora

Luzia Bebiana de Almeida Sebastião, que apresentou uma monografia com o título “Justiça tradicional e segurança jurídica”, as quais tiveram lugar em 15 de novembro de 2018, em Luanda, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor Pedro Magalhães, Reitor da Universidade Agostinho Neto, na qualidade de presidente, e o Professor Doutor Carlos Feijó, tendo a candidata sido “Aprovada por unanimidade”

- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, requeridas pela Doutora Elisa Rangel Nunes, que apresentou uma monografia com o título “O Direito dos Animais a terem Direitos: uma Introdução ao Direito do Animal Não Humano e sua Sustentabilidade Tributária em Angola”, as quais tiveram lugar em 17 de novembro de 2018, em Luanda, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor Pedro Magalhães, Reitor da Universidade Agostinho Neto, na qualidade de presidente, o Professor Doutor Redento Maia e o Professor Doutor Carlos Feijó, tendo a candidata sido “Aprovada por unanimidade”
- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, requeridas pelo Doutor Joaquim Dias Marques de Oliveira, que apresentou uma monografia com o título “Direito do Mar e Direito Aéreo – relatório sobre a disciplina, os conteúdos e os métodos do ensino da disciplina”, as quais tiveram lugar em 17 de novembro de 2018, em Luanda, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor Pedro Magalhães, Reitor da Universidade Agostinho Neto, na qualidade de presidente, e o Professor Doutor Carlos Feijó, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”
- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, requeridas pelo Doutor José Eduardo Sambo, que apresentou uma monografia com o título “O velho e o novo Processo Penal Angolano”, as quais tiveram lugar

em 17 de novembro de 2018, em Luanda, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor Pedro Magalhães, Reitor da Universidade Agostinho Neto, na qualidade de presidente, e o Professor Doutor Carlos Feijó, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”

- *Membro do júri do concurso para professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na área disciplinar Direito e subárea de Ciências Jurídico-Políticas*, aberto segundo o Edital n.º 60/2019, de 9 de janeiro de 2019, júri alterado pelo Despacho reitoral publicado em 19 de março de 2019 como Aviso n.º 4622/2019, nele tendo participado como Presidente o Doutor Luís Filipe Martins Menezes, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, e os Doutores Paulo Otero, Maria da Glória Ferreira Pinto Dias Garcia, Vasco Pereira da Silva, Fernando Alves Correia e José Carlos Vieira de Andrade
- *Membro do júri do concurso para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na área disciplinar de Ciências Jurídico-Políticas*, aberto segundo o Edital n.º 77/2019, de 10 de janeiro de 2019, júri alterado pelo Despacho reitoral publicado em 3 de abril de 2019 pelo Aviso n.º 6030/2019, nele tendo participado como Presidente o Doutor Delfim Ferreira Leão, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, e os Doutores Paulo Otero, Maria Lúcia Amaral, Vasco Pereira da Silva, Carlos Blanco de Moraes, José Joaquim Gomes Canotilho, Fernando Alves Correia e José Carlos Vieira de Andrade
- *Membro do júri para a contratação de doutorado investigador no 3.º Grupo – Ciências Jurídicas Gerais e Afins da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, na qualidade de vogal, nos termos do Aviso n.º 3908/2019, de 12 de março de 2019, do qual fazendo parte a Professora Doutora Mariana França Gouveia, Diretora da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, como Presidente por delegação do Reitor

desta Universidade, e também como vogais os Professores Doutores Cristina Queiroz e Armando Marques Guedes

- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor associado do 1.º Grupo – Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, nos termos do Edital n.º 477/2019, de 4 de abril de 2019, do qual fazendo parte a Professora Doutora Mariana França Gouveia, Diretora da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, como Presidente por delegação do Reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores José Faria e Costa, Anabela Miranda Rodrigues, Maria Fernanda Palma, Mário Ferreira Monte e Teresa Pizarro Beleza
- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor associado do 1.º Grupo – Direito Público, na especialidade de Ciências Jurídico-Económicas, da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, nos termos do Edital n.º 490/2019, de 8 de abril de 2019, do qual fazendo parte a Professora Doutora Mariana França Gouveia, Diretora da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, como Presidente e por delegação do reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores Fernando Alves Correia, Carlos Feijó, José Casalta Nabais, Maria Lúcia Amaral e Rui Pinto Duarte
- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor associado do 1.º Grupo – Direito Público, na especialidade de Ciências Jurídico-Fiscais, da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, nos termos do Edital n.º 491/2019, de 8 de abril de 2019, do qual fazendo parte a Professora Doutora Mariana França Gouveia, Diretora da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law como Presidente e por delegação do reitor desta Universidade, e como vogais os Professores Doutores Fernando Alves Correia, Carlos Feijó, José Casalta Nabais, Maria Lúcia Amaral e Rui Pinto Duarte

- *Membro do júri para provimento de um lugar de professor catedrático do 3.º Grupo – Ciências Jurídicas Gerais e Afins* da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, nos termos do Edital n.º 768/2019, de 24 de junho de 2019, do qual fazendo parte o Professor Doutor José João Abrantes, Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa como Presidente, por delegação de poderes do Reitor desta Universidade, e tendo como vogais os Professores Doutores Brian Juan O’Neill, José Carlos Gaspar Venâncio, José Viriato Soromenho Marques, José Filipe Pinto, Teresa Pizarro Beleza e José João Abrantes, tendo participado na reunião ocorrida em 26 de novembro de 2019
- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto*, requeridas pelo Doutor André Victor, que apresentou uma aula magna com o título “O fenómeno migratório em Angola e suas consequências”, as quais tiveram lugar em 13 de junho de 2019, em Luanda, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor Pedro Magalhães, Reitor da Universidade Agostinho Neto, na qualidade de presidente, e o Professor Doutor Carlos Feijó, tendo o candidato sido “Aprovado por unanimidade”
- *Membro do júri do concurso para professor catedrático da Academia Militar na área científica de Ciências Jurídicas e Políticas em contexto militar* (Aviso n.º 8530/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95, de 17 de maio de 2019), nele tendo participado como Presidente o Doutor João Jorge Vieira Borges, Comandante da Academia Militar, e como vogais o Coronel Luís Filipe Duarte Santos e os Doutores Adriano José Alves Moreira, Paulo Manuel Cunha Costa Otero e Manuel Augusto Meirinho Martins
- *Membro do júri para provimento de três lugares de professor associado na área disciplinar de Ciências Jurídicas Administrativas e Financeiras* da Escola de Direito da Universidade do Minho, nos termos do Edital n.º 909/2019, de 5 de agosto de 2019, do qual fazendo parte o Reitor

da Universidade do Minho como Presidente, e tendo como vogais os Professores Doutores José Casalta Nabais, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Rui Medeiros e Rui Duarte Morais

- *Membro do júri do concurso para professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na área disciplinar de Ciências Jurídico-Políticas*, aberto pelo Edital n.º 1670/2022, de 10 de novembro de 2022, dele fazendo parte como Presidente o Doutor Jónatas Eduardo Mendes Machado, diretor da Faculdade, por delegação do Reitor da Universidade de Coimbra, e os Doutores Maria João Rosário Estorninho Pereira da Silva, Carlos Manuel Almeida Blanco de Morais, Cristina Maria Machado de Queiroz Leitão, João Carlos Simões Gonçalves Loureiro e Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves
- *Membro do júri das provas para professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos* (tendo participado por via telemática, na qualidade de vogal), requeridas pelo Professor Doutor Armindo Gideão Kunjiquisse Jelembi, que apresentou como Aula Magna um texto com o título “Direito das Garantias – necessidade de uma disciplina autónoma”, as quais tiveram lugar em 18 de outubro de 2024, em Luanda, nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, e do qual participaram como membros também o Professor Doutor José Octávio Serra Van-Dúnem, por delegação da Reitora da Universidade José Eduardo dos Santos na qualidade de presidente, e os Professores Doutores Carlos Alberto Burity da Silva, Elisa Rangel Nunes e Cristóvão de Carvalho e Ferreira Simões como vogais, tendo o candidato sido “Aprovado com Distinção”, por unanimidade”
- *Membro do júri do concurso para professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na área disciplinar de Ciências Jurídico-Políticas*, aberto segundo o Edital n.º 559/2025, de 23 de março de 2025, nele tendo participado como Presidente o Doutor José Manuel Aroso Linhares, e como demais vogais os Doutores Maria

João Estorninho Pereira da Silva, Carlos Manuel Almeida Blanco de Moraes, Cristina Maria Machado de Queiroz Leitão, Jónatas Eduardo Mendes Machado e Pedro António Pimenta Costa Gonçalves

3.2.5. Participação em júris académicos de defesa de projeto de tese de doutoramento

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito*, requerido pelo Mestre Marcelo Barbosa de Castro Zenkner, com o título “Direitos fundamentais sociais, integridade governamental e tutela jurisdicional efetiva”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de junho de 2013, também fazendo parte do júri como Presidente o Professor Doutor Nuno Piçarra, tendo o candidato sido “Aprovado”
- *Membro do júri do ato público de qualificação da tese de doutorado de Mariana Augusta dos Santos Zago*, com o título “Federalismo no Brasil e na Alemanha: estudo comparativo da repartição de competências legislativas e materiais”, presidido pelo Professor Doutor Fernando Menezes de Almeida e também integrado pelo Professor Doutor José Levi do Amaral, o qual teve lugar em São Paulo, em 26 de agosto de 2013, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito*, com as funções de presidente e orientador, requerido pela Licenciada Artemis Holmes, com o título “O TPI – princípio da complementaridade”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 30 de maio de 2014, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Pedro Caeiro, tendo a candidata sido aprovada
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito*, com as funções de presidente e orientador, requerido pela Mestre Joana Roque Lino, com o título “O poder

sancionatório administrativo numa perspetiva constitucional”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de novembro de 2014, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Mário Aroso de Almeida, tendo a candidata sido “Aprovada”

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito*, com as funções de arguente, requerido pelo Licenciado Alain Souto Rémy, com o título “As Autoridades Tradicionais Angolanas e o Paradigma do Estado Democrático de Direito”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 14 de abril de 2015, também fazendo parte do júri como presidente e orientador o Professor Doutor Armando Marques Guedes, tendo o candidato sido “Aprovado”
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Mestre Helder Valente Dias, com o título “A Polícia Líquida: uma tarefa administrativa em debate e em reconstrução”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 30 de junho de 2015, também fazendo parte do júri como orientador o Professor Doutor Manuel Guedes Valente e como arguente o Professor Doutor José Fontes, tendo o candidato sido “Aprovado”
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Mestre João Alvelos, com o título “A Segurança Não-Institucional – a outra “mão invisível” da Segurança do Estado”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de julho de 2015, também fazendo parte do júri como orientador o Professor Doutor Francisco Proença Garcia e como arguente o Professor Doutor Manuel Guedes Valente, tendo o candidato sido “Aprovado”

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. David Batista Freitas, com o título “Identificação policial – segurança e liberdade”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de setembro de 2015, também fazendo parte do júri como orientador o Prof. Doutor José Fontes e como arguente o Professor Doutor José Manuel Anes, tendo o candidato sido “Aprovado com Muito Bom” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pela Dr.^a Alice Feiteira, com o título “A fiscalização democrática dos serviços de informações”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 6 de novembro de 2015, também fazendo parte do júri como orientador o Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral e como arguente o Professor Doutor Armando Marques Guedes, tendo a candidata sido “Aprovada com Muito Bom” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pela Dr.^a Fátima Fernandes, com o título “A pornografia de menores em Portugal”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 26 de novembro de 2015, também fazendo parte do júri como orientador o Professor Doutor José Fontes e como arguente a Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento, tendo a candidata sido “Aprovada com Bom com Distinção” (17 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Mestre Rodrigues Lapucheque, com o título “A consagração constitucional da missão das Forças Armadas moçambicanas e portuguesas e sua importância”, o qual teve lugar

na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de abril de 2016, também fazendo parte do júri como orientador o Prof. Doutor Francisco Proença Garcia e como arguente o Professor Doutor Esmeraldo de Azevedo, tendo o candidato sido “Aprovado” (16 valores)

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Licenciado João de Oliveira Franco Nunes dos Reis, com o título “Unilateral Use of Force in the Era of Drones – The Impact of Recent State Practice on the Interpretation of the Inherent Rights of Self-Defence”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 22 de junho de 2016, também fazendo parte do júri como orientador o Prof. Doutor Armando Marques Guedes e como arguente a Professora Doutora Sofia Santos, tendo o candidato sido “Aprovado” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Licenciado Nelson Macedo da Cruz, com o título “As mudanças institucionais e legais necessárias para a investigação económico-financeira e tributária na União Europeia – o combate à criminalidade organizada”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 21 de setembro de 2016, também fazendo parte do júri como orientadores os Professores Doutores José Fontes e Reinaldo Hermenegildo e como arguente o Professor Doutor André Ventura, tendo o candidato sido “Aprovado” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Estudos Políticos*, com as funções de arguente, requerido pela Licenciada Maria Ejarque Albuquerque, com o título “A ONU e a doutrina constitucional das missões de paz”, o qual teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 29 de setembro de 2016, também fazendo parte do

júri como orientadora a Professora Doutora Madalena Mayer Resende e como presidente a Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues, tendo a candidata sido “Aprovada com Muito Bom” (17 valores)

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente e orientador, requerido pelo Licenciado Cláudio Ferreira Gomes, com o título “O tráfico de drogas e o direito constitucional à segurança no Brasil”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 12 de janeiro de 2017, também fazendo parte do júri como orientador o Professor Doutor Nelson Lourenço e como arguente o Professor Doutor Francisco Proença Garcia, tendo o candidato sido “Aprovado” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente e orientador, requerido pelo Licenciado Geraldo Afonso da Cunha, com o título “A Segurança Interna como direito, dever e responsabilidade de todos no Estado de Direito Democrático a partir da leitura do *caput* do Artigo 144 da Constituição do Brasil de 1988”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 13 de fevereiro de 2017, também fazendo parte do júri como coorientador o Professor Francisco Proença Garcia e como arguente a Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento, tendo o candidato sido “Aprovado” (16 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente e orientador, requerido pelo Mestre Albano Macie, com o título “O Empenhamento das Forças Armadas na Segurança Interna: o caso de Moçambique”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 27 de março de 2017, também fazendo parte do júri como arguente a Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento, tendo o candidato sido “Aprovado” (17 valores)

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pela Dr.^a Gabriela Caldas, com o título “O impacto da crise dos refugiados nas orientações estratégicas e na moldura jurídico-institucional da União Europeia”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 28 de abril de 2017, também fazendo parte do júri como arguente a Professora Doutora Ana Rita Gil, sendo a Professora Doutora Sofia Santos a orientadora, e tendo a candidata sido “Aprovada” (17 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito*, com as funções de presidente e orientador, requerido pelo Licenciado João Nuno Fernandes Frazão, com o título “Coexistência *versus* Harmonização: os caminhos do Direito Espacial Europeu do século XXI”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de maio de 2018, também fazendo parte do júri como arguente a Professora Doutora Maria Eduarda Gonçalves, tendo o candidato sido “Aprovado”
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. Nuno Filipe Batista Imperial, com o título “O EUROSUR e a gestão integrada de fronteiras”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 2 de julho de 2018, também fazendo parte do júri como arguente a Professora Doutora Ana Paula Brandão e como orientador o Professor Doutor Nuno Piçarra, tendo o candidato sido “Aprovado com Muito Bom” (16 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente e orientador, requerido pelo Mestre Armindo Armando Nhanombe, com o título “Ingerência humanitária e responsabilidade de proteger”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de

Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de dezembro de 2018, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor José Fontes, tendo o candidato sido “Aprovado” (16 valores)

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente e orientador, requerido pelo Dr. Sérgio Azevedo, com o título “A Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa e o alcance do *Principiis Obsta* na Segurança e Defesa do Estado”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 18 de março de 2019, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor José Fontes, tendo o candidato sido “Aprovado” (17 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. Isaías Vinícius de Castro Simões, com o título “A Atividade de Inteligência enquanto ferramenta de segurança institucional: viabilidade de implantação no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – Brasil”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 9 de abril de 2019, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor José Fontes e o Professor Doutor Nelson Lourenço como orientador, tendo o candidato sido “Aprovado” (17 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. Fernando Ferreira da Silva Júnior, com o título “A Formulação de Políticas Públicas de Segurança no Estado de Sergipe/Brasil: o papel da Inteligência Policial Militar na Promoção da Prevenção”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 11 de abril de 2019, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor José Manuel Anes e o Professor Doutor Francisco Proença Garcia como orientador, tendo o candidato sido “Aprovado” (17 valores)

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pela Mestra Filipa Marina da Silva Soares, com o título “Portugal como Ator Europeu na Prevenção da Radicalização”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 16 de abril de 2019, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Felipe Pathé Duarte e os Professores Doutores Armando Marques Guedes e Hermínio Matos como, respetivamente, orientador e coorientador, tendo a candidata sido “Aprovada” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente e orientador, requerido pela Mestra Cláudia Priscila Alves Prata, com o título “As Influências Mosaicas na Constituição da República Portuguesa de 1976: um Estudo Comparativo de Direitos Fundamentais”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 19 de junho de 2019, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Pedro Velez, tendo a candidata sido “Aprovada”
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. João Paulo Moita Pereira, com o título “Da produção de informações em Portugal e os seus limites na prossecução dos interesses estratégicos nacionais: novas fronteiras para uma nova realidade?”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 3 de julho de 2019, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor José Fontes e o Professor Doutor Francisco Proença Garcia como orientador, tendo o candidato sido “Aprovado” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. Peregrino Isidro Wambu Chindondo, com o título

- “Os militares e o sistema constitucional presidencialista em Angola”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 23 de julho de 2019, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Armando Marques Guedes e os Professores Doutores Francisco Proença Garcia e Jaime Nogueira Pinto como orientadores, tendo o candidato sido “Aprovado” (16 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente e orientador, requerido pelo Dr. Marlon Oliveira Cajado dos Santos, com o título “Segurança política: um debate necessário para o aprimoramento da segurança pública no Brasil”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, em 20 de janeiro de 2020, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Wladimir Brito e o Professor Doutor Guilherme Cunha Werner como coorientador, tendo o candidato sido “Aprovado” (17 valores)
 - *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. John August de Castro Pereira Wolf, com o título “Convenção cívica da coesão social (Émile Durkheim) – o Desafio da Coesão Social e Solidariedade na União Europeia”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (via zoom), em 20 de abril de 2020, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Armando Marques Guedes como orientador, tendo o candidato sido “Aprovado” (19 valores)
 - *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. Luís António Cuco de Jesus, com o título “Territorialização Securitária do Alto Mar – análise crítico-transformativa no tratamento jurídico do direito de visita”, o qual

teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (via zoom), em 22 de abril de 2020, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Duarte Lynce de Faria e como orientador o Professor Doutor Armando Marques Guedes, tendo o candidato sido “Aprovado” (18 valores)

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pela Dr.^a Maria Roque de Pinho Carvalhosa Empis, com o título “Um nova Arquitetura de Segurança para o Atlântico Sul”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (via zoom), em 29 de abril de 2020, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor José Freire Nogueira e como orientador o Professor Doutor Armando Marques Guedes, tendo a candidata sido “Aprovada” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Dr. Gilberto Manuel Cartaxo Gaspar, com o título “Das ações encobertas – contributos para uma teoria geral”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (via zoom), em 7 de maio de 2020, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Mário Monte e como orientador o Professor Doutor José Fontes, tendo o candidato sido “Aprovado” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente e orientador, requerido pelo Dr. João André Coelho Barata, com o título “Descolonização Africana e os Serviços de Informações: os casos francês, inglês e português”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (via zoom), em 15 de maio de 2020, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Pedro Clemente, tendo o candidato sido “Aprovado” (17 valores)

- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Direito e Segurança*, com as funções de presidente, requerido pelo Mestre Mário José Machado Guedelha, com o título “A segurança europeia baseada na cooperação policial e a necessidade de uma estratégia ibérica”, o qual teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law (via zoom), em 19 de maio de 2020, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Felipe Pathé Duarte e como orientador o Professor Doutor Armando Marques Guedes, tendo o candidato sido “Aprovado” (18 valores)
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Ciências Jurídicas*, com as funções de orientador, requerido pelo Mestre José Herannd Diógenes Saldanha, com o título “Cidadania ativa municipal no século XXI: análise da construção da democracia participativa no município de Fortaleza/CE em Brasil e no município de Lisboa em Portugal – no período de 2001 até 2018”, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa (via zoom), em 25 de março de 2021, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor José Lucas Cardoso e como presidente o Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente, tendo o candidato sido “Aprovado”
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas*, com as funções de orientador, requerido pela Mestra Maria de Fátima A. Baptista da Silva, “A tutela do direito à retribuição enquanto direito de dignidade da pessoa humana na ordem constitucional Angolana”, o qual teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa (via zoom), em 31 de janeiro de 2022, também fazendo parte do júri como arguente o Professor Doutor Luís Barbosa Rodrigues e como presidente o Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente, tendo a candidata sido “Aprovada”
- *Membro do júri do ato público de defesa de projeto de tese de doutoramento em Estudos Internacionais*, com as funções de

coorientador, requerido pelo Doutor João Baptista Ferreira Dias, “Entre as brumas das memórias! – gramáticas identitárias, guerras culturais e direitos fundamentais: o impacto de um debate transnacional no Portugal do Século XXI”, o qual teve lugar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (via zoom), em 11 de julho de 2022, também fazendo parte do júri o Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues (presidente), a Professora Doutora Thaís França (arguente) e o Professor Doutor Riccardo Marchi (orientador), tendo o candidato sido “Aprovado” por unanimidade

3.2.6. Participação em provas de outra natureza

- *Participação no Júri do XXV Concurso de Admissão ao Centro de Estudos Judiciários*, em junho de 2006
- *Presidente do Júri Português de Escolha da equipa que representou Portugal no Telders International Law Moot Court Competition*, cuja ronda interna teve lugar em 21 de novembro de 2006, no Palácio da Justiça, em Lisboa
- *Participação no júri de aprovação do trabalho de fim da Licenciatura em Ciências Policiais de Cláudia Cristina da Silva Andrade*, com o título “Informações Policiais: da regulamentação como garantia e segurança jurídicas dos direitos fundamentais do cidadão”, à qual foi atribuída a classificação de 15 valores, tendo a prova sido realizada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em 11 de maio de 2007
- *Juiz-Presidente e promotor do Telders International Law Moot Court Competition*, em 21 de novembro de 2006, com o “The AIDS Medication Case: Alegria versus Amargura”
- *Juiz-Presidente e promotor do Telders International Law Moot Court Competition*, em 14 de novembro de 2007, com o “The Aerial Accident Case: Icara versus Mercuria”

- *Participação no Júri do XXVI Concurso de Admissão ao Centro de Estudos Judiciários*, em junho de 2007
- *Participação no Júri de Avaliação do Trabalho de Fim de Curso de Auditor de Defesa Nacional de 2008-2009, apresentado por Ana Isabel dos Reis Palma*, sob o título “A interceção de comunicações pelos serviços de informações – Modelo de Interceções para o Sistema de Informações da República Portuguesa”, a qual teve lugar no Instituto de Defesa Nacional, em 22 de dezembro de 2009, tendo a candidata obtido a classificação final de Aprovada com Excelente (18 valores)
- *Membro do júri da discussão do trabalho final de Rodrigues Lapuche*, ocorrida em 2 de maio de 2012, que no Curso de Defesa Nacional apresentou um trabalho sobre “Portugal e a CPLP”
- *Avaliador de desempenho de Paulo Ferreira da Cunha*, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, no tempo referente à atividade por si desenvolvida nos períodos de 2004-2009, 2012-2014 e 2015
- *Participação na Mesa da Assembleia Geral das Nações Unidas do MUN – Model United Nations*, organizado pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, nos dias 9 e 10 de maio de 2014
- *Membro do júri do ato público de defesa de trabalho individual final para concurso de acesso a superintendente da PSP*, com as funções de orientador, requerido pelo Intendente Licenciado Luís Carlos Silva Serafim, que para o efeito apresentou um trabalho “Contributos para uma clarificação em matéria de revistas por seguranças privados”, no âmbito do 4.º Curso de Direção e Estratégia Policial, discussão que teve lugar em Lisboa, em 7 de dezembro de 2017, no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, júri composto também pelo Superintendente José Emanuel Torres (presidente) e pelo

Professor Doutor José Fontes (arguente), tendo o candidato obtido a classificação de 18 valores

- Avaliador do *curriculum vitae* de José Noronha Rodrigues com vista à sua contratação definitiva como professor auxiliar da Universidade dos Açores (setembro de 2018)
- *Participação no Júri de Admissão ao 7.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Administrativos e Fiscais do Centro de Estudos Judiciários (Júri A – via académica)*, em julho de 2020
- *Participação no Júri de Admissão ao 36.º Curso Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais do Centro de Estudos Judiciários (Júri A – via académica)*, em setembro de 2020
- *Membro do júri do trabalho de investigação individual com as funções de arguente*, apresentado no âmbito do CPOG – Curso de Promoção a Oficial General, pelo Coronel Rui Alberto Ribeiro Veloso, com o título “O papel da Guarda Nacional Republicana no contexto do Sistema de Investigação Criminal”, também fazendo parte do júri como Presidente o Tenente-General Manuel Fernando Rafael Martins e como vogais o Major-General José António Coelho Rebelo, o Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros e o Professor Doutor José Fontes (orientador), discussão que teve lugar no IUM – Instituto Universitário Militar, em 16 de julho de 2020, tendo o candidato sido “Aprovado” com Muito Bom (17,50 valores)

3.2.7. Pareceres e Relatórios para carreiras académicas

- Parecer sobre a avaliação de desempenho de Paulo Ferreira da Cunha
- Parecer sobre a avaliação de desempenho de Cristina Queiroz
- Parecer para a contratação como professor auxiliar convidado da Academia Militar, ao abrigo do art. 15.º, n.º 2, do Estatuto da Carreira

Docente Universitária, do Doutor Jorge Armando de Pinheiro Simão
(6 de março de 2024)

- Relatório para a contratação como professora auxiliar convidada da Academia Militar, ao abrigo do art. 15.º, n.º 2, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, da Doutora Tatiana Morais Ribeiro de Aguiar e Silva (15 de setembro de 2024)
- Parecer para a contratação como professor auxiliar convidado da Academia Militar, ao abrigo do art. 15.º, n.º 2, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, do Doutor Jorge Armando de Pinheiro Simão (10 de março de 2025)

3.3. ORIENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÉMICOS

3.3.1. Orientação de trabalhos de Pós-Doutoramento

- 3.3.1.1. Doutor Fernando Horta Tavares, pós-doutoramento em Direito (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2008)
- 3.3.1.2. Doutor Flávio Martins Alves Nunes Júnior, pós-doutoramento em Direito (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2025-2026)
- 3.3.1.3. Doutor Gustavo Costa Nassif, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2016-2017)
- 3.3.1.4. Doutor Israel Jacob Massuanganhe, pós-doutoramento em Direito (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2016)
- 3.3.1.5. Doutor José Pina Delgado, pós-doutoramento em Direito (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2017)

- 3.3.1.6. Doutor Leonardo Ferraz, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2016)
- 3.3.1.7. Doutora Lídia Ribas, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2016)
- 3.3.1.8. Doutor Lourenço Dias Almeida da Silva, pós-doutoramento (Universidade Autónoma de Lisboa, 2011)
- 3.3.1.9. Doutor Luciano Ferraz, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2016)
- 3.3.1.10. Doutor Magno Frederici Gomes, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2009)
- 3.3.1.11. Doutora Maria Mar Leal Adorna, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2009)
- 3.3.1.12. Doutor Ricardo Augusto Dias da Silva, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2019)
- 3.3.1.13. Doutor Ricardo García García, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2007)
- 3.3.1.14. Doutor Rizuane Mubarak, pós-doutoramento em Direito (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2023)

- 3.3.1.15. Doutor Rosângelo Rodrigues de Miranda, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2011)
- 3.3.1.16. Doutor Wilber Coimbra, pós-doutoramento em Direito Público (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2019)

3.3.2. Orientação de Teses de Doutoramento

- 3.3.2.1. Mestre Albano Macie, “O empenhamento das Forças Armadas na Segurança Interna: o caso de Moçambique” (Doutoramento em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2017-2019)
- 3.3.2.2. Mestre Carlos Alberto Cavuquila, “O governo unipessoal e fiscalização parlamentar” – o Caso Típico de Angola (Doutoramento em Direito – Direito Público, conjuntamente organizado pela Universidade NOVA de Lisboa e Universidade Agostinho Neto, 2019-....)
- 3.3.2.3. Mestre Carlos Henrique Soares, “Coisa julgada constitucional: justiça, segurança jurídica e verdade” (Doutoramento em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006-2009)
- 3.3.2.4. Mestre Carlos Maria Feijó, “O poder tradicional e a Administração Pública em Angola” (Doutoramento em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2005-2010)
- 3.3.2.5. Dr. Cláudio Gomes, “O tráfico de drogas e o direito à segurança constitucional no Brasil” (Doutoramento em

Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2017-2020)

- 3.3.2.6. Mestre Gildo Espada, “A afirmação do Direito de Águas” (Doutoramento em Direito – Direito Público, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Escola Superior de Direito do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, 2012-2015)
- 3.3.2.7. Mestre Gonçalo Manuel Quinteiro Rodrigues, “Dos direitos humanos aos estados de exceção” (Doutoramento em Relações Internacionais, UAL, 2023-....)
- 3.3.2.8. Licenciado Guilhermino César Augusto Real Lavieque, “Conflito entre Relativismo e Multiculturalismo à Luz do Direito Costumeiro: o caso da Cidade de Nampula” (2010-2015) (Doutoramento em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, 2019-....)
- 3.3.2.9. Mestre Hamilton Sarto Serra de Carvalho, “A Democracia Constitucional Moçambicana: Construção, Desafios e Perspetivas” (Doutoramento em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, 2015-2018)
- 3.3.2.10. Mestre Henriques José Henriques, “O Direito Internacional e a Constituição de Moçambique: encontros e desencontros à luz do Pluralismo Jurídico Global” (Doutoramento em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2008-2016)
- 3.3.2.11. Doutor João Baptista Ferreira Dias, “Entre as brumas das memórias – Gramáticas identitárias, guerras culturais e direitos fundamentais: o impacto de um debate transnacional

no Portugal do Século XXI” (Doutoramento em Estudos Internacionais, ISCTE-IUL, 2022-....)

- 3.3.2.12. Mestre Jorge Armando Pinheiro Simão, “As origens e os dilemas da democracia representativa contemporânea: o caso português numa perspetiva longitudinal e comparada” (Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Ciência Política, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa) (2011-2013)
- 3.3.2.13. Mestre Sebastião Jorge Diogo Bessa, “A Criação de uma Entidade Quase-Judicial como Órgão de Administração Eleitoral em Angola (Doutoramento em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, 2016-2022)
- 3.3.2.14. Mestre José Herannd Diógenes Saldanha, “Cidadania ativa municipal no século XXI: análise da construção da democracia participativa no município de Fortaleza/CE em Brasil e no município de Lisboa em Portugal – no período de 2001 até 2018” (Doutoramento em Direito, especialidade de Ciências Jurídicas, Universidade Autónoma de Lisboa, 2017-...)
- 3.3.2.15. Mestre José Pina Delgado, “Intervenções Humanitárias Unilaterais: da Teoria da Guerra Justa ao Direito Internacional Contemporâneo” (Doutoramento em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2011-2016)
- 3.3.2.16. Licenciada Maria Ejarque Albuquerque, “Constitutional order in UN supported peace processes: from doctrine to the Security Council”, sob a orientação científica da Prof. Doutora Madalena Meyer Resende, co-orientação da tese (Doutoramento em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, 2017-....)

- 3.3.2.17. Mestre Rizuane Mubarak, “Os desafios do Legislador em matérias de Defesa e Segurança Nacional e Internacional num Mundo Internacionalizado: um olhar sobre Moçambique no período após a independência” (Doutoramento em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, 2018-2019)
- 3.3.2.18. Mestre Zacarias Filipe Zinocacassa, “O sistema de governo das entidades descentralizadas e as medidas tutelares sancionatórias na ordem jurídica moçambicana” (Doutoramento em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, 2017-2020)

3.3.3. Orientação de Dissertações de Mestrado ou equivalente

- 3.3.3.1. Licenciado Adelino Ferreira dos Santos, “Pirataria, terrorismo e narcotráfico: o papel das forças de segurança no processo de implementação das medidas de proteção dos portos portugueses” (Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012-2013)
- 3.3.3.2. Licenciado Adérito Pilartes Henrique Miguel, “Os malefícios da corrupção política na concretização do Estado Democrático de Direito Angolano (Mestrado em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015-2016)
- 3.3.3.3. Licenciado Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões, “A harmonização fiscal europeia: o caso dos impostos especiais de consumo” (Mestrado em Direito, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015)
- 3.3.3.4. Licenciado Alfredo Carlos Cananga, “A responsabilidade tributária dos administradores das sociedades comerciais:

estudo comparado entre o Direito Angolano e o Direito Português” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2019-2025)

- 3.3.3.5. Licenciada Ana Andreia Ferreira Lourenço Marques, “Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência: uma evolução de perspetivas e de paradigmas” (Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa, 2011-2012)
- 3.3.3.6. Licenciada Ana Soares Menezes Barbosa, “A concretização legislativa da liberdade de aprender e ensinar” (Mestrado em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2010-2011)
- 3.3.3.7. Licenciada Ana Teresa Moura Nogueira, “Castração química como sanção penal ou medida de segurança à luz do Direito Comparado” (Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Criminais, Universidade Autónoma de Lisboa, 2019-2020)
- 3.3.3.8. Licenciado André Chambata, “A problemática do imposto sobre os rendimentos do trabalho (IRT)” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2018-2022)
- 3.3.3.9. Licenciado André Filipe dos Santos Nazaré, “Contributo das alterações normativas na construção da resiliência das Infraestruturas Críticas Nacionais – Evolução e Tendências” (Mestrado em Riscos e Proteção Civil, 10.^a ed, 2022/2023, ISEC – Instituto Superior de Educação e Ciências)
- 3.3.3.10. Licenciado António Farinha Malheiro, “James Buchanan – liberdade, consenso e Constituição” (Mestrado em Ciência Política, IEP – Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, 2006)

- 3.3.3.11. Licenciado António Pedro Monteiro Delgado, “A configuração do Poder Local na Constituição Portuguesa de 1976: a autonomia do Poder Local e o Poder Municipal” (Mestrado em Direito – Direito Público, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012-2013)
- 3.3.3.12. Licenciado António Tobias Simba Rafael, “A isenção tributária quanto aos imóveis exclusivamente de culto: entre verdades e sofismas sobre a desoneração legal” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2016-2019)
- 3.3.3.13. Licenciado Augusto Neto Tomás, “Evasão e fraude fiscal e responsabilidade tributária do agente na Ordem Jurídica Angolana” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2019-2022)
- 3.3.3.14. Licenciada Aura de Assunção Soares Simão, “Estudo comparativo da lei do Aborto em Portugal e os Estados fundadores da União Europeia” (Mestrado em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, 2013)
- 3.3.3.15. Licenciado Aurélio Walima Sachimbiali, “A independência da Administração Eleitoral na tutela do Estado Democrático de Direito em Angola” (Mestrado em Direito – Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2019-....)
- 3.3.3.16. Licenciado Azevedo Xavier Francisco, “Angola – Reedificação das Forças Armadas” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2017-2018)
- 3.3.3.17. Licenciado Bruno Filipe Serafim Fernandes, “A Precariedade do Direito Internacional na Operação Liberdade do Iraque”

(Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2012)

- 3.3.3.18. Licenciada Carla Inês Faria de Jesus, “Problemática jurídica do regime da segurança privada – lacunas e contradições” (Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais, Universidade Autónoma de Lisboa, 2024-....)
- 3.3.3.19. Licenciado Carlos Duarte Fernandes Moreira, “Guarda Prisional: força de segurança ou agente ressocializador? – a ação preventiva e ressocializadora no combate à proliferação da delinquência” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2013-2016)
- 3.3.3.20. Licenciada Catarina Mesquita Alves, “Responsabilidade internacional por factos ilícitos: a perspetiva das organizações internacionais” (Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas Internacionais, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2012)
- 3.3.3.21. Licenciada Cátia Fabião Quingue Viola, “Elaboração das peças de expediente processuais e sua tramitação no âmbito do ordenamento jurídico moçambicano: o caso da 3.^a esquadra da Polícia da República de Moçambique” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2014-2017)
- 3.3.3.22. Licenciada Cláudia Priscila Alves Pratas, “Direito da Religião: a proteção das minorias religiosas” (Mestrado em Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2014)
- 3.3.3.23. Licenciada Cláudia Raquel Raposo Morais Correia, “Turismo Espacial – necessidade de uma nova regulação a

nível europeu ou um desafio para a Convenção sobre Responsabilidade Internacional pelos danos causados por objetos espaciais?” (Mestrado em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2012-....)

- 3.3.3.24. Licenciado Cristiano Vitório Cândido, “O sistema penitenciário angolano: da função ideal à realidade prática” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015-2018)
- 3.3.3.25. Licenciada Dânea Vanessa Rodrigues do Amaral e Silva, “Direitos de Personalidade não patrimoniais; Direitos de Personalidade nas Publicidades” (Mestrado em Direito – Especialidade em Ciências Jurídicas, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012-2014) (desistiu)
- 3.3.3.26. Licenciado David Marcos Borralho Pereira, “A (in)segurança privada em Portugal” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015)
- 3.3.3.27. Licenciado Denilson Joel Eduardo Gomes Ferreira, “A Substituição Tributária em Angola” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2018-2019)
- 3.3.3.28. Licenciado Edulce António Pascoal, “Da Violação do Princípio Constitucional da Igualdade Tributária em função da Concessão do Perdão da Dívida Fiscal – o caso angolano” (Mestrado em Direito, especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2019-2022)

- 3.3.3.29. Licenciado Elias Armando Massango, “A Graduação da Multa do Pagamento Voluntário no Contencioso Aduaneiro Moçambicano” (Mestrado em Direito Empresarial, ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, 2011-2012)
- 3.3.3.30. Licenciado Ercílio Manuel Tomé Guedes Tabuada, “A modernização da Segurança Prisional no âmbito da Segurança Interna” (Mestrado em Direito e Segurança Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2011-2013)
- 3.3.3.31. Licenciado Estevão Fernando Calunga, “Procedimento e Processo Fiscal no Direito Angolano” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2018-....)
- 3.3.3.32. Licenciada Felicidade Hipulenga Panduleinge Tongeni Mamuba – “Capacidade contributiva como pressuposto para o exercício da cidadania fiscal em Angola” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2018-2025)
- 3.3.3.33. Licenciado Fernando Francisco, “Desorganização Social, Degradação do Meio Urbano e Sentimento de Insegurança na Cidade de Maputo – o caso do Distrito Municipal n.º 1” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2008-2009)
- 3.3.3.34. Licenciado Filipe da Silva Martins, “O crime de condução perigosa de veículo rodoviário e a sua perceção pelos militares da GNR afetos à fiscalização rodoviária” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2012-2014)

- 3.3.3.35. Licenciado Gabriel Katekanva Ndjamba, “Um olhar sobre a despesa pública em Angola” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2018-....)
- 3.3.3.36. Licenciado Gilson Nei Ferreira de Souza, “Os princípios constitucionais e de direitos humanos para as atuações das polícias militares no Brasil” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2016-2017)
- 3.3.3.37. Licenciado Hamilton Sarto Serra de Carvalho, “Análise crítica ao Estado Forte: Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel versus Estado Moçambicano” (Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas, ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, 2011-2012)
- 3.3.3.38. Herlander Domingos, “Relação Jurídica Tributária” (Mestrado em Direito Fiscal, 5.^a edição, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2017-....)
- 3.3.3.39. Licenciado Helder Valente Dias, “A decantação da Polícia de Segurança: em busca de uma tarefa administrativa perdida” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2009-2011)
- 3.3.3.40. Licenciada Helena Alves, “O regime da adoção em Timor-Leste” (Mestrado em Direito – Universidade Autónoma de Lisboa, 2004)
- 3.3.3.41. Licenciada Joana Pereira da Graça de Sá Alcântara, “A Responsabilidade de Proteger e a possibilidade de uso da força sem autorização do Conselho de Segurança” (Mestrado em Ciências Jurídico-Internacionais, Faculdade de Direito

da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2010-2011)

- 3.3.3.42. Licenciado João Correia Neto, “Discriminação positiva do princípio da igualdade tributária como instrumento de controlo de contribuinte – o caso da cidade de Caxito” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2021-2023)
- 3.3.3.43. Licenciado João Gonçalo Pires Barradas, “Da interceção de comunicações, ações encobertas e serviços de informações: os meios essenciais na recolha de Intelligence” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015)
- 3.3.3.44. Licenciado João Paulo Afonso Aguiar, “O referendo constitucional” (Mestrado em Direito, Direito Público, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012)
- 3.3.3.45. Licenciado Joaquim Manuel Albuquerque Júlio, “Negociação policial” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2013)
- 3.3.3.46. Licenciado Joaquim Carlos António Ganga, “O Papel das Forças de Defesa e Segurança nos Processos Eleitorais – o Caso Angola” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015-2018)
- 3.3.3.47. Mestre Jorge Cortês, “A responsabilidade pré-contratual da Administração Pública” (Mestrado em Direito, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2004)

- 3.3.3.48. Licenciado Jorge António Santos Cardoso, “A investigação criminal ambiental na GNR: uma visão de futuro” (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, Mestrado em Direito e Segurança, 2015-2016)
- 3.3.3.49. Licenciado Jorge Miguel Sanches e Silva, “Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro” (Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, Mestrado em Direito e Segurança, 2015)
- 3.3.3.50. Licenciado José Bernardino de Sousa Moutinho, “As informações em Portugal e os contributos das forças de segurança” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2016)
- 3.3.3.51. Licenciado José Joaquim Machado, “O contributo da investigação criminal na prevenção dos acidentes de viação” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2013)
- 3.3.3.52. Licenciado José Luís Cardoso Correia, “A dissolução da Assembleia da República: legitimidade política e questões de Direito” (trabalho de projeto no Mestrado em Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2010-2011)
- 3.3.3.53. Licenciado José Lino Alves dos Santos, “Contributo para uma melhor governação da Ciber-Segurança em Portugal” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2008-2011)
- 3.3.3.54. Licenciada Josefina Tranquada Gomes, “A Administração Pública Regional” (Mestrado em Direito Público, Faculdade

de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2012-2013)

- 3.3.3.55. Licenciado Júlio Reis Silva, “Assistência religiosa no Direito Constitucional” (Mestrado em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, 2013)
- 3.3.3.56. Licenciado Luís Carlos Santos Gonçalves, “A segurança privada em Portugal” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2014-2015)
- 3.3.3.57. Licenciado Luís Carlos Silva Serafim, “Contributos para uma clarificação em matéria de revistas por seguranças privados” (Curso de Direção e Estratégia Policial, curso para superintendente, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, 2017)
- 3.3.3.58. Licenciado Luiz Henrique Candido da Silva, “Estado de exceção constitucional: um estudo do tema em Portugal e no Brasil no panorama da pandemia de COVID-19” (Mestrado em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, 2021-....)
- 3.3.3.59. Licenciado Luís Miguel da Silva Moço, “A segurança da aviação civil em Portugal” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2016-2019)
- 3.3.3.60. Licenciado Manassés Chinendele Nauandi Chimuco, “A Tributação de Imóveis em Angola à luz do Código do Imposto Predial” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2022-2025)
- 3.3.3.61. Licenciado Manuel Batista, “Cumprimento de ordens, obediência hierárquica e disciplina militar *versus* perpetração

(in)voluntária de crimes (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2014)

- 3.3.3.62. Licenciada Mara Miranda Dantas dos Reis, “A missão do Ministério Público na Justiça Administrativa Cabo-Verdiana” (Mestrado em Direito – Direito Público, ISCJS – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Cabo Verde, 2021-2023)
- 3.3.3.63. Licenciada Mariana Gomes Sousa Machado, “O acesso aos metadados pelos Serviços de Informações da República Portuguesa à luz da lei e da Constituição” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2017-2019)
- 3.3.3.64. Licenciada Maria Bernardete Rodrigues Sabina Rosa Calhaço, “(In) Segurança e (Restrição dos) Direitos Fundamentais dos Militares” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2009-2010)
- 3.3.3.65. Licenciada Maria das Graças Cunha, “As inelegibilidades do agente político como fator de seleção” (Mestrado em Direito, especialidade de Ciências Jurídicas, Universidade Autónoma de Lisboa, 2021-2023)
- 3.3.3.66. Licenciada Maria Manuel Borges Carneiro, “O confronto entre os Sistemas Políticos Português e Italiano” (Mestrado em Direito, Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2012)
- 3.3.3.67. Licenciado Marques Cudiquexala Joaquim, “Extinção da Relação Jurídica Fiscal” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2024-....)

- 3.3.3.68. Licenciado Miguel Pinto Fortunato, “Regime fiscal angolano aplicado à indústria petrolífera (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2019-....)
- 3.3.3.69. Licenciado Nelson Donaldo Taylor, “Relações de trabalho subordinado no combate ao HIV e SIDA em Moçambique” (Mestrado em Direito Empresarial – Corporate Governance, ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, 2012-2013)
- 3.3.3.70. Licenciado Odaír Tavares Baía, “A evolução organizacional do poder político e a resolução de conflitos político-constitucionais em São Tomé e Príncipe” (Mestrado em Direito, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012-2015)
- 3.3.3.71. Licenciado Paulo Eduardo Borges Gomes, “A Dissolução da Assembleia da República: a representatividade política na arena de debates” (Mestrado em Direito, Especialidade de Ciências Jurídicas, Universidade Autónoma de Lisboa, 2021-....)
- 3.3.3.72. Licenciado Paulo Jorge Gonçalves Gomes, “O papel da GNR na prevenção dos maus-tratos a crianças” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015)
- 3.3.3.73. Licenciado Paulo Miguel Santos Gonçalves, “Tráfico de seres humanos – o papel das polícias de proximidade” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015)
- 3.3.3.74. Licenciado Raufi Mário Castamo Taíbo, “O Acesso direto dos particulares à justiça constitucional em Moçambique: o caso concreto das decisões negativas de inconstitucionalidade”

(Mestrado em Direito Público, ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique, 2010-2011)

- 3.3.3.75. Licenciado Renato David dos Reis Prudêncio, “Sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor – reflexão crítica” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2017-2018)
- 3.3.3.76. Licenciado Reis Luís, “O sistema fiscal angolano como pilar de sustentabilidade da economia nacional” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2019-2021)
- 3.3.3.77. Licenciada Rita Tavares de Melo, “As competências administrativas do Governo Regional dos Açores no Estatuto Político-Administrativo” (Mestrado em Direito – Direito Público, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2009-2010)
- 3.3.3.78. Licenciado Rodrigues Lapucheque, “A cooperação entre os oito Estados-Membros da CPLP” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2013-2014)
- 3.3.3.79. Licenciado Sebastião Jorge Diogo Bessa, “O sistema eleitoral Angolano” (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012-2015)
- 3.3.3.80. Licenciado Serafim Manuel Cortizo Gonçalves, “O direito de resistência: legitimidade para a desobediência civil – o caso português” (Universidade Autónoma de Lisboa, Mestrado em Direito Público, 2014-2016)

- 3.3.3.81. Licenciado Sérgio Miguel Mendes, “Policiamento Comunitário em Moçambique: Influência do Modelo nas Medidas Operativas de Polícia. Estudo do Caso no Bairro de Chamanculo B” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2010-2012)
- 3.3.3.82. Licenciada Sofia Ligeiro, “Relatório de Estágio Curricular na Direção de Serviços das Relações Internacionais da Direção-Geral dos Impostos” (Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Empresariais, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2010-2011)
- 3.3.3.83. Licenciada Tânia Furtado da Silva, “Relatório de Estágio Curricular na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – ALRAA” (Mestrado em Direito – Ciências Jurídicas Forenses, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2015)
- 3.3.3.84. Licenciado Valdemar Nory Domingos Monteiro, “A responsabilidade do sujeito passivo na relação jurídica fiscal” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2018-....)
- 3.3.3.85. Licenciada Vera Marques, “Segurança Privada – a desestabilização de uma função fundamental do Estado” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2013-2014)
- 3.3.3.86. Licenciado Victor Inaculo, “Segurança Pública e Estado de Direito em Angola” (Mestrado em Direito – Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2015-2016)

- 3.3.3.87. Licenciado Vítor Jorge Mendes Assunção, “Limites da intervenção policial no âmbito dos direitos fundamentais de reunião e de manifestação” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2009-2010)

- 3.3.3.88. Licenciado Victor Manuel Gomes Lopes, “As catástrofes e a criminalística – intervenção da Guarda Nacional Republicana” (Mestrado em Direito e Segurança, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, 2008-2011)

- 3.3.3.89. Licenciado Wagner Elias Moisés Bulica, “O Direito Sancionatório Fiscal no Ordenamento Jurídico Angolano” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2018-....)

- 3.3.3.90. Licenciada Wivelsa Susana Caxito Cavanda – “Vantagens da Reforma Tributária Angolana” (Mestrado em Direito Fiscal, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2018-2022)

3.3.4. Prémios e distinções

- *Prémio MARCELLO CAETANO, durante a licenciatura, por ter alcançado a melhor classificação na disciplina de História do Direito Português, no ano letivo 1984/1985, sob a regência do Professor Doutor Ruy de Albuquerque, tendo aquele consistido na oferta, devidamente encadernada, da obra de MARCELLO CAETANO, Apontamentos para a História da Faculdade de Direito de Lisboa (Lisboa, 1961), autografada por todos os docentes que então constituíam o coletivo dessa cadeira.*

- *Prémio da Associação Portuguesa para o Progresso do Direito (1992), com um trabalho sobre o veto político*

4.

ATIVIDADES RELEVANTES PARA A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

4.1. EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES ACADÊMICAS DE GESTÃO

4.1.1. Cargos e funções de gestão académica

- *Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* (1988/1989), escolhido pelos alunos, tendo sido também eleito secretário da respetiva Mesa
- *Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* (de 1992 a 1997)
- *Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law*, eleito pelos docentes (eleito em 2 de novembro de 1999 e reeleito em 4 de novembro de 2002; desde 2003, membro por inerência)
- *Membro do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (desde 10 de novembro de 1999, data da primeira reunião deste órgão, até à sua transformação em órgão eletivo, em 2021, deixando de ao mesmo pertencerem, por inerência, todos os professores e investigadores da instituição)
- *Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (eleito, uma primeira vez, em

10 de novembro de 1999 e depois reeleito, após renúncia apresentada na sequência da renúncia do Professor Diogo Freitas do Amaral ao cargo de Diretor da Faculdade, em 23 de janeiro de 2002; de novo reeleito, após renúncia na sequência da renúncia apresentada pelo Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida, em 22 de outubro de 2003, tendo apresentado a renúncia ao lugar em 12 de fevereiro de 2007)

- *Membro do Conselho Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (designado em 23 de fevereiro de 2000, pelo Conselho Diretivo, até 2001; de novo, desde 2005 e até 12 de fevereiro de 2007, por renúncia comunicada ao Conselho Científico, na sequência da renúncia ao Conselho Diretivo)
- *Membro da Comissão de Revisão dos Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (2002)
- *Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (eleito em 14 de outubro de 2004 e, depois, reeleito para o mandato de três anos, em 30 de janeiro de 2006)
- *Membro da Comissão Organizadora do V Dia da Faculdade*, cerimónia anualmente preparada na Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law, com vista à atribuição dos diplomas do Curso 2001-2006
- *Diretor do Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa* (1.9.2008/1.9.2009)
- *Membro da Comissão de Ingresso no 3.º Ciclo da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (2009/2011)

- *Vice-Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (designado no dia 11 de fevereiro de 2009 e ao mesmo tendo renunciado em junho de 2010)
- *Diretor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade da Cidade de Macau* (2016-2017)
- *Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law* (2014-2020) (eleito no dia 5 de março e tendo tomado posse no dia 13 de março de 2014) (reeleito em 18 de julho de 2018 para um mandato de 4 anos, ato eleitoral homologado pelo reitor da UNL em 25 de julho de 2018, conforme seu despacho n.º 8216/2018, publicado no *Diário da República* de 21 de agosto de 2018) (renúncia ao cargo em 3 de dezembro de 2020)

4.1.2. Outras atividades relevantes para a gestão da universidade

- *Membro do painel de Avaliação Externa da Faculdade de Direito da Universidade de Macau*, tendo estado em Macau de 7 a 10 de outubro de 2012
- *Representante da Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law à CEPOL – European Academy of Police* (2016-2020)

4.2. ATIVIDADES DE EXTENSÃO CULTURAL E OUTRAS ATIVIDADES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA O ENSINO E A INVESTIGAÇÃO, DESIGNADAMENTE SERVIÇO À COMUNIDADE, SERVIÇO DE COOPERAÇÃO E CONSULTADORIA A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESCOLARES, ATIVIDADES EM PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE INTERESSE CIENTÍFICO, PROFISSIONAL OU CULTURAL

4.2.1. Graduado para juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (não nomeado por não haver vaga nesta classe de “juristas de mérito” no período dos três anos da eficácia do concurso)

Tendo o candidato apresentado a sua candidatura a juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, nos termos do 16.º Concurso Curricular de Acesso ao Supremo Tribunal de Justiça, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 16/2020, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1, de 2 de janeiro de 2020, foi o único graduado, com 45 pontos em 50 possíveis, segundo a deliberação tomada pelo Conselho Superior da Magistratura na sua reunião de 20 de outubro de 2020, deliberação n.º 1162/2020, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 11 de novembro, pp. 163-164.

Note-se que esta graduação foi feita com base numa avaliação curricular, tendo por base um concurso público, não tendo exercido funções pelo facto de não ter havido vaga no contingente de juízes de mérito daquele tribunal, concurso com a eficácia de três anos.

4.2.2. Advocacia

- *Estágio de Advocacia*, tendo tido por patrono o Professor Doutor José Manuel Sérvulo Correia (1989/1991)
- *Advogado inscrito na Ordem dos Advogados*, em Lisboa (desde 1991)
- *Exercício individual da Advocacia* (1991/1993)

- *Suspensão do exercício da advocacia por estadia em Moçambique (1993/1994)*
- *Sócio da “Sérvulo Correia, Asdrúbal Calisto & Associados – Sociedade de Advogados” (1994/1999)*
- *Fundador e membro atual da “Bacelar Gouveia & Associados – Sociedade de Advogados” (desde 1999)*
- *Delegado ao VII Congresso dos Advogados Portugueses, o qual teve lugar na Figueira da Foz, de 10 a 13 de novembro de 2011*

4.2.3. Consultoria jurídica em Portugal

- *Jurisconsulto em vários ramos do Direito Público (desde 1989), particularmente nos seguintes domínios:*
 - Direito Constitucional
 - Direito Administrativo
 - Direito Internacional Público
 - Direito Financeiro
 - Direito Fiscal
 - Direito Económico
- *Jurista do Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral dos Impostos do Ministério das Finanças:*
 - na categoria de *jurista* (de 21 de maio de 1991 a 21 de janeiro de 1996)

- na categoria de *especialista-jurista* (de 22 de janeiro de 1996 até outubro de 2000, desde esta data de licença sem vencimento de longa duração)
- *Consultor Jurídico da Direcção-Geral de Cooperação da Secretaria de Estado da Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros* (1992/1993)
- *Formador de Direito, na especialidade de Direito Administrativo*, acreditado pelo *Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua*
- *Consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, em conjunto com Fausto de Quadros e Paulo Otero, para a revisão da legislação portuguesa sobre o mar (1999/2001)
- *Consultor da Presidência do Conselho de Ministros* para a elaboração do anteprojeto de lei-quadro das associações públicas profissionais (2001)
- *Consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, em conjunto com Fausto de Quadros, para o estudo dos aspetos jurídico-políticos das relações externas de Portugal no quadro da Constituição Portuguesa (2000/2001)

4.2.4. Cargos públicos

- *Membro da Assembleia de Freguesia de São João de Brito*, eleito em dezembro de 1985, sendo posteriormente eleito *vogal da Junta de Freguesia de São João de Brito*, na sessão da Assembleia de Freguesia de 21 de janeiro de 1986, para o quadriénio 1986/1989
- *Membro da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima*, eleito em dezembro de 1997, tendo exercido o mandato até 2002

- *Membro do Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários*, eleito pela Assembleia da República, de 1998 a 2005 (tendo sido reeleito em 2003 – Resolução da Assembleia da República n.º 60/2003, de 28 de julho de 2003)
- *Deputado Municipal da Assembleia Municipal de Lisboa* (2001/2005)
- *Presidente da Comissão Eventual para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa* (2002)
- *Presidente da Comissão Permanente de Divisão Administrativa da Cidade da Assembleia Municipal de Lisboa* (2002/2005)
- *Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* (de 1 de julho de 2002 a 26 de agosto de 2005, de acordo com a nomeação inserta no Despacho Conjunto n.º 573/2002, de 28 de junho de 2002, publicado no *Diário da República*, II série, n.º 159, de 12 de julho de 2002, dos Ministros da Saúde e da Segurança Social e do Trabalho)
- *Presidente da Mesa do Conselho Geral do INATEL* (2002/2005)
- *Membro da Comissão da Liberdade Religiosa* (nomeado pela Ministra da Justiça do XV Governo Constitucional pelo Despacho n.º 4937/2004 (2.ª série), de 12 de fevereiro de 2004, e publicado no *Diário da República*, II série, n.º 60, de 11 de março de 2004, e reconduzido para um novo mandato pelo Ministro da Justiça do XVII Governo Constitucional, através do Despacho n.º 21 381/2007, de 4 de setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, II série, n.º 178, de 14 de setembro de 2007, p. 26 935; renúncia ao cargo em 14 de outubro de 2009, em virtude de entretanto ter assumido as funções de Deputado à Assembleia da República)
- *Vogal do Conselho Fiscal da Fundação D. Manuel II* (2004/2005)
- *Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa* (eleito pela Assembleia da República, em

23 de setembro de 2004 – Resolução da Assembleia da República n.º 65/2004, de 15 de outubro de 2004 – e cessação de funções em 17 de dezembro de 2008)

- *Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora da Comunicação Social*, designado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), sob proposta do Reitor da Universidade Nova de Lisboa (desde 2006) e tendo renunciado ao cargo em 14 de outubro de 2009
- *Deputado à Assembleia da República, na XI Legislatura* (15 de outubro de 2009-19 de junho de 2011) (cfr. este link, <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/ActividadeDeputado.aspx?BID=4013&lg=XI>, para o qual se remete mais informação sobre a atividade parlamentar desenvolvida)
- *Membro da 1.ª Comissão Parlamentar da XI Legislatura da Assembleia da República – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias* (2009/2011)
- *Membro da 3.ª Comissão parlamentar da XI Legislatura da Assembleia da República – Comissão de Defesa Nacional* (2009/2011)
- *Membro da 13.ª Comissão Parlamentar da XI Legislatura da Assembleia da República – Comissão de Ética, Sociedade e Cultura* (2009/2011)
- *Membro da 14.ª Comissão Parlamentar da XI Legislatura da Assembleia da República – Comissão Eventual para o Acompanhamento político do fenómeno da corrupção e para a análise integrada de soluções com vista ao seu combate* (2009/2011)
- *Membro da 17.ª Comissão Parlamentar da XI Legislatura da Assembleia da República – Comissão Eventual para a Revisão Constitucional* (2009/2011)

- *Membro da Assembleia Parlamentar (plenário) e Comissão de Assuntos Jurídicos e Direitos do Homem do Conselho da Europa* (2009/2011)
- *Membro da Assembleia da União da Europa Ocidental e da Comissão Política* (2009/2011)
- *1.º Vice-Presidente e membro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Argentina* (2009/2011)
- *Membro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Paquistão* (2009/2011)
- *Presidente do Conselho Fiscal da Ordem dos Advogados Portugueses* (2017-2019/2020-2022)

4.2.5. Serviço de cooperação

- *Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane*, no âmbito de Protocolo de Cooperação celebrado entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (1993/1994)
- *Coordenador Científico do I Curso de Doutoramento em Direito em Moçambique*, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pelo ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (2008-2014)
- *Coordenador Científico do Mestrado em Direito Empresarial – Corporate Governance* do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (2010-2014)
- *Coordenador Científico do Mestrado em Ciências Jurídicas* do ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (2010-2015)

- *Coordenador Científico do I Curso de Doutoramento em Direito em Angola*, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (2011-2013)
- *Coordenador Científico dos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII Cursos de Mestrado em Direito Fiscal*, organizados pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019, 2021 e 2022)
- *Coordenador Científico do II Curso de Doutoramento em Direito em Angola*, conjuntamente organizado pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (2016-2020)
- *Coordenador Científico dos I, II, III, IV e V Cursos de Doutoramento em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique* (2016-2023)
- *Coordenador Científico dos I, II, III e IV MEDSI – Mestrado em Direito, Segurança e Inteligência*, organizado pela ACITE – Academia de Ciências Sociais e Tecnologias de Angola (2018-2025)

4.2.6. Consultoria a instituições públicas internacionais no âmbito da cooperação

- *Consultor do Banco Mundial em Moçambique* (entre 1 de setembro de 1994 e 31 de dezembro de 1995), no PROL – Projeto de Reforma dos Órgãos Locais do Ministério da Administração Estatal (Maputo), tendo feito alguns seminários de formação técnica a futuros dirigentes e funcionários autárquicos, bem como colaborado na feitura dos seguintes anteprojetos legislativos:
 - Lei eleitoral autárquica;

- Lei dos titulares dos órgãos autárquicos;
- Regimentos dos órgãos colegiais autárquicos;
- Lei do recenseamento eleitoral.
- *Consultor do Gabinete Técnico da Assembleia da República de Moçambique* (1998), através da SUNY – *State University of New York*, com a finalidade de apreciar os anteprojetos de Lei de Revisão da Constituição e de Lei Eleitoral
- *Consultor da Assembleia Nacional de Angola* (de 19 de junho de 2001 a 18 de junho de 2002), no âmbito de um projeto financiado pela União Europeia e desenvolvido pela empresa SNEDE – *Sociedade Nacional de Empreendimentos e Desenvolvimento Económico, S.A.*, tendo participado nas seguintes iniciativas de elaboração legislativa:
 - Lei Orgânica da Assembleia Nacional;
 - Constituição da República de Angola;
 - Regimento da Assembleia Nacional.
- *Consultor Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em São Tomé e Príncipe*, para a elaboração da Lei do Tribunal Constitucional da República Democrática de São Tomé e Príncipe (2005)
- *Consultor Internacional da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe*, para a formação dos Deputados e Funcionários Parlamentares em Direito Parlamentar (outubro de 2007)
- *Consultor Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau*, para uma assistência técnica ao Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, por ocasião das eleições legislativas de novembro de 2008

- *Consultor Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Timor-Leste*, para uma assistência técnica ao Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste, para colaborar na instituição de uma comissão parlamentar de controlo dos serviços de informações – dezembro de 2011
- *Consultor Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau*, para uma assistência técnica à Comissão Nacional de Eleições e ao Supremo Tribunal de Justiça em matéria de Direito Eleitoral – março e abril de 2012
- *Observador Internacional às Eleições Gerais de Angola de 2017*, as quais tiveram lugar em 23 de agosto de 2017, em nome da Ordem dos Advogados de Portugal e do IDiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa
- Delegado português ao COPUOS – *United Nations Committee for Peacefull Use of Outer Space – legal subcommittee* (2018-2019)
- *Consultor Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau*, para ministrar um curso de Direito Eleitoral aos juízes conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau em 20 e 21 de julho de 2018
- *Consultor Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em São Tomé e Príncipe* para ministrar um curso de Direito Eleitoral aos juízes conselheiros do Tribunal Constitucional de São Tomé e Príncipe, o qual teve lugar em São Tomé, em 17 e 18 de setembro de 2018
- *Consultor da USAID para a elaboração de legislação em Moçambique* (2018)
- *Consultor Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau*, para organizar e participar a 1.^a Conferência Internacional de Direitos Humanos, organizada pelo

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, com o apoio daquele organismo das Nações Unidas, o qual teve lugar em Bissau, em 5 e 6 de dezembro de 2018

4.2.7. Árbitro-Presidente do Conselho Económico e Social

- Processo n.º 01/2009-AO
- Processo n.º 60/2012, de 9 de novembro
- Processo n.º 77/2012, de 17 de dezembro
- Processo n.º 81/2012, de 27 de dezembro
- Processo n.º 02/2013, de 15 de janeiro
- Processo n.º 07/2013, de 28 de janeiro
- Processo n.º 25-26/2013, de 11 de junho
- Processo n.º 28/2013, de 19 de junho
- Processo n.º 37/2013, de 27 de agosto
- Processo n.º 46/2013, de 1 de novembro
- Processo n.º 60/2013, de 18 de outubro
- Processo n.º 07/2014, de 3 de abril
- Processo n.º 29/2014, de 7 de novembro
- Processo n.º 36/2014, de 12 de dezembro
- Processo n.º 04/2015, de 10 de março
- Processo n.º 19/2017, de 27 de novembro
- Processo n.º 2/2018, de 15 de fevereiro
- Processo n.º 11/2018, de 3 de maio
- Processo n.º 24/2018, de 10 de julho
- Processo n.º 29/2018, de 15 de outubro
- Processo n.º 33/2018, de 26 de outubro
- Processos n.º 40 e n.º 41/2018, de 4 de dezembro
- Processo n.º 44/2018, de 20 de dezembro
- Processo n.º 18/2019, de 6 de junho
- Processo n.º 24/2019, de 30 de junho
- Processo n.º 28/2019, de 11 de outubro
- Processos n.º 30 e n.º 33/2019, de 16 de dezembro
- Processos n.º 1 e n.º 2/2021, de 14 de maio

- Processo n.º 19/2021, de 26 de junho
- Processo n.º 20/2021, de 13 de julho
- Processo n.º 22/2021, de 27 de julho
- Processo n.º 26/2021, de 16 de agosto
- Processo n.º 29/2021, de 16 de setembro
- Processo n.º 40-41/2021, de 30 de outubro
- Processo n.º 6/2022, de 17 de março
- Processos n.º 25 e n.º 26/2022, de 14 de julho
- Processo n.º 44/2022, de 19 de dezembro
- Processo n.º 2/2023, de 22 de janeiro
- Processos n.º 15 e n.º 16/2023, de 14 de março
- Processo n.º 41/2023, de 3 de novembro
- Processo n.º 22/2024, de 5 de agosto
- Processo n.º 23/2024, de 10 de agosto
- Processo n.º 24/2024, de 10 de agosto
- Processo n.º 28/2024, de 12 de setembro
- Processo n.º 32/2024, de 22 de outubro
- Processo n.º 37/2024, de 29 de novembro
- Processo n.º 43/2024, de 19 de dezembro
- Processo n.º 3/2025, de 20 de fevereiro

4.2.8. Árbitro do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa e Tributária

4.2.8.1. Arbitragem Tributária

- Processo n.º 89/2012
- Processo n.º 134/2012
- Processo n.º 51/2013
- Processo n.º 79/2013
- Processo n.º 155/2013
- Processo n.º 200/2013
- Processo n.º 247/2013
- Processo n.º 301/2013

- Processo n.º 27/2014
- Processo n.º 205/2014
- Processo n.º 264/2014
- Processo n.º 292/2014
- Processo n.º 199/2015
- Processo n.º 495/2015
- Processo n.º 233/2016
- Processo n.º 319/2016
- Processo n.º 412/2016
- Processo n.º 127/2017
- Processo n.º 149/2017
- Processo n.º 337/2017
- Processo n.º 383/2017
- Processo n.º 440/2017
- Processo n.º 465/2017
- Processo n.º 622/2017
- Processo n.º 57/2018
- Processo n.º 174/2018
- Processo n.º 224/2018
- Processo n.º 260/2018
- Processo n.º 312/2018
- Processo n.º 350/2018
- Processo n.º 388/2018
- Processo n.º 537/2018
- Processo n.º 601/2018
- Processo n.º 141/2019
- Processo n.º 441/2019
- Processo n.º 736/2019
- Processo n.º 950/2019
- Processo n.º 392/2020
- Processo n.º 90/2021
- Processo n.º 98/2021
- Processo n.º 268/2021
- Processo n.º 360/2021
- Processo n.º 452/2021

- Processo n.º 463/2021
- Processo n.º 529/2021
- Processo n.º 583/2021
- Processo n.º 611/2021
- Processo n.º 649/2021
- Processo n.º 109/2022
- Processo n.º 151/2022
- Processo n.º 246/2022
- Processo n.º 301/2022
- Processo n.º 360/2022
- Processo n.º 469/2022
- Processo n.º 539/2022
- Processo n.º 709/2022
- Processo n.º 30/2023
- Processo n.º 45/2023
- Processo n.º 94/2023
- Processo n.º 189/2023
- Processo n.º 305/2023
- Processo n.º 378/2023
- Processo n.º 425/2023
- Processo n.º 475/2023
- Processo n.º 518/2023
- Processo n.º 588/2023
- Processo n.º 617/2023
- Processo n.º 711/2023
- Processo n.º 761/2023
- Processo n.º 888/2023
- Processo n.º 906/2023
- Processo n.º 915/2023
- Processo n.º 970/2023
- Processo n.º 1012/2023
- Processo n.º 1018/2023
- Processo n.º 1046/2023
- Processo n.º 30/2024
- Processo n.º 67/2024

- Processo n.º 90/2024
- Processo n.º 122/2024
- Processo n.º 179/2024
- Processo n.º 203/2024
- Processo n.º 248/2024
- Processo n.º 340/2024
- Processo n.º 405/2024
- Processo n.º 458/2024
- Processo n.º 510/2024
- Processo n.º 594/2024
- Processo n.º 684/2024
- Processo n.º 751/2024
- Processo n.º 767/2024
- Processo n.º 859/2024
- Processo n.º 918/2024
- Processo n.º 960/2024
- Processo n.º 997/2024
- Processo n.º 1028/2024
- Processo n.º 1039/2024
- Processo n.º 1089/2024
- Processo n.º 1176/2024
- Processo n.º 1195/2024
- Processo n.º 1225/2024
- Processo n.º 1237/2024
- Processo n.º 1275/2024
- Processo n.º 1328/2024
- Processo n.º 1375/2024
- Processo n.º 1398/2024
- Processo n.º 19/2025
- Processo n.º 59/2025
- Processo n.º 103/2025
- Processo n.º 140/2025
- Processo n.º 221/2025
- Processo n.º 279/2025
- Processo n.º 285/2025

4.2.8.2. Arbitragem Administrativa

- Processo n.º 7/2014
- Processo n.º 141/2018
- Processo n.º 16/2019
- Processo n.º 7/2021
- Processo n.º 16/2021
- Processo n.º 125/2021

4.2.9. Outras atividades relevantes, incluindo de extensão cultural

- *Coordenador do Ciclo “Cinema e Direito”* (2002/2003, 2003/2004 e 2004/2005), organizado conjuntamente pela Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa – NOVA School of Law e pela Câmara Municipal de Lisboa
- *Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar do Sporting Clube de Portugal* (27.3.2013-27.3.2017)
- *Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Sporting Clube de Portugal* (27.3.2013-27.3.2017)

ÍNDICE GERAL

PLANO	3
INTRODUÇÃO	5

1.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. DADOS PESSOAIS	9
1.2. DADOS PROFISSIONAIS	9
1.3. DADOS CIENTÍFICOS	10

2.

DESEMPENHO CIENTÍFICO

2.1. FORMAÇÃO ACADÉMICA	11
2.1.1. Licenciatura em Direito	11
2.1.2. Mestrado em Direito	11
2.1.3. Doutoramento em Direito.....	14
2.1.4. Agregação em Direito	15

2.2. PERCURSO ACADÉMICO	17
2.2.1. Um percurso de trabalho ininterrupto como docente universitário avaliado sempre com “Excelente”	17
2.2.2. Provas académicas realizadas como candidato provido	17
2.3. ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO EM PUBLICAÇÕES (designadamente anotações, artigos e monografias, em Portugal e no estrangeiro)	18
2.3.1. Artigos inseridos em publicações científicas periódicas nacionais	18
2.3.2. Artigos inseridos em publicações científicas periódicas internacionais	30
2.3.3. Textos inseridos em obras coletivas nacionais como autor ou coautor	34
2.3.4. Textos inseridos em obras coletivas internacionais como autor ou coautor	45
2.3.5. Livros, monografias e manuais nacionais	50
2.3.6. Livros, monografias e manuais internacionais	55
2.3.7. Livros nacionais com textos como autor e na qualidade de organizador	57
2.4. ATIVIDADE NACIONAL E INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO	62
2.4.1. Direção de centros de investigação	62
2.4.2. Participação em centros de investigação	62
2.4.3. Coordenação e participação em projetos de investigação	63
2.4.4. Organização e coordenação de congressos, conferências, seminários, cursos e iniciativas congêneres	65
2.4.5. Membro de organizações científicas nacionais e estrangeiras	77
2.4.5.1. Nacionais	77
2.4.5.2. Estrangeiras	78
2.4.6. Direção de revistas e publicações científicas	78
2.4.7. Membro ou consultor de conselhos editoriais de revistas científicas	79

2.5. CONFERÊNCIAS, COLABORAÇÕES E JORNADAS CIENTÍFICAS (participação, intervenção e organização em congressos, conferências, seminários, cursos e presença em eventos de natureza científica)	82
--	----

3.

CAPACIDADE PEDAGÓGICA

3.1. FUNÇÕES DOCENTES (incluindo a publicação de lições e outros materiais didáticos relevantes)	269
3.1.1. Exercício da atividade docente	269
3.1.2. Publicações científicas de valor didático: lições e escritos didáticos.....	279
3.1.3. Publicações de valor didático: coletâneas de textos e documentos de apoio	281
3.1.4. Cursos de natureza acadêmica de que foi fundador	289
3.1.5. Cargos e funções de natureza acadêmica no âmbito da docência	290
3.2. PARTICIPAÇÃO EM JÚRIS DE PROVAS ACADÊMICAS COMO MEMBRO, PRESIDENTE OU ARGUENTE E NOUTROS JÚRIS ACADÊMICOS RELEVANTES.	297
3.2.1. Participação em Provas de Doutorado	297
3.2.2. Participação em Provas de Mestrado.....	336
3.2.3. Participação em Provas de Agregação.....	458
3.2.4. Participação em júris acadêmicos de concursos públicos para recrutamento de professores auxiliares, associados e catedráticos.....	462
3.2.5. Participação em júris acadêmicos de defesa de projeto de tese de doutorado.....	471
3.2.6. Participação em provas de outra natureza	482
3.2.7. Pareceres e Relatórios para carreiras acadêmicas	484

3.3. ORIENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÉMICOS	485
3.3.1. Orientação de trabalhos de Pós-Doutoramento.	485
3.3.2. Orientação de Teses de Doutoramento	487
3.3.3. Orientação de Dissertações de Mestrado ou equivalente.	490
3.3.4. Prémios e distinções.	504

4.

ATIVIDADES RELEVANTES PARA A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

4.1. EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES ACADÉMICAS DE GESTÃO (.)	
4.1.1. Cargos e funções de gestão académica	505
4.1.2. Outras atividades relevantes para a gestão da universidade	505
	507

4.2. ATIVIDADES DE EXTENSÃO CULTURAL E OUTRAS ATIVIDADES

CONSIDERADAS RELEVANTES PARA O ENSINO E A INVESTIGAÇÃO, DESIGNADAMENTE SERVIÇO À COMUNIDADE, SERVIÇO DE COOPERAÇÃO E CONSULTADORIA A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESCOLARES, ATIVIDADES EM PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE INTERESSE CIENTÍFICO, PROFISSIONAL OU CULTURAL	508
4.2.1. Graduado para juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (não nomeado por não haver vaga nesta classe de “juristas de mérito” no período dos três anos da eficácia do concurso)	508
4.2.2. Advocacia.	508
4.2.3. Consultoria jurídica em Portugal.	509
4.2.4. Cargos públicos.	510
4.2.5. Serviço de cooperação	513
4.2.6. Consultoria a instituições públicas internacionais no âmbito da cooperação	514
4.2.7. Árbitro-Presidente do Conselho Económico e Social.	517

4.2.8. Árbitro do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa e Tributária	518
4.2.8.1. Arbitragem Tributária	518
4.2.8.2. Arbitragem Administrativa.....	522
4.2.9. Outras atividades relevantes, incluindo de extensão cultural.....	522
ÍNDICE GERAL	523

